

Antiindividualismo e memória:
mente, ambiente, contexto
e linguagem

César Schirmer dos Santos

UFRGS/CNPq

Orientado por

Paulo Francisco Estrella Faria

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

3 de Maio de 2010

Conteúdo

Agradecimentos	6
Introdução	11
1 Primeira aproximação	21
1.1 Esboço inicial	21
1.2 Mudança de ambiente e argumento da memória	24
1.3 Um caso de mudança ambiental	26
1.4 Semântica formal	28
1.5 Valor semântico	36
1.6 Esquema T	42
1.7 $[\text{planeta}_1]$ e $[\text{planeta}_2]$	43
1.8 Posse de conceitos e contexto	48
1.9 Conceitos deferenciais	50
1.10 Atitudes proposicionais	54
Conclusão	65
2 Antiindividualismo	68
2.1 Externismos	68

<i>CONTEÚDO</i>	2
2.2 Panorama	71
2.3 O antiindividualismo	78
2.4 Tipos e ocorrências de estados mentais	82
2.5 Individuação de estados mentais	87
2.6 O “anti-” de “antiindividualismo”	89
2.7 Origem na teoria da referência direta	91
2.8 Externismo semântico	98
2.9 Externismo semântico e Terra Gêmea	106
2.10 Externismo semântico e antiindividualismo	109
2.11 O experimento mental sobre “artrite”	110
2.12 Deferência	112
2.13 A mente e o conteúdo	114
2.14 Sobre o uso de experimentos mentais	117
2.14.1 Experimentos mentais	117
2.14.2 Como usá-los	122
2.14.3 Experimentos mentais do tipo Terra Gêmea	123
2.14.4 O problema do sucesso	125
3 Memória	127
3.1 A contribuição de Wittgenstein	129
3.1.1 Estados cerebrais, pessoas e memórias	130
3.1.2 Memória como ação, e contexto	140
3.2 Memória metamental	149
3.3 Memória e verdade	150
3.4 Reconstrução	152

CONTEÚDO 3

3.4.1	A influência do presente	154
3.4.2	Reconstruções sadias	155
3.4.3	Modalidades sadias de reconstrução	158
3.4.4	As virtudes da reconstrução	160
3.4.5	Por que reconstruímos?	161

4 Ludlow 162

4.1	De Ludlow a Ludlow: o percurso	164
4.2	Alternâncias ambientais no debate sobre o antiindividualismo	165
4.3	A possibilidade dos <i>slow switches</i>	173
4.4	O que são <i>slow switches</i>	174
4.5	Biff e os vegetais copados	179
4.6	Uma solução pragmática	182
4.7	A Terra Gêmea é aqui?	189
4.8	O argumento da memória	191
4.9	Esquecimento	195
4.10	Forma lógica	196
4.11	Ludlow e a premissa (AM1)	197
4.12	A premissa (AM0)	202
4.13	<i>Slow switches</i> e fronteiras sociais	205
4.14	Microlínguas e dinamismo lexical	206

5 Memória preservativa 219

5.1	Burge sobre a memória	219
5.2	Preservação do conteúdo e legitimação	222

5.3	Preservar e lembrar	225
5.4	Preservação da memória	231
5.5	Mudança de ambiente e conteúdo	232
5.6	Reprodução, reativação e enriquecimento	240
5.7	Memória preservativa e reconstrução	243
	Conclusão	245
	Bibliografia	273

Aos parentes, amigos, enfermeiros e médicos que cuidaram de mim enquanto estive doente. Aos brasileiros que financiaram esta pesquisa.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida de 2004 a 2008.

Fazer agradecimentos especiais sempre é um risco, pois sempre podemos esquecer de alguém que foi muito importante. Mas não vejo como isso possa ser impedimento para agradecer àqueles de quem lembro, por contribuições muito específicas ao meu trabalho, das quais lembro muito bem.

Quanto às origens desta pesquisa, devo sua existência a Paulo Faria e a Sven Bernecker, pelo seminário proferido a duas vezes, na UFRGS, no primeiro semestre do ano 2000. Foi com eles que aprendi muito bem o básico dessa discussão. Foram eles que me levaram às principais coletâneas, e foram eles que me ensinaram a dominar os temas do debate.

Quanto ao reconhecimento dos resultados alcançados ao longo desta pesquisa, agradeço a Breno Hax e a Waldomiro Silva Filho pelos convites para apresentar o antiindividualismo em suas respectivas universidades, a UFPR e a UFBA. Agradeço também aos alunos e frequentadores destas universidades, pela participação nos meus seminários e pelas perguntas.

Quanto ao ambiente intelectual doméstico, devo grande parte do impulso a investigar ao rico ambiente de discussão entre graduados que havia na UFRGS

na primeira metade dos anos 2000, e era propiciado principalmente pelos colegas Renato Fonseca, Rogério Severo, Mauro Engelmann, Fabian Domingues, Marcio Teixeira e Lúcio Lobo, além de Maurício dos Santos. Nós discutimos bastante filosofia na antiga sala dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS, a “Masmorra” — sala que Rogério Severo comparou a uma mônada, por não ter janelas. Em anos mais recentes, a discussão migrou para o meio eletrônico, e minha pesquisa se beneficiou muito das discussões com Giovani Felice, Raphael Zillig, Flávio Williges, José Porcher, Alexandre Machado, Danilo Fraga, Eros Carvalho, Cléber Corrêa e Katarina Peixoto.

Quanto ao ambiente intelectual nacional, devo muito aos participantes dos Colóquios Temáticos de Filosofia Analítica, incluindo André Leclerc, quem sempre foi um ouvinte cuidadoso, e um comentador agudo, capaz de apresentar sugestões de peso. Ernesto Perini-Santos merece um agradecimento especial pelos seus seminários na UFRGS no segundo semestre de 2009, pois foi por causa dos mesmos que eu me aprofundei nos estudos de semântica que formataram o capítulo 1. Além disso, agradeço ao Ernesto pela sua insistência na importância da obra de Michael Tomasello, pois isso me fez lê-la direito. Também agradeço a André Abath por ter apresentado o resultado da sua pesquisa com Eduarda Calado. Sem esta pesquisa, eu ainda estaria enredado em uma teoria dos conceitos que não condizia com o espírito e os resultados da minha pesquisa.

Quanto à dieta de leituras, devo aos seminários do professor João Carlos Brum Torres o aprofundamento e alargamento da minha visão dos temas e problemas filosóficos relativos à semântica e à cognição. Além disso, João Carlos e Paulo Faria fortaleceram minha tendência a ler de tudo, isto é filosofia de todas as tradições, além de arte e ciências. Isto não aparece nesta tese, a qual pretende ser um traba-

lho de filosofia analítica puro sangue, com bases na linguagem que agradariam ao ancestral Carnap, mas foi fundamental para que eu chegasse a escrever esta tese desta maneira. Foi através dos colegas da “Masmorra” que cheguei aos seminários do professor João Carlos, os quais também contavam com a importante participação de Virgínia Aita, e foi nesses seminários que comecei a trabalhar mais de perto com o colega Jônadas Techio, com quem muito aprendi sobre Wittgenstein e a filosofia analítica em geral.

Quanto ao aperfeiçoamento de elementos técnicos, devo muito ao professor Jaime Rebello pelo seu curso de lógica modal, e também pelo seu paper sobre a memória, o qual me fez suspeitar de certas taxonomias bem arraigadas. André Klaudat me apresentou, de maneira sutil, o trabalho de P.M.S. Hacker sobre a memória, e isso fez toda a diferença. Agradeço também a Roberto H. de Sá Pereira pela discussão sobre a natureza dos experimentos mentais.

Quanto ao interesse na questão da estrutura de uma atitude proposicional, a qual é o tema central do capítulo 1, devo suas origens aos seminários dos anos 1999–2000 da professora Lia Levy, nos quais discutimos a estrutura de uma ideia e a estrutura de um juízo nas *Meditações* de Descartes. Aquilo me levou a *Port-Royal*, o que me levou ao trabalho de Jean-Claude Pariente, o que por sua vez me levou à *Linguística cartesiana* de Chomsky, e fez com que eu me sentisse em casa ao ler *Knowledge of meaning*, de Larson e Segal. Ainda que, talvez, minha querida orientadora do mestrado não reconheça, à primeira vista, sua influência na minha busca de uma solução para a questão das atitudes proposicionais em propostas originadas na linguística, eu garanto que elas estão aí, pois em larga medida já estavam lá, na *Lógica de Port-Royal*, e nos parágrafos 6–9 da terceira das *Meditações*.

Agradeço também aos meus alunos Marden Müller, Juliana Missaglia, José Elly Sampaio, Eduardo Pinheiro, Diego “Profeta” de Alencar, Caio Paiva e Carlos Pessoa de Brum pelas discussões dos temas dessa pesquisa. Suas participações nos seminários sobre o antiindividualismo, a memória e *Ser e tempo* (principalmente o capítulo 6 da segunda parte) foram fundamentais para que eu desenvolvesse de maneira mais rica e detalhada minhas ideias.

Quanto aos temas de linguística, agradeço aos colegas Lia Schulz e Laureci Mayca. Vocês me ajudaram a pensar com segurança usando conceitos pouco discutidos entre os filósofos.

No que diz respeito à forma do texto, agradeço à comunidade de desenvolvedores do software livre L^AT_EX pela ferramenta que me possibilitou apresentar esta tese utilizando tantos e tão bons recursos tipográficos e de paginação.

Minha família sempre incentivou a ousadia, e sempre contou, com orgulho, as histórias das filhas e filhos, irmãs e irmãos, tias e tios que foram para onde queriam ir, para fazer o que queriam fazer, depois de ter aprendido muito bem a fazer o que queriam fazer, acordando cedo todos os dias para aprender e fazer mais. Eu escuto e aprecio essas narrativas em terceira pessoa faz muito tempo para não querer ser alguém como essas pessoas, assim como vejo os exemplos de força e alegria sempre que os vejo. É difícil não ter coragem, determinação e alegria quando se é cuidado por pessoas como essas. Além disso, nossa tribo sempre cultivou a criatividade, e sempre fez, com agilidade e humor, o melhor que sabia com os recursos que tinha. Agradeço às avós, aos pais, aos irmãos, aos tios e primos, e me alegro da sorte de estarmos juntos.

Por fim, digo que a escrita dessa tese foi trabalhosa, mas a vida que vivi enquanto a escrevi foi muito rica e alegre, pois foi vivida ao lado da minha querida e

amada Ane Shu. Rimos e nos divertimos bastante durante todo este tempo, o que fez toda a diferença.

Introdução

Enquanto escrevo estas linhas, em janeiro de 2010, se discute no Brasil o direito à verdade e à memória das ilegalidades cometidas por agentes públicos no passado da ditadura militar. A discussão diz respeito, entre outras coisas, ao direito de cônjuges e filhos saberem o que ocorreu com seus esposos ou pais desaparecidos, e à revelação ao público dos atos e autores dos crimes de tortura, sequestro e assassinato. O que está em discussão é o direito de se saber o que ocorreu, estando acima de dúvida que tais crimes ocorreram, e também o direito de usar, como guias do comportamento e do pensamento futuros, as experiências dolorosas do passado da ditadura, para que se evite, no futuro, a repetição de crimes da mesma natureza.

Há memória sempre que alguém está usando, de maneira explícita ou implícita, alguma experiência sua passada como guia para sua ação ou comportamento. Essa é uma visão ecumênica da memória, na medida em que atualmente é encontrável seja na filosofia, seja na psicologia (ver Moyal-Sharrock 2009, Schacter 1996). Creio que se poderia dizer que tal visão apresenta uma condição necessária e suficiente para haver memória, mas minha intenção ao apresentar tal visão não é apresentar e discutir tais condições, mas sim apresentar algo que se dá sempre que estamos ante uma ampla variedade de fenômenos que usualmente chamamos

de “memória”, ou ante uma gama de ações e comportamentos que tratamos como manifestações da memória, sendo que há apenas semelhança de família entre tais fenômenos e manifestações. Muitas ações, comportamentos e estados muito distintos entre si são casos de memória, mas eles nada têm em comum, a não ser o fato que, em todos esses casos, uma experiência passada de um organismo é usada, implícita ou explicitamente, para dar certa direção ou certo contorno à ação ou comportamento do organismo. Como isso se dá é diferente em cada caso.

Esta visão contemporânea da memória está no centro da nossa argumentação, mas vamos retornar no tempo, para estabelecer um contexto de debate. Ainda que a valorização das técnicas de memorização seja antiga (ver Yates 1966), a valorização teórica da memória é relativamente recente, e em parte devida a estudos empíricos. Apesar de Thomas Reid (1785: Ensaio 3), para a epistemologia moderna, isto é a epistemologia clássica dos séculos 17 e 18, a memória usualmente foi uma faculdade cognitiva secundária, visto que era considerada inferior ao entendimento e à percepção. E, apesar de Aristóteles (*De Mem.*) e Agostinho (p.ex. *Conf.*: 10.8), as teorias do conhecimento dos antigos também não a privilegiavam, pois a colocavam junto à faculdade inferior da imaginação, logo próxima de uma fonte de enganos (ver Ricœur 2000). O ápice do esquecimento da memória parece ser a *Crítica da Razão Pura*, onde Immanuel Kant (1787) não a menciona nenhuma vez. O quadro começa a mudar em meados do século 19, quando médicos como Pierre Janet e Sigmund Freud se voltam à memória, a qual é, nos seus estudos, uma espécie de correlato secular da alma, a qual era assunto dos teólogos (ver Hacking 1995). Estas investigações são contemporâneas dos estudos empírico-filosóficos de William James (1890), os quais tiveram influência decisiva em filósofos como Henri Bergson (1896), Bertrand Russell (1921) e

Ludwig Wittgenstein (1953b). A partir desses filósofos se estabeleceu uma nova base, a qual é, em larga medida, a plataforma na qual se apoiam Gilbert Ryle (1949), Don Locke (1971), Norman Malcolm (1977) e P. M. S. Hacker (1996), os principais antecessores filosóficos de Sven Bernecker (2008, 2009, 2010) no estudo da natureza da memória.

Ao lado da metafísica da memória, a epistemologia da memória também progrediu nas últimas décadas, igualmente convergindo no trabalho de Bernecker. Carl Ginet (1975) fez um estudo epistemológico da memória de acordo com o padrão contemporâneo de se fazer epistemologia, o qual analisa o conhecimento como crença (ou opinião, ou convicção) que é verdadeira e está justificada (ou está garantida, ou está autorizada, ou está legitimada). Fred Dretske e Palle Yourgrau (1983) distinguiram diferentes maneiras de esquecer, seja perdendo informação, seja perdendo autorização epistêmica. Alvin Goldman (1986: cap. 10) fez um importante esforço para expressar temas e problemas da epistemologia da memória segundo o vocabulário e os pressupostos da ciência cognitiva. E por fim, nessa lista sumária e esquemática, em “Content Preservation” Tyler Burge (1993) resgata pressupostos da epistemologia de Thomas Reid (1764, 1785), os quais estão ao lado dos externismos epistêmicos de Goldman e Bernecker, e retratam a memória como uma faculdade que pode e deve ser acreditada, a menos que surjam razões específicas para desacreditá-la.¹

¹Minha exposição pode dar a entender que na tradição continental não houveram avanços nas investigações metafísica e epistemológica da memória. Mas isso está muito longe de ser o caso. Além do já citado Ricœur (2000), dou como exemplo Edward Casey (1987), o qual é uma clara demonstração do poder do método fenomenológico na abordagem da memória, e é uma das obras que influenciam Bernecker. Além disso, as bases da filosofia usualmente chamada de “continental” são ricas em teses sobre história e memória que foram amplamente exploradas. Para dar alguns exemplos, Nietzsche (1874, 1887) nos deu bases ricas para a reflexão sobre o esquecimento e o papel social da memória, e Heidegger (1927: 2ª parte, cap. 6) nos dá a melhor base para a descrição do que é preciso fazer para se compreender uma subjetividade passada.

A menção ao externismo no parágrafo anterior abre a ocasião para falar do antiindividualismo em filosofia da mente, mas postergo essa fala mais um pouco para concluir o panorama da filosofia atual da memória mencionando duas outras áreas de estudo fundamentais, uma filosófica e outra externa: a ética da memória e a psicologia da memória.

Por motivos que se explicam, dada a situação mencionada no parágrafo de abertura desta Introdução, a qual envolve uma realidade comum ao Brasil e aos países vizinhos, a América Latina é uma importante área de estudos sobre a ética da memória, embora não possamos dizer que os filósofos latinoamericanos estejam tão empenhados nesse estudo quanto seus colegas das ciências humanas e dos estudos literários. Beatriz Sarlo (2005) parte de uma cuidadosa descrição das formas de lembrar dos desaparecidos e das memórias do cárcere sob a ditadura na Argentina, e busca com isso maneiras de preservar essa memória. Pela realização dessa tarefa, Sarlo está se ocupando da ética da memória, mais exatamente do dever de lembrar, tal como Jeanne-Marie Gagnebin (2006), Avishai Margalit (2002), Paul Ricœur (2000) e Tzvetan Todorov (1995). O dever de lembrar é um tema muito importante na filosofia da memória do século 20, pois fez parte dos fenômenos totalitários do centro-leste europeu, e dos fenômenos ditatoriais da América Latina nesse século a prática oficial, mas ilegal, de violência em massa associada à ocultação das provas e das evidências dos crimes, com o objetivo deliberado de produzir ignorância dos crimes, e também esquecimento das vítimas das atrocidades e dos crimes perpetrados pelas autoridades que deveriam cuidar da legalidade. Esse é um tema que muito deve ao trabalho de Primo Levi (1958, 1986) de resgatar sua memória pessoal de sobrevivência ao campo de concentração, e também às observações de George Orwell (1943) sobre a enorme

discrepância entre as notícias e os fatos durante a Guerra Civil Espanhola, o que muito o influenciou no seu romance *1984* (Orwell 1949).

Tal como ocorria nos tempos de William James, e se quisermos também nos tempos de Aristóteles (*De Mem.*), a investigação filosófica sobre a memória dos dias de hoje deve muito aos estudos empíricos sobre a memória. Os filósofos do passado podiam lançar hipóteses sobre se há um único tipo de memória, ou vários tipos. Hoje nós não podemos mais fazer isso, pois a trágica história de Henry Molaison, o paciente H. M., nos fez ver claramente que há vários sistemas de memória distintos, e que os diferentes sistemas se assentam sobre bases neurais distintas. Podemos investigar se as distinções propostas pelos psicólogos estão em boa ordem, como faz Jaime Rebello (2008), e podemos propor modificações nas propostas, como faz Burge (2003c), mas de qualquer modo partimos do que os cientistas descobriram.

Com isso fecho o panorama dos estudos sobre a memória nos quais esta tese se insere. Agora passo a localizá-la de maneira mais precisa nesses estudos. Tal como Burge (1993), adotarei uma epistemologia externista. Tal como Peter Ludlow (2008), adotarei um contextualismo barato (*cheap contextualism*) sobre a linguagem. Tal como Bernecker (2008, 2009, 2010), tratarei a memória como uma faculdade reconstitutiva. Tal como Don Locke (1971) e Hacker (1996), tenderei a ver a memória como uma gama de saberes que não se resumem ao conhecimento proposicional. Tal como Burge (2007a), defenderei uma visão antiindividualista sobre a mente. E por fim, tal como Richard Larson e Gabriel Segal (1995), e Ludlow (1999b), tratarei as atitudes proposicionais como formas lógicas interpretadas (FLIs).

No parágrafo anterior apresentei meus compromissos teóricos na ordem in-

versa à ordem de apresentação dessa tese, pois parti dos resultados finais, os quais se inserem em um debate mais amplo para chegar aos métodos que usarei para estabelecer tais resultados. Agora apresento esses compromissos na ordem da minha exposição.

Sempre me pareceu um grande problema da filosofia da mente estabelecer o modo mais apropriado de representar os estados ou eventos mentais que se atribui a uma pessoa ou animal. Sempre me pareceu que, havendo alternativas mais áusteras, deveríamos abdicar de sentidos fregeanos (*Sinne*), proposições russellianas e mundos possíveis na investigação sobre a mente, visto que tais alternativas oneram a teoria com compromissos ontológicos desgastantes e distrativos, pois exigem o esforço de justificação de várias teses acessórias e abrem espaço para discussões laterais que seria preferível evitar. Bem, a proposta de tomar as atitudes proposicionais por FLIs é uma alternativa mais áustera que evita os problemas das alternativas listadas acima. Fundamentalmente, uma FLI é um objeto composto por um item sintático e um valor semântico, de tal modo que duas ocorrências de FLIs pertencem ao mesmo tipo de FLI caso os valores sintático e semântico sejam os mesmos, mas são ocorrências de FLIs diferentes caso haja qualquer discrepância entre tais valores. Seguindo Larson e Segal (1995) e Ludlow (1999b), representarei uma FLI como texto colocado entre colchetes fechados, []. . . []. Vejamos alguns exemplos. Kane pensa:

[Rosebud]

Essa FLI tem um valor sintático, “Rosebud”, e um valor semântico, Rosebud. Podemos representá-los como um par ordenado:

⟨“Rosebud”, Rosebud⟩

Usualmente, atitudes proposicionais são bem mais complexas. Por exemplo:

Protágoras achava que [o homem é a medida de todas as coisas]

No capítulo 1 veremos como lidar com essa complexidade usando ferramentas e técnicas da linguística moderna. Por ora passo a outra característica das FLIs: elas são formas lógicas compostas por valores sintáticos e semânticos, e também são *interpretadas*, o que quer dizer que elas não são meios de representar *literalmente* aquilo que se passa na mente da pessoa ou animal. Se assim fosse, a atribuição acima seria ruim, pois é absolutamente certo que Protágoras nunca teve pensamento algum em português do início do século 21. Mas a atribuição acima está em boa ordem, segundo a proposta de tomar as atitudes proposicionais por FLIs, porque se atribui à atitude proposicional de Protágoras valores sintáticos e semânticos que são adequados para representar sua mente.

Adoto uma visão antiindividualista da mente, o que quer dizer que tomo a mente como algo que é constituído pelas suas relações com o ambiente social e natural mais amplo que a engloba. O capítulo 2 apresenta o antiindividualismo, estabelecendo seus fundamentos, suas teses e sua história. Ser antiindividualista sobre a mente é, antes de tudo, ter uma visão sobre a maneira correta de abordar filosófica e cientificamente a mente, a qual requer que se mantenha os laços entre a mente e o mundo.

O capítulo 3 busca estabelecer os fundamentos para que se veja a memória como uma espécie de saber que se manifesta no uso implícito ou explícito de alguma experiência passada, e também defender a visão da memória como uma faculdade reconstrutiva. Esses dois objetivos estão vinculados à busca de uma teoria da memória que retrate tanto o que as pessoas em geral entendem por “lem-

brar” quanto aquilo que os cientistas nos ensinam, desde Frederic Bartlett (1932) até Iván Izquierdo (2004), passando por Daniel Schacter (1996). O enquadre teórico é devido em parte a Moyal-Sharrock (2009) e Schacter (1996), em parte a Bernecker (2008, 2009, 2010), mas as soluções adotadas vêm antes de tudo de teóricos influenciados por Wittgenstein, como Ryle (1949), Hacker (1996) e Don Locke (1971). A inspiração de fundo é o ensaio sobre a memória de Reid (1785).

O capítulo 4 apresenta uma visão contextualista da linguagem, de acordo com a qual (1) as palavras têm significados subdeterminados na língua comum, (2) esses significados servem de dicas para os falantes, e (3) os significados das palavras são enriquecidos durante o uso nas conversas. Uso essa visão da linguagem para resolver o problema semântico que se estabelece quando se cruza o que se sabe sobre o antiindividualismo com o que se sabe sobre a memória. Volto a tratar disso mais adiante.

O último capítulo apresenta uma visão externista da memória que é compatível com o caráter reconstrutivo dessa faculdade. A estratégia básica é mapear as modalidades de reconstrução que preservam conteúdo, e estabelecer os princípios epistemológicos que tratam as reconstruções preservativas como boas reconstruções, isto é como reconstruções que mantêm a memória como uma espécie de conhecimento.

Esses são meus compromissos teóricos, os quais apresentei como elementos do contexto no qual essa tese se insere. Agora passo à exposição do problema que ocupa a nós, autor e leitores.

Os tópicos do debate sobre antiindividualismo e memória são bem estabelecidos. Em primeiro lugar, há uma maneira padrão dos antiindividualistas explicarem o acesso privilegiado de um sujeito aos seus próprios estados ou eventos

mentais presentes,² a qual não serve para explicar o acesso de um sujeito à própria memória. Segundo, essa maneira padronizada de discutir a relação entre antiindividualismo e memória abre uma discussão sobre o que um antiindividualista tem a dizer sobre a capacidade de um sujeito de discriminar conteúdos mentais que sejam fenomenologicamente indiscerníveis, o que é um problema distinto do problema da memória.³ Terceiro, isso leva alguns a propor que se o antiindividualismo está certo, então ou há mais esquecimento do que usualmente se imagina, ou “lembrar” é ter conteúdos alterados ou adulterados.⁴ Quarto, Burge (1993, 1998a) propõe que a memória opera de maneira “preservativa”, isto é mantendo conteúdos com suas respectivas autorizações epistêmicas. Apesar das virtudes e da fecundidade dessa “via sacra”, a qual pode ser atestada por uma pesquisa no Google Scholar, eu acho que ganhamos em clareza sobre o que um antiindividualista tem a dizer sobre a memória se tomamos outro caminho, o qual inicia por esclarecimentos semânticos acerca da linguagem e das atitudes proposicionais, passa por uma investigação da natureza da memória e termina apresentando os compromissos epistemológicos de um antiindividualista que adote certa variedade de externismo sobre a garantia epistêmica.

Minha abordagem evita, ao máximo, certos problemas usuais no debate sobre antiindividualismo e memória, como o problema da discriminação do conteúdo e o problema da “memória” adulterada. A recusa a percorrer o caminho que passa por tais problemas vem de fatos que foram estabelecidos no próprio debate. Em primeiro lugar, é claro que o problema da discriminação do conteúdo é um problema distinto do problema da memória para o antiindividualista (ver Goldberg

²Ver Davidson (1987b), Burge (1988b), Heil (1988).

³Ver Boghossian (1989), Goldberg (1997, 1999, 2003), Brown (2004).

⁴Ver Ludlow (1995a,b, 1996, 1997, 1999a,b), Bernecker (1998), Tye (1998), Heal (1998).

1997, 1999). Em segundo lugar, não há boa teoria da memória que sustente de maneira adequada a visão que uma faculdade que altere os conteúdos sistematicamente é memória, visto que há diversos requisitos fundamentais da noção de memória que não são satisfeitos por tal teoria (ver Bernecker 2008), e não foram dadas boas razões para abandoná-los.

Por evitar tais problemas, e por focar em (1) bases semânticas, numa (2) teoria da memória e (3) em bases epistêmicas externistas, creio que minha proposta tem melhores chances do que as usuais de trazer uma boa resposta à questão: *O que um antiindividualista tem a dizer sobre a memória?* Na minha proposta, o antiindividualista diz duas coisas. Primeiro, apoiado apenas na teoria da memória, sem pressupor o antiindividualismo, o antiindividualista diz que a memória, como uso implícito ou explícito de alguma experiência passada, supõe uma espécie de saber que é preservado mesmo quando é alterado de maneiras sadias. Segundo, recuperando o elemento essencial do capítulo 2 do *De Mem.* de Aristóteles, que lembrar é antes de tudo uma tarefa e um esforço, visto que, de acordo com o contextualismo adotado, alteramos ativamente os significados das palavras, para usá-las de acordo com nossos interesses, sendo preciso recuperar usos e interesses anteriores para lembrar.

Capítulo 1

Primeira aproximação

Semântica sem tratamento de condições de verdade não é semântica.

David Lewis (1970: 191)

Início apresentando, de maneira programática e panorâmica, uma série de noções e problemas que nos ocuparão no resto deste trabalho. Tudo que pretendo com este capítulo é mapear o terreno a ser percorrido, marcando os nomes dos principais acidentes geográficos, e apresentando algumas ferramentas fundamentais.

1.1 Esboço inicial

Eis um esboço rápido — a ser detalhado neste e nos próximos capítulos — da problemática que nos ocupará no restante desta monografia. Não espere respostas desse esboço, nem vocabulário técnico preciso, ou esclarecimentos sobre o

vocabulário utilizado, pois por ora estou apenas expondo, de maneira leve e panorâmica, o que irei detalhar e explicar no restante deste trabalho.¹ Partirei de um ponto que não será discutido, a saber, que seres humanos e outros animais têm estados mentais intencionais.²

De acordo com o antiindividualismo, uma teoria também chamada de “externismo”, de “externalismo”, de “extern(al)ismo semântico” e de “extern(al)ismo sobre o conteúdo mental”, nossos conceitos são constituídos através de relações (perceptuais ou linguísticas) com suas instâncias. Por exemplo, digamos que uma pessoa, Ful³, tenha os conceitos de água, diamante, contrato, casamento, apartamento, decência, música, e muitos outros.⁴ De acordo com o antiindividualismo, esses conceitos de Ful foram constituídos seja pela percepção de casos assim conceituados, seja pelo manejo das palavras “água”, “diamante”, “contrato” etc. Os conceitos assim constituídos são intencionais, o que quer dizer que eles são de ou sobre alguma coisa, no caso os predicados das coisas que os instanciam.

Sendo assim, o que diríamos caso houvesse perceptos ou vozes⁵ qualitativa-

¹Evoco Russell (1905a: 5, ênfase do autor): “Esta pode parecer uma interpretação até certo ponto inaceitável, mas não estou, neste momento, dando razões, mas simplesmente *expondo* a teoria”.

²Sobre este ponto, ver Searle (1983), Sartre (1939).

³“Ful” é uma abreviação de “Fulana”, ou “Fulano”, ou “Fulan@”, e “Sicr” é uma abreviação de “Sicrana”, ou “Sicrano”, ou “Sicran@”, como queira @ leitor@.

⁴Note que, ao falar de “ter um conceito”, podemos ser levados a crer, de maneira errônea, que um conceito é algo que se possui, tal como se possui um objeto. Um conceito é uma habilidade de discriminar certos particulares como instâncias de um predicado. Essa capacidade é atribuível do ponto de vista da terceira pessoa, o que quer dizer que Ful, ela mesma, pode não usar o termo da atribuinte para nomear seu conceito, e pode ser o caso que Ful não use palavra alguma para nomear seu conceito, pois não tem uma capacidade metaconceitual de individuar seu conceito, ainda que o “tenha”.

⁵Me permito o arcaísmo de traduzir “form of word” ou “word-form” por “voz”, usando o termo na sua acepção primária, segundo o *Mini Houaiss* de 2003: “som produzido pelo aparelho fonador”. Digo que se trata de um arcaísmo porque não encontro esse uso desse termo entre meus contemporâneos influenciados pela filosofia analítica que se ocupam de filosofia da mente ou da linguagem, mas o encontro ao longo do clássico *O Tupi na Geografia Nacional* (Sampaio 1901).

mente idênticos, em cenários qualitativamente idênticos, mas os conceitos fossem outros, por serem sobre outras coisas? Se outros tipos de coisas — isto é coisas de outras espécies, ou com outras propriedades — tivessem sido percebidos (ainda que fossem perceptualmente indiscerníveis das coisas atuais) ou nomeados (ainda que com a mesma voz), os estados mentais de Ful envolveriam outros conceitos, e seriam distintos dos estados mentais atuais de Ful.

Mas, e se durante a vida de Ful acontecesse uma mudança tal, no ambiente por ela habitado, que certo tipo de coisa fosse substituído, sem ela saber, por coisas de um tipo por assim dizer *gêmeo*, as quais pareceriam de um tipo, mas são de outro (assim como um gêmeo parece com seu irmão, mas é outra pessoa)? Nesse caso, segundo o antiindividualismo, o contato regular de Ful com ocorrências de coisas do tipo gêmeo fariam com que ela desenvolvesse um conceito gêmeo.

Este é um ponto sobre a metafísica dos conceitos e dos estados mentais. Do ponto de vista epistemológico, nada na doutrina antiindividualista requer que, em tal caso, Ful saiba que tem um conceito distinto do conceito que antes tinha. Sendo assim, o antiindividualismo permite que alguém seja capaz de representar coisas diferentes de maneira diferente, sem que a pessoa ou organismo saiba que é capaz disso.

Mas, e se (1) Ful discriminou uma ocorrência de F (Fa) com o conceito $[C_1]$ ⁶ em t_1 , (2) Ful adquiriu o conceito gêmeo $[C_2]$, aplicável a Gs que Ful não distingue de Fs, mas são distintos dos Fs e (3) Ful está disposta a tomar ocorrências de Fs por ocorrências de Gs? Nesse quadro, em t_2 Ful não estará disposta a tomar a “memória” do seu estado mental de t_1 por um pensamento sobre Gs, ao invés de

⁶Os colchetes fechados são explicados na seção 1.10. Por ora basta dizer que eles indicam discurso indireto.

um pensamento sobre Fs?

Eis o esboço dos temas e do problema que serão elaborados neste e nos próximos capítulos, a partir das ferramentas e métodos apresentados nas próximas seções.

1.2 Mudança de ambiente e argumento da memória

No esboço apresentado na seção anterior, propus que se imaginasse uma situação na qual há uma mudança real no ambiente habitado por uma pessoa, embora não haja nenhuma diferença perceptual, nem nas vozes escutadas pela pessoa. Esses casos, os quais são chamados de (*slow switches*), têm sido muito discutidos desde Burge (1988b), artigo que nos apresenta uma situação na qual uma pessoa vai para um ambiente “gêmeo”, e depois volta para seu ambiente original, sem nunca saber que foi de um lugar para outro. Chamarei tais casos de casos de *mudança ambiental*, ou de casos de *alternância ambiental*, usando os dois nomes como equivalentes, embora eu considere o segundo mais preciso, por razões que serão apresentadas no capítulo 4. É típico desses casos que uma pessoa se mova, ou seja movida, sem notar, de um ambiente nativo a outro ambiente “gêmeo”, o qual é idêntico ao ambiente original do ponto de vista fenomênico, mas distinto quanto às espécies ou propriedades que nele existem, sendo por vezes a pessoa informada, posteriormente, de que alguma *geminção* de palavras (com conseqüente geminação conceitual) teve lugar no seu passado, sendo indeterminado para a pessoa quando a geminação ocorreu, e se no momento ela está no ambiente nativo ou no ambiente gêmeo (veja a seção 4.2). Esses casos parecem trazer um problema para o antiindividualismo (veja o cap. 2), como pode ser mostrado através

do *argumento da memória*, o qual foi apresentado originalmente por Boghossian (1989) e assim formulado por Ludlow (1995b):

(AM1) Se Ful não esquece nada, então ela sabe em t_2 o que sabia em t_1

(AM2) Ful não esquece nada

(AM3) Ful não sabe que $[p]$ em t_2

(AM4) Logo, Ful não sabia que $[p]$ em t_1

Tomemos $[p]$ como sendo um pensamento de Ful sobre alguma coisa, como água ou alumínio.⁷ Se o argumento da memória for um bom argumento, então parece que o antiindividualismo não consegue explicar o acesso de uma pessoa aos seus próprios pensamentos. Pois, imagine que Ful saiba, em t_1 , que está pensando que $[p]$. O tempo passa, e (estipula o argumento) Ful não esquece nada, mas o conteúdo $[p]$ é alterado por causa da alternância ambiental, e em t_2 Ful deixa de saber o que pensou em t_1 . Isso acarretaria, segundo o argumento da memória, que Ful não sabia em t_1 o que estava pensando naquele momento. Ou seja, se experimentos mentais de alternância ambiental são admitidos, então parece que o antiindividualismo não explica o acesso de uma pessoa aos seus próprios estados mentais intencionais e conscientes, o que é no mínimo problemático, pois o antiindividualismo é uma teoria sobre a mente, e como tal precisa explicar ou ao menos ser compatível com alguma explicação do acesso privilegiado de cada um aos próprios estados mentais.

⁷Este é o tipo de aplicação usual do argumento da memória, encontrável por exemplo em Warfield (1992: 217).

1.3 Um caso de mudança ambiental

Tipicamente, casos de alternância ambiental (*slow switching*) envolvem:

1. Uma pessoa, a qual chamaremos de “Ful”, que adquiriu o conceito $[C_1]$ no ambiente E_1 através da voz “pal”
2. Uma mudança no ambiente de Ful, ou a mudança de Ful para outro ambiente
3. A aquisição no ambiente E_2 do conceito $[C_2]$ ($\neq [C_1]$) através da mesma voz “pal”
4. A ignorância de Ful sobre a mudança de ambiente e sobre a existência de duas palavras⁸ com a mesma voz “pal”
5. A posterior notícia sobre a alternância ambiental, as diferenças entre E_1 e E_2 , e os usos da voz “pal”
6. A incapacidade de Ful de distinguir, por mera introspecção, seus pensamentos passados com um conceito dos seus pensamentos passados com o outro

Para compreender o que se passa em um caso de mudança de ambiente, devemos notar que uma pessoa pode tornar-se competente no uso de um nome próprio ou de um nome comum (e só esses últimos nos interessam) “pal” por duas vias:

Perceptual: Pela exposição perceptual a uma população de indivíduos que estão na extensão de “pal”⁹

⁸São duas palavras distintas, pois uma palavra é constituída por uma voz e por um significado. No caso acima, uma voz está vinculada a dois significados, o que dá duas palavras.

⁹É o caso no qual alguém se torna competente pelo *foco* na referência do nome próprio ou em amostras denotadas pelo nome comum. Ver Berger (2002: caps. 1–2).

Deferencial: Pelo uso de “pal” para falar daquilo que os especialistas chamam de “pal”¹⁰

O fundamental, em um caso de alternância ambiental, é que Ful se torne competente no uso de “pal” no ambiente “gêmeo” por deferir,¹¹ pois se ela simplesmente usasse “pal” para falar do que percebe, haveria mera *mudança referencial* na extensão da voz,¹² ao invés de haver *mudança conceitual*, isto é, mudança na habilidade de Ful de discriminar o que, na sua língua, se chama de “pal”.

Eis um caso de aquisição de [C₂] por deferência que está em larga medida de acordo com os parâmetros apresentados acima (só não está de acordo com o sexto item da caracterização de um caso típico de *slow switch*, pois a pessoa será em larga medida capaz de indicar quando seu conceito mudou):

Caso Carlos:

Carlos é um adulto de classe média típico do início dos anos 2000. Ele não tem nenhuma teoria e nenhum conhecimento minimamente aprofundado sobre conceito astronômico algum, e adquiriu o conceito de “planeta” muito antes de 26 de agosto de 2006, data na qual a União Astronômica Internacional (UAI) promoveu uma importante revisão conceitual (ver seção 1.7). Após essa data, Carlos adquiriu o novo conceito de planeta, pois Carlos *defer*e aos especialistas da sua comunidade a tarefa de definir e explicar o que é um planeta. No entanto, Carlos não tem a menor notícia sobre a revisão conceitual em tela,

¹⁰É o caso no qual alguém se torna competente por usar o nome para falar do que *satisfaz* uma descrição definida. Ver Berger (2002: caps. 1–2).

¹¹O que não impede que ela tenha contato perceptual com amostras do que é chamado de “pal” no ambiente “gêmeo”.

¹²Ver Berger (2002: cap. 2) e Gerken (2009: 118).

tanto que antes de 2006 (incluindo t_1) ele acreditava que o Sistema Solar tem nove planetas, e atualmente (incluindo t_2) ele ainda acredita “nisso” (estas e as seguintes são aspas irônicas). Ele também “continua” acreditando que Plutão é um “planeta”. Isso se dá porque ele adquiriu o novo conceito de planeta deferencialmente, tendo mudado o que os astrônomos entender por “planeta”, não os especialistas a quem Carlos defere.

As aspas de espanto (*scare quotes*) no relato acima são importantes, pois o que está em jogo é, justamente, se Carlos continua acreditando no que acreditava antes, e se em t_2 ele lembra do que acreditava em t_1 . A partir de agora, passo a apresentar ferramentas técnicas para lidar com o problema que começa a se delinear, da memória posterior a uma mudança de ambiente de um estado mental “gêmeo”.

1.4 Semântica formal

A lógica persegue a verdade
escalando a árvore da gramática.

Willard Quine (1970: 35)

As ferramentas da semântica formal nos ajudarão a ver o que está em jogo no caso Carlos, e nos casos que virão nos próximos capítulos.¹³ Eis as categorias

¹³A ideia é que a gramática a ser apresentada sirva para um fragmento da língua portuguesa. Empreguei várias fontes na elaboração dessas categorias e regras sintáticas. Destaco Creswell (2006: 133–36), Ludlow (2001: 215–16), Ludlow (1999b: 31–38; 47–54; 181–89), Lewis (1970: 193), de Souza e Barbosa (2002: 2), Othero (2006: cap. 1), Higginbotham (2009: 32) e Heim e Kratzer (1998: cap. 2). Repito a advertência de Ludlow (1999b: 231, n. 5): essa repre-

sintáticas e as regras de construção de estruturas sintagmáticas (*phrase-structure rules*) que empregaremos:¹⁴

Categorias sintáticas:

S: sentença

SN: sintagma nominal¹⁵

SV: sintagma verbal¹⁶

SC: sintagma completivo¹⁷

SP: sintagma preposicional¹⁸

nc: nome comum

np: nome próprio

det: determinador

q: quantificador

sentença da gramática é um pouco retrô, pois foi abandonada já antes do programa minimalista (ver Chomsky 1995). Se levamos em conta o desenvolvimento da linguística moderna, até o final dos anos 1960 se usava tais marcadores de categorias sintagmáticas com regras de geração de estruturas linguísticas como essas. Nos anos 1970 se desenvolveu a teoria x-barras, a qual abandona tais regras de geração, substituindo-as por requisitos sintáticos e semânticos do léxico envolvido. Mais recentemente a teoria x-barras foi abandonada, mas se manteve a abordagem da linguagem a partir dos requisitos lexicais. Sobre a história desse desenvolvimento teórico, ver Fukui (2001). Os principais exemplos de uso filosófico de categorias sintagmáticas com regra de geração são Larson e Segal (1995) e Ludlow (1999b). Um bom exemplo de uso filosófico dos desenvolvimentos mais recentes da linguística se encontra em Ludlow (2005).

¹⁴Optei por traduzir do inglês os rótulos das categorias sintagmáticas, ainda que seja usual mesmo em traduções da obra de Chomsky para o francês manter os rótulos originais. A gramática que apresento é mais próxima da gramática para fins de semântica formal de Cresswell (2006) do que das gramáticas de Chomsky, e seria uma boa opção adotá-la. No entanto, por uma série de motivos menores que se somaram, me pareceu melhor apresentar uma gramática com rótulos em português, o que já havia sido feito em língua portuguesa por Raposo (1979) e Luft (2002). A minha gramática está mais próxima da primeira do que da segunda.

¹⁵Equivale ao NP (*noun phrase*) em inglês.

¹⁶Equivale ao VP (*verb phrase*) em inglês.

¹⁷Equivale ao CP (*complementizer phrase*) em inglês.

¹⁸Equivale ao PP (*prepositional phrase*) em inglês.

c: complementizador, isto é introdutor de sentença¹⁹

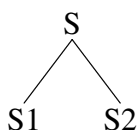
p: preposição

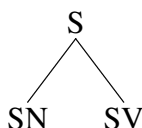
vt: verbo transitivo

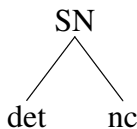
vi: verbo intransitivo

vl: verbo de ligação

Regras de geração de estruturas sintagmáticas, onde “→” associa categorias sintáticas de nós superiores a outras categorias sintáticas (nos nós intermediários) ou itens lexicais particulares (nos nós terminais) de nós inferiores:

$$S \rightarrow S1 S2^{20}$$


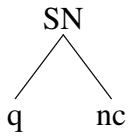
$$S \rightarrow SN SV$$


$$SN \rightarrow det nc$$


$$SN \rightarrow q nc$$

¹⁹Sigo Fukui (2001: 384) no uso dessa categoria, a qual é importante, junto com o SC, para a teoria das atitudes proposicionais de Higginbotham (2009), a qual muito influencia métodos e pressupostos que adotarei neste trabalho.

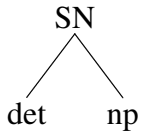
²⁰Leia-se: uma sentença S é formada ou gerada por uma sentença S1 e uma sentença S2. Ver Othero (2006) e de Souza e Barbosa (2002). Leia-se as outras regras de maneira análoga.



$\text{SN} \rightarrow \text{np}$



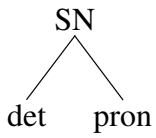
$\text{SN} \rightarrow \text{det np}$



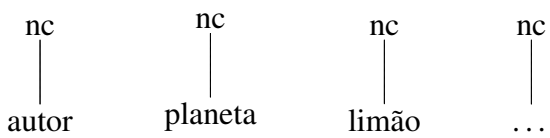
$\text{SN} \rightarrow \text{pron}$



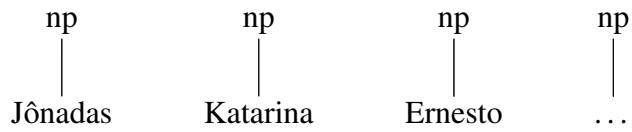
$\text{SN} \rightarrow \text{det pron}$



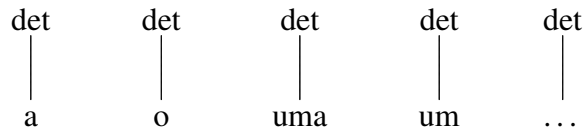
$\text{nc} \rightarrow \{ \text{autor, planeta, limão, } \dots \}$



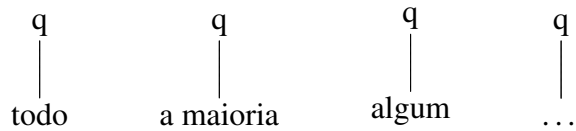
$\text{np} \rightarrow \{ \text{Jônadas, Katarina, Ernesto, } \dots \}$



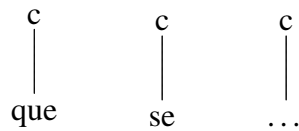
det → {a, o, uma, um ... }



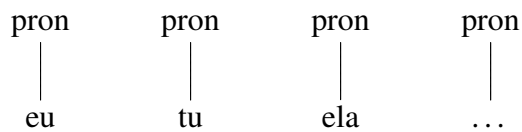
q → {todo, a maioria, algum, ... }



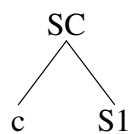
c → {que, se, ... }



pron → {eu, tu, ela, ... }

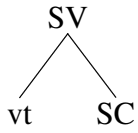


SC → c S1²¹

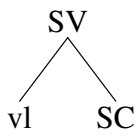


²¹Ver Fukui (2001: 384). Esta é uma estrutura importante, pois é a estrutura dos verbos de atitudes proposicionais com seus complementos (usualmente *that-clauses*), como em [S Ful [SV [vt sabe] [c que] [S1 Roma fica ao norte]/S1]/SV]/S, [S Sicr [SV [vt imagina] [c que] [S1 Joana ficará rica]/S1]/SV]/S, etc.

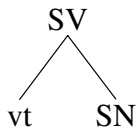
SV → vt SC



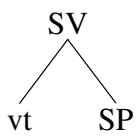
SV → vl SC



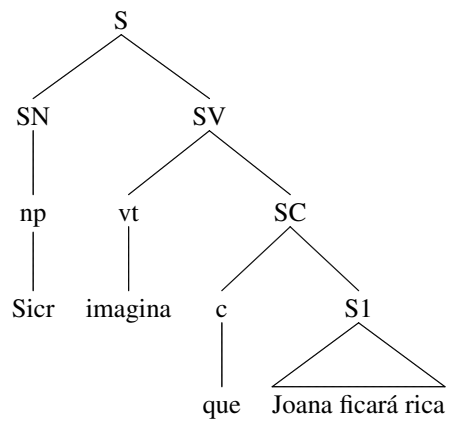
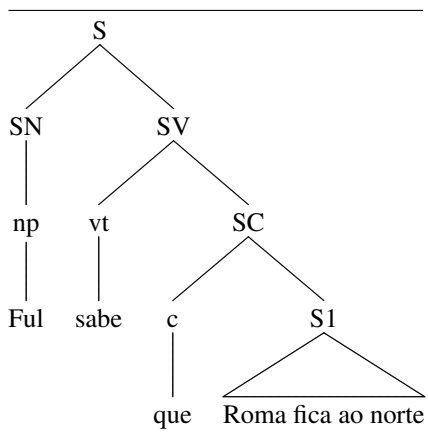
SV → vt SN



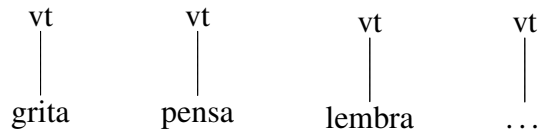
SV → vt SP



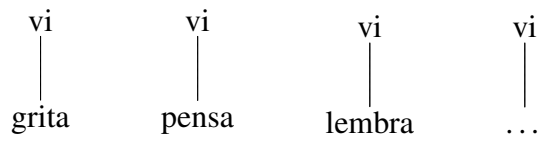
SV → vi



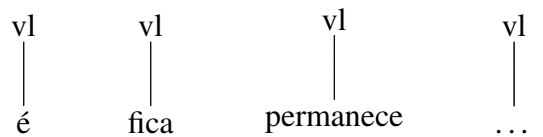
vt \rightarrow { grita, pensa, lembra, ... }



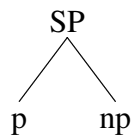
vi \rightarrow { grita, pensa, lembra, ... }



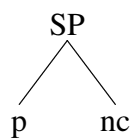
vl \rightarrow { é, fica, permanece ... }



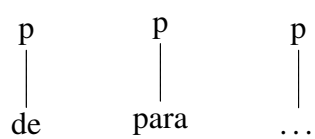
SP \rightarrow p np



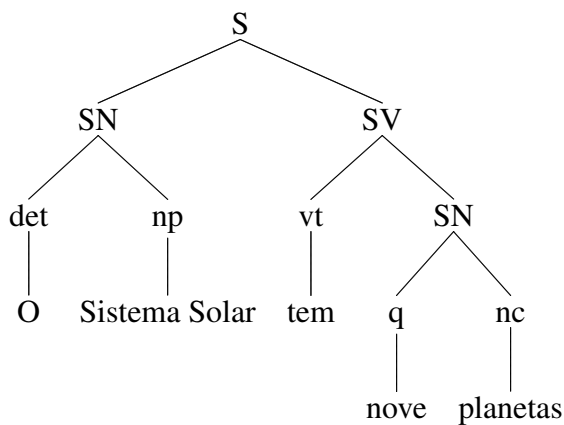
SP \rightarrow p nc



p \rightarrow { de, para, ... }



Essas estruturas sintáticas e regras de geração são combináveis em árvores sintáticas, as quais permitem avaliar o valor semântico de frases através da explicitação da sua forma lógica. Por exemplo, a frase [_S O Sistema Solar tem nove planetas]²² tem a seguinte estrutura sintática:



Os elementos lexicais (palavras) da frase ficam nos nós terminais, e contribuem semanticamente segundo as categorias dos nós superiores, desde que as combinações estejam previstas na gramática apresentada anteriormente. P.ex., [_{SN} nove planetas] é uma combinação lexical válida para a formação de um sintagma nominal, visto que um quantificador ([_q nove]) e um nome comum ([_{nc} planetas]) se combinam de maneira válida para a formação de um sintagma nominal. Ou, como indiquei acima, [_{SN} → q nc]. Se combinamos esse SN com o verbo transitivo [_{vt} ter], temos uma combinação válida para a formação de um sintagma verbal (isto é, de um predicado frasal), pois um verbo transitivo (vt) mais um sintagma nominal (SN) nos permitem formar um sintagma verbal, segundo a regra [_{SV} → vt SN]. Com isso geramos o predicado da frase [_{SV} O Sistema Solar tem nove planetas]. Agora vejamos o sujeito da frase. Com a combinação do determinador

²²Sigo a convenção usual entre os linguistas de colocar entre colchetes a estrutura linguística em análise.

[_{det} o] e do nome próprio [_{np} Sistema Solar] podemos gerar o sintagma nominal [_{SN} o Sistema Solar], e com isso temos o sujeito frasal, pois [_{SN} → _{det} np] é uma regra da nossa gramática. Com isso temos nossa frase, a qual está pronta para ser semanticamente avaliada como verdadeira ou falsa, de acordo com a contribuição semântica dos seus itens lexicais (palavras que a compõem).

1.5 Valor semântico

A avaliação semântica de uma frase requer que se especifique o significado lexical das palavras que a compõem, um mundo (w), um tempo (t), e indivíduos denotados pelos itens lexicais que estão nos nós terminais da árvore sintática, a qual tem categorias sintáticas nos nós superiores.²³ Seguindo Ludlow (1999b: 33), especificaremos os respectivos valores semânticos das palavras com o predicado Val(A, B), o qual se lê “A é o valor semântico de B”, da seguinte maneira:

Valor semântico de um np:

Val(x, “Plutão”) sse²⁴ x = Plutão

Val(x, “Maria”) sse x = Maria

Etc.

Valor semântico de um nc:²⁵

²³Sobre estes (e outros) requisitos da avaliação semântica, ver Lewis (1970) e Stojanovic (2009: 1).

²⁴Leia-se *se, e somente se*.

²⁵Note que a discussão, nesta seção, diz respeito às contribuições semânticas das estruturas linguísticas que compõem sentenças para o estabelecimento do valor de verdade da sentença. No caso da apresentação da contribuição semântica de um nc, não estamos dizendo que o significado de um nc é um objeto particular, mas sim que o nc deve se aplicar a um objeto particular para que a sentença seja verdadeira. Ver Larson e Segal (1995: 118–21). Outras maneiras de analisar a contribuição semântica de um nc são possíveis, mas enfrentam dificuldades que não se apresentam

Val(x, “planeta”) sse x é um planeta²⁶

Val(x, “limão”) sse x é um limão²⁷

Etc.

Valor semântico de um pron:

Val(x, “eu”) sse x é o falante

Val(x, “tu”) sse x é aquela a quem o falante se dirige

à proposta acima. Por exemplo, se poderia ver a contribuição semântica de um nc como uma propriedade, situação na qual diríamos que Val(x, “limão”) sse x é a propriedade de ser um limão (ver Ludlow 1999b: 67). No entanto, esse tipo de proposta traz dificuldades para a investigação de sentenças com ncs coordenados. Pois, como analisaríamos a sentença [S Ful é [nc1 astróloga] e [nc2 skatista]]? Na nossa proposta, na qual se considera o objeto que satisfaz o nc, analisaríamos como Val(x, nc1 e nc2) sse Val(x, “astróloga”) e Val(x, “skatista”) (ver Ludlow 1999b: 69). Mas, se vamos considerar as propriedades elas mesmas como contribuições semânticas, temos que ter um modo de analisar tal contribuição, e isso requer uma teoria sobre o modo de combinar as propriedades, o que está muito longe de ser uma tarefa trivial (ver Larson e Segal 1995: 147). Como vamos fazer isso? Uma proposta baseada no trecho citado de Larson e Segal é tomar nc1 e nc2 como um conjunto de propriedades, e daí poderíamos ter algo como Val(p, nc1 e nc2) sse para algum p1 e p2 cuja interseção seja o conjunto p, Val(p1, nc1) e Val(p2, nc2). O problema dessa proposta é que agora é preciso lidar com questões da metafísica dos conjuntos para fazer semântica dos nc, o que é evitado na proposta que apresentamos depois desta nota. A coisa é ainda mais complicada se usamos propriedades, ao invés de um conjunto, como a contribuição semântica do nc composto por nc1 e nc2. Nessa proposta, a sentença [S Ful é [nc1 astróloga] e [nc2 skatista]] é falsa, pois (trata-se de uma questão metafísica) não há uma propriedade que seja a propriedade de ser astróloga-e-skatista, ainda que pode muito bem haver a propriedade de ser astróloga, e a propriedade de ser skatista (ver Larson e Segal 1995: 147). De novo, esse problema é evitado na proposta a ser apresentada. Levando em conta a dificuldade dessas outras propostas, peço para a teoria da predicação aqui empregada uma caridade do mesmo tipo daquela que Bertrand Russell pede para sua teoria da denotação: “Das muitas outras consequências da perspectiva que aqui defendo, não direi nada. Somente pedirei ao leitor para não se precaver contra a perspectiva — como poderia estar fazendo, devido aparentemente à sua excessiva complicação —, até que tenha tentado construir uma teoria própria sobre o assunto da denotação. Essa tentativa, acredito, o convencerá de que, qualquer que possa ser a teoria verdadeira, ela não pode ter a simplicidade esperada de antemão” (Russell 1905a: 14).

²⁶Ou seja: para que uma sentença com o nc “planeta” seja verdadeira é preciso que aquilo do que se predica planetidade seja um planeta. Note que aqui estamos falando de uma relação diferente daquela que há no caso do valor semântico de um np, onde há igualdade, pois *não* estamos dizendo que x é *igual* à propriedade de ser planeta, mas sim que x *esteja sob* o conceito de planeta, isto é seja um planeta.

²⁷Ou seja: para que uma sentença com o nc “limão” seja verdadeira é preciso que aquilo do que se predica limanidade seja um limão.

Val(x, “ela”) sse x é aquela de quem se fala

Etc.

Valor semântico de um det:

Val(x, “o”) sse, em uma estrutura [SN \rightarrow det nc], x é aquele ou aquilo que satisfaz o np, nc ou pron que segue “o” no SN (p.ex. [[_{SN} O [_{nc} homem] é fumante]])

Val(x, “um”) sse, em uma estrutura [SN \rightarrow det nc], x é uma instância do nc que segue “um” no SN (p.ex. [[_{SN} Um [_{nc} homem] é fumante]])

Etc.

Valor semântico de um q:

Val(x, “algum”) sse, em uma estrutura [S \rightarrow SN SV], o SV é predicável de ao menos uma instância do nc que segue [algum] no SN (p.ex. [Algum [_{nc} dia] [_{SV} irei a Barcelona]])

Val(x, “muitos”) sse, em uma estrutura [S \rightarrow SN SV], o SV é predicável de várias instâncias x do nc que segue “muitos” no SN (p.ex. [Muitos [_{nc} homens] [_{SV} são fumantes]])

Etc.

Valor semântico de um c:

Val(x, “que”) = \emptyset

Val(x, “se”) = \emptyset

Etc.

Complementizadores são semanticamente vácuos, pois *c* é uma categoria funcional, ao invés de uma categoria lexical.²⁸

Valor semântico de um vt e de um vi:

Val(x, “grita”) sse, em uma estrutura [S → SN SV], [_{SV} grita] é predicável do SN (p.ex. [_S[_{SN} Ela] [_{SV} grita]])

Val(x, “lembra”) sse, em uma estrutura [S → SN SV], [_{SV} lembra] é predicável do SN (p.ex. [_S[_{SN} Ela] [_{SV} lembra]])

Etc.

Valor semântico de um vl:

Val(x, “é”) = ∅

Val(x, “permanece”) = ∅

Etc.

Verbos de ligação são semanticamente vácuos (ver Ferreira 2008: 26).

Valor semântico de uma p:

²⁸Ver Fukui (2001: 392–94) e Chomsky (1995: 6). Há duas diferenças básicas entre essas categorias linguísticas. Primeiro, as categorias lexicais têm papéis teta (*θ-roles*), enquanto as categorias funcionais não as têm. Segundo, as categorias funcionais têm características de concordância, mas as categorias lexicais não as têm. Podemos imaginar os papéis teta dos itens que satisfazem categorias lexicais como grades de características das palavras. Por exemplo, o verbo [corta] tem uma grade a ser preenchida com um [agente que corta], um [instrumento de corte] e um [objeto cortado]. Nem sempre todas as lacunas da grade são preenchidas explicitamente, pois podemos dizer tanto [_S Astrid_(agente) corta o salame_(objeto) com a faca_(instrumento)] como [_S Astrid corta o salame], ou apenas [_S Astrid corta]. Palavras que fazem parte de categorias funcionais, como os complementizadores [_c que] e [_c se], não tem tais características semânticas, logo não têm papéis teta. Mas elas têm características gramaticais, ou computacionais, as quais se distinguem das categorias relacionadas ao conteúdo das categorias lexicais. Apenas mencionando um ponto que não será desenvolvido: do ponto de vista linguístico, são as categorias funcionais as que explicam os movimentos de estruturas linguísticas forçados pelas regras de concordância de uma língua.

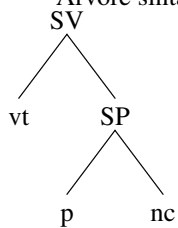
Val(x, “de”) sse, em uma estrutura [SV → vt [SP → p nc]],²⁹ o nc é o objeto do vt (p.ex. [sv[vt anda] [sp[p de] [nc carro]]]³⁰)

Val(x, “para”) sse, em uma estrutura [SV → vt [SP → p [SN → det nc]]],³¹ o SN é o objeto do vt (p.ex. [sv [vt foi] [sp [p para] [sn [det o] [nc norte]]]]³²)

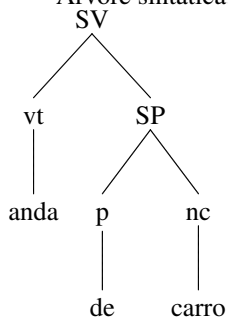
Etc.

É de se notar que, nessa proposta, o valor semântico de um nome comum é determinado pelo indivíduo que o satura em uma sentença. Essa abordagem não

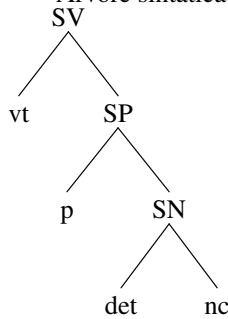
²⁹Árvore sintática:



³⁰Árvore sintática:



³¹Árvore sintática:



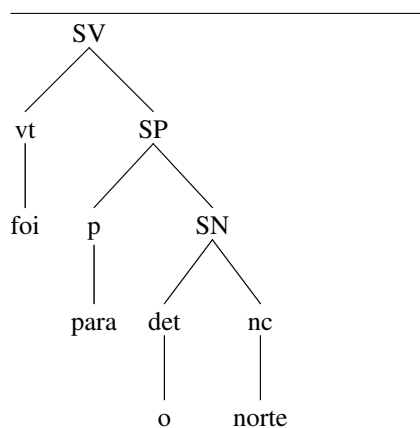
³²Árvore sintática:

toma os nomes comuns por termos que referem a propriedades ou espécies, nem nega que haja tal referência. Ao invés disso, seguindo Ludlow (1999b: 67, 2000), os nomes comuns (nc) são tomados como contribuindo semanticamente de maneira predicativa, isto é, como dizendo respeito aos indivíduos que os satisfazem. Ou seja, os nomes comuns não estão sendo tomados por palavras que denotam uma propriedade nas sentenças nas quais figuram, mas sim por palavras que predicam algo das coisas que o satisfazem nas sentenças nas quais figuram. A que vem tal abordagem? Não seria melhor tratar os nomes comuns como termos que têm espécies ou propriedades nas suas extensões?

Tratar os nomes comuns como palavras que têm espécies ou propriedades nas suas extensões evitaria uma heresia, pois estaria mais próximo da metafísica clássica de Russell (1912) e de Kripke (1980), a qual toma nomes comuns como referindo a espécies ou propriedades. Caso tivéssemos seguido esse caminho, estabeleceríamos o valor semântico de um nc da seguinte maneira:

Val(x, “vermelho”) sse x = a propriedade de ser vermelho (Ludlow 1999b: 67)

Etc.



Por que não segui esse caminho? Por uma razão técnica: me parece mais simples apresentar regras para o estabelecimento do valor semântico de um *nc* que os vinculem aos indivíduos dos quais são predicados. Me parece mais claro apresentar uma semântica que toma nomes comuns de maneira predicativa (como predicados de indivíduos) do que como nomes que referem a propriedades ou espécies. Até onde vejo, nada impede que se empregue tal semântica em associação com uma metafísica tal como a de Kripke, de modo que, escolha técnica à parte, não considero minha proposta lá muito herege.

Como veremos, nosso problema diz respeito antes de tudo ao valor semântico de nomes comuns. Mas antes precisamos falar sobre o valor de verdade de sentenças.

1.6 Esquema T

Ao estilo de Davidson (1967), tal como apresentado por Ludlow (1999b: 31–32), especificaremos o valor semântico de uma sentença de acordo com o seguinte esquema:

Esquema T: “*p*” é verdadeiro sse *p*

Nesse esquema, ocorre um item mencionado à esquerda de “é verdadeiro sse” e um item afirmado à direita de “é verdadeiro sse”. O item à esquerda está na língua objeto, aquela que está sendo investigada, e o item à direita está na língua na qual se teoriza, a qual no nosso caso é o português, mas poderia ser qualquer outra. Fundamentalmente, o esquema diz que aquilo que é mencionado (item da esquerda) só é verdadeiro se aquilo que é afirmado (item da direita) é o caso.

Dando o exemplo clássico:

“A neve é branca” é verdadeiro sse a neve é branca.

No entanto, é preciso notar que o esquema T clássico exige muito pouco, pois tudo o que é preciso é que os item da esquerda e da direita sejam verdadeiros.

Assim, o seguinte exemplo o satisfaz:

“A neve é branca” é verdadeiro sse o céu é azul.

Um modo de evitar isso é nos restringir aos *esquemas T interpretados*, nos quais as expressões da metalinguagem dão o conteúdo das expressões da língua objeto (ver seção 1.5). É o que faremos.

Agora podemos voltar à análise da(s) crença(s) de Carlos sobre o número de planetas do Sistema Solar.

1.7 []planeta₁[] e []planeta₂[]

[...] a individuação de proposições não é um exercício que tem lugar no ar; ao invés, ela deve responder à nossa prática, tanto com respeito a distinções no pensamento e na fala, quanto com respeito a casos onde duas vozes “dizem a mesma coisa”.

James Higginbotham (2009: 34)

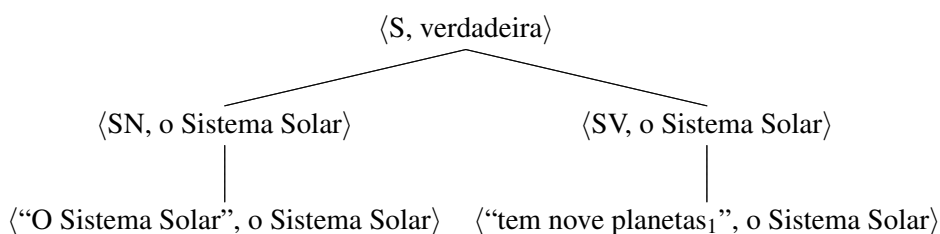
Chamando de []planeta₁[] o conceito de “planeta” anterior à revisão promovida pela UAI, e de []planeta₂[] o conceito de “planeta” posterior à revisão, eis as principais diferenças entre []planeta₁[] e []planeta₂[]:

[planeta₁]: corpo celeste que orbita ao redor de uma estrela

[planeta₂]: corpo celeste que orbita uma estrela ou restos estelares, tem massa suficiente para ter rotação em torno de si, mas não para provocar fusão nuclear, e limpou as vizinhanças da sua órbita

Acima, uma descrição foi associada a cada um dos conceitos de “planeta” apresentados, mas não basta que alguma coisa satisfaça uma das descrições para ser considerado um planeta₁ ou um planeta₂, visto que, na história da astronomia (no mundo real w_1), a descrição/definição de planeta₂ substituiu a descrição/definição de planeta₁. Como a resolução da UAI alterou o conceito de planeta no dia 26 de agosto de 2006, alguma coisa só pode satisfazer o conceito [planeta₁] no mundo real w_1 caso se esteja predicando planetidade₁ disso antes dessa data (em t_1 , digamos). Caso a predicação seja posterior a essa data (em t_2 , digamos), só se pode buscar se o objeto satisfaz [planeta₂]. Assim, supondo que a mesma voz “planeta” denota um conceito diferente em cada caso (o conceito aprovado pela UAI em cada caso), a avaliação semântica da voz “O Sistema Solar tem nove planetas”, no mundo real w_1 , tem uma análise para antes de 26 de agosto de 2006, e outra análise para depois. Pois vejamos:

Avaliação semântica da voz [_S O Sistema Solar tem nove planetas₁], antes de 26 de agosto de 2006:



Na árvore semântica acima, colocamos em cada nó um par ⟨item sintático, valor semântico⟩. Temos uma sentença S constituída por um sintagma nominal [_{SN} O Sistema Solar] e um sintagma verbal [_{SV} tem nove planetas]. O valor semântico do SN é o Sistema Solar, e o SV também tem esse valor semântico, visto que o SV está sendo predicado do SN. Como é o caso que o Sistema Solar tem nove planetas₁, a sentença é verdadeira.

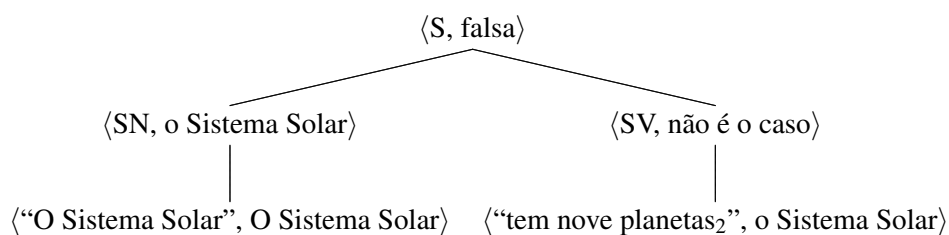
À primeira vista, pode parecer bizarro que o SN e do SV tenham o mesmo valor semântico (o Sistema Solar), apesar de serem estruturas linguísticas diferentes. No entanto, essa abordagem é justificada, caso atentemos às diferenças entre duas variedades de relações semânticas, a relação semântica de *nomear* e a relação semântica de *predicar*. Há expressões que nomeiam, referem ou designam. No caso dessas expressões, elas contribuem para a verdade da sentença onde figuram caso o objeto correto seja nomeado, referido ou designado. Há também expressões que descrevem, se aplicam a ou são predicadas de algum objeto. No caso dessas expressões, a sentença só é verdadeira caso aquilo do que se predica uma propriedade tenha a propriedade que é predicada (ver Larson e Segal 1995: 121). Qual a contribuição semântica do SV, nesse caso? A ideia é que a contribuição semântica é o objeto que precisa satisfazer o predicado para que a sentença possa ser verdadeira (ver Larson e Segal 1995: 118). Note que o foco, aqui, não está na explicitação na natureza daquilo que se compreende por certo predicado (o que seria uma investigação sobre a intensão ou compreensão), mas sim naquilo que precisa satisfazer o predicado para que a sentença seja verdadeira (o que é focar na extensão). Este ponto é sintetizado na seguinte passagem de Evans:

Tratar uma expressão como um predicado é associá-la a uma certa

condição, de cuja satisfação por objetos depende a verdade ou falsidade das sentenças nas quais a expressão ocorre. (Evans 1975: 31)

Focando na predicção, esta passagem de Evans diz respeito ao ponto que nos ocupa neste capítulo, a saber o estabelecimento de um aparato para a avaliação semântica de sentenças, a partir das contribuições semânticas dos seus elementos constituintes. O ponto de Evans é que a verdade ou falsidade de uma sentença com um predicado requer que haja um objeto que satisfaça o predicado, e é isso o que pretendemos explicitar nas avaliações semânticas que apresentamos, acima e abaixo.³³

Avaliação semântica da sentença “O Sistema Solar tem nove planetas”, depois de 26 de agosto de 2006:

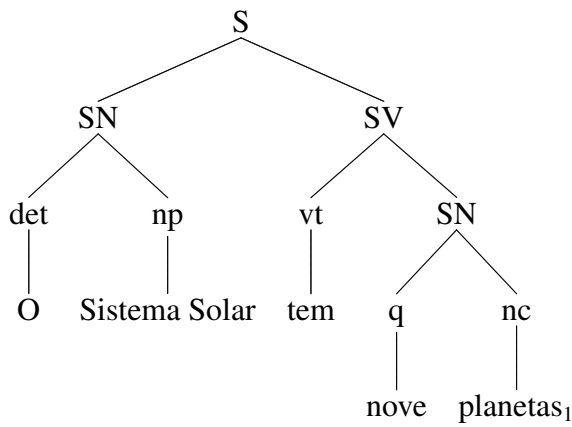


Nesse caso temos uma sentença falsa, pois o Sistema Solar não tem nove planetas₂. Assim, nos dois casos acima temos sentenças sem indexicais, mas ainda assim o valor de verdade é diferente em cada caso, antes e depois de 26 de agosto de 2006. Como pode? A resposta é que se trata de duas ocorrências de duas sentenças distintas, como se pode ver pela análise das respectivas formas lógicas:

A forma lógica da sentença de antes de 26 de agosto de 2006:

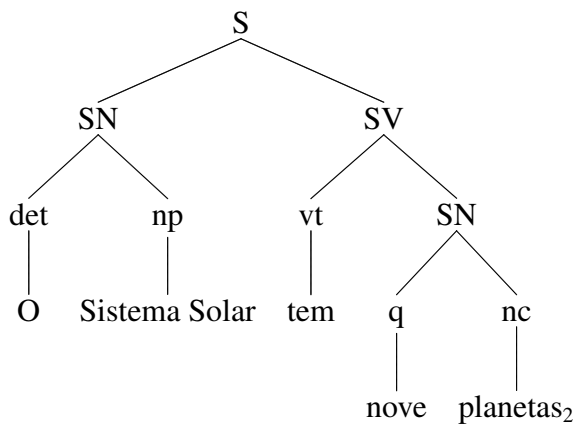
O Sistema Solar tem nove planetas₁

³³Quanto ao estilo da apresentação da avaliação semântica, seguimos de perto Ludlow (1999b).



A forma lógica da sentença de depois de 26 de agosto de 2006:

O Sistema Solar tem nove planetas₂



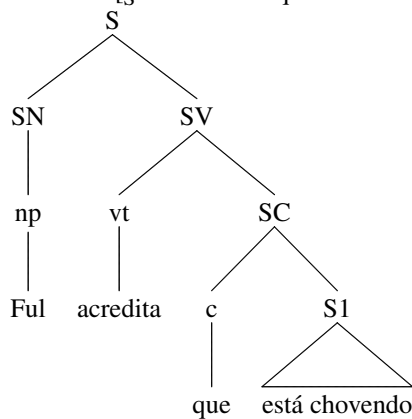
Ou seja, como em cada caso se predica algo diferente, não se trata de duas ocorrências da mesma sentença em t_1 e t_2 , apesar das aparências.

Com isso terminamos a análise semântica da forma de sentença “O Sistema Solar tem nove planetas” segundo as interpretações de “planeta” propostas. Mas nada dissemos, até o momento, sobre as crenças e a memória de Carlos. É o que começaremos a fazer agora.

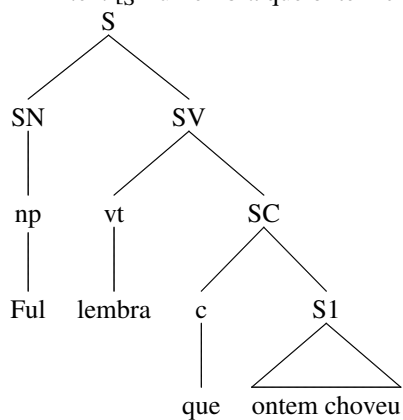
1.8 Posse de conceitos e contexto

O Caso Carlos estipula que Carlos adquiriu o conceito $[\text{planeta}_2]$ deferencialmente, embora não tenha perdido seu conceito antigo de planeta ($[\text{planeta}_1]$), e tenha crenças que são verdadeiras com $[\text{planeta}_1]$, mas falsas com $[\text{planeta}_2]$. Sendo esse o cenário, precisamos de princípios para a atribuição de competência conceitual que nos guiem na atribuição de atitudes proposicionais como *crer que*³⁴ e *lembrar que*³⁵. Há várias teorias disponíveis, mas não pretendo entrar nos méritos e detalhes de cada uma. Ao invés de entrar nesse debate, seguirei o *contextualismo conceitual* de Abath e Calado (2009a), pois me parece ser a teoria com melhores chances de preservar nossas intuições sobre o que se passa na

³⁴P.ex. [_S Ful acredita que está chovendo]



³⁵P.ex. [_S Ful lembra que ontem choveu]



cabeça de alguém, incluindo animais. De acordo com Abath e Calado (2009a):

[...] os requerimentos para a posse de conceitos podem variar de acordo com o contexto em que o conceito é atribuído. Por exemplo, *em um contexto C1, a posse de um vasto conjunto de crenças envolvendo um dado conceito pode ser um requerimento para a posse do conceito, enquanto esse pode não ser um requerimento para a posse do conceito em um contexto distinto, C2*. Isso significa que, em certos contextos, a posse de linguagem pode ser um requerimento para a posse de um dado conceito, e, e em outros contextos, pode não ser. (Abath e Calado 2009a: Resumo, meus itálicos)

Fundamentalmente, Abath e Calado (2009a) estão defendendo que se um organismo ou pessoa tem ou não um conceito depende do contexto de atribuição de uma crença (ou de outra atitude proposicional) envolvendo o conceito. Assim sendo, o que diremos de Carlos? Tudo o mais se mantendo o mesmo, que conceito estaria na forma lógica da forma de sentença “O Sistema Solar tem nove planetas”, dito em t_2 ? Como queremos retratar a mente de Carlos como maximamente racional (princípio de caridade), o melhor é atribuir a ele o conceito $[\text{planeta}_1]$, de modo que a forma lógica da sentença a ser atribuída a ele seria:

$[\text{O Sistema Solar tem nove planetas}_1]$

Mas, como isso pode ser feito, visto que Carlos defere aos astrônomos a tarefa de determinar o que é um “planeta”? Além desse problema sobre a crença presente de Carlos, há um problema sobre a memória. Se ele defere aos astrônomos, então seu conceito de “planeta” é posterior à decisão de 2006 da UAI. Mas, se é assim,

há um problema para a determinação da forma lógica do relato de “memória”.

Digamos que Carlos fale para seu filho:

[]Em 1977 eu te disse que o Sistema Solar tem nove planetas? []

Que conceito figura nesse (suposto) relato de memória? Digamos que em 1977 Carlos disse para seu filho:

[]O Sistema Solar tem nove planetas₁ []

Se ele defere aos astrônomos, então seu conceito mudou. Isso quer dizer que ele não lembra mais do que disse, embora uma voz indefinida seja reiterada na sua mente? Esse problema sobre a memória nos perseguirá até o final. Por ora vamos nos concentrar nos conceitos deferenciais.

1.9 Conceitos deferenciais

Um especialista é alguém que conhece alguns dos piores erros que podem ser feitos na sua especialidade e como evitá-los.

Werner Heisenberg (em Augarde
1991: 8.41)

O que foi dito acima poderia dar ocasião à seguinte objeção: visto que em t_2 Carlos mantém a crença que o Sistema Solar tem nove “planetas”, o correto não seria retratar Carlos como alguém que se entrincheira em []planeta₁ [], ao invés de ter adquirido *planeta*₂?

A resposta é *não*. Acima (seção 1.7), apresentei as definições/descrições de []planeta₁ [] e []planeta₂ [], as quais não retratam o(s) conceito(s) de “planeta” de

Carlos, mas sim as semânticas da voz “planeta”. Agora enriqueço a lista com o conceito (a concepção) de “planeta” de Carlos:

[planeta₁]: corpo celeste que orbita ao redor de uma estrela

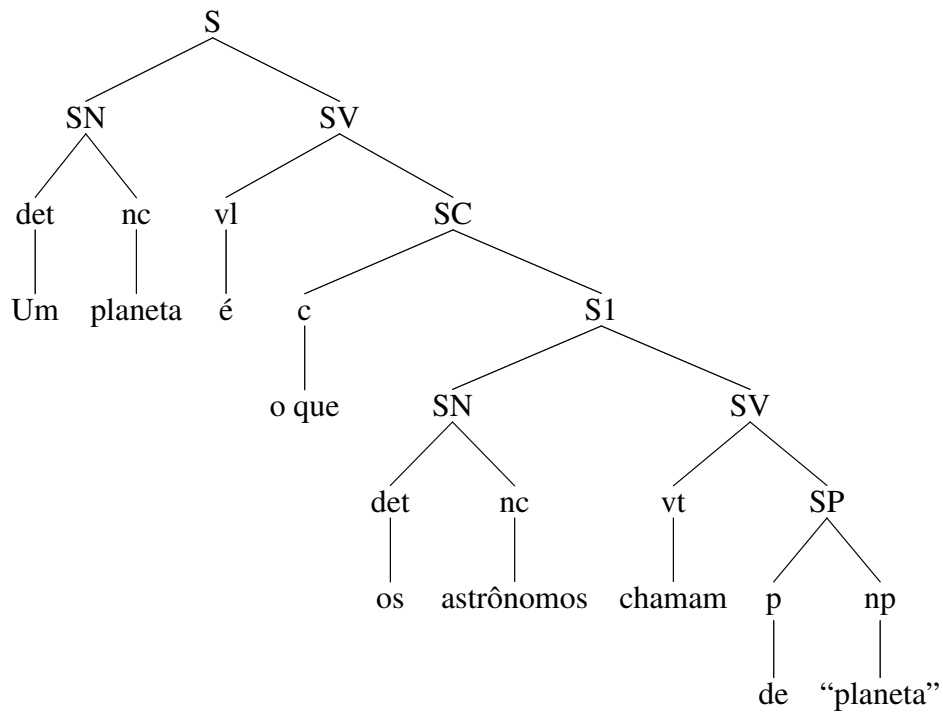
[planeta₂]: corpo celeste que orbita uma estrela ou restos estelares, que tem massa suficiente para ter rotação em torno de si, mas não tem massa suficiente para provocar fusão nuclear, e limpou as vizinhanças da sua órbita

[planeta_{Carlos}]: o que os astrônomos chamam de “planeta”

É uma estipulação do Caso Carlos que Carlos tem um conceito deferencial de “planeta”. Sendo esse o caso, não há como falar em entricheiramento de Carlos em um conceito de “planeta”, sendo melhor buscar o conceito mais adequado de acordo com o contexto, tal como propõem Abath e Calado (2009a).

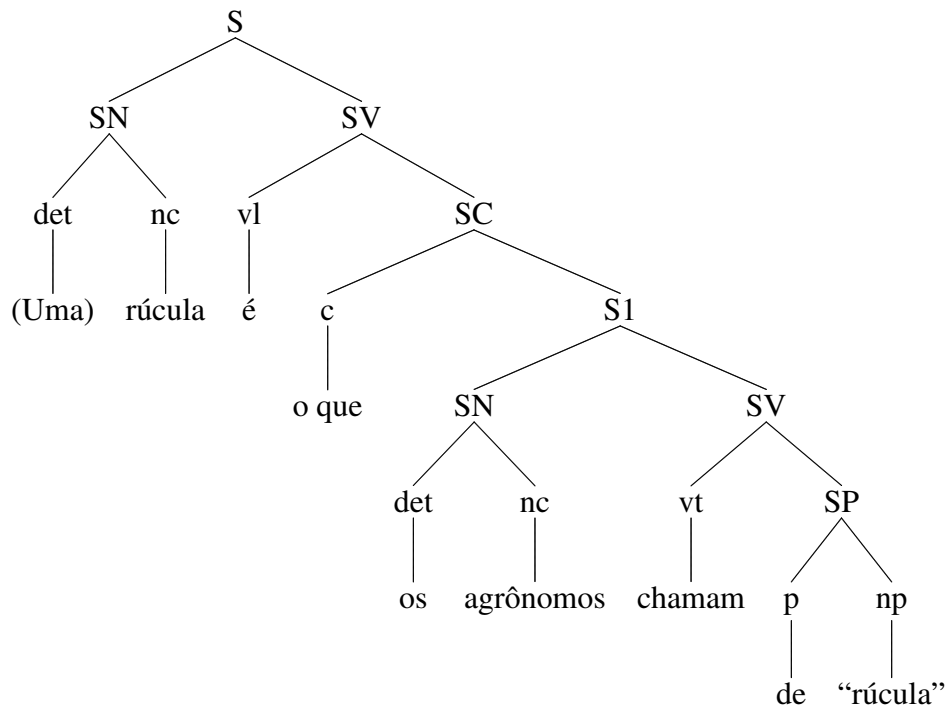
O conceito de “planeta” de Carlos tem uma estrutura interessante. Se analisarmos a sentença (dita por Carlos) [_S Um planeta é o que os astrônomos chamam de “planeta”], e consideramos os nós intermediários, ao invés dos nós terminais, o conceito de “planeta” de Carlos tem a mesma estrutura sintática dos meus (César) conceitos de câncer, rúcula etc.:³⁶

³⁶Na árvore que segue, represento o nome comum “planeta”, quando mencionado ao invés de usado (“planeta”), como um nome próprio ao invés de um nome comum. “Planeta”, mencionado, é o nome próprio daquilo que aqueles que falam ou pensam “planeta” chamam de “planeta”.

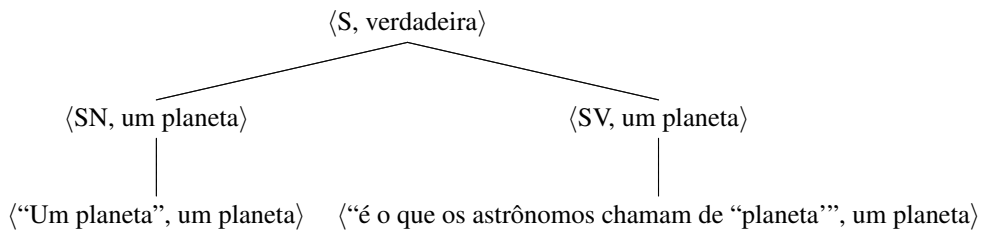


Mantendo a mesma estrutura sintática, substitua na árvore acima o SN *planeta* por *rúcula*, o nc *astrônomos* por *agrônomos* e o SN “*planeta*” por “*rúcula*”, e você tem uma representação do *meu* conceito deferencial de *rúcula*:³⁷

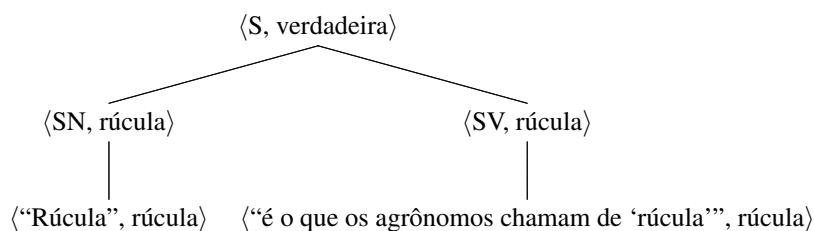
³⁷A construção pode parecer estranha por causa da construção “(Uma) *rúcula* é...” na posição de sujeito, enquanto o natural seria “*Rúcula* é...”. Mas o det “uma” não precisa estar presente no desempenho verbal ou no ato mental, estando presente apenas na árvore sintática, pois essa reproduz a forma lógica, e se trata de uma afirmação sobre como se chamam as ocorrências de “*rúcula*”, não sobre a espécie *rúcula*.



Transformações análogas dão conta dos conceitos deferenciais em geral. Em cada caso, alguém que tem o conceito deferencial de F tem o conceito de F, visto que os respectivos especialistas de cada área chamam de “F” às ocorrências de Fs. Isso fica claro pelas avaliações semânticas dos conceitos deferenciais. Eis a avaliação semântica do conceito deferencial de “planeta”:



Avaliação semântica do conceito deferencial de rúcula:



1.10 Atitudes proposicionais

A oração complementizada “que *p*” refere à estrutura sintática “*p*” ela mesma, *entendida como se ela fosse enunciada pelo falante*. As estruturas sintáticas, então, desde que assim entendidas, apenas são as proposições.

James Higginbotham (2009: 35)

Como o próprio nome diz, se espera que uma atribuição de *atitude proposicional* seja a atribuição a um organismo de uma atitude (crer, lembrar, saber etc.) em relação a uma proposição, ou conteúdo. Segundo Ludlow,³⁸ há várias maneiras de caracterizar tal conteúdo:

Sentidos fregeanos: o conteúdo *Fa* da atribuição de atitude proposicional “Ful acha que *Fa*” é um sentido (*Sinn*), o qual especifica os valores epistêmicos de *F* e de *a* para Ful

Proposições russellianas: o conteúdo *Fa* da atribuição de atitude proposicional “Ful acha que *Fa*” é uma proposição constituída pela propriedade *F* e pelo objeto *a* (ver Fitch 2007, Ludlow 1999b: 49)

³⁸Principalmente Ludlow (1999b: 50) e Ludlow (2001: 218–19).

Objetos semelhantes-a-proposições (*proposition-like objects*): o conteúdo Fa da atribuição de atitude proposicional “Ful acha que Fa” é um objeto Fa similar a uma proposição, com a diferença que não é eterno — seu valor de verdade pode mudar ao longo do tempo (ver Ludlow 2001: 218–19)

Semântica dos mundos possíveis: o conteúdo Fa da atribuição de atitude proposicional “Ful acha que Fa” é uma relação entre Ful e um conjunto de mundos possíveis nos quais é o caso que Fa (ver Ludlow 1999b: 49)

Formas lógicas interpretadas (FLIs): o conteúdo []Fa[] da atribuição de atitude proposicional “Ful acha que Fa” expressa relações entre Ful e palavras (vinculadas a valores semânticos) escolhidas pela atribuinte³⁹

Seguindo Ludlow (1999b) e Segal (1989), abordarei o conteúdo de uma atitude proposicional como uma forma lógica interpretada (FLI), a qual será representada por texto colocado entre colchetes fechados ([]... []). A principal vantagem dessa abordagem é metodológica, visto que é mais austero avaliar atitudes proposicionais pelo mero apelo a valores semânticos do que pelo apelo a sentidos, proposições ou mundos possíveis (ver Ludlow 1999b: 50).⁴⁰

Vejamos a estrutura de uma atribuição de atitude proposicional. Fundamentalmente, o que ocorre é que uma sentença S1 que representa o conteúdo atribuído

³⁹Ver Ludlow (1999b: 49), Higginbotham (2009: 31), Burge (1978), Barwise e Perry (1981: 310) e Heim e Kratzer (1998: 311).

⁴⁰Não pretendo entrar nessa discussão metodológica, mas ainda assim gostaria de apresentar uma crítica à inflação dos mundos possíveis na investigação semântica: “A ascendência da semântica dos mundos possíveis, a qual discrimina proposições apenas até a equivalência necessária, tem, na minha visão, retardado desenvolvimentos na teoria semântica, especialmente na linguística (o que não é dizer que a visão das proposições como não-estruturadas, como conjuntos de mundos possíveis por exemplo, tem sido infrutífera, apenas que o nível de abstração no qual essa visão opera é tal que oblitera distinções que são requeridas na explicação linguística e psicológica de fenômenos humanos ordinários)” (Higginbotham 2009: 37).

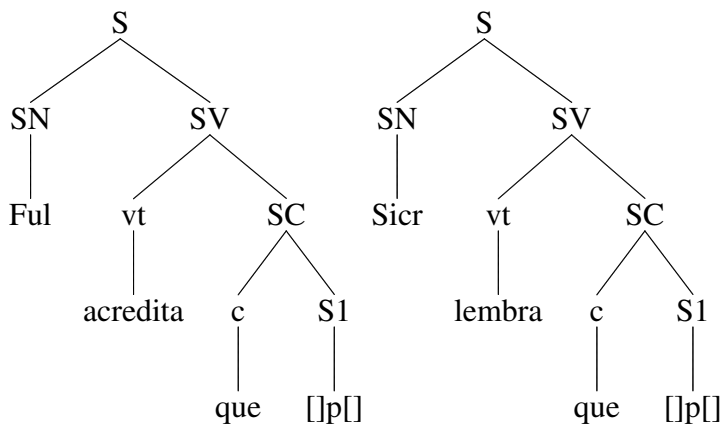
à pessoa ou organismo está encaixada no interior de outra sentença. Tipicamente, obteremos a seguinte estrutura:

atribuído verbo intensional proposição

Ful acredita que []p[]

Sicr lembra que []p[]

Etc.



Onde a sentença interna S1 que representa o conteúdo é chamada de *oratio obliqua*, e a sentença S que a prefacia é chamada de *oratio recta*. Iniciando a *oratio obliqua* no SC onde S1 está encaixada, temos por exemplo:

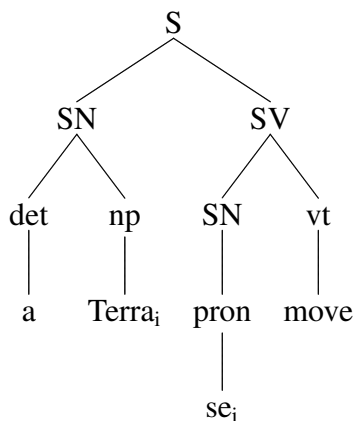
[*s, oratio recta* Galileu acreditava [*sc, oratio obliqua* que a Terra se move]]

Essa atribuição, representando o conteúdo como uma FLI:

[*s* Galileu acreditava [*sc* que []a Terra se move[]]]

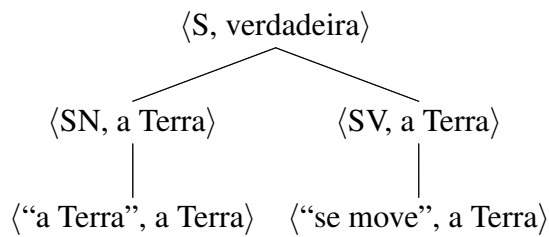
Note que uma FLI não especifica o modo como o atribuído concebe o conteúdo (ao contrário de um *Sinn*), não especifica as propriedades e indivíduos que constituem o conteúdo (ao contrário de uma proposição russelliana), nem relaciona o atribuído a um conjunto de mundos possíveis (ao contrário da semântica

dos mundos possíveis). Tudo o que a teoria das FLI pede é que se atribua valores semânticos adequados aos nós terminais da FLI atribuída, de acordo com a finalidade da atribuição (ver Ludlow 1999b: 54–57 e Ludlow 2000).⁴¹ Assim, no caso da FLI [a Terra se move], atribuída a Galileu, temos a seguinte estrutura sintática:



E a seguinte avaliação semântica:

⁴¹Deixo para este rodapé um tema associado que não será desenvolvido, o da inocência semântica, a qual parece ser uma vantagem a mais da opção por FLIs em detrimento de outras opções, como os *Sinne*. De acordo com a passagem clássica de Davidson: “Desde Frege, os filósofos se prenderam à ideia que sentenças-de-conteúdo [S1] no discurso sobre atitudes proposicionais podem estranhamente referir a entidades tais como intensões, proposições, sentenças, proferimentos, e inscrições. O que é estranho não são as entidades, as quais estão muito bem nos seus lugares (se elas têm algum), mas a ideia de que palavras comuns para planetas, pessoas, mesas e hipopótamos em discurso indireto podem desistir dessas referências pedestres em troca do exótico. Se nós pudéssemos recuperar nossa inocência semântica pré-fregeana, penso que nos pareceria simplesmente incrível que as palavras ‘A terra se move’, proferidas após as palavras ‘Galileu disse que’, signifiquem (*mean*) alguma coisa diferente, ou refiram a alguma outra coisa do que aquilo que é do seu costume quando elas vêm em outros ambientes. Sem dúvida seus papéis na *oratio obliqua* são em algum sentido especiais; mas essa é outra história. A língua é o instrumento que é porque a mesma expressão, com características semânticas (significado) imutáveis, pode servir a incontáveis objetivos. Tentei mostrar como nosso entendimento do discurso indireto não deforma esse *insight* básico” (Davidson 1968: 108).



Trata-se de uma sentença verdadeira, pois é o caso que a Terra se move. Isso dá conta da avaliação semântica do *conteúdo* da atitude proposicional, mas não dá conta da avaliação semântica da *atribuição* ela mesma. Para tal avaliação, usaremos um modelo que extraí de Parsons (2009: 47–48), segundo o qual em uma atribuição de atitude proposicional é levada em conta uma função $VA(x, y)$ estabelecida pelo verbo de atitude (VA) que tem como argumentos o organismo ao qual a atitude é atribuída (x) e o conteúdo atribuído (y). Eis o esquema e um exemplo:

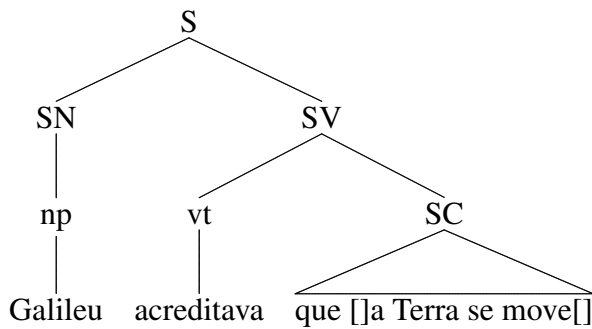
$VA(\text{atribuído}, \text{conteúdo})$

acredita(Ful, que [p])

Por exemplo, eis a função $VA(x, y)$ para a atribuição [s Galileu acreditava [sc que [a Terra se move]]]:

acreditava(Galileu, que [a Terra se move])

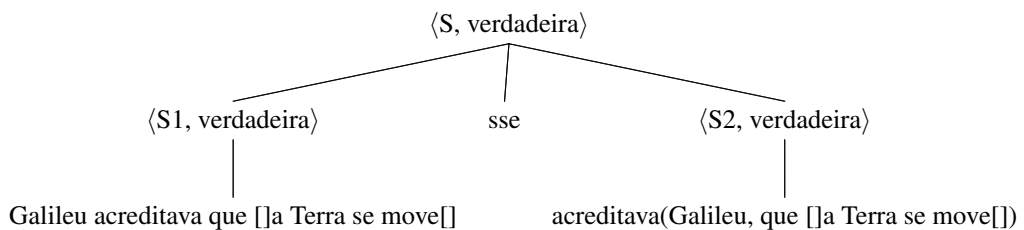
Do ponto de vista sintático, eis a análise que deixa mais diretamente salientes os elementos envolvidos nessa função, quais são o atribuído (SN), o verbo de atitude (vt) e o conteúdo, tal como foi introduzido por um complementizador em um SC:



Fundamentalmente, em todas as atribuições de atitudes proposicionais teremos uma estrutura como a apresentada acima, na qual temos [S[SN SV[vt SC]]], isto é uma sentença composta por um sintagma nominal e um sintagma verbal, sendo que o sintagma verbal é composto por um verbo transitivo e um sintagma completivo. Eis a avaliação semântica da atribuição acima:

- “Galileu acreditava que [a Terra se move]” é verdadeiro sse acreditava(Galileu, que [a Terra se move])
- Galileu está na relação acreditava com a FLI [a Terra se move]
- Logo, a atribuição do estado mental “Galileu acreditava que [a Terra se move]” é verdadeira

Eis uma representação gráfica dessa avaliação semântica:



Talvez isso deva ser mostrado com mais detalhes, ao menos uma vez.⁴² Eis porque “Galileu acreditava que [a Terra se move]” é verdadeiro sse acreditava(Galileu, que [a Terra se move]):

1. “Galileu acreditava que [a Terra se move]” é verdadeiro sse acreditava(x, y) é verdadeiro das denotações de Galileu e de “que [a Terra se move]” (*Axioma sobre a predicação*)
2. acreditava(x, y) é verdadeiro de duas coisas sse a primeira acreditava a segunda (*Axioma sobre acreditava(x, y)*)
3. A referência de “Galileu” é Galileu (*Axioma sobre Galileu*)
4. Então “Galileu acreditava que [a Terra se move]” é verdadeiro sse acreditava(Galileu, a denotação de “que [a Terra se move]”) (*De 1, 2, 3*)
5. A denotação de “que [a Terra se move]” é o significado de “a Terra se move” (*Axioma fregeano: no discurso indireto falamos sobre o significado da oração subordinada*)
6. Então “Galileu acreditava que [a Terra se move]” é verdadeiro sse acreditava(Galileu, o significado de “a Terra se move”) (*De 4 e 5*)
7. O significado de “a Terra se move” é uma função: o significado de “se move” aplicado ao significado de “a Terra” (*Axioma sobre o significado de uma predicação*)
8. O significado de “se move” é [se move], e o significado de “a Terra” é [a Terra] (*Axiomas sobre “se move” e “a Terra”*)

⁴²Na sequência sigo bem de pertinho Parsons (2009: 47–48).

9. Então o significado de “a Terra se move” é []se move[]([[]a Terra[]]) (*De 7 e 8*)
10. Mas []se move[]([[]a Terra[]]) = []se move(a Terra)[] (*Princípio lógico da metalinguagem*)
11. Então o significado de “a Terra se move” é []se move(a Terra)[] (*De 9 e 10*)
12. Então “Galileu acreditava que []a Terra se move[]” é verdadeiro sse acreditava(Galileu, []se move(a Terra)[]) (*De 6 e 11*)

Acima falamos do conteúdo de uma atitude proposicional. Vejamos agora o verbo intensional (verbo de atitude) que prefacia tal conteúdo. Há verbos intensionais que aceitam uma sentença ([_{S1}]) como complemento (conteúdo). Eis alguns exemplos de atribuições com tais verbos, onde os conteúdos atribuídos figuram como FLIs:

[_S Maria *acredita* [_{SC} que []os marcianos invadirão a Terra[]]]

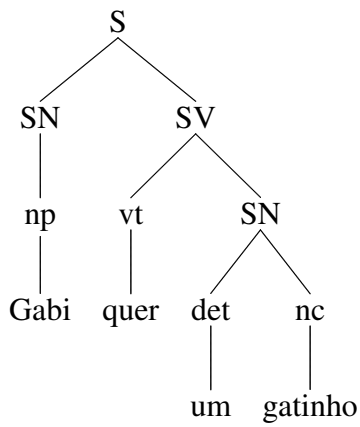
[_S Márcio *espera* [_{SC} que []o espaço seja balizado[]]]

[_S Jônadas *sabe* [_{SC} que []Mulhall escreveu sobre cinema[]]]

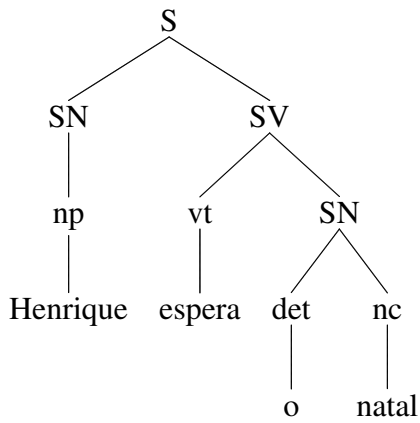
[_S Julieta *lembra* [_{SC} que []José foi para São Paulo[]]]

Também há verbos intensionais que requerem um sintagma nominal ([_{SN}]) como complemento (conteúdo):

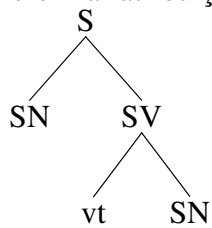
[_S Gabi *quer* [_{SN} um gatinho]]



[_S Henrique *espera* [_{SN} o Natal]]

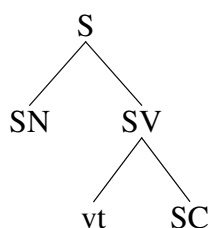


No caso desse tipo de atitude, o qual poderia ser chamado de *atitude acusativa*, por ter um objeto como complemento (conteúdo), quando for preciso vamos supor que há uma estrutura frasal ([_{S1}]) oculta, de modo que se for preciso vamos transformar atribuições da forma [S[SN][SV[vt SN]]]



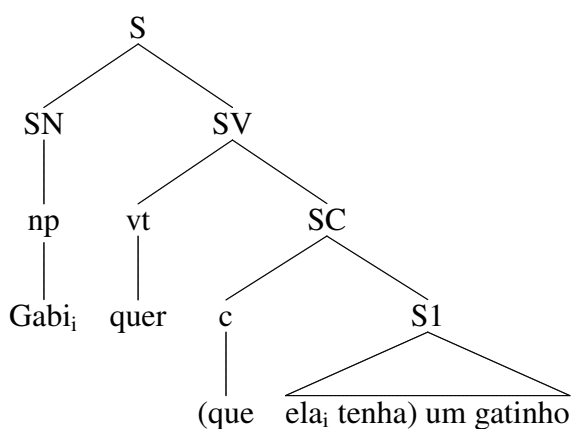
em atribuições da forma [S[SN][SV[vt SC]]].⁴³

⁴³Sobre esta estratégia, ver Searle (1983: cap. 1), Ludlow (1999b: 53) e Guttenplan (1994: 12).

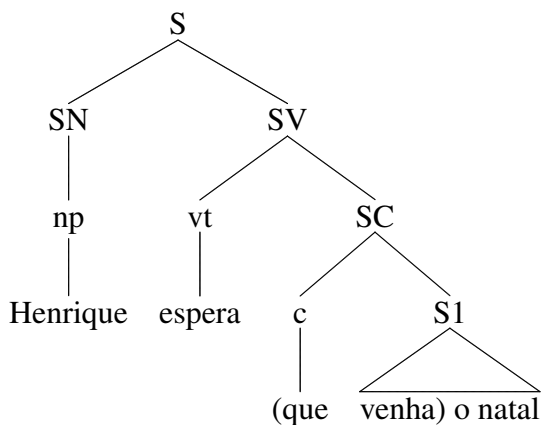


Os exemplos acima, após a transformação, ficam:

[_s Gabi_i quer [_{sc} (que ela_i tenha) um gatinho]]



[_s Henrique espera [_{sc} (que venha) o Natal]]

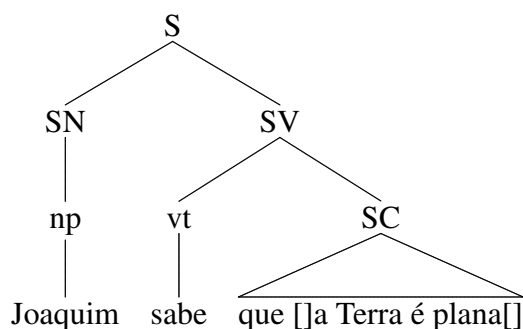


Do ponto de vista semântico, há uma diferença importante entre os verbos intensionais *fativos*⁴⁴ e os verbos intensionais *não-fativos*, pois um verbo intensional

⁴⁴Terminologia: se usa *factivo*, com *c*, e *fativo*, sem *c*. Optei por *fativo*, sem *c*, a partir dos exemplos de Luis Henrique dos Santos, Pablo Rubén Mariconda e Luiz João Baraúna em Mariconda (1988).

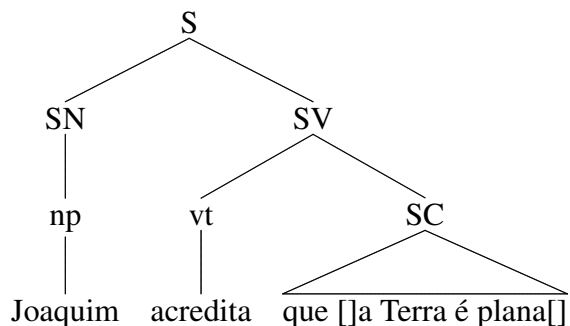
fativo requer que a *oratio obliqua* seja verdadeira. *Saber, conhecer, perceber e lembrar* são alguns dos principais verbos intensionais fativos, enquanto *acreditar* e *imaginar* são alguns dos principais verbos intensionais não-fativos. A diferença semântica entre o que satisfaz um verbo fativo e o que satisfaz um verbo não-fativo é que (caso dos verbos de atitudes não-fativos) é possível acreditar ou imaginar o falso, mas (caso dos verbos de atitudes fativos) não é possível perceber, lembrar ou conhecer uma falsidade. Digamos que a FLI [a Terra é plana] esteja encaixada em duas atribuições de atitudes proposicionais distintas, uma com verbo de atitude fativo:

Joaquim *sabe* que [a Terra é plana]



E outra com verbo de atitude não-fativo:

Joaquim *acredita* que [a Terra é plana]



E façamos a avaliação semântica de uma e outra. Primeiro, a avaliação semântica de [_S Joaquim *sabe* que []a Terra é plana[]]:

- “Joaquim sabe que []a Terra é plana[]” é verdadeiro sse sabe(Joaquim, que []a Terra é plana[])
- Joaquim não está na relação sabe com a FLI []a Terra é plana[] (*Pois a FLI é falsa*)
- Logo, a atribuição do estado mental “Joaquim sabe que []a Terra é plana[]” é falsa

Avaliação semântica de [_S Joaquim *acredita* que []a Terra é plana[]]:

- “Joaquim acredita que []a Terra é plana[]” é verdadeiro sse acredita(Joaquim, que []a Terra é plana[])
- Joaquim está na relação acredita com a FLI []a Terra é plana[] (*Suposição*)
- Logo, a atribuição do estado mental “Joaquim acredita que []a Terra é plana[]” é verdadeira

Conclusão

Este capítulo cumpriu dois objetivos. Primeiro, apresentou um primeiro esboço do problema que desdobraremos nos próximos capítulos. Segundo, apresentou os métodos e os pressupostos mais gerais da abordagem. O problema desta monografia diz respeito aos conceitos que figuram em narrativas ou desempenhos da memória em certas circunstâncias, e o método de abordagem desse problema

será a avaliação semântica dessas narrativas ou desempenhos segundo algumas ferramentas e procedimentos da semântica formal, dentre os quais destaco a classificação do léxico e dos sintagmas em categorias lexicais ou funcionais e o estabelecimento do valor de verdade de sentenças a partir do valor semântico do léxico e dos sintagmas, considerando sua organização sintática.

As circunstâncias que nos ocuparão são aquelas de mudança ou alternância de ambiente nas quais uma pessoa adquire um conceito “gêmeo”, embora talvez não saiba disso. Ainda não discutimos nada sobre as bases nas quais consideramos a possibilidade de que isso ocorra, mas faremos isso no próximo capítulo, na discussão sobre o antiindividualismo. Mas já antecipamos que focaremos nas relações entre conceitos e contextos, e também nos conceitos deferenciais, os quais também serão melhor discutidos no próximo capítulo.

Voltando aos métodos e pressupostos, este capítulo estabelece a escolha pelo tratamento das atitudes proposicionais como formas lógicas interpretadas (FLIs). Esta é a escolha que melhor encaixa na semântica formal que adotamos, e acreditamos que a semântica formal adotada ilumina nosso problema de maneira mais clara e apropriada do que outras abordagens. Apoio essa escolha também em um argumento de autoridade: é de se notar que o próprio Tyler Burge, filósofo que muito nos ocupará nos próximos capítulos, na sua resposta a várias críticas de Noam Chomsky, antecipa que seria desejável que dispuséssemos de meios e procedimentos da semântica formal:

Outra área na qual elementos relacionais entram explicitamente na teorização empírica é a semântica formal da língua natural. Na minha visão, essa área é menos avançada do que a psicologia da percepção.

Mas não vejo razão porque não deveria ser uma área de investigação científica sistemática frutífera. Não vejo razão porque a referência, ou um análogo técnico, como uma relação entre representações linguísticas e aspectos reais do mundo, não deva ser parcialmente sistematizável em uma abordagem formal das condições-de-verdade de sentenças e proferimentos. (Burge 2003f: 465)

Capítulo 2

Antiindividualismo

De fato, eu confesso, nada parece mais possível para mim do que que um dia as pessoas chegarão à opinião definida de que não há cópia nos sistemas fisiológico ou nervoso a qual corresponda a um pensamento *particular*, ou a uma ideia *particular*, ou memória.

Ludwig Wittgenstein (1948: I, 504,
ênfase do autor)

2.1 Externismos

O antiindividualismo ou externismo sobre o conteúdo mental é uma entre várias teorias surgidas nas últimas décadas (desde os anos 1970) que vêm sendo chamadas de “externismo” (*externalism*).¹ Como há pelo menos duas teorias diferentes

¹Já se usou e se usa “externalismo” como tradução de “externalism”, mas Hilan Bensusan e Waldomiro J. Silva Filho, para citar o que sei por registros escritos e publicados, estão inclinados a adotar “externismo” (ver Silva Filho 2005: 167), entre outros motivos para evitar um anglicismo, já que em português temos a palavra “externo” mas não temos a palavra “external”. Sigo a inclinação

que são igualmente chamadas de “externismo” pelos mesmos filósofos, quando estão falando de diferentes áreas da filosofia, distinções e esclarecimentos são requeridos. Chama-se de “externismo”, em epistemologia, a certa teoria sobre a natureza da autorização ou garantia da crença em uma verdade, e chama-se de “externismo” ou “antiindividualismo”, em filosofia da mente, a uma teoria sobre a individuação de estados e conteúdos mentais, a qual é uma ampliação e generalização do *externismo semântico* de Putnam (1975).² Há relações entre um tipo de externismo e outro, pois o externismo epistêmico e o externismo sobre a mente são, em larga medida, a investigação dos privilégios epistêmico e representacional da perspectiva da primeira pessoa. Mas são teorias diferentes.³ Externismos

desses autores. O capítulo de Silva Filho (2005) é, ele mesmo, documento histórico da mudança de “externalismo” para “externismo”, pois traz “externalismo” no título e conclui apontando razões linguísticas para adotar “externismo”. Que “externismo” é uma tradução melhor do que “externalismo” se vê por comparação com o caso de “eternalism”, termo da filosofia do tempo muito semelhante a “externalism”. Seria um erro traduzi-lo como “eternalismo” — “eternismo” parece ser a melhor opção, e como tal estabelece um paradigma para a tradução de “externalism” como “externismo”. Um raciocínio análogo não funcionaria para os casos de outros termos já razoavelmente entrincheirados, como “fiscalismo” e “naturalismo”, os quais eu teria mais resistência em trocar por “fiscicismo” e “naturismo”. E, é claro, pode bem acontecer que “externalismo”, ao invés de “externismo”, se entrincheire.

²“É importante manter firmemente em mente que o externismo epistêmico diz respeito à natureza da autorização [ou garantia] (*warrant*) epistêmica. Ele deve ser distinguido do antiindividualismo ou externismo na filosofia da psicologia ou filosofia da mente. O antiindividualismo diz respeito às condições sob as quais as naturezas dos estados psicológicos (p.ex. estados perceptuais) e seus conteúdos representacionais são individuados” (Burge 2003d: 165).

³O externismo semântico tem semelhanças estruturais com o *externismo epistemológico*, mas se distingue desse pelo objeto. Tanto o externismo semântico quanto o externismo epistêmico veem o sujeito intencionante como um ente que depende dos outros ou do mundo para ser o que é. De acordo com o externismo sobre o significado, um ente intencionante depende de um mundo mais amplo do que ele mesmo para adquirir palavras ou conteúdos que digam respeito a objetos, propriedades ou aspectos desse mundo, e entes intencionantes humanos se apóiam uns nos outros na tarefa de estabelecer, aprimorar e transmitir tais significados. De acordo com o externismo epistêmico (sobre o conhecimento ou sobre a autorização epistêmica), um ente intencionante tem conhecimento caso o mesmo tenha sido formado por um processo de formação de conhecimentos confiável, e em bom funcionamento. Não importa se o ente intencionante sabe, ou não, como seu conhecimento foi formado, o que importa é que o conhecimento tenha sido formado dessa maneira. Ou seja, o externismo epistêmico rejeita o *princípio KK*, segundo o qual, necessariamente, quem sabe, sabe que sabe. Assim, o ente intencionante pode ter conhecimento sem saber que sabe, pois não é requerido que ele ou ela seja capaz de apresentar justificações explícitas, articuladas e

são teorias que retratam sujeitos como nós como entes que têm as cognições que têm por causa de certas relações de dependência ou de apoio que mantemos com um ambiente mais amplo do que nossos próprios corpos. No caso do externismo semântico, as relações são fundamentais para que nossas palavras e os conteúdos dos nossos estados mentais signifiquem alguma coisa. No caso do externismo epistêmico, as relações são fundamentais para que conheçamos alguma coisa.

Basicamente, temos um externismo (em epistemologia, filosofia da linguagem ou filosofia da mente) sobre uma cognição possuída por um organismo sempre que nossa teoria diz que essa cognição é constituída (externismo sobre o conteúdo) ou autorizada/garantida (*warranted*, externismo epistêmico) por certas relações do organismo com algo que não faz parte do organismo, nem está na sua posse.⁴ Assim, o externismo ou antiindividualismo sobre o conteúdo mental diz que esse é constituído pelas relações do indivíduo com o ambiente natural ou social,⁵ e o externismo sobre a garantia epistêmica diz que há conhecimento se o mesmo se formou de maneira apropriada, quer o conhecedor saiba disso, quer não.

Assim, de acordo com os externismos, quanto à garantia epistêmica, o sujeito

completas do seu conhecimento. Basta que o conhecimento seja legítimo, e a legitimidade vem da confiabilidade do processo de formação do conhecimento, não do conhecimento que o ente intencionante tem dessa confiabilidade. Nisso o externismo epistemológico se afasta do *internismo* ou deontologismo epistemológico, visão que requer que o ente intencionante possua garantias explícitas do seu conhecimento, sem depender de nada além de si mesmo, e apoiando-se apenas na própria consciência. “A questão que divide teorias do conteúdo mental internistas de externistas, agora amplamente discutida, não é inteiramente sem relação com o tema desta coletânea [Epistemology: Internalism and Externalism] — ambas dependem de questões sobre a extensão nas quais a perspectiva da primeira pessoa é epistemicamente privilegiada — mas também não é idêntica a essa” (Kornblith 2001: 8, n. 1).

⁴Ver, por exemplo, o modo com Stroud (1989: 111) trata do externismo epistêmico, ou o modo como Burge (1988b) trata o antiindividualismo.

⁵O externismo sobre a constituição dos tipos de estados mentais (estados sobre água, sobre alumínio etc.) relativos ao ambiente natural é encontrado principalmente em Putnam (1973b, 1975), e antiindividualismo social é encontrado principalmente em Burge (1979), sendo bastante esclarecido em Burge (2007b).

tem conhecimento caso o mesmo tenha sido formado por um processo adequado, quer o sujeito saiba como o mesmo foi formado, quer não. E, quanto à natureza dos conteúdos, a mesma é determinável pela consideração de quais foram as relações com um ambiente mais amplo que os constituíram. Em ambos os casos, uma certa relação entre o indivíduo e o mundo que o transcende conta como elemento fundamental.

2.2 Panorama

Ao menos desde os anos 1970 tem se discutido o externismo ou antiindividualismo sobre a mente, a tese que a individuação do conteúdo mental é relativa ao que ocorre fora do corpo do indivíduo. Segundo o externismo sobre a mente, para atribuímos a Ful o pensamento que $[p]$ ⁶ sobre o estado de coisas E é preciso que Ful esteja em algum tipo qualificado de relação R com E. Há muitas variedades de externismos, cada uma qualificando R diferentemente.

Burge alega que o externismo é uma teoria tão antiga quanto a filosofia de Aristóteles.⁷ Mas, se nos prendemos às origens próximas do externismo atual (ou, antes, ao que podemos chamar de “externismo” ou “antiindividualismo” sem anacronismo), a origem se encontra em teorias da referência direta desenvolvidas por

⁶Tal como estabeleci na seção 1.10, representarei o conteúdo de um estado mental atribuído a um organismo ou pessoa Ful entre colchetes fechados ($[]$), indicando que se trata de uma forma lógica interpretada (FLI), a qual descreve o estado mental de Ful, sem forçosamente representar o modo como Ful representa o mundo (ver Bach 1997), e usando itens linguísticos *da minha língua* (ou da nossa microlíngua) que têm a mesma contribuição semântica que teriam itens análogos na mente de Ful. Ver Ludlow (1999b: cap. 2).

⁷“[Há] elementos antiindividualistas não apenas em Descartes mas também em Leibniz. [...] houve menos individualistas antes do século vinte que eu antes supus. Apesar da crítica da nova ciência à metafísica e à epistemologia do senso comum aristotélica por quase todas as grandes figuras do início da era moderna, a influência do antiindividualismo de Aristóteles é enorme no período” (Burge 2003b: 293).

autores como Saul Kripke (1971, 1980), Charles Chastain (1975) e Hilary Putnam (1979). A semântica dos nomes próprios leva Kripke à ideia que no discurso ordinário utilizamos nomes cuja referência foi estabelecida por falantes que nos antecederam. Ao utilizarmos tais nomes no discurso, geralmente temos a intenção de correferir com aqueles que nos antecederam e nos transmitiram os mesmos. Em tais casos nós *deferimos* aos falantes que nos antecederam o estabelecimento da relação entre os nomes e as coisas, e nosso uso desses nomes é parte de uma cadeia de transmissão de intenções de correferir. Encontramos a mesma ideia na teoria da referência de Chastain. Ele classifica de *anafórica* a relação entre a emissão da mesma voz pelos indivíduos que o antecedem na cadeia histórica de intenções de correferir (Chastain 1975).⁸ Kripke e Putnam, assim como Donnellan,⁹ mostram que certos termos têm sua referência fixada de outra maneira, por assim dizer *direta*, geralmente pelo contato perceptual com alguma coisa. Por conta disso, caso Ful seja transportada para a Terra Gêmea sem vir a saber disso, suas crenças sobre o líquido local que percebe em mares, rios e torneiras não serão crenças sobre

⁸Nos anos 2000 Alan Berger (2002) reinterpreta a teoria de Kripke usando, tal como Chastain, a noção de *anáfora* para caracterizar as cadeias históricas de intenções de correferir. Dois termos mantêm uma relação de referência anafórica quando a interpretação de um dos termos (o anafórico) é determinada pela interpretação do outro (o antecedente). Quanto à noção de anáfora: “Em linguística contemporânea, [“anáfora”] é comumente usado para referir a uma relação entre dois elementos linguísticos, onde a interpretação de um (chamado um anafórico) é de alguma maneira determinada pela interpretação do outro (chamado um antecedente)” (Huang 2000: 1).

⁹Donnellan distingue dois usos de descrições: “Chamarei os dois usos de descrições definidas que tenho em mente o uso atributivo e o uso referencial. Um falante que usa uma descrição definida atributivamente em uma asserção apresenta algo sobre alguém ou alguma coisa que é assim-e-assim. Um falante que usa uma descrição definida referencialmente em uma asserção, por sua vez, usa a descrição para capacitar sua audiência a apanhar (*pick out*) sobre quem ou o que ele está falando e apresenta algo sobre a pessoa ou coisa. No primeiro caso a descrição definida pode ser dita ocorrer essencialmente, pois o falante deseja asserir alguma coisa sobre o que ou quem se ajusta (*fits*) à descrição; mas no uso referencial a descrição definida é meramente uma ferramenta para fazer certo serviço — chamar a atenção para uma pessoa ou coisa — e em geral qualquer outro aparato (*device*) para fazer o mesmo serviço, outra descrição ou um nome o faria igualmente bem. No uso atributivo, o atributo de ser assim-e-assim é totalmente importante, enquanto não é no uso referencial” (Donnellan 1966: 285).

água, apesar desse líquido satisfazer a descrição de água.¹⁰

A primeira variedade de externismo sobre a mente foi o *externismo semântico* apresentado por Hilary Putnam (1975). No externismo de Putnam encontramos uma teoria relacional do significado e a idéia de *divisão do trabalho linguístico*, dois elementos fundamentais do antiindividualismo.¹¹ Na teoria do significado de Putnam, para individuarmos o significado de um termo empírico (de um designador de espécie natural, p.ex.) precisamos considerar a realidade empírica que está na extensão do mesmo. Putnam apresenta essa teoria através do experimento mental da Terra Gêmea, o qual pode ser esquematizado da seguinte maneira: se Ful está na Terra, seu pensamento [_{sc} que [p[]] envolvendo o termo da língua portuguesa “água” está na relação R de demonstração de água, cuja fórmula química é, no mais das vezes, H₂O.¹² Todavia, se Ful ou um “gêmeo” seu estivesse na Terra Gêmea, onde não há a substância cuja fórmula é H₂O, mas há a substância fenomenicamente idêntica (isto é, insípida, inodora, incolor, que mata a sede, que preenche rios e lagos, etc.) XYZ, a qual os habitantes da Terra Gêmea

¹⁰As teorias de Putnam e de Kripke contradizem o descritivismo. Teorias descritivistas dizem que todos os termos têm sua referência estabelecida pela satisfação de uma descrição.

¹¹Duas outras teses costumam ser consideradas essenciais ao externismo semântico e ao antiindividualismo: a tese que os significados não estão na cabeça e a tese que a extensão não é determinada pela intensão. No entanto, essas teses não são essenciais ao externismo, e são questionáveis: “As alegações que os significados não estão na cabeça e que a extensão não é determinada pela intensão são tomadas por fundamentais para as alegações externistas. Penso que nenhuma delas é central para o externismo, e não reivindico nenhuma delas. A alegação de Putnam que os significados não estão na cabeça é ou falsa ou muito enganadora. Significados certamente não estão no ambiente. Eles são ou abstratos, e assim não estão em lugar nenhum, ou eles estão na mente ou cérebro. Além disso, penso que exceto no caso de indexicais e termos demonstrativos, intensões (ou sentidos ou significados) determinam extensões. Os conceitos *artrite* e *água*, ou os sentidos dos termos, determinam as extensões no sentido que há uma função do conceito (sentido, significado) para a extensão. Foi apenas por confundir tais termos com termos indexicais que Putnam pensou de outro modo” (Burge 2003g: 250–1).

¹²Ao todo, são dezoito os diferentes compostos químicos — misturados entre si ou não — cujas amostras chamamos de “água”. As fórmulas mais frequentes são H₂O, T₂O, HDO, HTO e DTO (ver Zemach 1976: 62).

chamam de “água” na sua língua, o português “gêmeo”, seu pensamento [_{SC} que []p*[]]¹³ envolvendo o termo “água” do português “gêmeo” estaria relacionado à substância abundante na Terra Gêmea que poderíamos chamar, na nossa língua, de *água-gêmea* (*twin-water*), ou *geminágua* (*twater*), pois seria prudente criar (para a nossa língua) um termo próprio para esta substância, ao menos para evitar confusão. “Água” em português e em português “gêmeo” são duas palavras que mantêm semelhanças fonéticas (são homófonas) e designam tipos de coisas que não podem ser distinguidas a olho nu, mas não são termos que designam a mesma coisa, pois são termos cuja referência é fixada por foco perceptual em determinado tipo de coisa com a qual aqueles que utilizam o termo têm contato perceptual, e terráqueos não têm contato perceptual com água-gêmea, assim como terráqueos “gêmeos” não têm contato com água (ver Berger 2002: cap. 1).

Outra importante ideia que encontramos no externismo semântico de Putnam é a noção de *divisão do trabalho linguístico*. O núcleo da ideia já encontramos na noção de cadeia histórica de intenções de correferência (por exemplo, aquela que vem do batismo de alguém como “Moisés”, séculos atrás, até o uso deste nome por nós, nos dias atuais), de Kripke. Mas Putnam dá um passo adiante, explicitando que na vida em sociedade nós precisamos do trabalho de diversos especialistas para fixarmos o significado de diversos termos que usamos corriqueiramente. Segundo a noção de cadeia histórica de intenções de correferência, nós temos a intenção de correferir com nossos antecessores na cadeia de transmissão de um termo. Os antecessores batizaram certas coisas com certos termos, tinham

¹³Note que há uma diferença sintática entre o pensamento [_{SC} que []p[]] e o pensamento [_{SC} que []p*[]]. Logo, se trata de pensamentos diferentes, pois se trata de FLIs diferentes, visto que qualquer diferença sintática ou semântica entre duas ocorrências de FLIs é suficiente para estabelecermos que se trata de FLIs de tipos diferentes, logo de estados mentais diferentes.

a intenção de referir a tais coisas com tais nomes, esses nomes foram transmitidos a nós, e nós que recebemos esses nomes falamos das mesmas coisas das quais eles falavam — se tudo deu certo, se nada interferiu, se a cadeia não foi rompida. A noção de divisão do trabalho linguístico acrescenta um elemento a essa teoria, pois diz que, além de termos a intenção de referir ao que outros antes já referiam com os termos que deles recebemos, somos incapazes, em relação a vários termos, de precisar sua referência. Falantes do português com competência usual podem ser incapazes de distinguir legumes de cereais, mas isso não os desqualifica nem como falantes do português, nem enquanto usuários normais dos termos “cereal” e “legume”. Segundo o externismo, se o falante tem à disposição em sua comunidade especialistas nos termos que emprega, e defere a eles, não há porque esperar que ele domine completamente cada termo que emprega.

Ao lado do externismo semântico de Putnam, uma das vertentes mais conhecidas do externismo em geral sobre a mente é o *antiindividualismo* (*anti-individualism*) de Tyler Burge, o qual foi apresentado principalmente nos textos coligidos em Burge (2007a).¹⁴ Em relação a Putnam, o principal avanço que encontramos em Burge é a generalização, para vários tipos de palavras, dos resultados de Putnam para termos que designam espécies naturais. Burge apresenta sua teoria a partir da interpretação de um experimento mental em três passos (ver Burge 1979). O primeiro passo apresenta a situação atual de um indivíduo, o segundo passo apresenta uma situação contrafactual e o terceiro passo apresenta uma interpretação da situação contrafactual. Eis o experimento:

1. O conceito de artrite é corretamente atribuído a Ful em várias atribuições de

¹⁴Burge publicou diversos textos de primeira importância em 2009 e 2010, mas não foi possível incluir o estudo dos mesmos nesta tese, visto que já estávamos na fase de redação final. Estes textos são Burge (2009a,b,c, 2010).

atitudes proposicionais. Ela pensa, por exemplo, que [ter câncer é pior do que ter artrite], que [artrite é mais comum em velhos do que em jovens] etc. Além dessas atitudes proposicionais comuns e corretas sobre artrite, Ful acredita que está [com artrite na coxa]. Mas essa crença é incorreta, pois artrite, por definição, é uma inflamação que ataca as articulações, não ocorrendo na coxa

2. Mas suponhamos uma situação contrafactual, na qual a história da vida de Ful, descrita do ponto de vista do que ela percebe e compreende, é exatamente a mesma da situação acima. As sensações de Ful são as mesmas, seja quanto ao como ela experimenta, seja quanto às causas próximas, e sua história interna, ou fisiológica, é a mesma. Ful profere as mesmas vozes que profere no mundo atual, e escuta as mesmas vozes proferidos pelos outros, entendendo-as igualmente como palavras. Ela adquire a voz “artrite” da mesma maneira que adquire a voz “artrite” na situação atual, através de conversas e leituras, e nada do que ela lê ou escuta a predispõe seja a aceitar, seja a recusar que “artrite” seja um mal que atinge a coxa, mas nessa situação contrafactual a voz “Tenho artrite na coxa” é o proferimento de uma verdade. A diferença entre a situação contrafactual e a situação atual está na definição de “artrite”. Na situação contrafactual, “artrite” designa uma inflamação que atinge as articulações e a coxa, enquanto na situação atual “artrite” designa uma inflamação que atinge apenas as articulações. Em resumo, nesta situação contrafactual a história da interação de Ful com o ambiente, descrita não-intencionalmente, é a mesma. A diferença está na comunidade de Ful, pois as comunidades atual e contrafactual usam a voz

“artrite” para designar tipos diferentes de doenças

3. Na situação contrafactual, “artrite” (o termo da nossa língua) não figura nas atitudes proposicionais de Ful. Aquilo que é chamado de “artrite” na situação contrafactual não é artrite, mas alguma outra doença sem nome na nossa língua. Poderíamos chamá-la de *tartrite*, ou de outro nome diferente de “artrite”, para evitar confusão

A estratégia desse experimento mental, e de outros apresentados por Burge (ver Burge 1982b, 1986b,a,c), é manter constante a história dos movimentos, da química interna e das trocas ambientais do corpo do indivíduo, descritas não-intencionalmente. A partir daí, varia-se o ambiente com o qual o indivíduo interage, mantendo constante a história físico-química do seu corpo. Com tal tipo de experimento se mostra a variação nos pensamentos do indivíduo entre a situação original e a situação “gêmea”, o que revela detalhes importantes para a individuação de conceitos. Concisamente, revela-se que a posse de certos conceitos depende de certas relações com o ambiente (ver Burge 1988b: 112). Chega-se a tal conclusão porque o conteúdo mental de Ful muda ao mudar de maneira relevante e qualificada seu entorno social, embora nada mude seja em Ful, seja na interação causal entre os órgãos perceptuais de Ful e o ambiente. Ful, tomada fisicamente, permanece a mesma, mas seus conteúdos mentais diferem nas duas situações, o que indica que a individuação dos mesmos precisa levar em conta a sociedade de Ful (ver Burge 1979).

2.3 O antiindividualismo

Individualismo, segundo Burge, é a visão que todos os estados mentais representativos de um organismo são constituídos independentemente de quaisquer relações do organismo com uma realidade mais ampla. Ou, colocando de outra maneira, individualismo é a visão que tipos de estados ou eventos mentais de pessoas e animais podem ser individuados em completa independência de quaisquer objetos, propriedades ou relações existentes no mundo empírico (ver Burge 1986a: 193). Em contraposição, o *antiindividualismo*, a teoria criada por Burge (1979) a partir do externismo semântico de Putnam (1975), é a visão que muitos tipos de estados mentais intencionais de um organismo são constituídos, ao menos em parte, em virtude de relações entre o organismo e o ambiente que o circunda, o que inclui fatores sociais e linguísticos, no caso humano (e provavelmente de outros animais, incluindo primatas).¹⁵ Apresentando de uma terceira maneira, o antiindividualismo diz que certos tipos de estados mentais vêm a ser constituídos pela interação do indivíduo com as espécies (naturais ou artificiais) ou propriedades que são suas causas típicas, e que por isso a natureza de tais tipos de estados mentais depende, ao menos em parte, dessas causas típicas (ver Burge 2007b: 3). O *individualismo* diz que a natureza dos predicados que figuram nas orações oblíquas das atribuições de atitudes proposicionais é independente de quaisquer relações

¹⁵O antiindividualismo é apenas uma parte da filosofia da mente de Burge, a qual inclui: uma teoria da referência (Burge 1977, 1983), uma teoria da percepção (Burge 2003d,e), uma teoria sobre o acesso privilegiado de cada um à própria mente (Burge 1988b), uma teoria sobre o papel epistêmico da memória (Burge 1993, 1997, 1998a), uma teoria sobre a primeira pessoa (Burge 1988c, 1998b, 2003c), uma teoria da identidade pessoal (Burge 2003c) e uma teoria sobre a ação primitiva e as normas naturais (Burge 2009b, 2010). De maneira geral, a filosofia da mente de Burge diz que a memória preservativa (ver o cap. 5) e a posse do conceito de primeira pessoa são condições do exercício da racionalidade, e que a mente, tanto no que diz respeito à capacidade perceptual quanto no que diz respeito à capacidade linguística, vem a ser o que é pelo contato com um ambiente que a transcende.

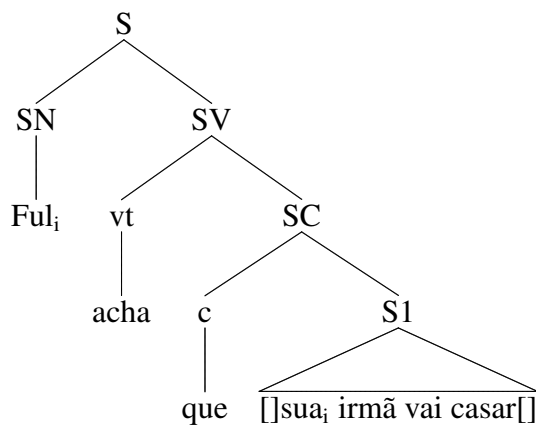
do organismo ao qual a atitude é atribuída com uma realidade mais ampla.¹⁶ O *antiindividualismo* se opõe a isso, pois defende que muitos desses predicados são constituídos através de relações do indivíduo com seu ambiente natural ou social, como se mostra com a suposição de casos nos quais se mantém a fenomenologia dos estados intencionais do organismo, mas seu entorno muda. Assim, consideremos a seguinte atribuição de atitude proposicional:

(1) [_S Ful_i acha [_{SC} que []sua_i irmã vai casar[]]]

Onde a FLI é a *oratio obliqua* ou conteúdo atribuído a Ful, e a coindexação (“i” subscrito) entre “Ful e “[sua[]]” indica que a referência é a mesma para os dois termos.¹⁷ Vejamos a estrutura sintática (ou forma lógica) de (1), pois isso nos permitirá fazer uma avaliação semântica, a qual deixará mais saliente o que está em jogo. (1) tem a seguinte estrutura:

¹⁶O ponto defendido pelo antiindividualismo é constitutivo, e não está meramente relacionado ao desenvolvimento cognitivo ou à aquisição de crenças e conhecimentos com o contato com o ambiente ou com os outros. O ponto é que, em muitos casos, o conteúdo de uma crença ou percepção tem o significado que tem por fazer parte de uma rede de relações (colaterais, não-representacionais, geralmente causais) com aspectos do ambiente mais amplo (ver Burge 2007b: 3). Dito de outra forma, o ponto é que não se pode pensar na intencionalidade caso se isole a mente do ambiente na qual ela se insere. Por causa do caráter constitutivo das relações entre a mente e o mundo, a mente é plástica, no sentido de ser o que é, e não outra coisa, por estar inserida no ambiente no qual se insere. E a mente é plástica por ser uma forma de “abertura” ao mundo, sendo formatada pelo ambiente para o qual se abre, e representando veridicamente por ser formatada pelo mundo (esta metáfora está em Campbell 1994: 216–17).

¹⁷Note que estou atribuindo uma FLI a Ful. Ela não pensaria, literalmente, que “sua irmã vai casar”, mas algo como “*minha* irmã vai casar”. Aqui sigo Burge (1978), em um ponto que influenciou diretamente uma teoria das FLIs como a de Higginbotham (2009): como ocorre nas boas traduções das quais dispomos, mas está em desacordo com certas visões filosóficas, uma atribuição de atitude proposicional que representa fielmente o ponto de vista do atribuído nem sempre reproduz literalmente o que o atribuído diz (ou o que se passa na sua cabeça).



Nos nós superiores da árvore sintática há categorias sintáticas, e nos terminais há itens lexicais organizados de acordo com a árvore (veja o cap. 1). Para que essa construção possa receber o valor verdadeiro, é preciso que os itens lexicais tenham valores semânticos, de acordo com a estrutura sintática. Assim, fundamentalmente, é preciso que Ful (o SN de S) esteja no estado de achar (o vt de S) que sua irmã vai casar (o SC de S).¹⁸ Se isso for o caso, eis a avaliação semântica de (1):

- “Ful acha que [] sua irmã vai casar []” é verdadeiro sse $\text{acha}(\text{Ful}, \text{que [] sua irmã vai casar []})$
- Ful está na relação *acha* com a FLI [] sua irmã vai casar [] (*Suposição*)
- Logo, a atribuição do estado mental “Ful acha que [] sua irmã vai casar []” é verdadeira

Burge nos ensinou que o fenômeno do entendimento parcial ou incompleto está na base de casos como aquele do experimento mental sobre “artrite”, e também que o fenômeno é o caso normal para muitas e muitas palavras:

¹⁸Como *achar-que* é uma atitude proposicional não-fativa (como *crer* e *imaginar*), basta que Ful esteja achando alguma coisa para ser verdade que ela está achando isso (o caso seria diferente se a atitude fosse fativa, como *saber* ou *lembrar*).

O que eu chamei de “entendimento parcial” (partial understanding) é comum e mesmo normal no caso de um amplo número de expressões nos nossos vocabulários. (Burge 1979: 112, itálicos do autor)

Digamos que Ful entenda parcialmente a instituição do casamento. O que aconteceria se Ful estivesse em outra sociedade, com outra instituição suficientemente diferente de casamento, mas tivesse o mesmo entendimento parcial dessa instituição contrafactual que tem da instituição do casamento da sua sociedade? De acordo com o antiindividualismo, nesse caso Ful teria um conceito distinto de casamento. E, na sintaxe, ao invés de anotar [casar[]], teríamos que anotar algo como [casar*[]]. E o que teria que ser o caso para que (1) fosse verdadeira seria diferente do que teria que ser o caso para que:

(1'') Ful_i acha que [sua_i irmã vai casar*[]]

fosse verdadeira. Em suma, é muito natural que imaginemos que Ful formou sua concepção de casamento interagindo com outros membros da sua comunidade, vendo exemplos de casamentos e reconhecendo que certas pessoas conhecem certos detalhes sobre a instituição do casamento que ela não conhece. Também é natural que imaginemos que Ful poderia estar se referindo, com [casar*[]] e [casamento*[]], a uma instituição de alguma maneira diferente, caso sua sociedade tivesse práticas matrimoniais suficientemente distintas do variado conjunto de comportamentos que chamamos de “casamento”. Essa situação hipotética, distinta da atual, seria “gêmea”, no sentido dos experimentos mentais sobre a Terra Gêmea (ver as seções 2.9 e 2.11). Em tal caso “gêmeo”, as condições de verdade de pensamentos sobre [casar*[]] e [casamento*[]] seriam outras (assim estou estipulando), pois a instituição social seria outra, e Ful estaria deferindo a outras pes-

soas que entenderiam mais do que ela sobre a mesma; e, ainda assim, a concepção de casamento de Ful poderia ser a mesma, no que diz respeito à fenomenologia. Caso as coisas fossem desse outro jeito, o conteúdo mental de Ful seria diferente daquele que figura em (1).

2.4 Tipos e ocorrências de estados mentais

Boa parte da literatura sobre o antiindividualismo fala em *individuação* de estados mentais, e é preciso algum cuidado na leitura do que é dito. Em filosofia da mente se aceita que estados mentais podem ser considerados enquanto gêneros, mas também enquanto singulares, de acordo com a distinção usual em metafísica de orientação analítica entre *tipos (types)* e *ocorrências (tokens)*. O que se passa na mente de um organismo sempre é um estado mental singular, mas o mesmo pode ser agrupado a outros estados mentais que pertencem ao mesmo gênero, e pode ser tanto diferenciado de todo e qualquer outro estado mental singular, como pode ser diferenciado de estados mentais de outro tipo. Além disso, um estado mental singular pode ser diferenciado de estados mentais de outro tipo de outro organismo, ou agrupado a um estado mental do mesmo tipo, mas de outro organismo:

- Digamos que Ful tenha um estado mental de tipo A, e Sicr também tenha um estado mental de tipo A. Nesse caso, há duas ocorrências (*tokens*) de dois estados mentais do mesmo tipo (*type*), cada um de um organismo diferente.
- Digamos que Ful tenha um estado mental de tipo A, e Sicr um estado mental de tipo B. Nesse caso, há duas ocorrências de dois estados mentais de

diferentes tipos, de organismos diferentes.

- Digamos que em t_1 Ful teve um estado mental de tipo A, e em $t_2 > t_1$ ela esteja em outro estado mental do mesmo tipo. Nesse caso, um único organismo tem dois estados mentais do mesmo tipo em momentos diferentes.
- Digamos que em t_1 Ful teve um estado mental de tipo A, e em $t_2 > t_1$ ela tem um estado mental de tipo B. Nesse caso, um único organismo tem dois estados mentais de tipos diferentes em momentos diferentes.

Com isso temos critérios para identidade e diferença no tipo de estados mentais que são aceitos pelos antiindividualistas e pelos seus críticos, mas ainda não temos a teoria antiindividualista, a qual é uma teoria da mente que trata as condições de constituição de um tipo de estado ou evento mental como elementos que auxiliam a individuar as ocorrências dos estados ou eventos desses tipos:

As naturezas ou espécies básicas da maior parte dos estados e eventos mentais são marcadas por qual variedade de atitude que o estado ou evento é — se é uma crença, intenção, querer, ou algo assim — e seu conteúdo representacional. [...] O ponto chave aqui é que o conteúdo representacional ajuda a tipificar, ou marcar a espécie de, estados e eventos mentais. (Burge 2003g: 245)

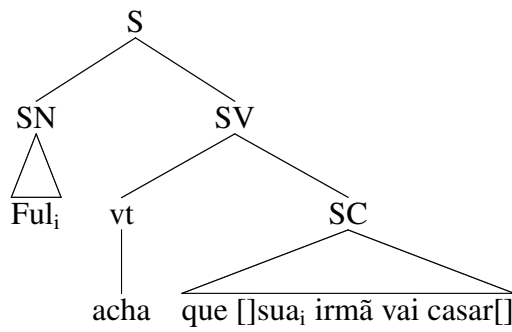
[...] [o] antiindividualismo é [...] uma tese [...] sobre estados mentais intencionais. É sobre as condições constitutivas ou indivduantes de atitudes proposicionais, estados perceptuais, a posse de conceitos, as aplicações de demonstrativos, e assim por diante. [...] todos os argumentos para o antiindividualismo têm a ver com a in-

dividualização de estados mentais [...] tipificados [...] pelos seus conteúdos intencionais. (Burge 2003a: 350–1)

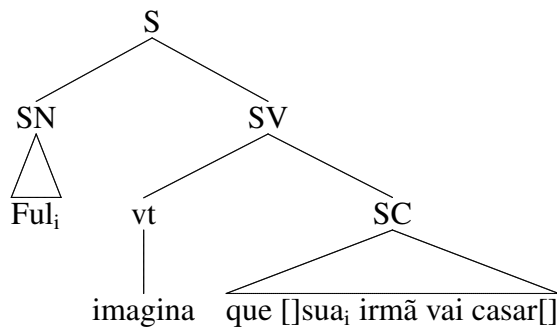
Na última passagem citada acima, Burge apresenta uma equivalência entre “individuante” e “constitutivo”. Ele está dizendo que o antiindividualismo é uma teoria sobre as condições individuantes, ou constitutivas, das atitudes proposicionais. Ou seja, em Burge, a questão sobre o que faz um estado intencional ser o que ele é, e não outro, é uma pergunta sobre as condições de constituição desse estado. Para Burge, os estados mentais intencionais se constituem de determinada maneira, e a satisfação das condições desse modo de constituição é a satisfação das condições de individuação desses conteúdos, de modo que a pergunta sobre o que faz com que certo estado intencional seja o estado que é, e não outro estado intencional, é a pergunta sobre as condições de constituição do estado intencional em questão.

Essa visão do que Burge considera a “individuação” de um estado intencional — como a apresentação das condições de constituição do mesmo — fornece uma orientação para a caracterização do antiindividualismo e daquilo a que Burge se contrapõe nas teorias sobre a individuação de estados mentais que ele considera “individualistas”. De acordo com a visão antiindividualista, tomada de maneira estrita, duas atribuições de estados mentais só contam como atribuindo estados mentais distintos mas pertencentes ao mesmo tipo caso a *oratio obliqua* SC seja a mesma, do ponto de vista semântico — isto é, caso os dois sintagmas completivos tenham o mesmo conteúdo. Assim, essas duas atribuições são de estados mentais do mesmo tipo:

(1) Ful_i acha que []sua_i irmã vai casar[]



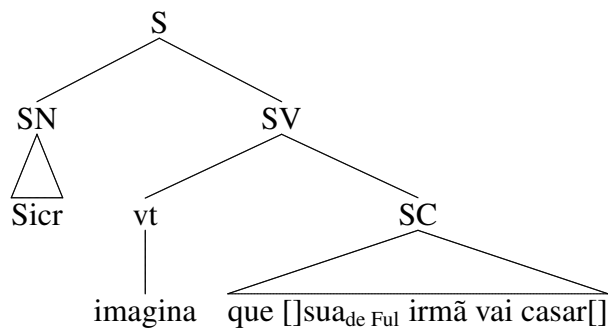
(2) Ful_i imagina que []sua_i irmã vai casar[]



As atribuições de atitudes proposicionais são do mesmo tipo, pois a *oratio obliqua* é a mesma, ainda que as atitudes atribuídas (achar, imaginar) sejam distintas. Também temos duas ocorrências de estados mentais do mesmo tipo nos casos abaixo:

(1) Ful_i acha que []sua_i irmã vai casar[]

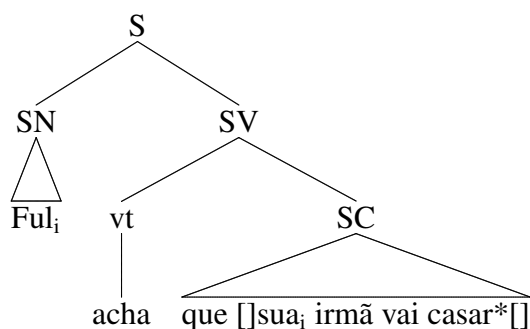
(2') Sicr imagina que []sua_{de Ful} irmã vai casar[]



Novamente, isso se dá porque a *oratio obliqua* é a mesma, do ponto de vista semântico, ainda que mudem a atitude atribuída e o organismo ao qual a atitude é atribuída. Agora, as duas atribuições abaixo são de tipos diferentes:

(1) [_S Ful_i acha que [_{S1} []sua_i irmã vai casar[]]]

(1'') [_S Ful_i acha que [_{S1} []sua_i irmã vai casar*[]]]

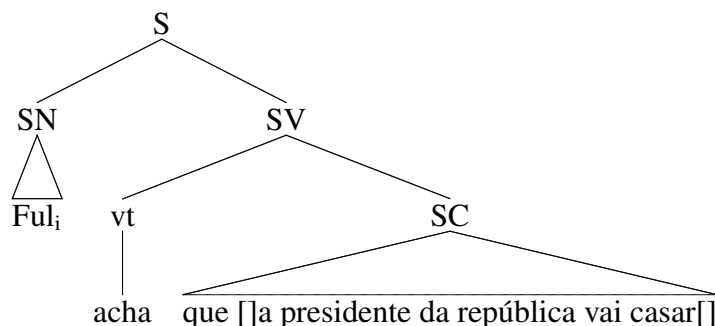


Isso se dá porque o conteúdo ou *oratio obliqua* é distinto (pois []casar[] e []casar*[] são conceitos distintos), ainda que a atitude e organismo sejam os mesmos.

Essa é a visão estrita, mas raramente é assim que as coisas aparecem no debate, no qual os estados mentais são tipificados não pela *oratio obliqua*, mas sim pelo conceito que nela figura, tendo-se estipulado com antecedência que ou aparece um conceito (como []água[]) ou seu “gêmeo” (como []geminágua[]).¹⁹ Sendo assim, é comum no debate que se tome como sendo do mesmo tipo dois estados mentais com conteúdos distintos, desde que nos dois estados mentais figurem o mesmo conceito salientado, seja esse o conceito “normal”, ou seu “gêmeo”. Por exemplo, dois estados mentais com o nome comum []casar[] na FLI inclusa em S1, como (1) e (1*), contam como sendo do mesmo tipo, ainda que haja diferença na S1:

¹⁹Não estou recriminando os participantes do debate, nem chamando-os de negligentes ou descuidados. Estou apenas fazendo notar a leitores aprendizes, como eu, que há obstáculos a contornar na leitura. Usualmente, a abordagem menos estrita é extremamente útil para os fins da exposição.

(1*) Ful_i acha que [a presidente da república vai casar]



2.5 Individuação de estados mentais

A tarefa de individuar crenças está, em geral, intimamente relacionada com — se é que não é a mesma coisa que — a tarefa de individuar conteúdos das palavras e das sentenças que usamos para formular, comunicar e descrever crenças [...].

Hilary Putnam (1999: 154)

Levando em conta os esclarecimentos apresentados acima, como se individua um estado mental, segundo o antiindividualismo? A principal pista é considerar o modo como o nc ([água], [artrite] etc.) ou outro elemento salientado (p.ex. [[_{vi} casar]]) que figura em S1 é constituído, segundo as narrativas (por vezes fantásticas) apresentadas pelos antiindividualistas. Isso permite que sigamos um *esquema da individuação* de estados mentais proposto por Boghossian (1997) e Nuccetelli (2003a: 5):

Esquema da individuação: para qualquer ocorrência de uma propriedade ou espécie *x* que faça parte do ambiente natural ou social habitado por Ful, *x*

individua o estado mental y de Ful se, e somente se, x determina o tipo de y

Digamos que o estado mental y seja sobre uma ocorrência x de uma espécie ou propriedade presente no ambiente natural ou social de Ful. Essa ocorrência ambiental x só vai dar corretamente o tipo de estado mental de y caso a espécie ou propriedade de x determine o tipo ou gênero de y . Por exemplo, digamos que Ful tenha adquirido o termo geral “água” da maneira usual, por contato com água e contato com outros que têm contato com água. Atribuimos a ela o seguinte estado mental y sobre uma amostra x de água:

(3) Ful pensa que [a água está muito fria]

Ful está pensando sobre uma amostra de água, e a espécie natural água determina o conceito [água] com o qual ela pensa. Assim o esquema é satisfeito, pois água determina o conceito [água], visto que esse conceito foi constituído pela interação de Ful com água e com os falantes de “água”. A gêmea de Ful, na Terra Gêmea (ver seção 2.9), não teria estados mentais do mesmo tipo, pois as ocorrências relevantes, no seu ambiente, seriam da espécie natural geminágua, de fórmula química XYZ, não de água, de fórmula química H₂O. Sendo ocorrências de espécies diferentes, segundo o esquema da individuação são individuados estados mentais de tipos ou gêneros diferentes. Isso apesar de, por estipulação, os estados mentais de Ful e da sua gêmea serem qualitativamente indiscerníveis.

2.6 O “anti-” de “antiindividualismo”

Nunca devemos esquecer que os organismos herdam seu meio ambiente assim como herdam seus genomas.

Michael Tomasello (1999: 109)

A tese fundamental do antiindividualismo de Burge, por oposição às diversas teorias que ele reúne sob o rótulo de “individualismo” é que, em situações como as descritas no experimento mental sobre “artrite”, um elemento fundamental para a constituição da atitude proposicional do paciente está, de certa forma, “fora” do sujeito, pois se localiza no ambiente social. No caso do experimento mental sobre “artrite”:

[...] os conteúdos mentais do paciente diferem enquanto sua história física e mental não-intencional completa, considerada isoladamente do contexto social, permanece a mesma. [...] As diferenças parecem originar-se de diferenças “fora” do paciente considerado como um organismo físico, mecanismo causal ou sede da consciência isolados. A diferença nos seus conteúdos mentais é atribuível a diferenças no seu ambiente social. (Burge 1979: seção IIa)

Burge está dizendo que certas diferenças no ambiente exterior determinam diferenças no “interior” da mente, ainda que não houvesse diferença alguma entre a fenomenologia e a base neuroquímica de uma pessoa inserida em uma sociedade e aquelas de outra pessoa “gêmea” que estivesse encaixada em uma sociedade “gêmea”. Isso mostra que a própria metodologia da pesquisa sobre a intenciona-

lidade precisa considerar, ao menos em certos casos, as relações entre uma pessoa e a sociedade à qual ela pertence. Quanto a isso, várias posições estariam em uma situação de carência metodológica. Por exemplo, para materialistas basta considerar o “interior” (neural) do sujeito para dar conta da intencionalidade. Mas, se Burge e os antiindividualistas estão certos, então os materialistas erram no elenco de elementos a serem considerados na pesquisa, e tal erro metodológico leva a um erro nos resultados — no caso, um erro sobre as condições de constituição de estados intencionais, as quais são, para Burge, suas condições de individuação.²⁰ Os antiindividualistas, por sua vez, se caracterizam por elencar, em suas análises, a contribuição do ambiente social.²¹ O típico do individualismo seria, antes de tudo, seu modo de ver o mental, pois são típicos dos individualistas os:

[...] tratamentos filosóficos que buscam ver os fenômenos mentais intencionais de uma pessoa última e puramente em termos do que ocorre à pessoa, o que ocorre dentro dela, e como ela responde ao seu ambiente físico, sem qualquer referência essencial ao contexto social no qual ele ou o intérprete dos seus fenômenos sociais estão situados.
(Burge 1979: seção IV)

É essa maneira *isolada* de investigar a mente que é questionada pelo “anti-”

²⁰Os filósofos que Burge identifica como individualistas — grupo que inclui Russell, behavioristas, funcionalistas, Grice e os materialistas — investigam o conteúdo mental sem considerar apropriadamente o “fora” social do sujeito. Sobre a lista de individualistas ver Burge (1979: seção IV). Descartes fazia parte da lista original, e permanece na lista até “Cartesian Error and the Objectivity of Perception” (Burge 1986a) e “Perceptual Individualism and Authoritative Self-Knowledge” (Burge 1988a). Todavia, a partir de “Individualism and Self-Knowledge” (Burge 1988b: 114, n. 4) Burge passa a reconhecer elementos antiindividualistas na filosofia de Descartes, sendo sua “Reply for Normore” (Burge 2003b) uma reavaliação explícita de Descartes como um antiindividualista.

²¹Entre os antiindividualistas estariam Hegel, os hegelianos, uma parte da filosofia de Wittgenstein separável do behaviorismo e a “nova” teoria da referência desenvolvida por Donnellan, Kripke, Chastain e outros. Ver o parágrafo de abertura de Burge (1979).

de “antiindividualismo”.²² Ou seja, em primeiro lugar o antiindividualismo é uma metateoria que critica, a partir da interpretação de certos tipos de experimentos mentais, a metodologia das teorias individualistas. O antiindividualismo mostra que o pressuposto teórico básico do individualismo — a tese que se pode analisar a mente e todos os estados intencionais do sujeito considerando-se apenas seu “interior” — é falso.

Burge também está dizendo que muitos das abordagens disponíveis, ainda que opostas entre si segundo algum eixo de consideração, estão unidas quando tratamos do eixo metodológico que separa as abordagens que consideram essencial a contribuição do social das abordagens que não consideram tal contribuição essencial — isto é, são igualmente individualistas. Por exemplo, behaviorismo e materialismo são posições diferentes em diversos aspectos, mas são iguais na individualização dos estados intencionais considerando apenas o organismo visto isoladamente do seu ambiente.

2.7 Origem na teoria da referência direta

O antiindividualismo é uma extensão natural da teoria da referência direta, pois é possível estabelecer uma analogia entre a noção de cadeia histórica da referência e a noção de relação constitutiva da mente em relação a um ambiente mais amplo: assim como a referência de muitos nomes que emprego foi fixada por outras pessoas que me antecederam, e eu tenho a intenção de designar o que os outros designavam, o conteúdo dos meus estados mentais é constituído por certas relações

²²“De fato, meu interesse primário não tem sido, de modo algum, a ontologia. Tem sido identificar e questionar pressupostos individualistas nas abordagens [...] do mental” (Burge 1979: seção IV).

não-representacionais (muitas vezes causais) com o mundo.

Levando em conta essa base histórica, o antiindividualismo — e seu precursor, o externismo semântico — é fruto de debates sobre o significado que se originam nas obras dos fundadores da filosofia analítica, Gottlob Frege e Bertrand Russell. Tal como foi notado por Evans (1982), Frege foi o primeiro a apresentar uma semântica sistemática para um fragmento da linguagem natural, mas foi Russell quem discutiu mais a fundo e trouxe à tona diversas dificuldades sobre a referência. A discussão dessas dificuldades levou filósofos como Kripke (1971, 1980) a apresentar uma “nova” teoria da referência, e é dessa teoria que o externismo semântico provém. De modo que o antiindividualismo surge, no final dos anos 1970, como um fruto de debates sobre a contribuição semântica de nomes e descrições definidas que tem origem mais notória na obra de Russell (1905b). A inspiração mais direta para o antiindividualismo vem das teorias semânticas de Putnam (1970, 1973a, 1975, 1996), Kripke (1971, 1980) e Chastain (1975), as quais devem muito a precursores como Donnellan (1966). Esses filósofos desenvolveram a teoria sobre a referência de termos singulares que é conhecida como *teoria da referência direta*.

A teoria da referência direta tem como principal característica a rejeição da tese que todos os termos singulares (incluindo nomes próprios) se ligam às coisas às quais referem pela satisfação de uma descrição. Essa visão, o *descriptivismo*, era e é defendida por John Searle e outros (ver Putnam 1999, Searle 2003).²³ Para Kripke e os outros filósofos da referência direta, nomes e outros designadores ope-

²³Defensores do descriptivismo mais recentes, como Emar Maier (2009), tendem a criar um neo-descriptivismo que mescla elementos da teoria da referência direta com elementos do descriptivismo clássico. Ou seja, a tendência mais recente entre os descriptivistas não é se opor à referência direta, como fazem Searle (2003) e outros descriptivistas da sua geração.

ram por condições distintas da satisfação de uma descrição.²⁴ Para Kripke, na fala cotidiana utilizamos nomes e outras palavras cuja referência foi estabelecida por falantes que nos antecederam e as transmitiram e legaram a nós. Ao utilizarmos esses nomes no discurso, *temos a intenção* de estar falando das mesmas coisas sobre as quais os falantes que batizaram as coisas falavam. *Deferimos* retroativamente aos nossos antepassados culturais a tarefa de ligar os nomes às coisas, e *nosso* uso desses nomes é parte de uma *cadeia* intersubjetiva de transmissão de palavras, na qual recebemos dos que vieram antes os nomes, com suas respectivas referências, e transmitimos aos que vêm depois de nós esses nomes com suas referências. Nós *nos apoiamos* naqueles que nos antecederam, e levamos as palavras adiante, entregando-as àqueles que nos sucedem, os quais (normalmente) também terão a intenção de usá-las tal como nós as usamos.

As teorias semânticas de Kripke, Chastain e Putnam tiveram impacto no quadro teórico e histórico da filosofia da mente, o qual era, em larga medida, independente das discussões de Frege e Russell sobre o significado. O antiindividualismo aparece nos anos 1970, mas a apreciação de alguns dos principais eventos na filosofia da mente no mundo anglófono desde o final dos anos 1940 nos ajudará a ver melhor em que contexto e em quais situações os estudos externistas sobre o significado se cruzaram com os estudos filosóficos sobre a mente.

No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, vários filósofos anglófonos viam o *behaviorismo* como a base mais adequada para a abordagem da mente de uma maneira cientificamente aceitável. De maneira geral, esses filósofos defenderam que é possível explicar as ações e comportamentos humanos

²⁴Ainda que a referência (o batismo) tenha sido feita através da satisfação de uma descrição. Ver Berger (2002: cap. 1).

sem utilizar o vocabulário mental a que pertencem verbos como *pensar*, *crer* e *desejar*.²⁵ O modo de fazer isso seria empregar apenas descrições do comportamento publicamente observável como meio de lidar cientificamente com a mente. A vantagem metodológica dessa abordagem da mente estaria no emprego de explicadores observáveis, pois comportamentos são observáveis, mas sentimentos e pensamentos não, desde que por “observável” se entenda *perceptualmente* observável. Esse método estava de acordo com a teoria do significado verificacionista, a qual era defendida pelos *positivistas lógicos* e estava em voga na época. De acordo com essa teoria, o significado de uma frase é dado pelo seu método de verificação empírica. Ora, como carecemos por hipótese de instrumentos para observar os estados da alma, essa visão do significado pede que se defina o vocabulário do mental a partir do que pode ser observado, como p.ex. o comportamento.

Essa visão empolgou os filósofos por algum tempo, mas logo as explicações behavioristas se mostraram problemáticas, pois elas só *parecem* funcionar porque *pressupõem implicitamente* crenças, desejos e percepções, e tudo isso são condições psicológicas dos indivíduos que não são observáveis empiricamente. Isto é, as explicações não-mentalistas do behaviorismo só parecem funcionar porque pressupõem alguma *mentalidade* não reduzida, e talvez não redutível, ao comportamento observável.²⁶ Isso deixou o behaviorismo em uma situação delicada. Sem tais pressupostos implícitos, as explicações behavioristas são impossíveis. Com

²⁵As principais variedades de behaviorismo (segundo Erwin 1992: 44) foram: *behaviorismo lógico*: defesa da tese que frases sobre a mente são equivalentes a frases sobre comportamentos ou disposições a se comportar de certas maneiras; *behaviorismo metodológico*: defesa da tese que psicólogos devem rejeitar explicações mentalistas; *behaviorismo empírico*: defesa da tese que há eventos mentais, mas esses são causalmente inertes; *behaviorismo metafísico*, ou *materialismo eliminativista*: defesa da tese que eventos, processos e estados mentais não existem.

²⁶Eis um exemplo: “[...] se Edmundo crê que o brócolis vai matá-lo e lhe oferecem brócolis, ele só vai rejeitá-lo se não *quiser* morrer” (Lycan 2003: 185).

tais pressupostos, as restrições metodológicas do behaviorismo são violadas.

Com o declínio do behaviorismo, questões metafísicas clássicas sobre a mente, como a relação mente-corpo, voltam a despertar o interesse dos filósofos. No início dos anos 1950 o *materialismo* ganhou espaço na filosofia da mente, e estados mentais foram identificados a estados corpóreos. Ou melhor, os estados mentais foram *reduzidos* a estados corpóreos, pois os materialistas não pretendiam explicar a fisiologia do cérebro pelas propriedades espirituais, mas sim o contrário.

Primeiramente, foi apresentada a *teoria da identidade ou correspondência tipo-a-tipo*, segundo a qual a cada *tipo* de estado mental corresponde um *tipo* de estado corpóreo. “Correspondência” e “identidade” aqui querem dizer redutibilidade ou tradutibilidade. Isto é, o materialismo tipo-a-tipo diz que um tipo de estado mental pode ser reduzido ou traduzido em um tipo de estado corpóreo. Isso daria um estatuto científico respeitável ao mental, pois como os estados do corpo são investigáveis pela ciência natural, os estados mentais “correspondentes” também o seriam (ver Burge 1992: 31–33).

Ainda nos anos 1960, Putnam (1967) faz sérias objeções à tese da identidade tipo-a-tipo. Ele afirma ser implausível que certo tipo de estado mental corresponda a um único tipo de estado corpóreo nas diversas espécies nas quais *o mesmo tipo* de estado mental se realiza. Por exemplo, um cão e um homem podem estar em um estado mental do tipo *sentir o cheiro de x*, por estarem sentindo o cheiro de x, mas não é razoável supor que o cão e o homem estejam no mesmo tipo de estado corpóreo, pois seus corpos são distintos de diversas maneiras. Para haver tal correspondência precisaria haver *múltipla realizabilidade* dos estados mentais, mas isso parece incompatível com a tese da identidade tipo-a-tipo. A tese da múltipla realizabilidade diria, por exemplo, que um estado mental do tipo M1 pode

“corresponder” ao estado corpóreo C1 do cão, mas também ao estado corpóreo C2 do homem, sendo $C1 \neq C2$. Diante dessa objeção, alguns filósofos abriram mão da identidade tipo-a-tipo e passaram a defender a *identidade ocorrência-a-ocorrência* entre estados mentais e estados corporais. Essa tese diz que o estado mental M1 do ente intencionante Ful no tempo t1 é idêntica ao seu estado corporal C1 no mesmo momento. No entanto, essa solução é apresentada apenas porque a teoria tipo-a-tipo não funciona. Mas, sendo assim, essa solução não está independentemente motivada, o que a torna *ad hoc*. Seria preciso que houvesse outras bases para defendê-la, além da mera falência da teoria tipo-a-tipo.

O *funcionalismo* surge como uma teoria que supera tais problemas. Essa teoria diz que um tipo de estado mental é determinado por uma função, a qual pode ser diferente em diferentes tipos de organismos, o que garante a possibilidade da múltipla realizabilidade. A vantagem do funcionalismo, em relação à teoria da identidade tipo-a-tipo, é tomar uma entidade mais abstrata do que um tipo de estado físico como explicador de um estado mental, o que permite que se explique a relação mente-corpo evitando as objeções que foram feitas à teoria da identidade. Os funcionalistas adotam os computadores como metáforas do mental, e vêem os estados mentais como entidades abstratas semelhantes às instruções dos softwares seguidas pelos hardwares dos computadores. Essa metáfora lhes permite explicar a múltipla realizabilidade, pois programas de computadores podem ser seguidos por diferentes computadores (hardwares) mantendo sua identidade (ver Burge 1992: 39–41). No entanto, o funcionalismo clássico enfrentará problemas apresentados pelo antiindividualismo.²⁷

²⁷O externismo semântico traz problemas para o funcionalismo clássico, pois essa teoria especifica o *input* e o *output* mentais de maneira muito restrita, sem poder dar conta das diferenças nos tipos de entidades presentes no ambiente. Mais especificamente, o funcionalismo clássico

Apesar de não ser sua meta direta e explícita, a teoria da referência direta permitiu o desenvolvimento de uma nova explicação da mente, do conteúdo intencional e dos tipos mentais. Desenvolvendo para a teoria dos nomes próprios o correlato de certas teses estabelecidas por Keith Donnellan (1966) para as descrições definidas, os filósofos da referência direta mostraram que nomes próprios e expressões designadores de espécies naturais designam com sucesso mesmo quando o *conhecimento* que o falante tem da referência é incompleto ou errôneo. Isso significa que, para haver referência, fatores contextuais relativos ao falante e às entidades sobre as quais ele fala são importantes. Esses fatores contextuais podem estar além do que o falante *sabe* sobre aquilo de que fala, sendo *não-conceituais*, no sentido de não fazerem parte do modo como o falante *concebe* e compreende aquilo sobre o que fala. E, ainda assim, em vários casos tais fatores contextuais possibilitam a referência bem-sucedida, mesmo quando o falante associa descrições errôneas aos termos que emprega.

Ou seja, a teoria da referência direta chega a resultados sobre o significado dos termos que empregamos, e os mesmos podem ser estendidos ao modo como teorizamos sobre os significados dos conteúdos dos nossos estados psicológicos intencionais. A teoria apresenta resultados sobre termos e conteúdos mentais *indexicais*, isto é, que mudam de referência a cada contexto, mas também sobre termos e conteúdos mentais não-indexicais. Na variedade de Kaplan (1977), a teoria mostra que termos como “isto”, “eu” e “hoje” têm seu significado composto

não consegue explicar como os *inputs* e *outputs* podem manter-se constantes e os estados mentais variarem nas situações contrafatuais. A solução proposta por alguns autores é um *funcionalismo “de braço longo”* (“*long arm*” *functionalism*), o qual define um estado psicológico pelo seu papel funcional, mas não requer que os *inputs* e os *outputs* estejam no interior das fronteiras do corpo do sujeito. Esse funcionalismo reformado não entraria em conflito com o externismo semântico (ver Lau e Deutsch 2008).

por dois elementos, um invariável (o caráter), outro variável de contexto a contexto (o conteúdo). O invariável é a regra de uso do termo, o variável é aquilo que é capturado em cada uso do termo. A regra invariante do uso de “eu” é algo como *termo usado para referir a quem está falando*, e quem é referido pelo termo depende de quem está proferindo “eu” em uma conversa. Sendo assim, um componente extramental, a pessoa que está falando, faz parte do significado de “eu” em cada uso, e não há como reduzir “eu” ao intramental sem perder sua referência.

A teoria da referência direta também tem algo a dizer sobre certos termos não-indexicais, como por exemplo os designadores de espécies naturais. De acordo com a teoria, parte do significado dos mesmos depende de relações entre o falante e o ambiente natural e social mais amplo. Termos designadores de espécies naturais, como “limão”, “tigre”, “ouro” e “ácido”, não são indexicais, pois não mudam de referência a cada contexto (ver Burge 1982a, Putnam 1996, dos Santos 2007). No entanto, seus significados dependem das suas respectivas referências extramentais. Caso tais termos referissem a algo distinto daquilo a que referem, seriam outros termos, ao invés de serem os termos que são.²⁸

2.8 Externismo semântico

De acordo com o externismo semântico, o significado de pelo menos algumas palavras é parcialmente constituído por certas relações entre o ente intencionante e o ambiente social e natural que o circunda (Putnam 1975, 1996). A principal razão

²⁸Esta frase pode parecer uma tautologia, mas Hobbes defendia, e Chomsky (2000: 312) concorda, que “[...] os Nomes são signos não de coisas, mas de nossas cogitações” (Hobbes 1655: 17). Assim, para Hobbes e Chomsky, nada impede que um nome designe coisas diferentes em diferentes circunstâncias permanecendo o mesmo nome, desde que mantenha-se sendo o signo da mesma cogitação.

para a defesa e adoção dessa teoria é a deficiência da posição contrária, o *internismo semântico*, para explicar o significado de certas palavras, como, por exemplo, os termos designadores de espécies naturais.²⁹ Usualmente, somos capazes de usar com competência termos como “ouro” ou “ácido”, ainda que não sejamos especialistas em tais espécies naturais, nem sejamos oniscientes. Usualmente, não sabemos muitas coisas sobre tais espécies, e mesmo os melhores especialistas podem desconhecer características importantes das mesmas. Por exemplo, somos competentes no uso do termo “ouro”, somos capazes de falar sobre ouro e de ter estados, eventos e processos mentais conscientes sobre ouro, ainda que não tenhamos a capacidade de um químico de explicar o que é o ouro, nem a capacidade de um joalheiro de discriminar o ouro de outros metais muito parecidos, mas menos valiosos. Nosso uso de “ouro”, e nossos estados mentais sobre ouro, são explicados, no que diz respeito ao significado da palavra, pelas nossas relações

²⁹Estrito senso, não há um filósofo ou grupo de filósofos que se apresentem como “internistas semânticos”. Esse é um rótulo útil, usado pelos externistas semânticos, para falar de posições contrárias às suas. Dentre os filósofos considerados internistas sobre o significado estão os defensores da teoria descritivista da referência, como Searle. Mas, ainda assim, a rotulação de Searle como “internista” ou “individualista” não é tarefa simples, pois há elementos em Searle para a elaboração de uma filosofia da mente antiindividualista, a partir do seu holismo: “Suponhamos que haja um momento particular no qual Jimmy Carter concebeu pela primeira vez o desejo de concorrer à presidência dos Estados Unidos e suponhamos também que esse estado Intencional foi realizado de acordo com as teorias da ontologia do mental preferidas por todos [...] uma determinada configuração neural, em uma determinada parte de seu cérebro, percebeu seu desejo, pensou sem palavras e com firme determinação: ‘Quero fazer isso’ etc. Agora, suponhamos, ainda, que exatamente essas realizações de idêntico tipo do estado mental ocorressem na mente e no cérebro de um homem do Pleistoceno que viveu há milhares de anos. Ele teve uma configuração neural de idêntico tipo à que correspondeu ao desejo de Carter e viu-se pronunciando a sequência fonética ‘Quero concorrer à presidência dos Estados Unidos’ etc. Mesmo assim, por mais idêntico que fosse o tipo das suas realizações, seria impossível que o estado mental do homem do Pleistoceno fosse o desejo de concorrer à presidência dos Estados Unidos. Por que não? Bem, usando um pressuposto, as circunstâncias não eram apropriadas. E qual o significado disso? Para responder a essa pergunta, exploremos rapidamente o que foi preciso ocorrer para que o estado de Carter pudesse ter as condições de satisfação que teve. Para se ter o desejo de concorrer à presidência, é necessário que tal desejo esteja implantado em toda uma Rede de outros estados Intencionais” (Searle 1983: 26–27).

de *dependência* e de *apoio* com um ambiente social e natural mais amplo, pois nós nos apoiamos nos outros que nos ensinaram a usar a palavra “ouro”: quando é preciso, consultamos os joalheiros, ou outros especialistas, para nos guiar ou nos corrigir no uso do nome comum “ouro”. Também os consultamos para estabelecer que estamos ante uma amostra de ouro, ao invés de outra coisa. Se desconsideramos tais relações de deferência, não temos como explicar o significado da palavra “ouro”, pois a *referência* do termo é um elemento fundamental para o estabelecimento desse significado. No caso de uma espécie natural, essa referência é exterior à mente, e muitas vezes são os outros, os especialistas na espécie natural, ou seus descobridores, aqueles que determinam ou fixam a referência do termo que nós empregamos. Assim, o aprendizado da referência de “ouro” depende de relações entre nós falantes, os outros falantes e o ambiente no qual há ouro. Se tomamos o caminho internista, e desconsideramos totalmente esses vínculos, considerando apenas representações internas ao sujeito que sejam propriedades intrínsecas desse sujeito, já não temos como explicar o significado da palavra “ouro”, ou da palavra “olmo”:

[...] o conteúdo das sentenças (e, em consequência, o conteúdo das crenças e das outras condições psicológicas dependentes da linguagem) depende pelo menos parcialmente da determinação da *referência* no contexto específico (em linguagem técnica, da “extensão”) dos termos usados na sentença ou na expressão de crença, e [...] a referência depende de fatores que são *exteriores* ao corpo e ao cérebro do falante. Determinar se um falante quer dizer *olmo* quando emprega a palavra *olmo* depende, *inter alia*, do fato de a palavra se referir ou

não à árvore olmo, o que depende, de formas complexas, tanto das relações desse falante com outros falantes (no caso de o falante, como muitos de nós, não conseguir identificar, por si só e de maneira confiável, os olmos) como do tipo de árvores que existem, de fato, no ambiente do falante e dos especialistas em quem ele confia. O estado neurológico (ou “estado cerebral”) dele pode não ser em princípio suficiente para determinar se ele se refere a olmos ou a faias quando emprega a palavra *olmo*. (Putnam 1999: 154)

São três as principais teses apresentadas nessa passagem. Em primeiro lugar, Putnam está dizendo que palavras e conteúdos mentais empíricos têm sua referência fixada ao menos em parte por fatores exteriores ao corpo (em especial ao equipamento neural) do falante ou pensante. Em segundo lugar, Putnam está extraindo a consequência que a fixação da referência de palavras e conteúdos mentais depende do ambiente social e natural. Em terceiro lugar, Putnam está frisando que, se é assim, então a mera consideração dos estados neurais pode ser insuficiente para a explicação dos significados das palavras dos discursos e conteúdos mentais dos estados psicológicos do sujeito. Eis porque o externismo semântico diz que “[...] o conteúdo de nossos estados mentais apóia-se ao menos em parte sobre relações entre nós mesmos e o ambiente” (Ludlow e Martin 1998b: 1). É nisso o externismo se afasta da tradição, a qual tem sido internista sobre os significados das palavras:

[...] era tomado por certo por quase todos os filósofos na tradição que a ideia na mente, ou a posseção ou reminiscência da ideia pela mente, determina a extensão do “nome” associado com a ideia ou

conceito: um nome, digamos, “cão”, é *verdadeiro de* uma coisa particular na medida em que essa coisa particular cai sob o conceito na mente, ou o conceito recordado pela mente. Em resumo, é uma característica de todas essas visões que *um indivíduo isolado* pode, em princípio, apreender (*grasp*) qualquer conceito que seja, e que a apreensão pelo indivíduo do seu conceito determina totalmente a extensão de todos os termos do indivíduo. *O conhecimento de significados é uma propriedade mental privada.* (Putnam 1996: xv–xvi)

Vamos listar as teses que Putnam atribui à tradição filosófica, na passagem citada acima. São duas as teses:

Determinação da extensão segundo a tradição: a ideia ou conceito presente na mente determina a extensão do nome associado ao conceito

Conhecimento do significado segundo a tradição: como a extensão é determinada pela intensão ou conceito associado, para conhecer o significado de qualquer termo aprendido basta contemplar o conceito associado

Essas duas teses tradicionais são rejeitadas pelo externismo semântico. Putnam e outros externistas semânticos argumentam que há casos nos quais o conceito presente na mente não determina a extensão do termo associado, e há casos nos quais não basta contemplar o conceito associado ao termo para conhecer tal significado. Ao menos no que diz respeito a designadores de espécies naturais, a posição externista, em oposição à tradição filosófica, diz que:

[...] o conhecimento dos significados não é algo que é possível para um pensador em isolamento, e que isso pressupõe tanto interações

com o mundo quanto interações com outros usuários da linguagem.

(Putnam 1996: xvi)

De acordo com essa teoria, para conhecer o significado de um nome, preciso interagir com outras pessoas, e com o mundo não-humano, ou habitat, que nos cerca. Isso se deve a três fatos sobre a linguagem. O primeiro fato é que somos falantes competentes mesmo quando não somos capazes de explicar de maneira rigorosa o que queremos dizer com as palavras que empregamos. O segundo fato é que manejamos a linguagem coletivamente. O terceiro fato é que nossa ignorância de aspectos do habitat pode nos fazer usar os termos de maneira equivocada.

Quanto ao primeiro fato, competência linguística é bem menos do que conhecimento especializado. Um açougueiro tem conhecimento especializado dos cortes de carne, e sabe muito bem o que é um corte de picanha. Um leigo carece desse conhecimento. Mas, ainda assim, um leigo é linguisticamente competente no uso da palavra associada “picanha”, caso tenha um domínio mínimo “[...] da pronúncia, da gramática e do vocabulário” (Trask 2004: 58).

Isso, no entanto, traz à tona uma dificuldade: como podemos ser competentes no uso de palavras se não somos especialistas nas mesmas? O segundo fato sobre a linguagem dá uma resposta a tal dificuldade:

A linguagem, eu disse, não é uma ferramenta como um martelo, que cada um pode usar por si mesmo ou mesma. É uma ferramenta como um navio grande, o qual requer várias pessoas trabalhando juntas para operar. (Putnam 1996: xvi)

O segundo fato sobre a linguagem, o qual explica o primeiro fato, nossa competência aquém do conhecimento especializado, é a *divisão do trabalho lingüís-*

tico (ver Putnam 1973b, 1975). Todo falante de uma língua é competente no uso da língua, sem ter, ao menos em sociedades plurais e complexas como as nossas, conhecimento especializado de cada uma das palavras da língua. Mas alguns de nós somos, além de competentes, especialistas em certas coisas e nas palavras associadas. Por causa desse conhecimento, temos, entre outros, o papel social de definir e explicar tais termos aos outros falantes. Os outros falantes se apoiam em nós, e podem seguir sem se preocupar em obter conhecimento especializado de cada palavra por haver, na sociedade, especialidades existentes e emergentes para uma imensa variedade de aspectos da realidade. Esses especialistas têm a tarefa de explicar aos outros o que as palavras de suas especialidades querem dizer, e os outros se apoiam neles.

O terceiro fato sobre a linguagem é que os conceitos que associamos aos nomes sempre podem ser insuficientes para caracterizarmos as coisas nos seus mínimos detalhes, ou para distingui-las de outras coisas diferentes, mas semelhantes. Isso vale mesmo para os conceitos dos especialistas (ver Burge 1986c). Consideremos alguns conceitos científicos. Por muito tempo, a água foi tomada por um elemento simples, e só há poucos séculos se descobriu que se trata de uma substância composta. Nesse caso, os próprios especialistas mudaram de ideia sobre os predicados que devem ser atribuídos à água. Outro exemplo: por muito tempo, dois minerais diferentes, a jadeíta e a nefrita, foram tomados pelos especialistas como um só mineral, e chamados indistintamente de “jade” (ver a história do uso dos nomes de jade em Hacking 2007). Posteriormente se descobriu que se trata de duas pedras com fórmulas químicas distintas, e essas passaram a ser tratadas pelos especialistas como espécies de coisas diferentes, ainda que a denominação “jade” ainda seja usada para designar os dois minérios. Esse fato sobre a lingua-

gem, junto com os outros, mostra, contra a tradição, que nem sempre o conceito determina a extensão, e que nem sempre basta conhecer o conceito para conhecer sua extensão. Se o modo de conceber um tipo de coisa fixasse de uma vez por todas a referência de um termo ou conteúdo mental, a descoberta de que o que chamamos de “água” é um composto nos faria dizer que não há água nos lagos, nem na chuva, pois a concepção antiga dos especialistas dizia que a água é um dos quatro elementos simples. Mas não é assim que ocorreu, pois a concepção de água foi corrigida pelas descobertas. No caso de jade, após a descoberta que “jade” é nefrita e jadeíta, se buscou uma única coisa que correspondesse à concepção antiga, pois se viu que a mesma, ao ligar-se à aparência das pedras, deixava passar algo importante sobre sua estrutura química.

Desses fatos sobre a linguagem e a mente surge a visão externista do significado, segundo a qual a posse e o conhecimento dos significados pressupõe que o sujeito ou conhecedor interaja com os outros, e com o habitat.³⁰

³⁰Os pontos de vista externistas estão sendo bem aceitos pelos filósofos, mas houve resistência localizada. Alguns filósofos defenderam que uma noção de conteúdo mental dependente do ambiente para sua identificação não é capaz de explicar o comportamento individual, e por isso postularam a existência de um substituto para o mesmo. O conteúdo identificado pelo externismo semântico e pelo antiindividualismo foi chamado de *conteúdo amplo* (*broad content*), e o conteúdo que explicaria o comportamento individual foi chamado de *conteúdo exíguo* (*narrow content*). No entanto, não há como explicar o que seria o conteúdo exíguo, ou como o conteúdo exíguo operaria, sem apelar à noção de conteúdo amplo (a concepção de conteúdo mental *tout court* do externismo semântico e do antiindividualismo). A defesa do “conteúdo exíguo” é a defesa de que o conteúdo amplo teria um “núcleo” interno, o qual explicaria o comportamento a partir de “ações básicas”. Mas não há meios de teorizar sobre o “conteúdo exíguo” ou “ações básicas” sem teorizar sobre conteúdos amplos e comportamentos explicáveis por descrições que apelam a elementos ecológicos, sejam esses naturais ou sociais. Isso indica que a noção teórica de conteúdo exíguo é uma noção dependente da noção teórica de conteúdo amplo, o que torna suspeita a proposta de explicar o comportamento humano pela noção de conteúdo exíguo de uma maneira que seja teoricamente independente do apelo à noção de conteúdo amplo. A base dessa suspeita é que a teoria do “conteúdo exíguo” precisa pressupor tudo o que a teoria do conteúdo amplo pressupõe, mais alguns elementos que são específicos dessa teoria, o que nos leva a buscar uma teoria que seja mais econômica, por explicar as mesmas coisas com menos elementos. Esse parece ser o caso em tela, pois a teoria do conteúdo amplo pode explicar o comportamento sem a teoria do conteúdo exíguo, mas a teoria do conteúdo exíguo não pode explicar o comportamento sem a teoria do conteúdo amplo.

2.9 Externismo semântico e Terra Gêmea

Encontram-se na situação de pessoas repentinamente colocadas em meio a uma população que usa os mesmos sons, mas palavras diferentes [...].

Adolf Kussmaul (1881: 223)

O externismo semântico usa a metodologia dos experimentos mentais ao estilo da *Terra Gêmea* para estabelecer um ponto sobre o que precisa ser levado em conta na individuação de estados mentais.³¹ Essencialmente, o que precisamos fazer para gerar um experimento mental ao estilo da Terra Gêmea de Putnam (1975) é imaginar indivíduos corporalmente idênticos, em ambientes diferentes, com histórias da interação do seu corpo com o ambiente idênticas, se descritas de maneira não-intencional, mas com diferentes estados mentais,³² pois os indivíduos estão interagindo com entidades diferentes dos seus ambientes natural ou social, embora por estipulação as experiências de tais entidades sejam qualitativamente semelhantes. Ainda que os pensamentos sobre os dois tipos de entidades dos dois indivíduos tenham fenomenologias idênticas, a conclusão é que os estados mentais dos dois indivíduos são de tipos representacionais ou intencionais distintos.³³ Por estipulação, não há como as pessoas retratadas nesses experimentos possam *descrever* a diferença que há entre seus termos ou conteúdos mentais,³⁴ pois elas

Sobre essa crítica à teoria do conteúdo exíguo, ver Putnam (1999: 136–42).

³¹Nesta seção não pretendo fazer justiça ao modo como os experimentos mentais são utilizados em Putnam (1975), mas sim dar uma ideia geral do papel do experimento mental da Terra Gêmea no debate sobre o externismo semântico em geral, incluindo o debate sobre o antiindividualismo.

³²Para Putnam (1975) se tratava de duas ocorrências de um mesmo tipo de estado mental.

³³Não era assim que Putnam (1975) via as coisas. Reitero que não estou fazendo exegese do primeiro paper importante sobre o assunto, mas sim apresentando a teoria tal como ela é, após correções em Putnam (1996, 1999).

³⁴Como venho frisando, não era assim que Putnam (1975) apresentava sua teoria. No início ele

os concebem da mesma maneira. No entanto, há uma diferença, pois a concepção de um diz respeito a uma coisa (tipo de coisa), enquanto a concepção do outro diz respeito a outra coisa (tipo de coisa).

De todas as apresentações do experimento mental por Putnam, esta é a que me parece mais clara, direta, simples e funcional (apesar de um pequeno problema):

Suponhamos que George acredita que há olmos no Canadá. Imagine-mos que George tem um sócia na Terra Gêmea, e que esse sócia tem uma crença que ele exprime com a mesma sentença “Há olmos no Canadá”. Infelizmente, uma das pequenas diferenças fortuitas existentes entre a Terra e a Terra Gêmea é que, nesta, “olmo” se refere a *faias*. E, como é óbvio, na Terra Gêmea, “Canadá” refere-se ao *Canadá Gêmeo* e não ao Canadá. Logo, aquilo em que o George Gêmeo acredita não é que haja olmos no Canadá; ele acredita, isto sim, que há faias no Canadá Gêmeo.³⁵ Não obstante, o George Gêmeo poderia ser “internamente” idêntico a George sob todos os aspectos psicologicamente relevantes. Poderia até mesmo encontrar-se no mesmo “estado cerebral” que George, neurônio a neurônio. [Nota de rodapé:] Seria possível objetar dizendo que a *aparência* dos “olmos” da Terra Gêmea não é a mesma que a dos olmos da Terra. Mas George e George Gêmeo são habitantes da cidade e nenhum deles *viu* de fato um olmo/um “olmo” gêmeo. (Putnam 1999: 156)

Nessa apresentação do experimento mental da Terra Gêmea, temos um personagem, George, que tem uma crença que ele exprime da seguinte maneira:

não tinha a intenção de tratar do conteúdo mental.

³⁵Reiterando: a exposição atual não pretende dar conta da teoria antiga de Putnam (1975).

“Há olmos no Canadá”

Trata-se de uma crença sobre o Canadá, e sobre olmos. Como — por estipulação — George exprime sua crença em português, sua crença é que:

Há olmos no Canadá

George tem um sócia na Terra Gêmea, quem é chamado de George Gêmeo. George Gêmeo é idêntico a George, célula a célula, neurônio a neurônio. Na sua língua, ele profere a sentença:

“Há olmos no Canadá”

Não se trata da mesma sentença dita por George.³⁶ É a mesma voz, mas a sentença é outra, pois na língua de George Gêmeo a voz “olmo” quer dizer faia, e “Canadá” quer dizer Canadá Gêmeo. De modo que o que ele diz é:

³⁶Não se trata da mesma sentença, pois estamos tratando sentenças como estruturas compostas de elementos sintáticos e semânticos, de modo que a alteração em qualquer elemento resulta em uma sentença distinta. Em outro vocabulário, talvez se dissesse que não se trata da mesma *proposição*, do que não discordo, mas não estou usando a noção de proposição como um elemento da minha exposição, e sigo o sentencialismo de Higginbotham (2009), incluindo suas bases teóricas, as quais apresento agora, resumidamente. De acordo com a visão que adoto, a tarefa da semântica é explicitar e explicar o que um falante sabe, quando conhece as condições nas quais seus enunciados, os quais expressam sentenças, são verdadeiros ou falsos. Essa tarefa é realizada pela exposição (1) das estruturas típicas de sentenças, (2) de como essas estruturas se relacionam com subestruturas e (3) de como e o que as palavras significam. Essa exposição apresenta as linguagens como objetos ao mesmo tempo abstratos e empíricos. Abstratos, pois podem ser descritos de maneira puramente formal. Empíricos, pois podem ser objetos de investigação ou interesse psicológico, sociológico, estético etc. É um fato empírico que apreendemos línguas, mas as línguas elas mesmas são objetos abstratos. Eis porque podemos explicar o que um falante sabe, quando conhece as condições nas quais seus enunciados são verdadeiros ou falsos, sem apelar a fatos: basta que se apresente que estruturas formais são tacitamente conhecidas pelo falante. Caso queiramos, essas estruturas elas mesmas são as proposições, mas aqui elas estão sendo explicadas e explicitadas considerando apenas o conhecimento tácito da língua que mesmo falante muito jovens têm. Essa explicação não apela a fatos, ou ao conhecimento de fatos, ou ao contato direto com fatos, ou a qualquer outra metafísica e epistemologia dos fatos. A meu ver, essa abordagem é preferível, dada a obscuridade da noção de fato. Como a discussão das proposições costuma estar ligada a alguma teoria que apela a fatos, uso a noção de sentença, tal como explicitada acima, como uma estrutura complexa, a qual é composta de elementos sintáticos e elementos semânticos.

Há faias no Canadá Gêmeo

É nisso que ele acredita, apesar de ser fisicamente idêntico a George. Os dois têm crenças distintas, apesar de terem adquirido a forma verbal “olmo” de maneiras fisicamente idênticas. O que faz com que eles creiam coisas diferentes é, exclusivamente, o ambiente exterior a eles.

2.10 Externismo semântico e antiindividualismo

Ao lado do externismo semântico de Putnam, uma das vertentes mais conhecidas do externismo é o antiindividualismo de Tyler Burge.³⁷ Em relação a Putnam, o principal avanço que encontramos no antiindividualismo de Burge é a extensão dos resultados de Putnam acerca dos termos que designam espécies naturais para os conceitos empíricos em geral.

A teoria da referência direta e o externismo semântico mostram que é possível para um indivíduo referir, e significar, sem dispor de uma descrição identificadora. A tese sobre a possibilidade de referir sem ser capaz de descrever adequadamente o referente tem ampla aplicação em filosofia da mente, e essa brecha é aproveitada pelo antiindividualismo. Vários termos e conceitos são tais que o indivíduo pode pensar sobre entidades através desses termos ou conceitos sem ser capaz de discriminar tais entidades senão por tais termos ou conceitos. Em tais casos, o conhecimento que o indivíduo tem do termo ou conceito não é suficiente para defini-lo, pois a capacidade do indivíduo de explicá-lo ou definí-lo subdetermina sua capacidade de proferir enunciados e ter pensamentos com os mesmos. Sendo assim,

³⁷Apresentado principalmente em Burge (1979), mas presente em praticamente todos os outros textos reunidos em Burge (2007a).

termos e conceitos têm o significado que têm independentemente da capacidade do indivíduo que os utiliza de dizer, socraticamente, o-que-é que os mesmos significam. A identidade desses termos ou conceitos é fixada por fatores ambientais não totalmente apreendidos pelas capacidades explicativas ou discriminativas do indivíduo — a não ser que tratemos seu uso de tais termos ou conceitos como habilidades explicativas ou discriminativas. Como a identidade de muitas atitudes proposicionais (das crenças, por exemplo) depende dos termos ou conceitos que figuram nas mesmas (caso fossem outros elas seriam outras), e a identidade desses é estabelecida relativamente ao ambiente, a identidade de tais atitudes proposicionais também depende de fatores ambientais não totalmente apreendidos pelo indivíduo. Essa é uma posição típica do antiindividualismo. Ela diz que nem todos os tipos de estados e eventos mentais podem ser identificados independentemente das entidades existentes no ambiente habitado pelo indivíduo.

2.11 O experimento mental sobre “artrite”

Segundo a interpretação antiindividualista do experimento mental sobre “artrite” (ver p. 75), o conteúdo mental de Ful difere do conteúdo mental da sua “gêmea”, embora nada seja diferente na fenomenologia (descrita não-intencionalmente) ou na realidade física (idem) das duas. A diferença no conteúdo mental é devida às diferenças entre as sociedades de Ful e da sua “gêmea”. Ante tal quadro, poderíamos perguntar: qual a relação entre o conceito de artrite de Ful, uma pessoa que achava que estava com artrite na coxa, embora artrite só ocorra nas juntas, e:

- (a) artrite, a doença

(b) o conceito de artrite da comunidade de Ful?

Quanto a (a): por estipulação, Ful adquiriu o conceito de maneira normal. Nada a estimulou ou desestimulou a crer que está com artrite na coxa. Ela *tem a intenção* de usar a palavra “artrite” para falar do que seus pares chamam de “artrite”, e está disposta a ser corrigida ante argumentos.³⁸ Ela não sabe muita coisa sobre artrite, mas já usou a palavra com sucesso no passado. Assim, embora sua crença sobre artrite na coxa esteja errada, temos ampla base para dizer que Ful possui o conceito de artrite, pois tem domínio mínimo do conceito.³⁹ De modo que o conceito de artrite do Ful é um conceito *de artrite*, ainda que Ful aplique mal o conceito em uma ou outra situação.

Quanto a (b): Ful não descobriu a doença, e aprendeu sobre a mesma em conversas e leituras. Ela não se tornou especialista ou autoridade no assunto, sendo alguém que reconhece outros (médicos, p.ex.) como pessoas que sabem mais do que ela sobre artrite. Além disso, seu uso de “artrite” no caso da coxa também se apóia na memória, pois ela usa a palavra levando em conta evidências (o tipo de dor, p.ex.) que fazem o conceito “disparar”. Assim sendo, Ful usa a palavra “artrite” seguindo um princípio (tácito) *a priori* — mas ela mesma precisaria estudar filosofia da mente para ser capaz de compreender e explicitar os elementos desse princípio *a priori* que guia seu uso de “artrite” (ver Burge 2006: 169 e arredores). O princípio *a priori* que guia o uso de “artrite” diz que o que conta como referente de “artrite” depende do que outros (médicos, p.ex.) contam como artrite. Mas, para Ful saber o que conta como artrite não basta a reflexão. Ela precisa es-

³⁸O caso seria diferente se, ante a correção de alguém sobre a impossibilidade de ocorrer artrite na coxa, ela dissesse que está usando uma palavra do seu idioleto, sendo que o significado de “artrite” nesse é “a doença que está provocando a dor na minha coxa”.

³⁹O domínio mínimo de um conceito varia de contexto a contexto. Ver a seção 1.8.

tudar patologia. Assim, Ful teve e é capaz de ter pensamentos sobre artrite, apesar de ter uma crença falsa sobre artrite. E ela tem o conceito de artrite, apesar de precisar estudar o assunto para ser capaz de explicar com detalhes o conceito de artrite que usa.⁴⁰

2.12 Deferência

Você se vira sem amigos, mas não
sem vizinhos.

Ditado egípcio (em Steindl-Rast
2002: 44)

A seguinte passagem esclarece o que está em jogo no apelo dos antiindividualistas à noção de deferência:

Comumente usamos nossos termos deferencialmente ou de modo a nos apoiarmos nos outros. Então comumente (dado um entendimento mínimo) nossos termos partilham referência com aqueles a quem deferimos. A deferência não precisa ser um compromisso consciente; ela pode estar implícita no nosso apoio nos outros. Nem sempre a deferência basta para fazer o uso dependente. Alguém pode deferir

⁴⁰Ful sabe menos sobre artrite do que outros da sua sociedade, e tinha ao menos uma crença falsa sobre artrite, mas seu conceito é sobre artrite. Aqui (ver Burge 2006: 169), a analogia com o que Kripke e outros dizem sobre o uso de nomes próprios é iluminadora. Se o nome “Moisés” que adquiri está bem enraizado, no sentido de fazer parte de uma cadeia de transmissão que parte do batismo de um homem como “Moisés” e chega até mim, e tenho a intenção de usar o nome tal como aqueles que o transmitiram o usaram, então meu uso de “Moisés” é um meio de referir a Moisés, quer eu saiba que a cadeia de transmissão é boa, quer eu não saiba. Do mesmo modo, se meu conceito de artrite faz parte de uma cadeia de transmissão boa, e tenho a intenção de usar o conceito como os outros, e tenho um domínio mínimo do conceito, então meu uso está em ordem. Essa é uma lição filosófica do antiindividualismo sobre nós e nossa mente que deve bastante a Kripke e outros filósofos da referência direta (ver Burge 2006: 174).

a um outro (talvez tendo recém chegado, sem saber, à terra trocada) que simplesmente não fala sua língua. Ou se poderia deferir mesmo embora as próprias habilidades e a prática não estejam conformes à deferência. A deferência é mais um sintoma no uso de alguém de um apoio nos outros para a obtenção de normas. O intercurso social normal conduz à dependência social quer se tenha ou não uma atitude de deferência. Como notado, tal dependência pode ser bloqueada, se a intenção ou prática do indivíduo corre no sentido contrário de tal dependência deferencial. (Burge 2003g: 251)

Este esclarecimento de Burge é constituído de cinco teses:

Entendimento mínimo: É preciso que o indivíduo entenda minimamente a palavra para ser capaz de deferir

Apoio mútuo: Ainda que não tenhamos declarado ou manifestado explicitamente que estamos deferindo a outros, o intercurso social normal nos leva a deferir, e isso está implícito nos nossos pensamentos e falas

Correferência: Quando usamos as palavras deferencialmente, isto é, nos apoiando em outras pessoas, as palavras que empregamos partilham referência com as palavras daqueles a quem deferimos

Falha e sucesso: A tentativa de deferir pode falhar, caso nos enganemos ao tomar um membro de uma outra sociedade por um membro da nossa sociedade, e tal suposição seja importante; mas também pode ter sucesso, caso nos apoiemos em pessoas de outras sociedades e tal suposição não seja importante

Bloqueio: É possível bloquear a deferência, bastando para isso ter a intenção e prática explícitas de não se apoiar nos outros

A tese do entendimento mínimo traz o requisito básico para que possa haver deferência, pois se o indivíduo não faz a menor ideia do significado do termo, simplesmente não o usa. A tese do apoio mútuo é uma simples constatação sobre o modo como usamos boa parte das palavras boa parte do tempo. Nos casos em que esta constatação é verdadeira, a tese da correferência segue. Esta é a tese central, mas é de se notar que ela tem uma condição, a tese do apoio mútuo. Além de ter tal condição, a deferência tem condições de sucesso que podem ser frustradas contra a vontade do indivíduo (tese da falha e do sucesso), e uma cláusula sobre o bloqueio voluntário da deferência.

Assim, o quadro é bem mais complexo do que algumas vezes aparece na literatura sobre o tema, onde não é raro se dizer que o antiindividualismo afirma que a deferência é sempre o caso, independentemente das intenções da pessoa. A deferência nem sempre é o caso. Mas, quando é o caso, há correferência entre as palavras do deferente as palavras dos deferidos.

2.13 A mente e o conteúdo

É comum que se veja o antiindividualismo ou externismo como uma teoria sobre o conteúdo mental. No entanto, isso não pode ser o caso, pois “conteúdo” não é o tema de nenhuma teoria. Ao invés disso, “conteúdo” é uma noção primitiva com a qual se fazem várias teorias sobre a mente e a intencionalidade:

Penso que conteúdo representacional é uma noção fundamental —

fundamental para a psicologia do senso comum, para a psicologia cognitiva empírica, e para empreendimentos epistêmicos e semânticos. Os empreendimentos explicativo e semântico estão empiricamente bem estabelecidos. O empreendimento epistêmico é básico para a avaliação de uma dimensão importante da vida humana e animal. A noção de conteúdo representacional não precisa de análise. Ela não é como o objeto, ou tópico, de uma teoria. Ao invés disso, é uma noção primitiva nesses empreendimentos explicativos e avaliativos. Há diferentes subespécies de conteúdo representacional [...]. Nenhuma delas é o tópico dos empreendimentos de análise, definição, ou teoria. (Burge 2003g: 246)

Assim, o tópico do antiindividualismo não é o conteúdo mental, mas sim a própria mente: trata-se de uma teoria sobre a *mente*, a qual apresenta critérios para o estabelecimento da identidade de estados e eventos mentais intencionais, ou com conteúdo mental.⁴¹ Os critérios apresentados nos permitem dizer que o antiindividualismo é uma teoria sobre a *dependência* dos estados e eventos mentais com conteúdo, incluindo as memórias, em relação a fatores externos à mente e ao corpo do sujeito.⁴² O antiindividualismo diz que para vários tipos de estados e eventos mentais, principalmente aqueles que têm conteúdo *empírico*, isto é, que

⁴¹“O antiindividualismo é sobre as condições sob as quais estados e eventos mentais podem ter os conteúdos representacionais que eles têm, não sobre as naturezas dos conteúdos eles mesmos” (Burge 2006: 156).

⁴²“O externismo sobre o conteúdo é uma asserção sobre dependência [...]” (Peacocke 1994: 222); “[...] *externismo* sobre alguma propriedade mental é a tese que se uma pessoa (ou outro ente físico) tem essa propriedade depende, não apenas de condições internas à pele da pessoa, mas também do ambiente da pessoa e da maneira como a pessoa está inserida (*embedded*) nesse ambiente” (Davies 1998: 322).

são o fruto direto ou indireto da *percepção*,⁴³ a *constituição* do conteúdo é dependente de relações da pessoa (ou outro ser físico) com o ambiente no qual ela está inserida.⁴⁴

⁴³Uma percepção é um fruto direto do contato do indivíduo com o mundo, uma crença empírica é um fruto indireto da percepção.

⁴⁴“A principal ideia do artigo [“Individualism and the Mental”] é que as naturezas e individualização correta de muitos dos estados e eventos mentais intencionais ou representacionais de uma pessoa comumente dependem de uma maneira constitutiva de relações que o indivíduo mantém com um ambiente social mais amplo. [...] as naturezas dos pensamentos dos indivíduos, como marcadas pelos conteúdos representacionais dos seus pensamentos, dependem constitutivamente do ambiente social” (Burge 2006: 151). “Uma melhor caracterização da dependência em questão é dada por uma asserção constitutiva: que o que faz um estado ter o conteúdo que tem são certas das suas relações complexas com o estado das coisas exterior” (Peacocke 1994: 219). Por vezes, no caso de conteúdo de crenças, a dependência relevante é caracterizada não como dependência constitutiva, mas como *falha de superveniência*: “A dependência aparente do conteúdo das crenças sobre fatores externos ao sujeito pode ser formulada como uma falha de superveniência do conteúdo da crença sobre fatos acerca do que é o caso dentro das fronteiras do corpo do sujeito. Alegar que tal superveniência falha é fazer uma alegação modal: que pode haver duas pessoas iguais com respeito aos seus estados físicos internos (e assim com respeito àquelas das suas disposições que são independentes de estados que envolvam conteúdo), as quais todavia diferem com respeito a quais crenças têm. O celebrado exemplo de Putnam de uma comunidade na Terra Gêmea, onde a substância como-a-água nos lagos e chuva não é H₂O, mas algum componente químico diferente XYZ — gemináqua — ilustra essa falha de superveniência” (Peacocke 1994: 222). No entanto, a caracterização da relação de dependência como falha de superveniência é mais difícil no caso do conteúdo perceptual, pois as diferentes ações dos sujeitos em estados com conteúdos perceptuais são descritas a partir de diferenças que ultrapassam seus estados físicos. É por isso que é melhor tratar a relação de dependência do externismo como uma relação constitutiva, ao invés de uma relação de falha de superveniência. Dessa maneira se evita esse problema: “No caso de estados perceptuais envolvendo-conteúdo, é uma questão muito mais delicada argumentar pela falha de superveniência. A razão fundamental para isso é que a atribuição de conteúdo perceptual responde não apenas a fatores no lado do *input* — o que em certos casos fundamentais causa o sujeito a estar no estado perceptual — mas também a fatores no lado do *output* — o que o estado perceptual é capaz de ajudar a explicar entre as ações do sujeito. Se diferenças no conteúdo perceptual sempre envolvem diferenças nas ações corporalmente-descritas em circunstâncias contrafatuais adequadas, e se essas ações diferentes sempre têm bases neurais distintas, talvez sempre haverá, no final das contas, superveniência de estados perceptuais envolvendo-conteúdo sobre estados internos. Mas se isso se revelar assim, essa não é uma refutação do externismo para conteúdos perceptuais. Uma reação diferente a essa situação é que a elaboração da relação de dependência como uma de superveniência é, em alguns casos, muito forte. Uma melhor caracterização da dependência em questão é dado por uma asserção constitutiva [...]” (Peacocke 1994: 222–23).

2.14 Sobre o uso de experimentos mentais

Nos debates acerca do antiindividualismo e suas consequências, foram feitos dois usos importantes de experimentos mentais.⁴⁵ Em primeiro lugar, o experimento mental da Terra Gêmea e suas variedades foram usados para atacar a tese que podemos individuar tipos de estados intencionais desconsiderando a contribuição do ambiente.⁴⁶ Em segundo lugar, experimentos mentais envolvendo trocas despercebidas de ambiente (*slow switches*) foram usados para acusar o antiindividualismo de ser incompatível com o acesso privilegiado de cada um aos próprios estados mentais conscientes. Abaixo, caracterizo minimamente a natureza dos experimentos mentais e apresento sucintamente os experimentos mentais em tela, argumentando que as duas aplicações estão em ordem.

2.14.1 Experimentos mentais

Experimentos mentais são narrativas que têm uma função epistêmica, pois são inventadas para a investigação de como as coisas são. No caso do antiindividualismo, eles foram utilizados como meios para descobrir, a partir da reflexão sobre casos específicos, os padrões e princípios que regem a individuação de estados mentais.⁴⁷ Nesses experimentos se emprega o pensamento, e nada mais, para in-

⁴⁵O que estou chamando de “experimento mental” já recebeu outros nomes na literatura em língua portuguesa: “experimento imaginativo” e “experiência de pensamento”, por exemplo. Todas essas expressões traduzem a expressão anglófona “thought experiment” e a expressão alemã “Gedankenexperiment”, divulgada por Ernst Mach (ver Sorensen 1992).

⁴⁶Não é raro que se diga que o atacado é a tese que o mental é localmente superveniente ao neural. No entanto, ainda que tal tese seja indiretamente atacada pelo antiindividualismo, esse não é uma teoria especificamente contrária ao materialismo.

⁴⁷“O empreendimento envolvido nos meus experimentos mentais antiindividualistas sociais é o que se pode chamar de explicação ou elucidação. Através da reflexão sobre casos, tentei encontrar padrões e princípios que elucidam a natureza e as condições de individuação de atos linguísticos e estados e eventos mentais. [...] Embora a explicação seja central a uma tarefa de filosofia

investigar um problema ou uma questão (ver Brown 2007). Ao longo da história, os experimentos mentais foram utilizados de maneira frutífera em investigações científicas e filosóficas sobre a natureza, o conhecimento e a moralidade. Os exemplos célebres abundam. Entre os filósofos pré-socráticos, Zenão de Eléia nos deu os experimentos mentais de Aquiles e a tartaruga e da flecha imóvel. Um dos temas mais populares da filosofia de Platão, a alegoria da caverna, é um experimento mental. A física da modernidade em diante deve muito aos experimentos mentais de Galileu, Newton, Maxwell, Einstein, Heisenberg e Schrödinger. Na teoria do conhecimento, Descartes apóia sua investigação epistemológica no experimento mental do Gênio Maligno, e Kant investiga o papel dos conceitos na cognição de objetos com seu experimento mental do selvagem da Nova Holanda apresentado a uma casa européia pela primeira vez. Em filosofia moral, há o polêmico experimento mental de Parfit, com a proposta de tratar as pessoas como seres que se dividem como amebas.⁴⁸ Por fim (dessa pequena enumeração, não dos experimentos mentais existentes ou célebres), em filosofia da mente, temos os muito discutidos experimentos mentais da sala chinesa, de Searle, e da Terra Gêmea, de Hilary Putnam. É sobre algumas variações desse último e algumas das suas consequências que falarei. Porém, antes de falar do uso desse experimental e das suas

(*to one task of philosophy*), é algo mais solto (*it is a looser affair*). Ela conecta uma noção (ou aquilo a que esta refere) com outras noções importantes. Quando as coisas dão certo, a explicação desvela (*uncovers*) princípios amplos mas fundamentais pressupostos na individuação de tipos (*kinds*) invocados pelo senso comum e psicologia científica, semântica, e epistemologia” (Burge 2003g: 245–46, meu itálico).

⁴⁸Simpatizo com os experimentos mentais, e os considero muito importantes para a filosofia e para as ciências, mas concordo com a crítica de Wilkes (1988: cap. 1) ao experimento mental de Parfit. Ela diz que se as pessoas se dividissem como amebas, nós simplesmente não saberíamos o que dizer sobre a identidade pessoal e a responsabilidade moral. Creio que Parfit viola um pré-requisito para o emprego de experimentos mentais: partir das concepções do interlocutor, não de meras possibilidades lógicas. Para a crítica dos experimentos mentais que partem de meras possibilidades lógicas, ver Hacking (2007).

variações na investigação sobre a natureza da intencionalidade, falarei um pouco mais sobre os experimentos mentais em geral.

Nas ciências, os experimentos mentais estão na base de resultados importantes, e a coisa não é diferente na filosofia, onde resultados centrais da filosofia da linguagem, da filosofia da mente e da teoria do conhecimento se apóiam em tais experimentos. Ante esse quadro, é razoável dizer que, caso não dispuséssemos de tais experimentos, as ciências e a filosofia estariam muito empobrecidas (ver Brown 2007).

Há prós e contras no emprego de experimentos mentais, assim como há defensores e detratores do seu uso. A favor dos mesmos, é preciso reconhecer que eles nos ensinam bastante, dado que alavancam teorias e investigações científicas e filosóficas. Além disso, Kuhn está certo ao dizer que, se os experimentos mentais são bem construídos, eles podem provocar uma crise ou anomalia que perturba a teoria vigente, o que é positivo para a pesquisa, seja essa científica ou filosófica (ver Kuhn 1964, Brown 2007). Aliás, o debate sobre o externismo semântico é um exemplo de crise teórica precipitada por um experimento bem construído, principalmente no aspecto do lidar com os pressupostos dos interlocutores, visto que um dos principais ganhos teóricos do antiindividualismo é a denúncia de pressupostos metodológicos individualistas que viciam a pesquisa sobre a intencionalidade.

Também há argumentos contra os experimentos mentais, e alguns desses estão certos, ao menos em alguns aspectos. Pierre Duhem se opõe aos experimentos mentais na física experimental, os quais ele discute sob os nomes de *experiência fictícia* (*expérience fictive*) e de *experiência absurda* (*expérience absurde*) (Duhem 1906: 331–34). A experiência fictícia teria o vício da preguiça: é uma experiência não realizada onde deveria haver uma experiência realizada. Nada

impede que futuras experiências realizadas corroborem as experiências fictícias, mas essas deveriam ter sido realizadas. Já o vício das experiências absurdas seria serem contrárias a qualquer experiência possível, o que as torna inaceitáveis como métodos de investigação empírica.

A posição de Duhem é apropriada para a física *experimental*, mas não há dúvida que essa seria uma posição exageradamente restritiva, se aplicada às outras ciências (incluindo a física *teórica*) e à filosofia, pois não reconheceria os inegáveis ganhos e avanços possibilitados pelos experimentos mentais.

Kathleen Wilkes apresenta outra crítica: não sabemos quão confiáveis são nossas intuições (ver Wilkes 1988, Brown 2007). Essa crítica é importante, na medida em que recomenda prudência e moderação no emprego e análise dos experimentos mentais, e denuncia prováveis abusos, como os de Parfit, que propõe que se investigue sobre a identidade pessoal a partir do pressuposto de que pode haver pessoas que se dividem como amebas. Para Wilkes, esse pressuposto está tão distante dos nossos pressupostos sobre a natureza das pessoas que não nos ajuda a entendê-las. A crítica de Wilkes é correta, pois um experimento mental deve contemplar os pressupostos do interlocutor (ver Kuhn 1964). No entanto, a crítica não é suficiente para abandonarmos os experimentos mentais em outras investigações científicas e filosóficas, pois também temos razões para duvidar da nossa inteligência, dos nossos poderes sensoriais, etc., e nem por isso deixamos de nos apoiar nesses enquanto não há razões para mudança de atitude.

Daniel Dennett reclama dos experimentos mentais por considerá-los conservadores, visto que se apóiam em concepções populares, ou já aceitas (como indica Kuhn 1964). Isso mostra que há limitações do uso dos mesmos, pois é preciso que haja uma concepção anterior ao seu emprego, mas não mostra que eles não devem

ser usados. Aliás, Dennett também os emprega (ver Brown 2007). Isso também mostra que experimentos mentais tratam dos conceitos possuídos por alguém, e por isso, em certo sentido, são recursos para a análise conceitual. No entanto, não apenas de análise e esclarecimento conceitual, pois as crises conceituais acarretadas por experimentos mentais são resolvidas olhando *para fora* do conceito, para a porção da realidade que é o assunto do conceito testado no experimento mental.⁴⁹

Uma última crítica, que encontramos em Wilkes e Ian Hacking: não temos como saber o que diríamos, se... (ver Brown 2007, Hacking 2007). Isto é, não temos como saber o que diríamos se fosse-o-caso aquilo que parece-que-não-é-o-caso ou parece-que-não-pode-ser-o-caso. Essa crítica está certa para alguns casos, como o da proposta de Parfit, mas é equivocada como regra geral, pois se sabemos quais são as concepções de Ful sobre x, podemos saber o que Ful estaria disposta a dizer sobre uma situação E razoavelmente bem descrita envolvendo uma ocorrência de x. Assim, se um teórico detalhou bem sua posição sobre um elemento da teoria, sabemos o que ele diria, se tal-e-tal fosse o caso, e o ponto de apresentar um experimento mental a tal teórico é, justamente, trazer à atenção desse um caso que ele não considerou com cuidado, ou que deixou na periferia da teoria, talvez

⁴⁹Segundo Kuhn, um experimento mental bem sucedido produz tanto mudança conceitual quanto nova investigação do objeto: “Se seu uso [dos experimentos mentais] levantou problemas para o cientista, esses problemas eram como aqueles aos quais o uso de qualquer lei ou teoria experimentalmente baseada o exporia. Isto é, eles surgem não do seu equipamento mental sozinho mas de dificuldades descobertas na tentativa de ajustar (*to fit*) esse equipamento à experiência previamente assimilada. A natureza, ao invés da lógica sozinha, foi responsável pela confusão aparente. Essa situação me levou a sugerir que pelo tipo de experimentos mentais aqui examinados o cientista aprende sobre o mundo assim como sobre seus conceitos. Historicamente, seus papéis estão bem próximos do duplo papel desempenhado por experimentos e observações de laboratório reais. Primeiro, experimentos mentais podem revelar (*disclose*) a falha da natureza em conformar-se a um conjunto anteriormente aceito de expectativas. Em adição, eles podem sugerir maneiras particulares nas quais tanto as expectativas quanto a teoria devem ser revisadas dali em diante” (Kuhn 1964: 261).

pelo sucesso que a mesma tem com outros casos (ver Kuhn 1964).

Por fim, quanto à caracterização, experimentos mentais podem ser usados de maneira construtiva, ou de maneira destrutiva.⁵⁰ A caverna de Platão (*Rep.*, livro 7) é um exemplo de experimento mental usado para estabelecer, construtivamente, as bases de uma teoria. Experimentos mentais também podem ser usados para destruir uma teoria, e os experimentos mentais dos externistas sobre o conteúdo são destrutivos, pois buscam solapar a tese que o conteúdo mental sempre é independente do ambiente.

2.14.2 Como usá-los

Um experimento mental bem construído testa um conceito através do foco em alguma situação que se espera que esteja coberta pelo mesmo, mostrando dificuldades ainda não esclarecidas. Assim, podemos dizer que a aplicação de experimentos mentais é regida pelos seguintes critérios: primeiro, delimite uma situação que o conceito em teste precisaria cobrir, mas não é claro como isso ocorreria; segundo, construa uma narrativa na qual o emprego do conceito é dúbio (requerendo esclarecimentos) ou impossível (requerendo abandono).

Esses critérios estabelecem limites para o emprego de experimentos mentais, pois nem tudo o que é imaginável os satisfaz. Em primeiro lugar, é preciso que a aplicação do conceito em teste no caso imaginado não seja surpreendente para o interlocutor bem informado que adota o conceito, ou ao menos que a concepção em teste permita tal aplicação. Além disso, como a aplicação do experimento mental visa testar um conceito, é preciso que o experimento mental não inclua

⁵⁰Brown (2007) fala em dois *tipos* de experimentos mentais, os destrutivos e os construtivos, mas me parece mais preciso falar em dois *usos*, uso destrutivo e uso construtivo.

pressupostos estranhos ao mesmo, pois do contrário o “laboratório” fica contaminado, e o teste comprometido. Talvez pudéssemos apresentar esse último ponto como uma máxima da ética da pesquisa com experimentos mentais: imagina de tal maneira que tua imaginação ataque apenas aquilo que é próprio ao conceito em teste, só aceitando pressupostos justificados e só rejeitando pressupostos injustificados.

2.14.3 Experimentos mentais do tipo Terra Gêmea

A metodologia dos experimentos mentais do tipo Terra Gêmea (daqui para a frente chamados apenas de *experimentos TG*) está resumida nesta passagem de Burge:

A estratégia comum [dos experimentos] é manter constante a história do movimento corpóreo da pessoa, as estimulações da superfície, e a química interna. Daí, variando o ambiente com o qual a pessoa interage enquanto ainda se mantêm constantes os efeitos moleculares sobre o corpo da pessoa, pode-se mostrar que alguns dos pensamentos da pessoa variam. Os detalhes dos experimentos mentais tornam claro que a variação dos pensamentos é indicativa de princípios fundamentais subjacentes à individuação de espécies mentais. O resultado é que quais pensamentos se tem — de fato, quais pensamentos se pode ter — é dependente das relações que se mantêm com o próprio ambiente. (Burge 1988b: 112)

Essa caracterização deixa claro que os experimentos TG querem mostrar algo a quem tem certa visão da mente. É como se esses experimentos dissessem: “Se você defende que a mente consciente, incluindo a intencionalidade, é explicável

levando em conta apenas o indivíduo isolado do ambiente, então imagine tal situação...”. Na situação típica dos experimentos TG, aquele que defende que o individualismo encontra-se em uma situação na qual precisa reconhecer que um elemento exterior ao neural é fundamental para a explicação da intencionalidade, pois o corpo do indivíduo se mantém o mesmo ao longo do experimento, mas é inaceitável que o mental se mantenha o mesmo. Assim, o que os experimentos TG fazem é levar o defensor do individualismo a rever sua posição, o que significa tanto rever suas concepções sobre a mente quanto voltar a investigar seu objeto, a mente.

Experimentos TG costumam ter uma estrutura em três passos (Burge 1979: 104–6):

- P1** Suposição inicial: a narrativa de uma situação bastante comum, em termos aceitos pelo interlocutor
- P2** Uma suposição contrafactual: uma alteração da narrativa de P1, usualmente mantendo o organismo ou pessoa de quem se descreve os estados mentais como sendo o mesmo, nos aspectos neurais e bioquímicos, da epiderme para dentro, mas alterando seu entorno social ou natural
- P3** Uma interpretação da situação inicial a partir do caso contrafactual: o que diríamos, se...

Eis alguns dos principais experimentos TG:

Terra Gêmea (Putnam) Entre P1–P2 muda algo no ambiente externo ao corpo do sujeito, sem mudar nada na fenomenologia da sua mente ou no seu corpo; P3: o significado não está na cabeça (Putnam 1975)

“Artrite” (Burge) Entre P1–P2 muda uma convenção linguística, sem mudar nada nem no corpo do sujeito, nem no entorno físico; P3: a tipificação de certos estados intencionais de um sujeito requer que se considere seu entorno social (Burge 1979)

Homem do Pântano (Davidson) Entre P1–P2 um sujeito com certa história de interação com o mundo físico e com os outros é aniquilado, e outro “sujeito” com outro corpo mas a mesma configuração física é forjado; P3: o segundo sujeito não tem nenhum estado intencional no momento em que vem a existir, pois a intencionalidade requer uma história de interação com o ambiente e com os outros (Davidson 1987a, Malpas 2005)

2.14.4 O problema do sucesso

Os antiindividualistas aplicam bem os experimentos TG, pois delimitam uma concepção individualista da mente, e mostram um caso no qual é impossível, ou ao menos dúbio, seguir tal concepção. Agora veremos outra aplicação de experimentos mentais encontrável no debate sobre o *problema do sucesso* (*problema del logro*, Moya 2008). Trata-se do problema da discriminação do conteúdo mental em situações de troca despercebida de ambiente (*slow switch*). Esses casos costumam ter a seguinte estrutura (Burge 1988b, Boghossian 1989):

SS1 No ambiente 1, Ful adquire o conceito $[C_1]$, o qual é sobre Fs

SS2 Sem ter a menor notícia disso, Ful é transportada para o ambiente “gêmeo”,⁵¹ e após um bom tempo adquire o conceito $[C_2]$, sobre Gs

⁵¹As condições e parâmetros da *geminção* estão implícitas na passagem de Burge (1988b: 112) citada acima.

SS3 Por não ter notícia da troca de ambiente e da aquisição do segundo conceito, em certo sentido Ful não sabe no que está pensando, quando pensa um pensamento que incluiria $[C_1]$ ou $[C_2]$

Esse tipo de experimento mental, que chamarei de *experimento SS*, visa testar a concepção externista da mente considerando algo que o externista está disposto a aceitar, a saber, que cada um tem acesso privilegiado à própria mente. Nada, nos experimentos SS, vai contra os pressupostos aceitos pelo antiindividualista, e o problema colocado por tais experimentos é um problema que precisa ser coberto pelo antiindividualismo. Assim, os experimentos SS são uma boa variedade de experimento mental.

Capítulo 3

Memória

[...] lembrar é algo que uma
pessoa faz.

Ian Hunter (1957: 18)

As ações, falas, estados e expressões de uma pessoa envolvem a memória sempre que são influenciadas por uma experiência passada.¹ Essa influência pode ser explícita ou implícita. A influência é explícita quando a pessoa tem uma experiência consciente de um objeto, propriedade ou evento experimentado no passado, e implícita quando algum desses influencia a ação, fala ou expressão da pessoa sem que ela tenha consciência disso. O caso que nos interessa é o da memória explícita, pois nosso problema diz respeito aos casos nos quais alguém tenta trazer de volta à consciência um estado mental passado (veja a seção 1.1). Como nos ocupamos de situações nas quais aquilo que é para ser lembrado é um estado mental anterior, o tipo de memória em questão é a memória metarrepresentaci-

¹Esta visão mínima da memória é encontrável, por exemplo, em Schacter (1996: 160), Toth e Hunt (1999) e Moyal-Sharrock (2009: 226).

onal, segundo a taxonomia de Bernecker (2008). Levando em conta o tipo de memória do qual nos ocupamos, e aquilo que nos interessa, poderíamos pensar que nosso problema é adequadamente abordável por uma teoria representacionista da memória, a qual tem duas características. Primeiro, toma a memória por uma representação presente de um objeto, propriedade ou evento experimentado no passado. Segundo, toma pelo objeto da memória a representação presente, não o objeto, propriedade ou evento experimentado no passado. Essa visão da memória é falsa. A segunda característica é falsa, pois se o objeto relevante fosse a representação presente, certamente não estaríamos tratando da memória, mas da percepção, da intuição ou da intelecção. A primeira característica é problemática, pois pode haver memória sem representação, como veremos na seção 3.1.

A abordagem não-representacionista da memória da seção 3.1 nos dará uma teoria contextualista da memória, segundo a qual se alguém lembra, ou não, depende do contexto. Veremos que uma mesma ação, fala, estado ou expressão de uma pessoa é memória em um contexto, mas não em outro. Esse contextualismo pode ser visto como um caso do antiindividualismo abordado no capítulo 2; ou talvez seja o contrário: o antiindividualismo é um caso de um contextualismo mais geral. Seja como for, apresentaremos uma teoria da memória que está de acordo com o espírito dos externismos (ver a seção 2.1).

A base da seção 3.1 é a filosofia de Wittgenstein, pois é da sua filosofia que vêm os melhores e mais influentes argumentos antirrepresentacionistas e contextualistas sobre a memória. Mas a proposta não é fazer uma exegese profunda e meticulosa da sua obra. Tudo o que me proponho é a apresentar alguns elementos da sua obra, os quais são corroborados pelos comentários de Locke (1971), Hacker (1996) e Moyal-Sharrock (2009).

O capítulo continua com uma seção onde trato das memórias metamentais (seção 3.2), e outra seção onde trato de memória e verdade (seção 3.3). Uma memória metamental é uma memória de um estado mental anterior, e a verdade é um requisito da memória sempre que haja um conteúdo.

O capítulo termina com a abordagem do aspecto essencialmente reconstrutivo da memória. É importante notar que, atualmente, a consideração da memória como uma faculdade essencialmente é padrão tanto na psicologia e na neurociência (p.ex. Schacter 1996, Izquierdo 2004) quanto na filosofia (p.ex. Martin 2001, Burge 2003c, Bernecker 2008, 2009). Ou seja, ainda que talvez o modelo “fotográfico” da memória tenha sido o usual em décadas, séculos ou milênios passados, hoje em dia o padrão é ver a memória como uma faculdade reconstrutiva, e toda tentativa de vê-la como uma espécie de congelador requer argumento e demonstração de que a ampla massa de evidências do caráter fundamentalmente reconstrutivo da memória é de nenhum ou pouco valor. Assim sendo, é preciso lidar com o caráter reconstrutivo da memória, e nossa tarefa será mostrar que reconstrução não quer dizer falseamento, sendo mesmo algo biologicamente positivo.

3.1 A contribuição de Wittgenstein

O trabalho de Wittgenstein influenciou os principais estudos de filosofia analítica sobre a memória da segunda metade do século 20, incluindo os trabalhos de Gilbert Ryle (1949), Don Locke (1971), Norman Malcolm (1977) e Peter M.S. Hacker (1996). Minha apresentação da contribuição desse filósofo para o estudo da memória parte da exposição de Danièle Moyal-Sharrock (2009), a qual dá conta do impacto do trabalho de Wittgenstein na psicologia e na neurociência.

Na visão de Moyal-Sharrock (2009: 214), com a qual concordo, a principal contribuição de Wittgenstein às investigações filosófica e científica da memória vem da mudança de paradigma produzida pelo seu trabalho, o qual nos apresentou razões para duvidar de visões milenares sobre a natureza do pensamento. Na abordagem da mente, Wittgenstein colocou em xeque as teorias que buscam algo que esteja no interior do sujeito, e apresentou alternativas teóricas que focam nas ações desempenhadas pelas pessoas, e nos contextos que conferem sentido a tais ações. Mais especificamente, Wittgenstein investigou (1) que papel podem ter os traços mnésicos, e o que podemos esperar da metáfora da memória como um depósito de conhecimentos ou informações; (2) a visão da memória como um modo de agir e (3) as certezas básicas, de natureza não-cognitiva.

3.1.1 Estados cerebrais, pessoas e memórias

Seguindo Moyal-Sharrock (2009) e Richard McDonough (2004), apresentarei Wittgenstein como um filósofo que tem uma teoria positiva sobre a mente e a memória.² A base dessa teoria está no §608 das *Zettel (Fichas)*, texto que cito a partir do seu equivalente nas *Observações sobre a filosofia da psicologia*:

Nenhuma suposição me parece mais natural que a de que não existe nenhum processo no cérebro correlacionado ao associar e ao pensar; de forma que então seria impossível ler processos de pensamento em processos cerebrais. Eis o que quero dizer: Quando falo ou escrevo,

²Há resistência, entre vários especialistas em Wittgenstein, a atribuir teorias positivas a esse filósofo. Para tais especialistas, a obra de Wittgenstein é desconstrutiva, no sentido de teoricamente negativa. Por exemplo, sobre o Wittgenstein dos últimos escritos: “[...] sua escrita é profundamente prática e negativa, do modo que a de Freud o é” (Cavell 1969: 72). Acima, apresento razões para não seguir essa tendência, ao menos para o caso em tela.

eu suponho que haja, saindo de meu cérebro, um sistema de impulsos coordenado a meus pensamentos falados ou escritos. Mas por que o *sistema* deveria continuar adiante na direção do centro? Por que essa ordenação não deve, por assim dizer, surgir do caos? O caso seria semelhante a este: — certas espécies de plantas se multiplicam por meio de sementes, de modo que uma semente sempre produz uma planta da mesma espécie que a planta da qual ela foi produzida — mas *nada* na semente corresponde à planta que brota dela; de forma que é impossível inferir das propriedades ou da estrutura da semente as propriedades e a estrutura da planta que dela brota — apenas se pode fazer isso com base em sua *história*. Dessa forma, portanto, um organismo poderia sair, sem uma causa, por assim dizer, de algo bastante amorfo; e não há razão por que não deveria **realmente** se passar da mesma forma com nossos pensamentos e, por conseguinte, com nossa leitura ou escrita etc. (Wittgenstein 1946: §903, ênfases do autor)

Sigo McDonough (2004) na interpretação dessa passagem. Em primeiro lugar, é de se notar que nesse trecho Wittgenstein apresenta uma visão mais metafísica do que é costumeiro na sua filosofia tardia (ver McDonough 2004: 297). Na mesma linha, é de se notar que nessa passagem Wittgenstein está propondo positivamente uma teoria, ao invés de simplesmente questionar negativamente uma teoria. Poderia se objetar que não pode ser isso o que Wittgenstein está fazendo, visto que ele diz expressamente que “[...] não devemos construir nenhuma espécie de teoria” (Wittgenstein 1953a: §109). No entanto, McDonough (2004: 299)

nos alerta para a necessidade de ler essa passagem das *Investigações filosóficas* com cuidado, visto que Wittgenstein estaria nos prevenindo apenas para não construirmos teorias *mecanicistas* da mente. A seguinte passagem das *Palestras e conversas sobre estética, psicologia e crença religiosa* fundamenta tal interpretação:

Paradigma das ciências é a mecânica. Se as pessoas imaginam uma psicologia, seu ideal é uma mecânica da alma. (Wittgenstein 1967: 28–29)

O que seria para ser evitado seria a teorização segundo este paradigma, no qual fazer uma teoria da alma seria fazer uma “mecânica” da alma, e fazer isso seria revelar o que está oculto, no caso os “mecanismos ocultos” da mente. Mas Wittgenstein se opõe a tal maneira de teorizar, pois “[n]ada está oculto” (Wittgenstein 1953b: §435).

Em segundo lugar, a teoria apresentada em *Zettel* §608 é emergentista (ver McDonough 2004: 298). A ideia fundamental do emergentismo é que um todo complexo tem propriedades não possuídas pelas partes que o compõem, e Wittgenstein está dizendo que o pensamento tem propriedades que “brotam” do “caos”, ou do “nada”. O emergentismo concorre com o mecanicismo, outra teoria sobre as propriedades da matéria, a qual vê todas as coisas materiais como homogêneas, tendo “[...] apenas uma qualidade intrínseca, além e acima das suas características puramente espaço-temporais e causais” (Broad 1925: 487). O problema do mecanicismo é sua incapacidade de explicar como é possível que os objetos materiais tenham características tão diversas das suas características básicas, como por exemplo a cor, a temperatura, ou o pensamento. Visto que uma boa teoria da realidade material precisa dar conta dessas propriedades, o mecanicismo é uma

teoria com problemas (ver Broad 1925: 488). É preciso dar conta das propriedades microscópicas da matéria, e também das suas propriedades macroscópicas, sendo que as últimas são irreduzíveis às primeiras (ver Broad 1925: 489–90). A maneira emergentista de fazer isso é propor que os diferentes comportamentos dos diferentes todos materiais organizados vêm das suas diferenças estruturais ou de organização, mesmo quando os agregados com estruturas diferentes sejam compostos dos mesmos materiais básicos (ver Broad 1925: 493). O elemento emergentista está contemplado em *Zettel* §608 pelo exemplo da planta que emerge da semente, sem que haja correlação direta entre as propriedades da planta e as propriedades da semente, sendo preciso considerar um elemento a mais, o qual Wittgenstein chama de “história” da semente. Em uma leitura emergentista, essa “história” é o surgimento da planta a partir da estrutura da semente, estrutura essa que possibilita a emergência da planta sem que haja nada, na semente que corresponda diretamente às propriedades da planta. A semente e a planta têm mais dessemelhança do que semelhança, mais elementos divergentes do que elementos convergentes ou correspondentes. Ainda assim, a planta emerge da semente, e nada nos impede de supor que a mente emerja de maneira análoga do cérebro.

No entanto, é preciso notar que em *Zettel* §608 a tese emergentista é em parte uma tese negativa, por assim dizer, pois Wittgenstein está dizendo, apenas, que uma correlação cérebro-mente *não pode* ser encontrada, e outra alternativa — o que estamos chamando de “emergentismo” — *pode* ser suposto (ver McDonough 2004: 309). Ou seja, ao menos em parte os comentadores que veem o Wittgenstein tardio como um filósofo negativo têm razão nesse caso.

Em terceiro lugar, o emergentismo é fundamental para as teorias da mente e da linguagem do Wittgenstein tardio, e o emergentismo wittgensteiniano é ca-

racterizável a partir da interpretação correta das palavras “centro” e “caos” em *Zettel* §608 (ver McDonough 2004: 298–99). A interpretação mais usual de “centro” considera que Wittgenstein está falando do “centro neural” (ver McDonough 2004: 299). Nessa linha de leitura, Wittgenstein estaria dizendo que “[...] a ordem do nosso pensamento e linguagem não pode ser rastreada até o centro neural, e, segundo, que a inteligência deve surgir do ‘caos’ neural” (McDonough 2004: 299–300). No entanto, essa linha de interpretação é bloqueada por uma leitura mais cuidadosa do parágrafo, e por uma ligação entre o texto de Wittgenstein e a tradição organicista à qual Wittgenstein pertence, segundo McDonough (2004: 300). O ponto fundamental, para McDonough, é que:

[...] associando-se com sua tradição orgânica, Wittgenstein defende que um organismo está *centrado nos* ambientes externos histórico e cultural. Sua visão é, logo, análoga ao externismo ou antiindividualismo na filosofia da mente contemporânea, de acordo com o qual estados mentais são individuados pela referência a itens no ambiente. De fato, o “externismo” se originou, não com Putnam em 1975, mas muito antes, no seu lar na tradição orgânica, com Hegel, Goethe, Dilthey, e outros. (McDonough 2004: 300).

Assim, pela ligação entre Wittgenstein e a tradição organicista, a qual centra o organismo no seu mundo histórico, tanto natural quanto cultural, o “centro” que ordenaria o pensamento seria justamente o mundo histórico e “externo”, não o cérebro. E o caos do qual viria tal ordenação seria “[...] *o caos da vida*” (McDonough 2004: 301), não o caos neural. Sendo assim:

Na minha interpretação, ainda é uma consequência de Z §608 que

não se pode explicar a ordem do pensamento e da linguagem por referência a mecanismos neurais, mas isso vem a acontecer por uma rota diferente. Pois, se o ponto de Z §608 é que o conteúdo mental e o significado linguístico são emergentes no nível do encaixe do organismo (*organism's embeddedness*) no seu contexto cultural, então Wittgenstein pode oferecer um tipo de explicação de tais fenômenos. Assim, os cientistas cognitivos assumem o que está em discussão (*beg the question*) quando argumentam que Wittgenstein não tem uma explicação positiva a oferecer. Pois a questão filosófica real é se o tipo de explicação apropriado para tais questões é uma teoria mecanicista internista ou o tipo de explicação externista apropriado a tais fenômenos orgânicos ‘externizados’ emergentes. (McDonough 2004: 301)

Em quarto lugar, é preciso notar que, lendo “centro” como “centro da vida (social)”, e “caos” como “caos da vida (social)”, Zettel §608 não nos traz uma teoria da mente como algo que emerge do cérebro, mas sim uma teoria segundo a qual a mente emerge da vida social e cultural (ver McDonough 2004: 309). Sendo assim, temos uma teoria antiindividualista da mente em Wittgenstein (ver a seção 2.6). Além disso, se a mente é algo que emerge do centro-caos social, então a mente é algo “[...] emergente ao nível da pessoa como um todo” (McDonough 2004: 309), não ao nível de fenômenos subpessoais, como os estados neurais. Isto é, pensar, e lembrar, é algo que *uma pessoa* faz, tal como diz a epígrafe deste capítulo, do neofuncionalista *avant la lettre* Ian Hunter (1957). E, assim, “continuar adiante na direção do centro” é ir adiante na busca do que explica o mental, sem se limitar à consideração do cérebro.

É preciso notar que, embora haja resistência entre alguns wittgensteinianos com relação às investigações empíricas sobre a memória, por causa da ênfase no estudo de engramas e traços, não se pode dizer que os psicólogos e neurocientistas que focam nesses elementos habilitantes da memória estão comprometidos com a visão da memória como um fenômeno subpessoal, embora se possa dizer que haja algum compromisso com a visão representacionista da memória, a qual abordaremos adiante. Tomo a seguinte passagem de Endel Tulving como representativa da visão que predomina entre os pesquisadores empíricos da memória:

Um evento acontece, uma *pessoa* o experimenta, traços mnésicos são impressos *representando* o evento, o passado some e é substituído pelo presente. Os traços mnésicos do evento continuam a existir no presente, eles são evocados³, e a *pessoa* lembra o evento. (Tulving 2002: 19, minhas ênfases)

Para nós que investigamos a memória, *Zettel* §608 ensina duas lições, uma negativa, outra positiva. A lição negativa é que não devemos buscar correlatos da memória no cérebro, pois eles não podem estar aí. A lição positiva é que devemos olhar para as ações das pessoas. As memórias, sendo comportamentos ou pensamentos de pessoas, simplesmente não estão no cérebro, ainda que o cérebro seja fundamental para que possamos ter memórias (ver Moyal-Sharrock 2009: 215). Isto é, não pode haver relação isomórfica entre o que está no cérebro e o que está na mente. Isso quer dizer que o cérebro tem um papel capacitante, pois nos permite ter memórias, sem que as memórias elas mesmas estejam armazenadas no

³*Retrieved, retrieve, retrieving*, termos que traduzo por “evocação” e suas variações, a partir de Izquierdo (2002: 9, minha ênfase): “‘Memória’ é a aquisição, a formação, a conservação e a *evocação* de informações”.

cérebro, visto que é preciso que algo se dê no mundo social para que haja uma memória de uma pessoa.

A visão da memória como algo intrinsecamente pessoal, ao invés de subpessoal, é base para um argumento contra a teoria representacionalista da memória. De acordo com esta teoria, memória é o armazenamento de representações. Assim, lembrar de alguma coisa seria “ler”, de alguma maneira, as supostas representações que estariam armazenadas no cérebro (ver Moyal-Sharrock 2009: 215). Essa visão colapsa, por causa de três problemas. Primeiro, memória é uma habilidade, e não há algo como a armazenagem de uma habilidade. Segundo, o representacionalismo pressupõe a memória. Terceiro, o representacionalismo está comprometido com a falácia do homúnculo.

Primeiro, a memória é uma habilidade, e como tal pode ser retida. Mas isso não significa que ela possa ser armazenada, estocada ou depositada:

A memória, sendo retenção de conhecimento adquirido, é a retenção de uma habilidade na mesma medida em que o conhecimento ele mesmo é uma habilidade — mas não é a armazenagem de uma habilidade. Pode-se adquirir e reter uma habilidade, mas isso não implica armazenagem. Pois não há tal coisa como o *armazenamento* de uma habilidade, mesmo embora haja uma tal coisa como a retenção das estruturas neurais que são as condições causais para a posse de uma habilidade [...]. Lembrar que *p* é *possuir* a informação que *p*, mas não é *armazenar* ou *conter* a informação que *p*. (Bennett e Hacker 2003: 164–65, ênfases dos autores)

O ponto wittgensteiniano de Bennett e Hacker é que, sendo a memória algo que uma pessoa pode fazer, não faz sentido buscá-la estocada em algum lugar, como por exemplo o cérebro. O cérebro nos permite lembrar, mas disso não segue que haja lembranças estocadas nele, pois lembrar é uma habilidade, e habilidades não são estocáveis.

Segundo, a teoria representacionista da memória só parece funcionar porque pressupõe a memória. Ou seja, a teoria é circular. Isto foi observado pela primeira vez por Thomas Reid, na sua crítica a Hume. Hume diz:

Pela experiência vemos que, quando uma determinada impressão esteve presente na mente, ela ali reaparece sob a forma de uma ideia, o que pode se dar de duas maneiras diferentes: ou ela retém, em sua nova aparição, um grau considerável de sua vividez original, constituindo-se em uma espécie de intermediário entre uma impressão e uma ideia; ou ela perde inteiramente aquela vividez, tornando-se uma perfeita ideia. A faculdade pela qual repetimos nossas impressões da primeira maneira se chama *memória*, e a outra, *imaginação*. (Hume 1740: 1.3 §1, ênfases do autor)

De acordo com essa visão, se, *pela experiência*, vemos que uma antiga impressão reaparece como ideia vívida, há memória. O problema dessa visão, como bem notou Reid, é que só podemos entender “experiência”, nessa passagem, como sinônimo de “memória”:

[...] quero saber o que temos que entender, aqui, por experiência. É dito que descobrimos tudo isso pela experiência, e concebo que nada pode ser significado por isso, senão memória — não aquela memória

que o autor define, mas a memória na acepção comum da palavra. De acordo com a apreensão vulgar, a memória é um conhecimento imediato de algo passado. Nosso autor não admite que haja tal coisa na mente humana. Ele mantém que a memória não é nada senão uma ideia ou impressão presente. Mas, ao definir o que ele toma por ser a memória, ele toma por garantido aquele tipo de memória que ele rejeita. Pois, podemos descobrir pela experiência que uma impressão, após sua primeira aparição à mente, faz uma segunda e uma terceira, com diferentes graus de força e vivacidade, se não temos uma lembrança tão distinta da sua primeira aparição que nos capacite a conhecê-la na segunda e terceira, ainda que, no intervalo, ela tenha sofrido uma grande mudança? (Reid 1785: 3.1, p. 357)

O ponto de Reid é que, caso uma teoria explique a memória como o reconhecimento de que uma representação já esteve presente na mente no passado, essa teoria não explica adequadamente a memória, visto que a pressupõe na explicação, pois tal reconhecimento só é possível pela memória.

Terceiro, a teoria representacionalista da memória comete a falácia do homúnculo, pois atribui ao cérebro a capacidade de representar, sendo que essa capacidade pertence ao todo do organismo do animal, humano ou não. Por esse motivo, o representacionalismo também comete a falácia mereológica, visto que atribui à parte o que pertence ao todo (ver Moyal-Sharrock 2009: 216).⁴

⁴Como nota Moyal-Sharrock (2009: 216), Aristóteles pode ter sido o primeiro a notar a falácia mereológica na investigação da mente: “[...] dizer que a alma se irrita é como dizer que a alma tece ou edifica. Talvez seja melhor dizer não que a alma se apieda ou apreende ou raciocina, mas que o homem o faz com a alma” (*De An.*: 1.4, 408 b).

3.1.2 Memória como ação, e contexto

A ideia de lembranças fixas não consegue levar em conta a importância do contexto, *tanto* na recordação (os processos de enunciação das palavras) *quanto* no reconhecimento.

Israel Rosenfield (1988: 23)

Ainda que o cérebro seja fundamental para que haja memórias, as memórias não são idênticas a estados cerebrais, nem isomórficas a esses, pois lembrar é algo que uma pessoa por inteiro faz, em um mundo social, o qual fornece o contexto que dá intencionalidade a um gesto, movimento ou fala que constitui a lembrança, assim como “[...] reconhecer alguém pode *consistir* em dizer-lhe ‘Oi!’ em palavras, gestos, expressões faciais etc.” (Moyal-Sharrock 2009: 217). Colocar as memórias no nível das atividades cerebrais, logo subpessoais, seria tratar de algo diferente das memórias, ainda que fundamental para que essas existam. Assim sendo, vejamos a memória no seu nível apropriado, isto é como atividades ou expressões de pessoas.

Em relação ao representacionalismo, a visão de Wittgenstein sobre a memória e outros tipos de capacidades mentais é deflacionária, pois não requer que um estado mental seja prefaciado, na consciência, por uma representação (ver Moyal-Sharrock 2009: 220). Eis um exemplo da abordagem da memória dessa maneira:

Ao lembrar de um poema, não visualizamos primeiro o poema impresso, e então o declamamos. Simplesmente começamos a declamá-lo, e a coisa intrigante é a falta de qualquer transição. Se estou preparado para cantar “God save the King”, certamente não passam através

da minha cabeça todas as palavras antes que eu comece a cantar, e no máximo uma fração delas. Mas então qual é a diferença entre querer cantar “God save the King” e querer cantar “Deutschland, Deutschland über alles”? A diferença pode ser (1) que quando perguntado “Você quer cantar ‘Deutschland, ...’?” você responda Sim, (2) que você queira fazer isso, (3) que você cante-a. (Wittgenstein 1933: 56–57)

Em relação ao representacionalismo sobre a memória, esta abordagem elimina a etapa da prévia visualização do que está para ser lembrado (a qual é falaciosa, como vimos) e a substitui pela descrição da fenomenologia da recordação, a qual usualmente não inclui uma etapa prévia de “visualização” mental de algo aprendido em uma experiência passada, e nem poderia incluir, pois esta etapa seria nada mais, nada menos do que a memória, segundo o argumento de Reid que vimos anteriormente. O que ocorre, quando lembramos de algo, é que começamos a fazer alguma coisa, e antes ou durante a ação nos vem à consciência no máximo uns fragmentos do que está sendo lembrado. Assim sendo, a diferença entre lembrar de A e lembrar de B não está, necessariamente, nas diferentes representações de A e de B que prefaciariam as respectivas recordações, visto que as mesmas não fazem parte, necessariamente, da fenomenologia da memória. A diferença pode estar não nas representações, mas sim na disposição a assentir a uma pergunta, ou na disposição a fazer algo, ou mesmo, pura e simplesmente, no que se faz em cada caso.

Falar em disposições na análise da memória é, sem dúvida, dar um lugar para o “interno” na investigação. Mas é de se notar que o objetivo da nossa investigação

não é erradicar o “interno” da filosofia da mente, mas sim caracterizar adequadamente a capacidade de lembrar. É de se notar, também, que uma disposição não é uma representação, e que, no limite, se alguém tem ou não uma disposição é algo que se verifica pelas suas respostas, logo pelas suas ações. Assim, ainda que haja lugar para o “interior” nessa maneira de abordar a memória, a ênfase está no “exterior”, o que está de acordo com o método filosófico proposto por Wittgenstein:

As dificuldades na filosofia constantemente ocorrem em casos nos quais se alega que há um estado especial da mente para o qual a palavra está. Quanto mais se vai dos estados da mente para as atividades, digamos, mais simples as dificuldades físicas se tornam. Logo, ao falar do conhecer, ou do lembrar, estarei interessado no significado de “conhecer” ou de “lembrar” o qual vá o mais próximo que seja possível de significar um estado de uma mente particular ou um número de estados mentais. Deve ser enfatizado, contudo, que não é um estado da mente particular que está envolvido no conhecer, e o mesmo para o lembrar. A atividade de buscar dentro da memória de alguém pelos eventos desta manhã é muito peculiar. Ela é claramente diferente de lembrar os eventos da noite passada. Aristóteles disse que quando pensamos sobre o futuro nós olhamos para cima, e quando pensamos sobre o passado, nós olhamos para baixo. E pode muito bem ser que lembrar *consista* em parte nas posições dos músculos de alguém, ou em um sentimento no pescoço de alguém. (Compare com a observação de William James que “estamos tristes porque choramos”, que chorar é um acompanhamento inessencial de um estado amorfo.) O

que acontece quando lembro da minha dor de dente? Talvez o que aconteça seja apenas que eu diga que lembro disso, embora usualmente haja algum tipo de acompanhamento. (Wittgenstein 1933: 56, ênfase do autor)

Wittgenstein busca aquilo que seja o mais próximo do estado mental, e isso não é uma representação. O que há de mais próximo é um comportamento, seja esse verbal ou motor. Não se trata de estabelecer uma correlação entre uma ação e uma representação, pois é possível que a pessoa esteja lembrando de algo sem estar representando isso, mas se trata de estabelecer uma correlação entre uma ação e um estado mental, e aqui é notável que Wittgenstein resgata, a sério, o ponto de Aristóteles e James sobre a relação entre os estados da alma e a expressão corporal, tema que hoje se discute a sério (ver Ananthaswamy 2010). Aristóteles notou correlações entre tipos pensamentos e tipos de expressões corporais: pensamentos sobre o futuro estão correlacionados com olhos voltados para cima, pensamentos sobre o passado estão correlacionados com olhos voltados para baixo. A correlação é mais clara no caso da correlação tristeza-choro abordada por James, pois usualmente há tal correlação, ainda que seja possível chorar de alegria, ou por outros motivos. Quanto à relação choro-tristeza, Wittgenstein segue seu caminho de buscar o mais próximo do estado da mente, o que é algo da ordem do comportamento ou da ação, o que o leva a sugerir que talvez ocorram alguns casos nos quais a tristeza seja constituída pelo choro, e nada mais. Isso casa bem com a teoria atual sobre a correlação entre o pensamento abstrato e a expressão corporal, segundo a qual “[...] pensamos em conceitos abstratos em termos de como nossos corpos funcionam” (Ananthaswamy 2010). Por exemplo, caso se peça para uma pessoa

imaginar um número qualquer, e em seguida se peça para ela imaginar outro número qualquer, é possível prever que ela imaginou um número menor do que o primeiro, se a pessoa olhou para esquerda e para baixo, e que a pessoa imaginou um número maior do que o primeiro, se ela olhou para cima e para a direita (ver Loetscher et al. 2010). Isso ocorreria, nesse caso, porque há a tendência das pessoas a tomar o que está adiante por algo que está no alto, e à direita, e o que está atrás como algo que está em baixo, e à esquerda, de modo que a maneira de usar um conceito abstrato estaria refletida no modo de usar o corpo (ver Ananthaswamy 2010). Este estudo apresenta um ponto sobre o pensamento abstrato em geral, e nada impede que o resultado seja estendido à consideração da memória. E há um estudo mais específico que estabelece a correlação entre a atividade motora presente e a memória: há correlação entre a atividade de carregar um objeto ladeira acima e a facilidade em contar vivências passadas de teor emocional positivo, e também entre a atividade de carregar um objeto ladeira abaixo e a facilidade em contar vivências passadas de teor emocional negativo (ver Casasanto e Dijkstra 2009). Nesse caso, as correlações mente-corpo seriam entre literalmente descer e recordar-se mais facilmente de episódios onde a pessoa se sentia “para baixo”, e literalmente subir e recordar-se mais facilmente de episódios onde a pessoa se sentia “para cima”.

Para deixar claro a que vem a menção a tais estudos, o ponto é, primeiro, mostrar que temos bases para levar a sério a antiga e aristotélica ideia que há correlação entre o pensamento abstrato e a expressão corporal. Segundo, estabelecer bases para a tese que por vezes os estados mentais, incluindo as lembranças, consistem em expressões corporais, e quiçá nada mais. Essa segunda tese é apenas uma hipótese em Wittgenstein, a qual se apoia no método de buscar os signifi-

cados dos termos psicológicos nas atividades das pessoas, visto que não é necessário buscar representações. Os estudos mencionados acima nos dá um motivo para tomar a ideia por mais do que uma mera hipótese. Pois, se a proposta representacionista se mostra ruim, é preciso buscar a constituição das memórias em algo distinto, sendo o melhor candidato disponível as ações e comportamentos das pessoas. Ora, se certos modos de agir relevam certas maneiras de pensar abstratamente, então a proposta wittgensteiniana ganha uma nova base de sustentação.

A maneira de Wittgenstein de tratar a memória como um modo de agir ou antecipou ou influenciou visões recentes, como a de Jeffrey Toth e R. Reed Hunt. Para eles:

Tal como uma caminhada, a memória é um evento dinâmico que existe apenas na sua operação. [...] pode-se dizer que quando não estamos experimentando (ou recordando) um evento anterior, ou de alguma outra maneira sendo (“implicitamente”) influenciados por este evento, a memória é, estritamente falando, não existente. (Toth e Hunt 1999: 257)

O ponto fundamental é que não há algo que seja memória que esteja além ou aquém daquilo que a pessoa faz, e a visão de Toth e Hunt é mais radical do que a visão de Wittgenstein, pois não abre espaço para disposições.⁵ Na visão desses autores, a memória é puro ato, e nada há que mereça o nome de memória quando não há, na experiência ou comportamento presente, alguma influência de um evento passado. Sendo assim, a memória não é representação:

⁵Também é mais radical do que a visão de Ryle: “Dizer que uma pessoa não esqueceu algo não é dizer que ela está fazendo ou sofrendo algo, ou mesmo que ele regularmente ou ocasionalmente faz ou sofre algo. É dizer que ele *pode* fazer certas coisas [...]” (Ryle 1949: 258, ênfase do autor).

[...] a memória não é uma cópia ou representação abstraída de algum conteúdo prévio mas é simplesmente o conjunto de operações usadas ao lidar com [um] evento. Não há nada mais. (Toth e Hunt 1999: 263)

Que a memória não é cópia, ou representação, vimos pelo argumento de Reid: se a memória fosse representação, ela suporia a própria memória. Além disso, se aquilo que vem a ser lembrado fosse representado no cérebro, o cérebro teria intencionalidade, o que é cometer as falácias mereológica e do homúnculo. Que não há nada mais no nível apropriado, pessoal, se evidencia pelas nossas maneiras de testar as nossas próprias memórias, e as memórias dos outros:

[...] no teste da alegação de alguém que [ele] tem uma excelente memória, não observamos nada que possa ser chamado de uma memória, mas observamos a pessoa enquanto ela *faz* alguma coisa, como repetir ou tentar repetir a página que ele leu. (Moyal-Sharrock 2009: 220, ênfase da autora)

Nossos testes de memória não são testes de supostas representações armazenadas no cérebro, mas sim testes das habilidades de alguém em fazer alguma coisa. A analogia com a caminhada se mantém, pois não testamos a capacidade de caminhar de alguém pela mera observação das suas pernas, ainda que ter pernas seja fundamental. Testamos se alguém é bom em caminhar observando sua caminhada, registrando sua facilidade, seu fôlego, seu ritmo, sua velocidade etc. Assim sendo, o objeto de estudo das investigações da memória são atividades, não objetos, como dizia Hunter (1957: 13), ainda que mal-empregando o termo “memória”:

Em resumo, nos ocupamos não com um objeto, mas com atividade; não com sua memória, mas com suas atividades de aprender e lembrar.

A visão da memória como um modo de agir nos liberta para tomar a mais variada gama de ações como casos de memória e lembrança. Se vemos alguém andando direto para seu carro estacionado ao lado do shopping center, temos razão para dizer que essa pessoa lembra onde está seu carro, ainda que em nenhum momento passe pela sua mente representação alguma do caminho entre o shopping e o carro. Um leve sorriso pode indicar que uma pessoa lembra quem sou, e sabe de alguma coisa sobre mim; e meu rosto corado indica que lembro quem a pessoa é, e o que ela sabe sobre mim. Nesses casos não há introspecção ou retrospectão, mas ainda assim há memória (ver Moyal-Sharrock 2009: 218). Contudo, é claro que nem toda caminhada, sorriso ou enrubescimento é memória. Se um modo de agir ou de se comportar é memória, ou não, depende do contexto. Como diz Malcolm:

Há gestos, proferimentos, e fragmentos de comportamentos que, nos contextos humanos nos quais eles ocorrem, são expressões de memória. Um sorriso e um cumprimento revelariam *reconhecimento* em um contexto, mas apenas *cordialidade* em outro. (Malcolm 1977: 53)

Ou seja, assim como não há uma correlação estrita entre um estado neural e um estado mnésico, não há correlação estrita entre um modo de agir e um estado mnésico. Nos dois casos, para haver memória é preciso levar em conta o contexto, o qual é diferente de um estado neural ou de um modo de agir. Desconsiderando o contexto, não há algo que mereça o nome de “memória” a discutir:

Quando dizemos que a memória reflete uma interação entre uma pessoa e um ambiente de evocação, queremos dizer literalmente que a memória não pode ser discutida no abstrato, fora do contexto das sugestões de evocação e [...] das finalidades da lembrança. (Toth e Hunt 1999: 258)

Não há memória quando a pessoa não está agindo ou se expressando, e não há ação ou expressão que conte como memória independentemente de qualquer contexto. Em relação ao representacionalismo, esta visão realoca a memória na interação entre a pessoa e o ambiente, tirando-a do “interior” do eu. O que se propõe é:

[...] a realocação da memória de algo que existe “na” pessoa ou cérebro para algo que se dá na interação entre a pessoa (e seu cérebro) e o ambiente no qual ocorrem atos de memória. (Toth e Hunt 1999: 257)

Retomemos nosso percurso nessa seção. Em primeiro lugar, vimos que Wittgenstein tira a memória e outros tipos de estados mentais do “interior” da pessoa, e toma-os por fenômenos constituídos pelas ações e expressões das pessoas. Em segundo lugar, estamos vendo que uma ação ou expressão só conta como memória em certos contextos, em certas situações. Mas, por quê? A resposta é que, ao tratar das memórias como fenômenos que se constituem no nível das ações e expressões, estamos buscando o nível onde pode haver intencionalidade, sendo que não podemos atribuir intencionalidade a itens subpessoais sem cometer as falácias mereológica e do homúnculo. E, nesse nível, uma ação só conta como dotada de intencionalidade em relação a certo contexto. O ponto é aparentado com a visão

de G.E.M. Anscombe (1963), para quem uma ação só é intencional (e aqui é fundamental notar que ela está falando de “intencional” como “dotada de intenção”, não como “impregnada de intencionalidade”) sob uma descrição. Assim como só se pode dizer que uma ação é intencional sob uma descrição, só se pode dizer que alguém lembra de algo em certo contexto. Não são propriedades intrínsecas nem intenção de cometer uma ação, nem a constituição de atos de memória através de gestos, fala e movimentos corporais.

3.2 Memória metamental

Dado o problema que nos ocupa (ver a seção 1.1), nosso foco são as atitudes proposicionais (ver a seção 1.10), mais especificamente as memórias metamentais das mesmas. Levando em conta que a memória em geral se dá quando uma ação, fala, estado ou expressão de uma pessoa é influenciada por uma experiência sua passada, a memória de uma atitude proposicional, enquanto caso específico, se dá quando essa atitude proposicional influencia a ação, fala, estado ou expressão da pessoa. Isso poderia se dar de diversas maneiras. Digamos que Ful tenha acreditado, em t_1 , que [Sicr é um bicheiro]. Essa crença poderia: fazê-la se dirigir a Jorge para fazer uma aposta; dizer “Sicr é um bicheiro”; sentir alegria quando vê Sicr; sorrir ao ver Sicr etc. Todos esses comportamentos de Ful seriam influenciadas pela sua crença de t_1 , e por isso seriam manifestações da sua memória dessa crença. No entanto, apesar de todas essas serem possibilidades relacionadas à memória dessa atitude proposicional, nenhuma delas seria uma memória metamental dessa crença, visto que em nenhuma dessas possibilidades há uma representação de segunda ordem da atitude proposicional passada. Ainda considerando a crença

acima atribuída a Ful, eis o que seria sua memória metamental:

Ful lembra que []acreditou (em t_1) que Sigr é um bicheiro[]

A memória metamental tal como apresentada acima é, ela mesma, uma atitude proposicional atribuída a Ful que tem outra atitude proposicional no seu conteúdo, e a avaliação da sua verdade tem os mesmos requisitos de todas as atitudes proposicionais (ver a seção 1.10). No caso, para que esta atribuição seja verdadeira, é preciso que Ful tenha acreditado, em t_1 , que Sigr é um bicheiro. Caso ela não tenha acreditado nisso em t_1 , agora ela não tem memória metamental dessa crença.

É de se notar que, para que haja memória metamental, não é preciso que Ful tenha pensado, de maneira explícita e expressa, isto é consciente, aquilo que agora se atribui. Basta que ela tenha agido de tal modo que indique que ela tinha tal crença — por exemplo, apostando em um número. A razão para isso foi apresentada por Wittgenstein: é um preconceito supor que todo estado mental tem um correlato cerebral, e um erro reduzir todo estado mental a uma representação (ver a seção 3.1). Ou seja, a memória metamental apresenta, de maneira explícita, articulada e consciente, um estado mental anterior, mas não é requerido que o estado mental anterior tenha se apresentado de maneira explícita, articulada e consciente.

3.3 Memória e verdade

Se um fato causou uma memória, a memória não pode ser de outro fato.

Tobies Grimaltós (2003: 39)

Autores como Goldman (1986: 199) propuseram que, quanto à verdade, se consideramos a relação entre a lembrança M e seu objeto E, podemos distinguir entre os casos nos quais M só é uma lembrança caso E seja o caso, e haja uma relação epistêmica apropriada entre E e M, e casos onde há uma lembrança M ainda que E não seja o caso. O primeiro tipo de lembrança seria uma *memória fativa*: o sujeito só lembra fativamente caso tenha sucesso em ter uma relação epistêmica apropriada com o fato ou evento E. Caso o sujeito tivesse uma impressão de memória, mas tal requisito não fosse satisfeito, haveria uma *memória ostensiva*, caracterizada pelo fato do sujeito ter ou alegar um estado mental que toma por uma lembrança.

No entanto, “lembrar” é um verbo fativo, “de sucesso”. Assim, quando não há uma relação epistêmica apropriada entre uma “memória” e seu objeto não há memória, apesar de haver aparência de memória. A “memória ostensiva” ou aparente não é memória.

Assim, quanto à verdade, é preciso haver fatividade para haver memória, o que significa que uma memória só pode ser verdadeira. Isso vale mesmo para a lembrança do falso e do ilusório. Alguém que tenha visto a ilusão de Müller-Lyer no passado lembra, verdadeiramente, da experiência de ter tido a impressão que uma reta é maior do que a outra, ainda que saiba que as duas retas têm o mesmo tamanho.

No entanto, há quem argumente que precisamos dar espaço à memória ostensiva em uma investigação sobre a memória em geral, pois talvez a noção de memória fativa não seja mais do que uma idealização, dado o caráter intrinsecamente reconstrutivo da memória humana. Como diz John Morton:

Se é uma verdade conceitual que não se pode lembrar de p quando p é falso, [então] é uma verdade psicológica que você nunca pode lembrar. (Morton 1994: 440)

O ponto de Morton está apoiado em algo que sabemos ao menos desde Bartlett (1932): a memória é uma faculdade reconstrutiva. Isto é, a memória processa as informações, ao invés de simplesmente “congelá-las”. No entanto, há distância entre a reconstrução e a falsificação. Ainda que aceitemos o inegável caráter reconstrutivo da memória, a conclusão de Morton não segue, pois reconstrução não acarreta inevitável falsificação, visto que reconstruções podem preservar a verdade (ver seção 3.4).

3.4 Reconstrução

[...] porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, não o passado recente ao qual cada dia que passa acrescenta um dia, mas um passado mais remoto.

Italo Calvino (1972: 28)

Falar do aspecto fundamentalmente reconstrutivo da memória é falar da sua modificação a partir de informações adquiridas posteriormente, de processamento subpessoal da informação ou de inferências (memória inferencial). É usual colocar as falhas e patologias da memória sob a rubrica da reconstrução, mas o preferível é colocar seu funcionamento sadio e integrado com a racionalidade sob

a mesma, pois a racionalidade está integrada ao funcionamento reconstutivo da memória. Por isso seguirei esse caminho.

Não seja do verdadeiro (ver seção 3.3). No entanto, como isso deve ser interpretado? Se a informação adquirida em t_1 foi que $[p]$, a recordação disso em t_2 deve reproduzir $[p]$, ou basta que a recordação tenha condições de verdade adequadamente vinculadas às condições de verdade de $[p]$?

Se a reprodução fiel for requerida, então não temos memória quando não conseguimos reproduzir em t_2 toda a informação adquirida em t_1 , e lembranças parciais não contam como memória. O esquecimento de detalhes, característico de uma memória sadia, seria a condenação a não lembrar de nada, pois, para dar apenas um exemplo, sempre há menos informação em uma memória do que havia na experiência perceptiva que a origina. Pense na diferença que há entre viver uma viagem de alguns dias e lembrar da mesma. A primeira ocupa dias, a segunda ocupa minutos. E, ainda assim, trata-se de uma memória. Sendo assim, não é requerido que a recordação de um dia inteiro ocupe um dia inteiro (ver Borges 1942: 268).

Recordar da informação adquirida em t_1 não requer a reprodução fiel dessa informação. Mas não pode haver falsificação, pois memória é conhecimento. Eis então que precisamos explicar como pode haver memória havendo modificação das informações adquiridas. Esse é o problema da reconstrução.

3.4.1 A influência do presente

O que lembramos, em qualquer momento dado, depende fortemente de quais pedaços de destroços e refugos mentais estão ativos por acidente nesse instante.

Gary Marcus (2008)

Quando se fala dos sistemas cognitivos de memória em geral, tal como são descritos de maneira “objetiva”, do ponto de vista da terceira pessoa, se fala de sistemas que realizam os processos de aquisição, armazenamento e recuperação de informações. No entanto, quando se fala da experiência humana de recordar-se de alguma coisa, há duas diferenças. Em primeiro lugar, fala-se apenas do que seria a etapa final, o processo de recuperação de informações, ficando subentendido que as duas etapas iniciais ocorreram, pois são condições da etapa final. Em segundo lugar, no caso humano (e aqui a diferença entre os homens e os computadores é gritante),⁶ a recordação não é mera reativação de informações adquiridas no passado e armazenadas, ficando “congeladas” ou “adormecidas”. Ao invés disso, a...

[...] informação disponível no ambiente presente de recuperação é combinada com a informação armazenada para produzir um padrão emergente de atividade que nós experimentamos como uma “memória”. (Schacter 1995: 24)

Isso quer dizer que a recordação não é recuperação literal das informações armazenadas, visto que mudanças nos padrões epistêmicos (ver Stoneham 2005) e

⁶Computadores têm “memória”, mas não lembram. Ver Casey (1987).

outras informações disponíveis no presente, incluindo informações fornecidas pelos sentidos e também expectativas sobre o funcionamento da realidade, as quais são frutos das respectivas concepções de mundo de cada um, influem na experiência de se recordar de alguma coisa. Eis porque...

Memórias nunca são réplicas exatas da realidade externa. [...] a informação sensorial nunca é recebida passivamente. Sua sobrevivência depende de transformação e interpretação rápida do estímulo sensorial baseadas em expectativas sobre como o mundo funciona. (Fischbach e Coyle 1995: x)

Assim, para nós humanos (e provavelmente para qualquer ser capaz de *lembrar*), recordar não é, pura e simplesmente, recuperar uma informação antes adquirida e armazenada, pois a mesma é modificada antes ou durante o processo de recuperação. Isso é o que se precisa dizer sobre o *conteúdo* recordado, que o mesmo não é, literalmente, o conteúdo adquirido, pois sofre *contágio semântico* da percepção e da concepção de mundo do sujeito que recorda.⁷

3.4.2 Reconstruções sadias

Só há memória se há verdade. Sendo a verdade o requisito da memória, e não a literalidade em relação à informação adquirida no passado, não é um requisito da memória que a informação adquirida no passado seja reproduzida literalmente, bastando que a informação presente na atribuição de memória seja verdadeira, e esteja adequadamente vinculada à informação adquirida no passado. O problema

⁷Isto não quer dizer que a recordação seja experimentada como informação alterada. Ao contrário, em muitos casos a experiência da recordação é tomada, pelo sujeito, como a recuperação literal da informação antes adquirida.

são as reconstruções que trazem mais informação do que havia no passado, e atribuem tais informações ao eu passado. Uma coisa é se autoatribuir, de maneira sadia:

[]Eu achava que p; depois descobri que p implica q; hoje acho que se p, então q[]

Outra coisa é ter achado que []p[] no passado, ter descoberto que p implica q posteriormente, e autoatribuir-se, de maneira equivocada:

[]Eu achava que se p, então q[]

Esta última reconstrução é problemática, pois esse embelezamento do próprio passado não reflete o modo como as coisas eram no passado.⁸

A partir de Bernecker (2008, 2009), apresento os seguintes critérios para a avaliação de reconstruções da memória, segundo os quais uma memória reconstruída é uma memória genuína sse:

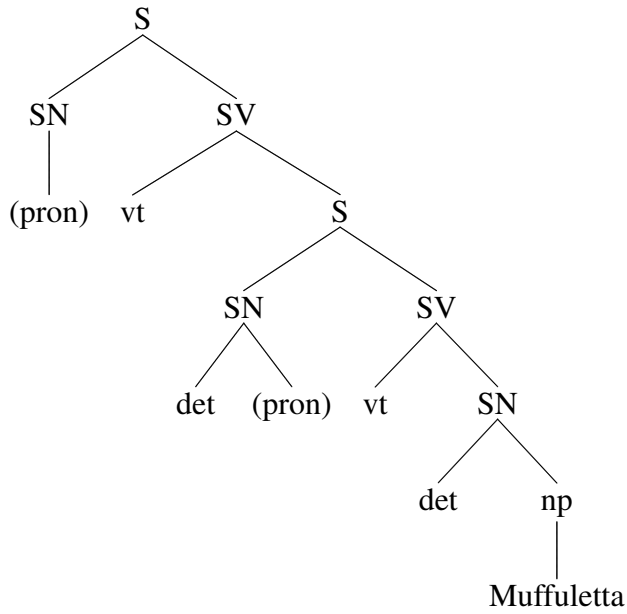
reconstr1: tem tanto ou menos informação do que foi adquirida no passado, mas não mais informação

reconstr2: o conteúdo da memória reconstruída é logicamente destacável da informação adquirida no passado

Por exemplo: é terça-feira, e Ful foi no bar Muffuletta com a amiga Sicr na sexta-feira. Em t_1 ela lembra de ter ido, e lembra do bar onde foram:

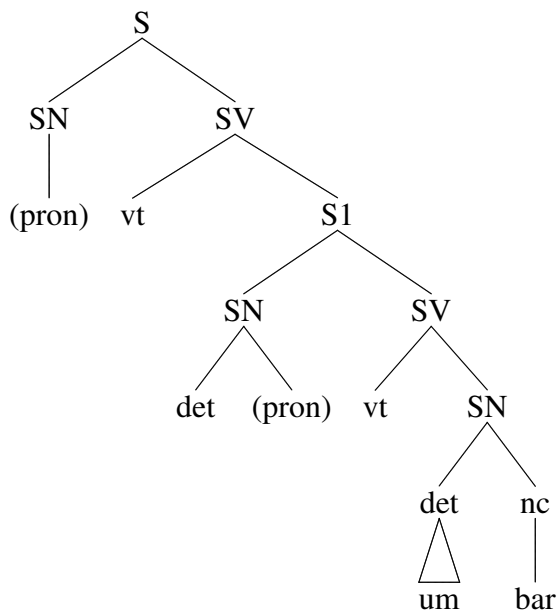
⁸“E estamos acostumados a tomar com um grão de sal a confissão do velho diplomata que escreve em suas memórias, ‘Eu já tinha dúvidas sobre a guerra em 1965’ — é muito fácil ver isso como um exercício de autojustificação *post hoc*” (Falvey 2003: 220).

[[]Lembro de ter ido ao Muffuleta[]]



Passam vinte anos, Ful encontra Sicr, e em t_2 do episódio Ful lembra apenas, com muito esforço, que elas foram a um bar:

[[]Lembro que fomos a um bar[]]



A principal transformação da memória de t_2 em relação à memória de t_1 está na reconstrução de [Muffuletta] como [um bar]. Essa é uma reconstrução sadia, pois Muffuletta é um bar, e tal resultado é garantido pela regra de generalização existencial:

$$\frac{Fa}{\exists xFx}$$

Estando F pelo predicado “bar” e a pelo nome próprio “Muffuletta”. Veja que não estou dizendo que *Ful* realizou tal raciocínio lógico. Ela pode desconhecer lógica, e de qualquer forma se tivesse raciocinado de acordo com o esquema acima, ela teria lembrado do que esqueceu, o bar específico onde ela e Sicr foram. O que estou dizendo é que *nós* podemos avaliar tal reconstrução da memória de Ful como uma reconstrução sadia, pois a verdade é preservada, ainda que alguns detalhes tenham sido perdidos.

3.4.3 Modalidades sadias de reconstrução

Tirando poemas e papéis dramáticos que precisam ser conhecidos de cor, ou um ou outro evento muito importante, a memória não precisa devolver literalmente aquilo que lhe foi entregue. Mas isso não é problema, pois uma recordação que tenha menos informações do que aquelas adquiridas no passado conta como memória, caso seja adequadamente modificada por dinâmica cognitiva, condensação ou processamento esquemático, modalidades de reconstrução progressivamente mais invasivas (Bernecker 2008: 146–51):

Dinâmica cognitiva: dêiticos e tempos verbais são modificados para que o conteúdo lembrado seja o mesmo que foi adquirido; exemplo: se ontem pensei

literalmente []*Hoje está chovendo*[], hoje lembro que []*Ontem estava chovendo*[]⁹

Condensação: muitas memórias autobiográficas são de períodos ao invés de eventos particulares (ver Schacter 1996); exemplo: ao invés de ter uma memória de cada saída para o trabalho de manhã cedo em certo período pregresso da minha vida, lembro que saía para o trabalho de manhã cedo nesse período

Processamento esquemático: codificação da informação a partir de esquemas, isto é, de estereótipos culturais que agrupam um conjunto de características; exemplo: se no passado Ful presenciou uma cerimônia de um grupo étnico que não compreende, como p.ex. a procissão de pessoas de classe média para os shopping centers nas horas de lazer, agora Ful lembra que presenciou uma prática recreativa, o que ela compreende

Modificações da memória por dinâmica cognitiva alteram sua expressão para que o pensamento preserve seus conteúdos, o que requer modificações por causa da passagem do tempo e por causa dos deslocamentos no espaço. Assim, a dinâmica cognitiva faz com que os pensamentos e memórias sejam alterados literalmente, mas não semanticamente, pois as alterações em dêiticos e tempos verbais rastreiam os mesmos referentes do pensamento/informação original.

Modificações da memória por condensação de informações são comuns em seres que têm uma memória humana sadia, e falta a um personagem literário como Funes, o memorioso. Este personagem de Jorge Luis Borges se incomodava com

⁹O estudo da dinâmica cognitiva teve início com Frege: “Se alguém quiser dizer hoje o mesmo que expressou ontem usando a palavra ‘hoje’, terá que substituir esta palavra por ‘ontem’” (Frege 1918: 288). Esta passagem de Frege foi objeto de um comentário já clássico de Evans (1982: 192–96). Ver também Burge (1998a: 359–60).

o fato que “[...] o cão das três e catorze (visto de perfil) tivesse o mesmo nome que o cão das três e um quarto (visto de frente)” (Borges 1942: 270). Funes “[...] era quase incapaz de idéias gerais, platônicas” (idem), tomando cada coisa da qual tinha notícia na sua singularidade. Já as pessoas normais não apenas subsumem vários singulares sob o mesmo nome, como também agrupam vários eventos em uma única memória, se há algo em comum entre os mesmos. Essa é a condensação, através da qual várias informações são reconstruídas em uma única memória.

O processamento esquemático é um tipo de reconstrução que foi documentado por Frederick Bartlett (1932). O ponto é que organizamos nossas memórias a partir de esquemas conceituais, de natureza histórica e cultural, que fazem sentido para nós. Isso tem forte impacto sobre eventos testemunhados no passado mas mal-compreendidos, por serem de natureza exageradamente técnica para nosso conhecimento, ou por serem antropologicamente distantes, ou por causa da nossa imaturidade epistêmica pregressa (ver Stoneham 2005). Em tais situações, ainda que na aquisição da informação tenhamos recebido informação verbal precisa, mas não compreendida, ou esquecida, a recordação tende a ser uma redescrição do que foi testemunhado a partir de conceitos melhor dominados. Nesse caso há clara alteração do conteúdo da memória, mas não há falsificação, desde que a nova descrição seja verdadeira do evento antes testemunhado.

3.4.4 As virtudes da reconstrução

A memória é uma faculdade cognitiva ativa: não é uma capacidade de armazenar conhecimentos intactos, tais como eram no momento da aquisição, mas sim uma

capacidade de processar informação antes adquirida, preservá-la e recuperá-la a partir do cruzamento com outras informações. Tal processamento não leva, necessariamente, à falsificação do passado, mas leva a uma maior coerência entre os conhecimentos possuídos. Por causa disso, a aquisição de novos conhecimentos sobre informações antes adquiridas tende a alterar o modo como as mesmas são lembradas. E essa alteração é positiva.

Assim, a reconstrução do passado não indica necessariamente falsificação do passado, podendo ser, ao invés disso, a indicação da racionalidade de quem integra seu conjunto de crenças com sua memória, buscando manter um ponto de vista coerente e verídico.

3.4.5 Por que reconstruímos?

A reconstrução das memórias tende a ocorrer naturalmente, pois usualmente as questões que os outros ou nós mesmos nos colocamos sobre nosso passado requerem não só nossas memórias, mas também cálculos e raciocínios. Se alguém me pergunta se no passado eu gostava tanto de blogs quanto eu gosto agora, terei que reunir várias informações para dar essa resposta. Se tudo der certo (se eu não embelezar meu passado para impressionar meu interlocutor, p.ex.), tal processamento se dá pelo emprego tácito de regras de inferência na consideração das informações disponíveis com vista a dar uma resposta. Assim, a resposta não será uma mera reativação de memórias passadas sobre blogs, mas sim a integração de diversas informações, muitas dessas dizendo respeito ao presente, pois a questão requer que eu compare meu passado com meu presente.

Capítulo 4

Ludlow

Neste capítulo discuto diversos temas, propostas, ideias e problemas apresentados por Peter Ludlow sobre a relação entre o antiindividualismo e a memória. Fundamentalmente, tenho a dizer que alternâncias ambientais ou *slow switches* (i) são logicamente possíveis, mas (ii) não são o caso para seres como nós, que deferimos em uma sociedade plural, mas estamos — e devemos estar — alertas para marcadores semânticos de fronteiras linguísticas. Essas duas teses, uma sobre o que segue do antiindividualismo, outra sobre *slow switches* (veja a seção 4.2) e o manejo coletivo da linguagem, já foram apresentadas antes.¹ Minha contribuição se resume a marcar a distância entre as duas discussões, pois elas são facilmente confundíveis, e a abraçar os resultados de Smith (2003), Gerken (2009) e Ludlow (2008). Tenho a dizer que, dado o antiindividualismo, casos de *slow switching* são uma possibilidade lógica para certos seres possíveis capazes de intencionalidade,

¹A discussão sobre as consequências do antiindividualismo é longa, e há ao menos três coleções importantes sobre o tema (Ludlow e Martin 1998a, Wright et al. 1998 e Nuccetelli 2003b). A discussão sobre nós e os *slow switches* é mais rara, e na verdade parece se limitar aos trabalhos de Smith (2003) e Gerken (2009), embora não esteja ausente do debate entre Grimaltós (2003) e Burge (2003g).

mas não são o caso para nós, seres que deferem. Isso se dá por dois motivos. Primeiro, porque deferir é um ato consciente e voluntário, ainda que usualmente tácito, no caso da linguagem, fazendo parte da fenomenologia da deferência linguística uma espécie de estado estado de “alerta” do deferente, visto que ele está em um estado de dependência e carência em relação a alguma pessoa definida ou coletividade indefinida.² Segundo, porque o bônus da deferência vem com o ônus do cuidado. Do primeiro motivo segue que o deferente deve estar sempre atento para a possibilidade de haver diferenças diacrônicas ou regionais na aplicação de uma palavra deferida, do segundo motivo segue que o deferente precisa saber que o único modo de evitar erros no uso de palavras “terceirizadas” é agir com cuidado, estando pronto para retirar o que disse ou pensou ao menor sinal de mau uso ou negligência da sua parte. Como Putnam (1973c, 1975) disse desde o início, muito antes do início da discussão sobre *slow switches*,³ alguém que usa um termo definido-ou-explicado por outrem-a-quem-defere faz um uso condicional, estando amparado por cláusulas de retirada (“*fallback*”) e anulação (cláusulas “*defeasible*”), caso aquilo que a palavra diz não é aquilo que a pessoa queria dizer. Ou seja, quando há deferência e o significado da palavra não está de acordo com a intenção do falante, é de se esperar que o falante informado sobre a diferença entre sua intenção e o significado volte atrás, talvez até mesmo se desculpando pelo mau uso.

²A caracterização do deferido nesses termos é de Recanati (2000).

³A qual foi largamente influenciada pela sua obra, é claro.

4.1 De Ludlow a Ludlow: o percurso

Em diversos textos da segunda metade dos anos 1990,⁴ Peter Ludlow defende que um antiindividualista consistente deve dizer que, em casos de *slow switching*, o conteúdo da “memória” muda. Além disso, ele argumenta que casos de *slow switching* são prevalentes, no sentido de que passamos por algo como uma viagem despercebida da Terra para a Terra Gêmea a cada vez que entramos em um restaurante, vamos ao mercado ou simplesmente circulamos de um microgrupo social para outro.

Com a tese da prevalência, Ludlow muda o caráter da discussão sobre os *slow switches*,⁵ a qual era hipotética e especulativa em Burge (1988b), e passa a ser uma discussão sobre a condição humana em sociedades minimamente complexas e plurais. Isso pede que se veja com mais cuidado se passamos *sem notar* de um microgrupo social a outro. Segundo resultados do sociólogo John Armstrong (1982) que são pertinentes para o caso, a resposta a essa questão empírica é negativa, pois ainda que cruzemos fronteiras linguísticas com muita frequência, usualmente há marcadores semânticos claros de tais fronteiras, de modo que, como nota Smith (2003), trocas *despercebidas* de ambiente linguístico não são situações comuns para nós — comuns são as trocas de ambiente linguístico *percebidas*. Ou seja, ao que parece a Terra Gêmea é aqui, mas *slow switches* não são prevalentes.

No entanto, se *slow switches* não são prevalentes porque cruzamos fronteiras linguísticas com muita frequência, e as balizas fronteiriças são semanticamente visíveis, então podemos colocar em cena um elemento normativo trazido por Ger-

⁴Ludlow (1995a,b, 1996, 1997, 1999a,b).

⁵Os *slow switches* serão apresentados a partir da seção 4.2.

ken (2009): o viajante interlinguístico que não presta atenção em tais marcas é negligente, pois evitaria tomar palavras com significados distintos (ainda que homófonas) pelas mesmas caso se comportasse adequadamente quando estivesse em terra linguisticamente estrangeira (a qual pode estar à distância de apenas alguns metros, ou nem isso, quando há mescla de microgrupos sociais em um lugar). Quem passa de um microgrupo a outro precisa estar atento para a *frequente* flutuação do significado das palavras, e age mal caso não aja assim.

Todos esses esclarecimentos — em boa medida empíricos — sobre nossa situação deixam claro que não há como tratar das diferenças semânticas de palavras homófonas entre microgrupos com a noção de *slow switch*, ainda que esses sejam logicamente possíveis. Isso não é possível porque *slow switches* requerem uma situação de inimputabilidade semântica (veja a seção 4.7.), o que é bem diferente da nossa situação na elaboração de microlínguas à medida que dialogamos. É preciso outro modelo, e outra abordagem, os quais Peter Ludlow traz em trabalho mais recente (Ludlow 2008), onde adota uma variedade de contextualismo semântico.

4.2 Alternâncias ambientais no debate sobre o antiindividualismo

Na literatura sobre o antiindividualismo, a discussão sobre mudança no conteúdo passa pela noção de *slow switch*,⁶ a qual denota o processo de alternância ambiental (*slow switching*), pelo qual um organismo que vai (e volta, em algumas versões) de um ambiente normal a um ambiente “gêmeo” (ver seção 2.9) passa

⁶Nem sempre traduzirei a expressão “slow switch”, mas quando o fizer usarei “alternância ambiental”, ou uma interpretação como “troca despercebida de ambiente”, sugestão de Eduardo Pinheiro.

a ter, atual ou disposicionalmente, mas *sem notar*, estados mentais de tipos diferentes. Dito de outra maneira, *slow switching* é a mudança despercebida de ambiente que leva o indivíduo a lentamente trocar os conceitos que tinha anteriormente por conceitos “gêmeos”, ou a adquirir conceitos “gêmeos” que coabitam com seus conceitos originais, sendo a característica fundamental de um conceito “gêmeo” parecer o conceito original ao seu possuidor, embora seja diferente, visto que marca uma capacidade cognitiva (um saber-o-que-é) distinto do conceito original.⁷

Casos de alternância ambiental trazem ao antiindividualista duas dificuldades relativas à atribuições de lembranças a Ful. A primeira dificuldade diz respeito a como interpretar o conceito água presente na sua “lembrança” posterior às mudanças de ambiente. De acordo com Burge (1998a), duas opções se abrem:

- A exposição de Ful ao ambiente gêmeo faz com que ela desenvolva um conceito gêmeo, o conceito gêmeo substitui o conceito original, e Ful esquece o que sabia antes
- A exposição de Ful ao ambiente gêmeo faz com que ela desenvolva um conceito gêmeo, o conceito gêmeo coabita com o conceito original, e Ful é capaz de lembrar o que sabia antes⁸

O processo de *slow switching* foi apresentado pela primeira vez por Burge

⁷Um processo de *slow switch* tem impacto sobre o corpo e a mente da pessoa transportada. Em relação ao corpo, uma pessoa *slow switched* encontra-se em um ambiente que não é aquele no qual o conceito original foi fixado. Em relação à mente, dois aspectos. Primeiro, a pessoa *slow switched* não se dá conta da mudança de ambiente. Segundo, ela permanece no novo ambiente por um período de tempo suficiente para trocar o conceito saliente original por um novo conceito.

⁸Ou seja, quem passar por um processo de alternância ambiental se torna bilingue, mas não sabe disso.

(1988b: 114–15, 122),⁹ e agora farei uma pequena exposição desse texto inaugural.¹⁰ O processo é apresentado em meio a uma discussão sobre o autoconhecimento básico, e envolve:

Experimentos mentais: Dados os experimentos mentais que impulsionam o antiindividualismo, em uma situação contrafactual uma pessoa poderia estar em um estado mental de tipo distinto daquele eu que está na situação atual, mas a pessoa não poderia notar a diferença por introspecção

Idas e voltas: algo análogo valeria para um caso no qual uma pessoa fosse transportada entre ambientes distintos. . .

Tempo mínimo: . . . desde que a pessoa permanecesse tempo suficiente em cada ambiente para adquirir os respectivos tipos de representações relacionados a cada ambiente

Memória: Caso fosse informada das idas e voltas, e de ter permanecido em cada ambiente por tempo suficiente para adquirir uma nova palavra, a pessoa

⁹O processo específico de *slow switching* foi apresentado inicialmente por Burge, mas é claro que a ideia já está sugerida em “The Meaning of ‘Meaning’”, de Hilary Putnam, em uma passagem sobre alternância de palavras (o que não é o mesmo que a alternância de uma pessoa entre ambientes): “Finalmente, assumiremos que as palavras ‘alumínio’ e ‘molibdênio’ estão trocadas (switched) na Terra Gêmea: ‘alumínio’ é o nome do *molibdênio* e ‘molibdênio’ é o nome do *alumínio*” (Putnam 1975: 226, itálicos do original); “[. . .] apenas deixe as palavras ‘olmo’ e ‘faia’ serem trocadas (*switched*) na Terra Gêmea [. . .]” (Putnam 1975: 227).

¹⁰Como se pode ver, minha exposição não segue a cronologia dos textos. Nos capítulos anteriores me ocupei de um panorama, do antiindividualismo e da memória. Agora passo ao tema das trocas despercebidas de ambiente retirando-o do modo tradicional de apresentá-lo, o qual inicia pela exposição do antiindividualismo, passa pela exposição do problema da compatibilidade entre antiindividualismo e acesso privilegiado aos próprios estados mentais e finalmente chegando aos *slow switches*. Minha abordagem não segue esse caminho porque esse percurso é alheio ao problema que aqui me interessa, o qual tem a ver com a relação entre conteúdos ambientes alternados, mas só indiretamente tem a ver com o debate sobre o conhecimento de si. Assim, é por economia e foco que apresento o tema de uma maneira que parece deslocada a quem se interessa pelo debate sobre antiindividualismo e acesso privilegiado.

precisaria de informação empírica para saber o que pensou em determinado momento do passado posterior ao início das alternâncias ambientais

O primeiro elemento (experimentos mentais, ver as seções 2.9, 2.11 e 2.14), é introduzido para dar conta de um sentimento que Burge supõe estar sendo experimentado pelo leitor, após uma apresentação inicial dos juízos de autoconhecimento básico (em Burge 1988b: 111–14):

Uma coisa é apontar falhas em inferências do autoconhecimento para o individualismo. Outra é se livrar do sentimento que aqui há um quebra-cabeça. Por que nossa posse de conhecimento não-empírico dos nossos pensamentos não é impugnada pela fato que tais pensamentos são individuados através de relações a um ambiente que só conhecemos empiricamente? (Burge 1988b: 114)

Burge quer dar conta de uma dificuldade que está sendo atacada pela sua teoria do autoconhecimento básico: como alguém pode saber sem investigar o ambiente o que pensa, visto que (segundo o antiindividualismo) vários conteúdos mentais são constituídos através de relações do organismo com o ambiente? A mesma dificuldade pode ser apresentada da seguinte maneira: se a natureza da mente é relativa ao ambiente, como o autoconhecimento pode ser independente do conhecimento de aspectos do ambiente?

É para dar conta dessa dificuldade que Burge introduz a noção de *slow switch*, a qual é apresentada como um caso próximo (mas distinto) dos experimentos mentais que estão na base dos argumentos antiindividualistas. Essa introdução inicia com a retomada da dificuldade que Burge supõe estar afligindo o leitor:

Suponhamos que nossos pensamentos sobre o ambiente são o que eles são por causa da natureza das entidades às quais esses pensamentos estão causalmente vinculados. De acordo com nossos experimentos mentais, uma pessoa com a mesma história física individualística poderia ter pensamentos diferentes se o ambiente fosse apropriadamente diferente. Sentimos que uma tal pessoa não poderia, por introspecção, saber (*tell*) a diferença entre a situação atual (ter um conjunto de pensamentos) e a situação contrafactual (ter outro). (Burge 1988b: 114)

O embaraço parece surgir quando se aceita o antiindividualismo, o qual se apóia em experimentos mentais sobre organismos que têm pensamentos distintos, apesar de tudo lhes parecer da mesma maneira. Este quadro poderia levar alguém, de alguma maneira, à conclusão que o organismo teria que investigar o ambiente para distinguir um pensamento de outro, caso passasse do ambiente atual ao ambiente contrafactual. Mas as coisas não são assim tão simples. Uma coisa é comparar, como filósofo que estuda um caso, uma situação atual com uma situação contrafactual, como fazem Putnam com seu experimento mental sobre [gemináguas], e Burge com seu experimento mental sobre [artrite]. Outra coisa é passar, como organismo, de um ambiente atual normal a outro ambiente atual “gêmeo”. Para dar conta disso, é preciso considerar, mais detalhadamente, como o organismo transita de um ambiente a outro:

Certamente, se alguém fosse secretamente trocado de um lado para outro entre as situações atuais que modelaram as situações contrafatuais, não notaria alguma característica no mundo ou na própria consciência a qual lhe contaria se estava na situação “doméstica” ou

“estrangeira”. Mas essa observação não captura a idéia que as duas vidas seriam sentidas da mesma maneira. Os pensamentos não alternariam (*switch*) enquanto se é mudado de uma situação atual a outra situação atual gêmea. Os pensamentos iriam mudar apenas se alguém permanecesse por tempo suficiente na outra situação para estabelecer as relações ambientais necessárias aos novos pensamentos. Assim, uma alternância (*switching*) rápida não seria um caso no qual pensamentos alternaram (*switched*) mas a introspecção permaneceu a mesma.

Mas [uma] alternância lenta (*slow switching*) seria um tal caso. Suponha que alguém passasse por uma série de alternâncias (*switches*) entre a terra atual e a terra gêmea atual de modo que permanecesse em cada situação por tempo suficiente para adquirir conceitos e percepções apropriadas a essa situação. Suponha situações nas quais alguém está definitivamente pensando um pensamento, e outras ocasiões onde alguém está definitivamente pensando seu gêmeo. Suponha também que as alternâncias (*switches*) são realizadas de modo que a pessoa não está ciente que uma alternância (*switch*) está ocorrendo. A continuidade da vida dessa pessoa não é obviamente rompida. Assim, por exemplo, alguém vai dormir uma noite em casa e acorda na casa gêmea na terra gêmea — e assim por diante. (Sua fantasia californiana padrão.) Agora suponha que, após décadas de tais alternâncias (*switches*), é contado à pessoa sobre elas e pedido para ela identificar quando as alternâncias (*switches*) tiveram lugar. A idéia é que a pessoa não pode, através de comparações, distinguir (*pick out*) os

períodos gêmeos dos períodos “domésticos”. (Burge 1988b: 114–15)

O trecho acima envolve os três primeiros tópicos da exposição inaugural sobre *slow switching*: experimentos mentais, idas e voltas, tempo mínimo. O quarto tópico, a memória, é discutido mais adiante no texto (em Burge 1988b: 122).

Burge abre a passagem acima reconhecendo que um organismo não notaria diferença alguma, em si ou no mundo, caso fosse subrepticamente transportado de um lado para o outro, entre a Terra e a Terra Gêmea. No entanto, ele quer que notemos que há mais do que isso em jogo nos experimentos mentais antiindividualistas, pois nesses experimentos está se supondo situações nas quais organismos distintos têm pensamentos distintos, embora não haja nenhuma diferença qualitativa seja nos estados físicos, seja nas qualidades fenomenológicas desses organismos. Ora, tal diferença nos pensamentos de um organismo não se daria imediatamente, com o transporte subreptício de um ambiente para o outro. Aqui se apresenta uma diferença importante entre as avaliações filosóficas dos experimentos mentais antiindividualistas, situações nas quais um filósofo narra e explica o que aconteceria em uma situação hipotética, e aquilo que se passa na mente de quem sofre um transporte subreptício entre ambientes “gêmeos”, pois nesse último caso a diferença entre os pensamentos que o organismo tem em cada ambiente não se dá imediatamente, pois é preciso algum tempo para que um tipo de representação se enraíze na mente (ver Davidson 1987b, Malpas 2005). Para ser capaz de pensar como seu “gêmeo”, um organismo precisa ter sido transportado para o ambiente “gêmeo”, mas também precisa passar tempo suficiente nesse ambiente.

Assim, para que se dê uma situação na qual um organismo passa a ter uma

vida mental tal como a do seu “gêmeo”, no que diz respeito a ter representações de certo tipo, é preciso que se dê uma troca de ambiente na qual o organismo passa tempo suficiente no ambiente “gêmeo” para adquirir os tipos de representações “gêmeos”. Isso é um processo de *slow switching*. Se o organismo passa tempo suficiente em cada ambiente, e adquire as representações relativas a cada ambiente, daí sim temos um caso no qual um organismo pensa como seu “gêmeo”, pois daí sim esse organismo representa tal como seu “gêmeo” representa. E, nessa situação, o organismo desavisado das trocas de ambiente não seria capaz de distinguir os tipos de representações relativos a cada ambiente:

A pessoa não teria sinais das diferenças nos seus pensamentos, nenhuma diferença no modo como “sente” as coisas. [...] O resultado de tudo isso é que a pessoa pode ter pensamentos diferentes sob as mudanças (*switches*), mas a pessoa não seria capaz de comparar as situações e notar quando e onde as diferenças ocorreram. (Burge 1988b: 115)

Em resumo, é possível que alguém represente um ambiente “gêmeo” tal como seu “gêmeo” o representa — ou ao menos é possível que alguém venha a representar um ambiente “gêmeo” com noções semanticamente equivalentes (para o ambiente “gêmeo”) às do seu “gêmeo”. Mas, para isso, é preciso passar tempo suficiente em cada ambiente. E, se as trocas forem despercebidas, nada nas qualidades fenomênicas da experiência consciente diria quando se está representando de uma maneira, quando se está representando de outra. E não haveria como saber em qual ambiente se estava e o que se estava pensando em dado momento do passado tendo como único apoio a introspecção. Assim, dado o antiindivíduo

alismo, ao ser transportado despercebidamente para outro ambiente, o indivíduo fica exposto a errar sobre os próprios estados mentais (ver Davidson 1987b: 30).

4.3 A possibilidade dos *slow switches*

A discussão sobre antiindividualismo e memória diz respeito à possibilidade de ocorrerem mudanças semânticas no conteúdo mental, sem que o organismo as detecte (*slow switches*), e às consequências epistêmicas de tais mudanças, se possíveis.

Dado o esquema antiindividualista de individuação de tipos de estados mentais (ver p. 87), é possível que um organismo troque de ambiente sem notar,¹¹ e acabe adquirindo conteúdos de tipos “gêmeos” (fenomenologicamente indistintos, mas semanticamente distintos) sem notar seja a aquisição, seja a diferença entre tais conteúdos e os conteúdos habituais. Esse esquema diz que, para qualquer ocorrência de uma propriedade ou espécie x que faça parte do ambiente natural ou social habitado por Ful, x individua o estado mental y de Ful se, e somente se, x determina o tipo de y . Dado esse esquema, há uma correlação entre uma espécie ou propriedade E encontrável no ambiente habitado por Ful e um tipo de estado mental $[[C[]]$ de Ful, no qual Ful está atual ou disposicionalmente. Como o esquema não requer que Ful seja capaz de discriminar os tipos de estados mentais nos quais está ou pode estar, nada impede que Ful possa estar em um estado mental do tipo $[[C_1[]]$ correlacionado a E_1 em um momento, estar em um estado mental do tipo $[[C_2[]]$ correlacionado a E_2 (diferente de E_1) em outro momento, e não ser capaz de distinguir $[[C_1[]]$ de $[[C_2[]]$, sendo até mesmo capaz de supor, explícita ou

¹¹ Alternativamente: é possível que o ambiente habitado por um organismo mude, sem que o organismo se dê conta disso.

tacitamente, que $[C_1] = [C_2]$.

Assim, dado o antiindividualismo, é possível que um organismo ache que está em um estado mental do tipo $[C_1]$, embora esteja em um estado mental do tipo $[C_2]$, sendo $[C_1] \neq [C_2]$. Ful pode ser bilíngue sem saber.

4.4 O que são *slow switches*

Os problemas do antiindividualista em relação à memória se originam da possibilidade de ocorrerem *slow switches*,¹² os quais são processos com as seguintes características típicas:

1. Ful adquiriu um conceito $[C_1]$ através da sua relação com seu ambiente nativo,
2. mas o ambiente muda (ou ela muda de ambiente),
3. de modo que Ful adquire um novo conceito $[C_2]$,
4. sem no entanto distinguir $[C_1]$ de $[C_2]$,
5. posteriormente, Ful é informada da mudança ambiental,¹³
6. mas Ful não é capaz de distinguir, por mera introspecção, seus pensamentos passados com o conceito $[C_1]$ dos seus pensamentos passados com o

¹²Se os problemas se originam com os *slow switches*, por que só agora estou explicando-os? Porque me pareceu preferível iniciar por um panorama do capítulo (seção 4.1), passando então para o papel dessa noção no debate antiindividualista (seção 4.2), e tratando da possibilidade dos mesmos antes de defini-los (seção 4.3). Com isso pretendi criar um contexto de acolhida para a noção, antes de explicá-la, pois me parece que a tarefa de explicá-la é simplificada pela colocação da noção nesse contexto.

¹³Este passo nem sempre é necessário, mas deve ser considerado, pois é preciso investigar se uma informação adquirida posteriormente a uma memória pode causar esquecimento. Ver Dretske e Yourgrau (1983).

conceito $[C_2]$.

Considerando a capacidade representacional e o estado epistêmico de Ful, há três grandes momentos em um processo de *slow switch*:

Posse de $[C_1]$: antes do *slow switch* Ful é capaz de classificar coisas como $[C_1]$, sabendo que é capaz disso

Aquisição de $[C_2]$: Ful torna-se capaz de classificar coisas como $[C_2]$, sem perder a capacidade de classificar coisas como $[C_1]$,¹⁴ tomando-se por alguém que só classifica coisas como $[C_1]$

Descoberta dos *slow switches*: Ful descobre que tem duas capacidades conceituais distintas, embora achasse que tinha apenas uma¹⁵

Quanto ao modo de aquisição de $[C_2]$, esse pode ser:

Perceptual: pela exposição perceptual a uma população de indivíduos que não estão na extensão de $[C_1]$, embora a pessoa tome-os por instâncias de $[C_1]$ ¹⁶

¹⁴Para que houvesse *perda* de $[C_1]$ pela aquisição de $[C_2]$ seria preciso contar uma história mais complexa do que a história típica dos *slow switches*, pois supor um *slow switch* é por si só insuficiente para concluir que houve perda de algum conceito. Ver Burge (1998a).

¹⁵Parte da literatura não considera esse momento, o qual faz parte da exposição original de Burge (1988b), e é importante para a discussão de temas da epistemologia da memória.

¹⁶Do ponto de vista histórico, parece ter sido assim que a palavra “jade” veio a ter duas pedras distintas (mas suficientemente parecidas) na sua extensão. Os conquistadores espanhóis encontraram jadeíta na América Central, e a batizam de “piedra de ijada”, em consideração do uso da pedra na medicina local para o alívio de dores na parte inferior das costas. Posteriormente, na Europa, um cientista dá um nome latino à pedra: “lapis nephriticus”. No entanto, provavelmente esse cientista só dispunha de amostras de nefrita, a qual é uma pedra quimicamente distinta da jadeíta. A confusão científica só foi desfeita com o advento da análise química moderna, mas ainda usamos “jade” para falar de jadeíta e de nefrita. Ver Hacking (2007).

Quanto ao comportamento de $[C_2]$ na economia cognitiva de Ful, visto que esse conceito (essa habilidade de sabe o que é alguma coisa) não é adquirido de maneira refletida e controlada, e há

Linguístico: pela deferência aos especialistas da comunidade do segundo ambiente, sem no entanto ser o caso que a pessoa saiba que adquiriu $[C_2]$, pois ela nem mesmo sabe que está em uma nova comunidade

Os conceitos deferenciais são os que mais nos interessam, pois a posição de Ludlow diz respeito ao externismo social, o qual corresponde ao antiindividualismo de Burge (1979, 1982a), e nessa teoria se foca antes de tudo na aquisição *social* de conceitos, através da linguagem.¹⁷ Um conceito deferencial tem a seguinte estrutura:

$[C_{\text{defer}}]$ **de F:** Um F é o que os especialistas em F aos quais Ful delega a tarefa de definir ou explicar o que é um F chamam de “F”

Essa estrutura estabelece uma relação entre quatro tipos de coisas e dois bens representacionais e epistêmicos. Os tipos de coisas são:

Os Fs: os objetos que estão na extensão de “F”

um conceito $[C_1]$ que concorre, o qual aliás é o único conceito reconhecido por Ful antes de ser informada dos *slow switches*, não é de se esperar que $[C_2]$ seja um conceito que se aplique de maneira limpa e ordenada apenas àquilo que está no ambiente “gêmeo”, caso sua aquisição se dê apenas por via perceptual. Assim, usando o caso clássico da Terra Gêmea (de Putnam 1975), mas abstraindo do contato de Ful com os terráqueos “gêmeos”, não seria de se esperar que Ful tivesse um conceito que se aplicasse só a água, e outro conceito que se aplicasse só a água-gêmea, embora esse caso seja possível, e sua investigação seja útil em diversos casos (faremos uso dessa possibilidade logo abaixo). O mais provável seria que $[C_2]$ fosse ou um conceito amalgamado, de extensão ampliada, tanto de água como de água-gêmea, ou que $[C_2]$ fosse um conceito ambíguo, o qual se aplicaria ou a água em certos contextos, a água-gêmea em outros contextos.

Quanto ao “conceito ambíguo”, Burge (1998a) falaria em *conceito disjuntivo*. No entanto, como Bernecker (2004) nota, se trata antes de um conceito que se torna ambíguo: “Na *visão da ambiguidade*, o *switching* ignorado causa o agente a tomar sem saber dois conceitos (água e geminária) por sortes disjustivamente diferentes de coisas (H_2O e XYZ). A palavra ‘água’ do agente trocado de ambiente (*switched*) é ambígua, como nossa palavra ‘banco’. Tal como ‘banco’ refere, em diferentes ocasiões, a uma barragem efluvial ou a uma instituição financeira, a [forma de] palavra ‘água’ da pessoa trocada de ambiente refere, em diferentes contextos, a H_2O ou XYZ” (Bernecker 2004: 614).

¹⁷A idéia toda deve muito à noção de *divisão do trabalho linguístico* de Putnam (1973b, 1975).

A palavra “F”: o nome comum ($[_{nc}]$) usado para se falar de Fs

Os falantes (incluindo Ful): aqueles que dizem “...F...”

Os especialistas: aqueles que são reconhecidos pelos falantes (incluindo Ful) como árbitros em questões do tipo “F é ...”, “um F é ...” ou “Fs são ...”

Os bens representacionais e epistêmicos são:

Fala: a capacidade de usar a palavra “F” para falar de Fs, de acordo com parâmetros contextuais de competência mínima¹⁸

Teoria: a realização de um catálogo ou classificação dos usos de “F”, considerando Fs e usos anteriores de “F”¹⁹

O ponto dos conceitos deferenciais é que quem tem um $[C_{defer}]$ sobre Fs é capaz de usar “F” para falar de Fs, pois é reconhecido como falante competente em determinados contextos, como por exemplo o pensamento leigo sobre Fs ou a conversa entre leigos, ou entre leigos e especialistas, sobre Fs. Assim, esses falantes desfrutam do bônus epistêmico de saber usar a palavra “F”, sem o ônus epistêmico de investigar a fundo a palavra “F” e os Fs. Essas tarefas estão nas mãos daqueles que delas se ocupam, e que são reconhecidos por Ful e outros

¹⁸Sigo a visão de Abath e Calado (2009b) que a posse de um conceito é estabelecida segundo parâmetros contextuais, sendo que ter um conceito *F* é saber o que é um F, e saber o que é um F depende do contexto. O que estou chamando de “bens epistêmicos” que fazem parte da estrutura de um conceito deferencial poderia ser definido de acordo com essa visão. Ser capaz de falar competentemente “...F...” no uso comum é saber o que é um F tal como um leigo sabe, ter a teoria de F é saber o que é um F tal como um especialista sabe.

¹⁹Conhecer a teoria de F é ser reconhecido como falante competente de “F” no contexto da explicação e definição do que é um F. Ver Abath e Calado (2009b).

falantes que possuem um $[C_{\text{defer}}]$ sobre Fs como autoridades em “F” e Fs, dadas tais ocupações.²⁰

O amplamente conhecido experimento mental de Putnam (1975) sobre a Terra Gêmea serve para ilustrar um *slow switch*. No espírito do experimento, ao invés de falar em $[C_1]$ e $[C_2]$, falaremos em $[\text{água}_{\text{H}_2\text{O}}]$ e $[\text{água}_{\text{XYZ}}]$, os quais serão tomados por conceitos deferenciais. Em t_1 , na Terra, Ful pensa, em um momento de fúria ecológica contra a contaminação das águas do Guaíba:

(1) $[[\text{Segundo a química, aquilo que preenche o Rio Guaíba não é água}_{\text{H}_2\text{O}}]]$

Ful poderia ter pensado um juízo de autoconhecimento básico:

(2) $[[\text{Eu estou pensando que segundo a química, aquilo que preenche o Rio Guaíba não é água}_{\text{H}_2\text{O}}]]$

Daí começam a acontecer as idas e vindas subreptícias de Ful para a Terra Gêmea, o que faz com que ela adquira o conceito $[[\text{água}_{\text{XYZ}}]]$, o qual ela não distingue do conceito $[[\text{água}_{\text{H}_2\text{O}}]]$. Após algum tempo (décadas) ela é informada dos *slow switches*, sem no entanto ser informada sobre a data do início dos mesmos. Sua memória funciona bem do ponto de vista médico, e ela “lembra” do que pensou em t_1 . No entanto, nesse momento (t_2), qual a forma lógica do seu juízo sobre a “memória” de t_1 ? Há três opções. Ou ela lembra:

(3) $[[(\text{Em } t_1) \text{ eu pensei que segundo a química, aquilo que preenche o Rio Guaíba não é água}_{\text{H}_2\text{O}}]]$

²⁰Tudo aqui gira em torno da metáfora de Putnam (1973b, 1975): a língua é mais parecida com uma ferramenta que se opera coletivamente, como um navio, do que com uma ferramenta que se opera individualmente, como um martelo.

Ou ela “lembra”, falsamente:

(4) [(Em t_1) eu pensei que segundo a química, aquilo que preenche o Rio Guaíba não é água_{XYZ}]

Ou Ful está em uma situação na qual não tem nenhum estado mental definido.²¹

Sendo essas as opções, tudo leva a esperar que um antiindividualista que queira salvar sua teoria diga que (3) é o caso, e explique como isso é possível,²² ou ao menos que explique porque (3) não é o caso, sem adotar (4).²³ Mas Ludlow segue o caminho do desastre, pois defende que (4) é a opção a ser escolhida por um antiindividualista consequente.

4.5 Biff e os vegetais copados

Este é um exemplo clássico de *slow switch* prevalente e rotineiro:

Biff evita vegetais copados. Seu conhecimento deles é parcial, e ele defere à comunidade linguística quando fala desses. Assim, ele sabe que chicória e rúcula são vegetais desse tipo, e ele não seria capaz de distingui-los visualmente. Biff imagina que o vocabulário dos vegetais é uma área onde o inglês britânico e o inglês estadunidense se sobrepõem. Mas é claro que Biff está equivocado nessa suposição. Quando Biff usa o termo “chicory” (chicória) com seus amigos

²¹ Agradeço a Ernesto Perini-Santos por ter apresentado tal alternativa, a qual, me parece, está prefigurada em Evans (1982).

²² É o caminho de Burge (1998a).

²³ (3) não é o caso porque a informação sobre os *slow switches* faz com que Ful perca a autorização epistêmica para se apoiar na memória. Essa resposta é encontrável em Brueckner (1997), Burge (1998a) e Ludlow (1997), tendo como antecessores teóricos Dretske e Yourgrau (1983).

ingleses (e deferindo a eles para as condições de individuação) ele está falando de uma coisa.²⁴ Quando ele usa o mesmo termo com seus amigos estadunidenses (e deferindo a eles para as condições de individuação) ele está falando de outra coisa (Ludlow 1995a: 227).

A visão de Ludlow pode ser esquematizada da seguinte maneira:

Biff1: Biff conhece parcialmente os vegetais copados, sendo incapaz de distinguir alguns deles visualmente

Biff2: Biff defere à comunidade dos seus interlocutores atuais a tarefa de individuar o significado dos termos que emprega

Biff3: Biff supõe que o vocabulário dos vegetais se sobrepõe nas variedades do inglês dos dois lados do Atlântico

Biff4: Mas “chicory” não quer dizer a mesma coisa nos EUA e na Inglaterra

Biff5: Assim, ao empregar “chicory” nos EUA, Biff fala de uma coisa, a chicória ou uma variedade de escarola; ao empregar “chicory” na Inglaterra, Biff fala de outra coisa, a chicória

Esta visão enfrenta o seguinte problema: Biff supõe que há sinonímia, e é razoável supor que essa suposição atropela a deferência, ou ao menos entra em conflito com essa.²⁵ Se Biff supõe que os vocabulários sobre vegetais se sobrepõem

²⁴Certo tipo de escarola (*curly endive*) por vezes é chamada de “chicory” nos EUA. Ver Wikipedia (2009).

²⁵Apenas indico, sem explorar: o caso é análogo ao caso sobre Pavarotti (Boghossian 1992: em), pois a intenção de Biff de tomar os termos por sinônimos nos dois ambientes é como a “solução anafórica” de Schiffer (1992) e Burge (1998a), pois em um raciocínio se tem a intenção de usar os termos com o mesmo significado.

na Inglaterra e nos EUA (passo 3), então ele não está simplesmente deferindo aos seus interlocutores atuais (passo 2), pois a suposição geral de Biff sobre os vocabulários de vegetais tem influência no seu uso de “chicory” — ela leva Biff a empregar o mesmo conceito quando fala com um inglês e quando fala com um estadunidense. Levando isso em conta, devemos discordar de Ludlow. Biff não fala de coisas diferentes, com o mesmo termo, ao falar com interlocutores diferentes, pois Biff supõe que está falando a mesma coisa, e essa suposição é fundamental para a caracterização da mente de Biff.

Poderíamos perguntar, no entanto, se um antiindividualista deve aceitar essa suposição de Biff de que as línguas inglesas dos EUA e da Inglaterra se sobrepõem no que diz respeito ao vocabulário dos vegetais. A resposta é *sim*. Tal como vejo, Burge a aceita, pois ele diz que a fixação de um novo conceito, após uma troca despercebida de ambiente, depende dos compromissos do sujeito (ver Burge 1998a: 352–53). Nos casos discutidos por Burge, o sujeito não tem compromisso explícito com os conceitos do ambiente “gêmeo”, visto que nem sabe que mudou de ambiente. Mas, no caso Biff, temos alguém que sabe que está indo de um ambiente a outro, e tem uma posição explícita e articulada: ele acredita, explícita e articuladamente, que o vocabulário dos vegetais é o mesmo. Eu tomo essa crença explícita e articulada, a qual foi estipulada por Ludlow no seu experimento mental sobre Biff, como um compromisso que impede o efeito da deferência. Assim, por esse motivo, creio que um antiindividualista deve aceitar o papel da suposição, nesse caso.

O caso sobre Biff e os vegetais copados nos ensina uma valiosa lição, pois agora sabemos que as *intenções* do falante fazem toda a diferença, apesar dos seus conceitos serem deferidos. Deferir é uma ação, envolvendo consciência e

intenção. No caso de uma troca despercebida de ambiente, da Terra para a Terra Gêmea, a alternância de conceitos só ocorre, após décadas no novo ambiente, porque o sujeito tem a intenção de usar “pal” para falar daquilo que é chamado de “pal” pelos especialistas aos quais ele está deferindo, os quais supostamente são todos do ambiente “gêmeo”, após décadas. No caso Biff não há tal tipo de alternância conceitual, pois o caso é diferente, visto que Biff sabe que há dois ambientes, e tem uma posição sobre as línguas que impede que a deferência opere.

4.6 Uma solução pragmática

Tobias Grimaltós (2003) apresenta uma distinção entre usos referenciais e usos deferenciais de termos como um meio de determinar o conteúdo de um pensamento após um *slow switch*. O ponto fundamental de Grimaltós é considerar a intenção do indivíduo como pista para determinar se ele está usando o termo referencialmente ou deferencialmente, caracterizar o uso referencial segundo o modo como Donnellan (1966) caracteriza o uso referencial de descrições definidas, e por fim caracterizar o uso deferencial pela intenção implícita ou explícita de usar um termo segundo seu significado semântico (significado público, ao invés de significado do falante). Grimaltós parte de um ponto aceito por Burge: a individuação de estados mentais requer que se leve em conta as intenções do indivíduo, o que faz com que se trate de maneira especial os casos de alternância ambiental:

Minha tese consistirá mais ou menos na alegação que é a intenção da falante que fixa a referência dos seus termos. Usualmente, essa intenção é deferir à comunidade com respeito ao sentido real e extensão dos termos que ela usa. Mas, em algumas outras ocasiões, sua

intenção de referir a um tipo particular de coisa será mais forte do que sua intenção deferencial. Em tais casos, e quando a combinação mal-sucedida entre a referência do falante e a referência semântica é produzida, o que contribui ao conteúdo do pensamento é o primeiro e não o último. A intenção do falante é usualmente governada pelo ambiente natural e social, mas quando, por exemplo, o ambiente é alterado de tal maneira que produz a combinação mal-sucedida aludida, nem sempre o significado convencional dos termos que compõem o pensamento têm a última palavra para fixar seu conteúdo. (Grimaltós 2003: 36)

De acordo com essa proposta:

- gr1:** Ful tem um $[\text{C}_{\text{defer}}]$ de Fs, adquirido através da palavra “água” da sua língua nativa
- gr2:** Após a alternância ambiental, Ful adquire um $[\text{C}_{\text{defer}}]$ de Gs através da palavra “água” da língua “gêmea”
- gr3:** Ful não distingue as duas palavras
- gr4:** O significado da forma verbal “água” em usos de Ful posteriores à alternância ambiental deve ser interpretado segundo a intenção comunicativa de Ful, não segundo o significado literal da palavra com tal forma verbal para os especialistas aos quais Ful está deferindo no momento

Assim, digamos que Ful esteja na Terra Gêmea, deferindo aos especialistas locais a tarefa de definir e explicar o que é chamado de “água” na língua local,

da qual ela se tornou falante após um período razoável de tempo nesse ambiente, mas lembrando de um pensamento sobre água de um período anterior às alternâncias ambientais. Em tal situação, ela usa a forma verbal “água” para falar de água-gêmea, pois defere aos especialistas locais. No entanto, como sua intenção ao relatar sua lembrança é falar daquilo que havia no ambiente nativo, devemos dizer que o nome comum que aparece na sua memória é $[_{nc} \text{ água}]$, ao invés de $[_{nc} \text{ geminágua}]$. Ambos nomes comuns têm a mesma forma verbal, “água”, e Ful está deferindo a especialistas que usam “água” para falar de geminágua, mas como sua intenção é falar de água, é disso que ela fala ao usar a forma verbal “água”. Assim, Grimaltós está dizendo que, em casos de *slow switch*, o conteúdo de memórias sobre pensamentos passados é fixado pela referência do falante, não pela referência semântica, visto que só assim se resolve o problema.

O modelo da solução de Grimaltós está em Kripke (1977), que distingue entre a referência semântica, a qual diz respeito a fatos da semântica, e a referência do falante, a qual diz respeito a fatos da pragmática (ver Reimer 2009). A referência semântica de uma palavra depende do seu significado, o qual contribui para a determinação do valor de verdade de frases compostas pela palavra, pois o significado afeta o valor de verdade dessas frases. No entanto, nem sempre se atribui bem um estado mental a alguém considerando apenas a contribuição semântica dos termos que ela emprega. Por vezes é preciso considerar com primazia as intenções e ações da pessoa (ver Korta 2006). Donnellan (1966) nos deu exemplos clássicos disso, como: um homem está em uma festa, e vê outro homem sorrindo em outra parte do salão. O homem visto está com um copo na mão, e o primeiro homem diz: “Aquele homem tomando champanhe está feliz”. Mas o homem está tomando água tônica. Se consideramos a contribuição semântica do demonstra-

tivo “aquele homem tomando champanhe”, o dito é falso. Mas, se levamos em conta a intenção do falante de falar do homem que ele vê, entendemos o que ele está fazendo: ele está se referindo ao homem que vê através de uma descrição que não é satisfeita. Nesse caso, as condições semânticas não são satisfeitas, mas as condições pragmáticas sim, e temos que levar em consideração a referência do falante, ao invés de referência semântica. Assim, a solução de Grimaltós é pragmática, no sentido que distingue o que o falante quis dizer ao usar uma forma verbal (assunto da pragmática) daquilo que uma forma verbal significa em uma língua (assunto da semântica).²⁶

Para Grimaltós, isso pode explicar do que alguém lembra, após passar por um *slow switch*. Se Ful lembra em t_2 que pensou []O anel do meu tio é de ouro[] em t_1 , o valor semântico do pensamento é em parte composto pelo valor semântico de “ouro”. Se a pessoa pensou que o anel era de ouro, mas na verdade se tratava de um anel de uma mescla de metais menos nobres, seu pensamento de t_1 era falso. Quanto à sua memória de t_2 , se a pessoa lembra do objeto, então sua memória da forma []Lembro que o anel do meu tio era de ouro[] é falsa, tal como seu pensamento de t_1 , mas sua memória de si []Lembro que pensei que o anel do meu tio era de ouro[] é verdadeira caso, reconstrução à parte (ver seção 3.4), *ouro* na memória de t_2 seja uma ocorrência do mesmo tipo que ocorreu em t_1 — e é exatamente isso o que está em discussão.

Ora, o que dizer de uma situação na qual, na infância dessa pessoa, em t_1 , se usava “ouro” para falar de ouro, mas no seu presente, em t_2 , se usa “ouro” para falar da mescla de metais presente no anel do seu tio, e a pessoa não sabe da diferença semântica (pois sofreu um *slow switch*), e delega aos seus pares a

²⁶Sobre a distinção entre semântica e pragmática, ver Stojanovic (2008, 2009).

tarefa de definir e explicar o que é ouro? Isso tornaria seu pensamento falso de t_1 retroativamente verdadeiro em t_2 ? Certamente não, pois o que importa é que a memória seja daquilo que foi aprendido no passado. Mas, e se Ful defere, e a forma verbal “ouro” denotava ouro em t_1 , no primeiro ambiente, mas denota a mescla de metais menos nobres em t_2 , no segundo ambiente? Em tal caso, a referência semântica do pensamento de t_1 é diferente da “memória” de t_2 , e não se poderia dizer que a pessoa lembra, pois a atitude deferencial dessa pessoa fez com que o conteúdo mudasse.

É aqui que entra a solução de Grimaltós. Para ele, em tal caso a intenção da pessoa de referir ao que referia antes com a forma verbal “ouro” é dominante em relação à sua atitude deferencial em relação aos seus pares do presente, de modo que o que conta é a referência do falante, não a referência semântica. Assim, em t_2 a pessoa lembra do que pensou em t_1 , visto que tem a intenção de usar “ouro” tal como usava em t_1 .

Esta é a solução pragmática²⁷ de Grimaltós, a qual me parece em boa ordem, pelas razões apresentadas acima. Burge (2003g) a critica, e eu acho que a crítica de Burge é equivocada. Burge admite que um tipo de atitude (referencial ou deferencial) pode ser dominante em relação ao outro, mas diz que, na verdade, usualmente há uma mescla de atitudes que não podem ser desvincilhadas, pois mesmo quando alguém usa um termo referencialmente (focando em algo) pode haver um fundo de deferência, de modo que usualmente a pessoa tem pares de estados mentais, ao invés de ter um estado mental regido pelo tipo de atitude dominante. Eu acho que Grimaltós pode aceitar as premissas e recusar a conclusão de Burge, pois Grimaltós está dizendo exatamente que pode haver conflito en-

²⁷Grimaltós chama-a de “anafórica” (ver Grimaltós 2003: 44, n. 19).

tre deferência e referência, mas a consideração das intenções, a qual é aceita por Burge, deixa claro que em casos de *slow switch* o que conta é a atitude referencial, não a atitude deferencial. Vejamos o que Burge diz:

Em primeiro lugar, há dificuldades sobre o entendimento de princípios governando mudança linguística. Se um indivíduo é trocado sem saber para a terra gêmea por um longo tempo, a língua do indivíduo mudará. Mas não é claro se o indivíduo perderá as palavras e significados antigos. Ele tem memórias e habilidades que foram moldadas quando estava na terra, e presumivelmente essas não foram perdidas. [...]

Em segundo lugar, há dificuldades no entendimento das atribuições mentais. Embora as intenções presentes do falante possam às vezes afetar os pensamentos ocorrentes do indivíduo na maneira que Grimaltós diz, permanecerá um fundo de atitudes deferenciais — ou, em alguma medida, de dependências sociais. De fato, haverá deferência através da memória à comunidade antiga, e deferência através da prática corrente à nova comunidade. Nenhum tipo de deferência precisa ser perdido mesmo em contextos nos quais atitudes e intenções referencias são dominantes. Assim, mesmo quando um indivíduo na terra-trocada usa o termo da terra-trocada “água”, pensa *de re* através da memória de água (terráquea), e pensa disso como água, permanece um conjunto de crenças que são expressadas pelo que ele diz na língua da terra-trocada. Ele crê que geminágua (ou ao invés algum amálgama de água e geminágua) estava gelada no rio em que ele

nadou anos atrás (na terra). Esses são estados disposicionais (*standing*), distintos de pensamentos ocorrentes. Mas na medida em que eles são ocorrentemente expressos na linguagem, e na medida em que as habilidades deferenciais relevantes são assim exercidas — mesmo embora elas não sejam os pensamentos focais na consciência do indivíduo — me parece que tais estados disposicionais são trazidos ao exercício ocorrente. Deste modo me parece que na maioria dos casos “referenciais” que Grimaltós discute, haverá um par de crenças disposicionais, e um par de pensamentos ocorrentes, não simplesmente uma expressão linguística ocorrente interpretada de uma maneira e um pensamento ocorrente interpretado de outra. Deste modo me parece que a primazia dos pensamentos “referenciais” nos casos que Grimaltós discute deve ser caracterizada de uma maneira mais sutil. (Burge 2003g: 252–53)

Burge está dizendo que, para cada estado mental de Ful com um conceito deferencial $[]C_{\text{defer}}[]$, em cada caso é preciso considerar todo o fundo histórico de usos referenciais e deferenciais de $[]C_{\text{defer}}[]$ por Ful. Assim, se em t_2 Ful quer usar o $[]C_{\text{defer}}[]$ para referir a um F, mas ela está deferindo a um microgrupo que usa o $[]C_{\text{defer}}[]$ para referir a Gs, e esse é todo seu histórico de uso de $[]C_{\text{defer}}[]$, sendo $F \neq G$, então tudo isso precisa entrar na atribuição de um estado mental com $[]C_{\text{defer}}[]$ a Ful. O resultado é que devem ser atribuídos *dois* estados mentais a Ful, um com um $[]C_{\text{defer}}[]$ sobre Fs, outro com um $[]C_{\text{defer}}[]$ sobre Gs.

Tal “solução” é inaceitável, pois atribuir múltiplos pensamentos a Ful em tal tipo de situação é desistir de solucionar o problema sobre os estados mentais de

um organismo após um *slow switch*. Para solucionar o problema é preciso atribuir a Ful um único estado mental, e a solução pragmática de Grimaltós parece ser a melhor opção.

4.7 A Terra Gêmea é aqui?

Em Burge (1988b), a discussão sobre os *slow switches* tem, antes de tudo, o papel de esclarecer um ponto para o leitor informado sobre o antiindividualismo e a teoria do autoconhecimento básico, pois esse leitor pode ter a impressão que do experimento mental da Terra Gêmea simplesmente *segue* que o conteúdo mental é automaticamente trocado em cada ambiente (o “doméstico” e o “gêmeo”). Burge mostra que esse não é o caso para tais experimentos mentais, mas é o caso para *outros* experimentos mentais, os quais são exatamente os experimentos mentais sobre *slow switches*. Podemos dizer que, nesse contexto, a discussão sobre *slow switches* é antes de tudo um esclarecimento sobre o que é e o que não é consequência dos experimentos mentais sobre “gemináguas” e “artrite”, e tudo o que se faz é apontar para uma possibilidade lógica. No entanto, em Ludlow (1995a) a discussão muda drasticamente, pois Ludlow defende que nós passamos por *slow switches* com tanta frequência que essa é a situação predominante na nossa vida social:

[...] nós frequentemente e sem conhecimento deslizamos de uma comunidade linguística para outra. Mais ao ponto, os conteúdos dos nossos enunciados e pensamentos podem mudar à medida que viajamos entre círculos de familiaridades. (Ludlow 1995a: 227)

Sendo essa a situação humana, ao menos em sociedades plurais, frequentemente estamos sujeitos a certos acidentes linguísticos :

[...] para um externista, particularmente um externista social, *slow-switching* deve ser primariamente um lugar comum. *Slow-switching* [...] ocorre quando um agente se move sem saber entre comunidades linguísticas e por isso (sem saber) adota as normas linguísticas da nova comunidade. Assim, por exemplo, um agente que não está ciente das condições de individuação de “chicória” (salvo que é um vegetal amargo verde copado) deferirá a certos membros da sua comunidade linguística para estas condições de individuação. O agente pode, todavia, vir a deferir a novos indivíduos, sem dar-se conta que estes novos indivíduos têm condições de individuação completamente diferentes para “chicória”. (Ludlow 1995b: 307)

O problema é que, quando saímos da discussão dos *slow switches* como uma mera possibilidade lógica (como ocorria em Burge) para a discussão dos *slow switches* como processos corriqueiros chegamos a um quadro implausível, por razões apresentadas por Smith (2003), Gerken (2009) e, no fundo, pelo próprio Ludlow em um trabalho mais recente (Ludlow 2008). O ponto de Smith diz respeito à passagem por fronteiras linguísticas, o ponto de Gerken diz respeito à responsabilidade de quem as ultrapassa e o ponto de Ludlow (2008) diz respeito ao significado das micropalavras empregadas por quem cria novas microlínguas à medida que se move de uma comunidade a outra.

Nos textos dos anos 1990, Ludlow tem razão em tratar a situação de cruzar fronteiras linguísticas como uma situação corriqueira, mas erra ao tratar tal tipo de

situação como ocorrência de *slow switches*, visto que o fato de corriqueiramente haver diferenças semânticas entre microgrupos no uso de palavras homófonas nos torna alertas para a possibilidade de haver mudança de significado (ver Smith 2003). Assim sendo, nossa situação não é a de vítimas de alternâncias ambientais despercebidas.

Além disso, como a probabilidade de ocorrer flutuações entre microgrupos no significado de palavras homófonas é grande, agimos de maneira reprovável ao simplesmente supor que o significado de uma forma de palavra é o mesmo, caso estejamos indo de um microgrupo a outro (ver Gerken 2009).

Por fim, como veremos na seção 4.14, para tratar do problema da variação semântica em sociedades plurais como as nossas, o melhor é abandonar as alternâncias ambientais (*slow switchings*) como modelos da nossa situação real, e adotar outro paradigma, como o contextualismo de Ludlow (2008).

4.8 O argumento da memória

Para entender a posição de Ludlow sobre antiindividualismo e memória é preciso recuar um pouco, e olhar de perto o *argumento da memória*, o qual foi apresentado por Boghossian (1989) e assim formalizado por Ludlow (1995b):

(AM1) Se Ful não esquece nada, então Ful sabe em t_2 o que sabia em

t_1

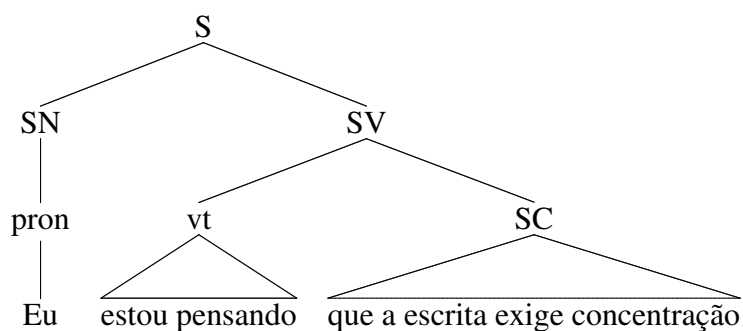
(AM2) Ful não esquece nada

(AM3) Ful não sabe que p em t_2

(AM4) Logo, Ful não sabia que p em t_1

Seja $[p]$ um pensamento de Ful sobre água (Warfield 1992: 217), ou sobre a substância “gêmea” saliente em cada caso, que Ful está se autoatribuindo, metarrepresentativamente — p.ex.: $[$ Estou pensando que água é mais barato do que champanhe $]$, $[$ Estou pensando que alumínio é frágil $]$ etc. Note-se que o ponto é sobre uma metarrepresentação de Ful, pois é sobre o conhecimento que Ful tem (ou não) sobre um estado mental — o que está em jogo é o autoconhecimento de Ful. Esse argumento parece corroer o antiindividualismo porque a seguinte situação é possível. Em t_1 , Ful pensa:

(5) $[$ Eu estou pensando que a escrita exige concentração $]$



Avaliação semântica:

- O estado mental de Ful $[$ Eu estou pensando que a escrita exige concentração $]$ é verdadeiro sse estou-pensando(Ful, que $[$ a escrita exige concentração $]$)
- Ful está na relação estou-pensando com a FLI $[$ a escrita exige concentração $]$
- Logo, a atribuição do estado mental $[$ Eu estou pensando que a escrita exige concentração $]$ a Ful é verdadeira

Uma característica lógica importante de \llbracket Eu estou pensando que a escrita exige concentração \rrbracket , e de todos os outros juízos de autoconhecimento básico, é que esses juízos são autoverificativos, pois basta que Ful os pense para que eles sejam verdadeiros (ver Burge 1988b). Assim, se o $\llbracket p \rrbracket$ do argumento da memória for um juízo de autoconhecimento básico, então Ful o conhecerá. Considerando que a estrutura de tais juízos é $\llbracket S \llbracket SN \llbracket SV \llbracket vt SC \llbracket c S1 \rrbracket \rrbracket \rrbracket \rrbracket$, não importa que frase seja $S1$ para que o juízo seja autoverificativo, pois um juízo de autoconhecimento básico é verdadeiro pelo fato de estar sendo pensado, não pelo seu conteúdo. No entanto, é claro que, em $t_2 > t_1$, um juízo de Ful sobre o que ela *estava* pensando em t_1 não teria a mesma propriedade autoverificativa, visto que a afirmação de uma pessoa que ela *estava* pensando que $\llbracket p \rrbracket$ não autoverifica que ela *estava* pensando que $\llbracket p \rrbracket$, ainda que a afirmação que ela *está* pensando que $\llbracket p \rrbracket$ autoverifique. A FLI enunciada em t_2 :

(6) \llbracket Eu estava pensando (em t_1) que a escrita exige concentração \rrbracket

Tem a seguinte avaliação semântica, caso Ful pensou que \llbracket a escrita exige concentração \rrbracket em t_1 :

- “ \llbracket Eu estava pensando (em t_1) que a escrita exige concentração \rrbracket ” dita ou pensada por Ful em t_2 é verdadeiro sse estava-pensando $_{t_1}$ (Ful, que \llbracket a escrita exige concentração \rrbracket)
- Ful está na relação estava-pensando $_{t_1}$ com a FLI \llbracket a escrita exige concentração \rrbracket
- Logo, a atribuição do estado mental \llbracket Eu estava pensando (em t_1) que a escrita exige concentração \rrbracket é verdadeira

No caso de (6), o qual é um juízo metarrepresentativo apoiado na memória, diferentemente de (5) que é um juízo de autoconhecimento básico, a avaliação semântica depende do conteúdo da memória. E por isso o antiindividualismo encontra encrenca, pois se Ful pensou:

(7) $\llbracket s_1 \dots C_1 \dots \rrbracket$ ²⁸

Em t_1 , e em t_2 ela se metarrepresenta como tendo pensado:

(8) $\llbracket s_1 \dots C_2 \dots \rrbracket$ ²⁹

Em t_1 , então ela se engana sobre si mesma, como mostra a avaliação semântica:

- “[Eu estava pensando (em t_1) que $\dots C_2 \dots$]” dita ou pensada por Ful em t_2 é verdadeiro sse $\text{estava-pensando}_{t_1}(\text{Ful}, \text{que } \llbracket \dots C_2 \dots \rrbracket)$
- Não é o caso que $\text{estava-pensando}_{t_1}(\text{Ful}, \text{que } \llbracket \dots C_2 \dots \rrbracket)$ (*O caso é estava-pensando* _{t_1} *(Ful, que* $\llbracket \dots C_1 \dots \rrbracket$ *), e* $\llbracket C_1 \rrbracket \neq \llbracket C_2 \rrbracket$)
- Logo, a atribuição do estado mental “[Eu estava pensando (em t_1) que $\dots C_2 \dots$]” é falsa

²⁸Leia-se: algum estado mental com o conceito $\llbracket C_1 \rrbracket$.

²⁹Leia-se: algum estado mental com o conceito $\llbracket C_2 \rrbracket$.

4.9 Esquecimento

Em uma entrevista de janeiro de 2006 a um jornal de Barcelona, Gabriel García Márquez, cuja memória havia começado a falhar, evitou uma questão sobre seu passado. “Você terá que perguntar ao meu biógrafo oficial, Gerald Martin, sobre esse tipo de coisa”, ele disse [...].

Janet Maslin (2009)

O argumento da memória traz tantos problemas ao antiindividualista, de tantas ordens (da semântica e da epistemologia, pelo menos), que é bom limpar o terreno. Eis um esclarecimento epistemológico, o qual nos permitirá focar no problema da forma lógica mais adiante.

No caso acima, Ful *esquece* o que pensou em t_1 , em ao menos um sentido de “esquecer”, pois ou em t_2 ela já foi informada dos *slow switches*, e essa informação lhe dá motivos para duvidar de pensamentos envolvendo $[[C_1]]$, ou então o conceito “gêmeo” faz com que Ful perca o rastro da informação original, o que é uma forma de esquecimento, ainda que não necessariamente com perda de informação. Seguindo a teoria epistêmica do esquecimento de Dretske e Yourgrau (1983), esquecer pode ser:

Perda ou inacessibilidade de conteúdo: Ful não tem mais uma informação que tinha antes, ou a tem mas não consegue acessá-la³⁰

Perda da autorização epistêmica: Ful dispõe e acessa a informação que adqui-

³⁰Sobre disponibilidade *versus* acessibilidade, ver Kihlstrom et al. (2007).

riu no passado, mas toma-a por falsa por causa de alguma outra informação³¹

A premissa (AM3) diz que Ful não esquece nada. No entanto, ou ela esquece no sentido da perda de autorização epistêmica, ou ela esquece no sentido da perda ou inacessibilidade da informação. Creio que, usualmente, basta que haja esquecimento em um desses dois sentidos para que estejamos justificados em dizer que há esquecimento *tout court*, de modo que o argumento da memória tem uma falha de natureza epistemológica, como aponta Brueckner (1997).

4.10 Forma lógica

Apesar dessa falha, o argumento da memória ainda traz dificuldades para o antiindividualista, pois é patente que há um problema sobre a especificação da *forma lógica* de uma metarrepresentação, posterior a um *slow switch*, de um estado mental anterior ao *slow switch*. O argumento da memória dá de barato que (7) é metarrepresentado como (8), mas não seria possível que, após um *slow switch*, apesar do antiindividualismo, alguém metarrepresentasse em t_2 um estado mental de t_1 da forma (7) como tendo a forma de (7)? Burge (1998a) acha que isso é possível enquanto a pessoa transportada de um ambiente a outro está na situação representacional e epistêmica intermediária, após ter adquirido $[C_2]$, mas antes de ter sido informada dos *slow switches*. Burge também parece sugerir que a informação sobre os *slow switches* passados impediria uma pessoa (e também um filósofo que avaliasse a situação) de especificar a forma lógica da metarrepresentação pós-*slow*

³¹A autorização ou garantia epistêmica (*warrant*) é um gênero com duas espécies, a *justificação* internista e a *legitimação* (*entitlement*) externista.

switch.³²

No entanto, Ludlow diz que um antiindividualista consistente deve dizer que o conteúdo da *memória* foi alterado, o que é uma posição insustentável, visto que é da natureza da memória ser um conhecimento adquirido no passado e retido até o presente de tal maneira que o conhecimento presente esteja adequadamente vinculado ao conhecimento passado (veja a seção 3.2).

4.11 Ludlow e a premissa (AM1)

Em várias obras, Ludlow (1995a,b, 1996, 1997, 1999a,b) defendeu duas teses sobre antiindividualismo e memória:

- Um antiindividualista consistente deve defender que o conteúdo da memória é constituído através de relações do organismo com um ambiente mais amplo
- Por causa disso, um antiindividualista consistente deve defender que certas mudanças no ambiente podem acarretar mudanças no conteúdo da memória

A primeira tese está certa, mas a segunda tese está errada. Um antiindividualista consistente defende que o conteúdo da memória é constituído através de relações do organismo com um ambiente mais amplo, visto que um antiindividualista defende que conteúdos (não importando se esses são lembrados, desejados, acreditados, conhecidos etc.) são constituídos através de tais relações. Mas isso não quer dizer que o conteúdo da memória seja afetado por mudanças ambientais. Uma coisa é defender que o conteúdo mental (inclusive da memória) é constituído

³²Novamente (ver p. 179, rodapé), essa parece ser também a visão (evansiana) de Perini-Santos.

ambientalmente, outra muito diferente é dizer que tal conteúdo, assim constituído, é alterado por alguma alternância ambiental.

Para Ludlow, um antiindividualista deve rejeitar o argumento da memória, pois a premissa (AM1) se assenta em pressupostos individualistas sobre a mente. Essa premissa é constituída por um juízo condicional, e Ludlow rejeita seu consequente.³³ Ele diz:

É inteiramente consistente com a visão externista social da memória que eu não esqueça nada, mas que os conteúdos de minhas memórias tenham todavia mudado. (Ludlow 1995b: 309–10)

O que é verdade, pois nada no antiindividualismo impede que se aceite isso. No entanto, o problema está em outro lugar: na concepção de memória, como veremos. Ainda sobre a premissa (AM1), ele diz:

[...] o argumento [da memória] depende de um pressuposto individualista sobre a natureza da memória — especificamente na premissa ([AM]1). [...] essa é uma premissa que o externista social cuidadoso não aceitaria.

O raciocínio aqui é que se (seguindo Burge) os conteúdos dos nossos estados mentais são determinados pelo nosso ambiente social, é natural supor que os conteúdos de nossas memórias dependerão do nosso ambiente social. À medida que nos movemos de uma condição ambiental para outra (talvez sem nem mesmo notar a mudança ambiental), os conteúdos de nossas memórias mudarão da maneira correspondente. (Ludlow e Martin 1998b: 12)

³³Eis o consequente de (AM1): Ful sabe em t_2 o que sabia em t_1 .

O ponto de Ludlow diz respeito a duas coisas. Primeiro, à determinação³⁴ dos conteúdos dos estados mentais (incluindo memórias) de Ful pelo ambiente mais amplo no qual Ful está encaixada. Segundo, à mudança dos conteúdos das memórias de Ful por ocasião de mudanças no seu ambiente. Quanto à determinação dos conteúdos, o raciocínio de Ludlow parece ser:

(lud1) Se o antiindividualismo é verdadeiro, então os conteúdos dos estados mentais de Ful são determinados pelas relações de Ful com o ambiente mais amplo

(lud2) O antiindividualismo é verdadeiro

(lud3) Memórias são estados mentais

(lud4) Logo, os conteúdos das memórias são determinados pelas relações de Ful com o ambiente mais amplo

Esse raciocínio está em boa ordem. Quanto a (lud1), é inegável que o antiindividualismo é uma teoria sobre a constituição de tipos de conteúdos mentais que podem figurar em quaisquer estados mentais representativos, sejam esses crenças, desejos, memórias ou outros. (lud2) ainda é objeto de disputa, mas a massa de literatura sobre o tema indica que algo como o antiindividualismo precisa ser verdadeiro ao menos para conceitos constituídos através de informações advindas da percepção ou do testemunho. (lud3) também é facilmente aceitável, de modo que a conclusão (lud4) é natural, uma vez que se admita (lud1)–(lud3).

Note-se que em (lud1)–(lud4) já temos uma maneira de lidar com o dito de Ludlow que “os conteúdos de nossas memórias dependerão do nosso ambiente social”. A visão, a qual me parece correta, é que as memórias de Ful têm conteúdos,

³⁴“Determinação” é uma escolha infeliz. Melhor seria “constituição” (ver Burge 2007b).

e esses conteúdos foram constituídos pela interação de Ful com sua sociedade. Assim, se Ful pensou em t_1 , décadas atrás:

(9) []Sorvete tem muitas calorias[]

É de se esperar, segundo o antiindividualismo, que no momento em que pensou isso Ful estivesse empregando conceitos (p.ex. []sorvete[] e []caloria[]) que foram constituídos através da relação de Ful com sua sociedade. E seria de se esperar, com ou sem antiindividualismo, que esses mesmos conceitos aparecessem em uma memória metarrepresentativa de t_2 desse pensamento:

(10) []Eu pensei (em t_1) que sorvete tem muitas calorias[]

Caso a “memória” contivesse um conceito distinto de “sorvete” (que anotaríamos sintaticamente de maneira distinta, como []sorvete₂[] ou []sorvete*[], p.ex.), não se trataria de uma memória.³⁵ P.ex.:

(10’) []Eu pensei (em t_1) que sorvete* tem muitas calorias[]

(10’’) []Eu pensei (em t_1) que sorvete₂ tem muitas calorias[]

não são memórias. Mas não é assim que Ludlow vê as coisas. Para ele, de (lud1)–(lud4) segue que “[à] medida que nos movemos de uma condição ambiental para outra (talvez sem nem mesmo notar a mudança ambiental), os conteúdos de nossas memórias mudarão da maneira correspondente”. Não vejo como isso pode ser o caso para *memórias*. Certamente, pode ser o caso que Ful, que tinha estados mentais com o conceito []C₁[] (de Fs, digamos) em t_1 , mas chegou na Terra

³⁵À exceção dos casos de memórias reconstruídas sadias, as quais nem eu nem Ludlow estamos discutindo. Ver a seção 3.4.

Gêmea por algum infeliz incidente, agora tenha estados mentais com o conceito $[C_2]$ (de Gs, digamos), mas dentre tais estados com $[C_2]$ certamente não estão “memórias” metarrepresentativas de estados mentais passados com $[C_1]$, pois esses não contariam como memórias. Defender tal posição não é ser antiindividualista sobre a memória — é construir uma teoria insustentável sobre a memória. Aliás, o próprio Ludlow reconhece (com certa relutância, é verdade) que há motivos para rejeitar o antecedente de (AM1),³⁶ o que seria dizer que quando Ful tem notícia dos *slow switches* ela *esquece* ou *perde memória* (por perder autorização epistêmica). Ele diz:

Como Anthony Brueckner (1997) notou, esta formulação [de Ludlow (1995b: 309–10), onde Ludlow defende que Ful *lembra* em t_2 do que pensou em t_1 , apesar da mudança no conteúdo] é negligente (*sloppy*). Não é de modo algum claro que eu possa “recordar (*recall*) aquele pensamento inicial sobre chicória (*chicory*)”, visto que o evento da minha recordação (*recollection*) de fato é sobre tchicória (*tchicory*) (a substância gêmea). (Ludlow e Martin 1998b: 12, n. 2)

Ora, sendo esse o caso, a solução do argumento da memória não é apresentar uma teoria insustentável da “memória”,³⁷ mas sim reconhecer que Ful *não lembra*. Isso dá conta do problema epistêmico sobre antiindividualismo e memória (embora não dê conta do problema lógico da ligação entre uma memória metarrepresentativa e o estado mental que essa representa).

³⁶Eis o antecedente de (AM1): Ful não esquece nada.

³⁷Insustentável, pois a invenção de Ludlow não é a memória.

4.12 A premissa (AM0)

Em Ludlow (1997: 422) e Ludlow (1999b: 155), Ludlow apresenta outra maneira de um antiindividualista responder ao argumento da memória. De acordo com essa proposta:

[...] os conteúdos das memórias mudam, e ainda assim eles sempre refletem os conteúdos dos pensamentos iniciais recordados. Como isso é possível? A idéia chave é que o externista social não precisa supor que o conteúdo de um pensamento é congelado no momento que ocorreu. Ao invés disso, o externista pode argumentar que tais pensamentos podem ter múltiplos conteúdos indexados-ao-tempo e que os conteúdos indexados-ao-tempo rastrearão os ambientes habitados pelo agente à medida que o agente se move através do tempo, mudando à medida que o agente se move através de ambientes diferentes! (Ludlow 1997: 421)

Fundamentalmente, a idéia de Ludlow é que em uma atribuição de atitude proposicional com a forma de (3) há uma ocorrência de estado mental *do mesmo tipo* da atribuição com a forma lógica de (4), apesar da diferença de conteúdo. Ou seja, Ful pensa *o mesmo* antes e depois dos *slow switches*. Note que há uma diferença importante entre os ambientes onde ocorrem os estados mentais (3) e (4), e Ludlow está dizendo que tal diferença é irrelevante — é por isso que os dois estados mentais são do mesmo tipo, apesar de terem conteúdos distintos. Mas isso é algo que um antiindividualista não pode aceitar, pois defender isso é, justamente, defender o *individualismo* ou *internismo* sobre a constituição do mental!

Deixando a doutrina externista de lado, e atendo-nos aos argumentos de Ludlow, a tese dos pensamentos com múltiplos conteúdos permite que Ludlow adicione uma linha (AM0) ao argumento da memória, a qual ele denuncia como tão errada quanto a linha (AM1):

(AM0) Se um pensamento de primeira ordem E tem conteúdo p em t_1 , então ele tem conteúdo p em t_2

(AM1) Se Ful não esquece nada, então Ful sabe em t_2 o que sabia em t_1

(AM2) Ful não esquece nada

(AM3) Ful não sabe que p em t_2

(AM4) Logo, Ful não sabia que p em t_1

A premissa (AM0) explicitaria um pressuposto implícito na formulação do argumento da memória em Boghossian (1989): supor que, se um estado mental de um tipo tem um conteúdo em um momento, outra ocorrência de um estado mental do mesmo tipo precisaria ter o mesmo conteúdo.³⁸ Tal suposição, para Ludlow, é individualista ou internista. No entanto, nada há de individualista ou internista em tal suposição, estando a mesma em boa ordem no que diz respeito à metodologia da investigação da linguagem e da intencionalidade, pelas seguintes

³⁸Talvez se pudesse dizer que duas ocorrências de estados mentais do mesmo tipo poderiam ter conteúdos diversos caso aceitássemos, como Ludlow (2001), que a forma lógica das atribuições de estados mentais é feita através da especificação de *objetos semelhantes-a-proposições* (*proposition-like objects*), os quais são como as proposições *tout court* em tudo, a não ser por um detalhe: enquanto proposições mantêm o mesmo valor de verdade eternamente, objetos como-as-proposições tem um valor de verdade a cada momento. Mas seria preciso um argumento em favor da análise externista da memória via objetos como-as-proposições, o que Ludlow ainda não forneceu.

razões. A noção de conteúdo é uma noção teórica, “*recherche*”, como diz Burge (2006: 156), e como Ludlow ele mesmo reconhece:

Claramente, temos intuições sobre quando duas frases dizem a mesma coisa, mas é outra coisa bem diferente supor que temos intuições naturais sobre conteúdos. A situação é de algum modo relacionada àquela da sintaxe, onde Chomsky argumentou que nós temos intuições sobre a aceitabilidade de uma frase mas não sobre sua gramaticalidade. A última noção é uma construção teórica (tal como, eu proponho, a noção de conteúdo). (Ludlow 1999b: 219, n. 8)

Assim, o discurso sobre *conteúdo* da mente ou de frases é totalmente técnico, e não tem contraparte no discurso popular. E, para que se introduz a noção de conteúdo? Bem, justamente para prever e explicar o comportamento de organismos dotados de mente, como pessoas e animais. Ora, isso é feito especificando-se, de alguma maneira, objetos, propriedades e relações às quais os organismos fazem referência implícita ou explícita. Como diz Peacocke:

O que distingue centralmente estados, eventos ou processos [...] com conteúdo é que eles envolvem referência a objetos, propriedades ou relações. (Peacocke 1994: 219)

Sem dúvida, na proposta de Ludlow se apresenta estados mentais com referência a objetos, propriedades ou relações, mas se faz isso burlando o objetivo pelo qual se introduz a noção técnica de conteúdo, a qual está aí justamente para que se investigue a relação entre a mente e o mundo. Esse objetivo é frustrado pela proposta de Ludlow, pois com a mesma a noção técnica de conteúdo já não

serve para tal investigação. Assim sendo, é um erro metodológico usar a noção de conteúdo de uma maneira que não dá conta da função teórica para a qual ela é proposta.

4.13 *Slow switches* e fronteiras sociais

Não há nada de errado em investigar o que um antiindividualista deveria dizer em um caso de *slow switch*, visto que coisas desse tipo são possíveis, do ponto de vista lógico ou metafísico. No entanto, é um erro supor que nós que usamos palavras deferindo a outros a tarefa de defini-las ou explicá-las passamos por *slow switches* nas transições rotineiras de um microgrupo social a outro. Como Smith (2003) argumenta, se o conceito é deferencial, então é problemático falar em troca despercebida de ambiente, o que é uma condição para que um *slow switch* ocorra. Ludlow (1995a,b, 1996) argumentou que *slow switches* são prevalentes, sendo a situação padrão em sociedades plurais como a nossa. Nessa visão, passamos por um *slow switch* cada vez que cruzamos as “fronteiras” entre os microgrupos sociais. Ou seja, nós que vivemos em sociedades plurais fazemos algo como a viagem entre a Terra e a Terra Gêmea o tempo todo, bastando uma visita a um bairro vizinho para haver um *slow switch*. Mas Smith nota que é preciso diferenciar entre situações rotineiras e situações extraordinárias de viagens a outras microssociedades (ver Smith 2003: 78). No caso de viagens semânticas rotineiras, costumamos saber muito bem quando estamos indo da “Terra” para a “Terra Gêmea”, pois há:

[...] o que o sociólogo John Armstrong (1982) chama de “guardas aduaneiros linguísticos” (*linguistic border guards*) [...]: sinais semânticos que nos alerta sobre quando cruzamos fronteiras linguísti-

cas. (Smith 2003: 81)

Essa observação é fundamental, e completa o ponto de Ludlow. Sim, a Terra Gêmea é aqui, mas quando transitamos entre grupos sociais usualmente sabemos muito bem quando estamos indo de um ambiente linguístico ao outro, de modo que não faz sentido supor que usualmente adquirimos novos conceitos sem saber, pois sabemos muito bem que estamos lidando com pessoas diferentes com concepções distintas das coisas, de modo que em diferentes microambientes as palavras (ou micropalavras) têm significados distintos.

Levando isso em conta, o quadro sobre antiindividualismo e *slow switches* muda, pois agora vemos que alternâncias linguísticas são rotineiras e prevalentes, mas tais alternâncias não são *slow switches*, pois não envolvem transição passiva e ignorante de um ambiente a outro.

4.14 Microlínguas e dinamismo lexical

Como as propostas de Ludlow mais antigas e mais focadas no antiindividualismo não têm bons resultados, termino tratando de uma proposta mais recente (desde Ludlow 2000), a qual ao menos deixa o caminho aberto para uma visão adequada da relação entre a memória e a linguagem. Em Ludlow (2008) há uma contribuição ao debate sobre contextualismo em epistemologia que é fruto de uma contribuição sua ao debate sobre contextualismo e minimalismo em semântica. Como essa contribuição ao debate epistemológico sai de graça, dado o contextualismo semântico defendido por Ludlow, ele a denomina *contextualismo barato* (*cheap contextualism*). A partir dessa teoria, passo a uma revisão das posições de Ludlow sobre a forma lógica de atribuições de atitudes proposicionais e sobre a memória.

O contextualismo de Ludlow é marcado pela tese que as palavras de uma língua são uma espécie de moeda comum que é semanticamente enriquecida ou empobrecida pelos falantes em cada diálogo, de tal modo que o significado comum das palavras subdetermina seu significado em um diálogo:

[...] o léxico é dinâmico, e [...] nós usualmente negociamos microlínguas em ato, enquanto nos movemos entre grupos e cenários contextuais. Ao fazer isso, nós usualmente cunhamos novos termos e enriquecemos ou afiamos termos que são moeda comum (mas são massivamente subdeterminados). (Ludlow 2008: 105)

A ideia capital é que a visão da língua como moeda comum está muito errada, e que participantes do discurso usualmente forjam novos itens linguísticos, e também que as moedas comuns existentes são tipicamente “finas” — no sentido que seus significados são subdeterminados e preenchidos caso-a-caso. De maneira semelhante, em algumas circunstâncias entramos em conversas com significados de palavras preenchidos que precisam ser afinados para os fins do contexto conversacional. (Ludlow 2008: 115)

A base de Ludlow para a defesa dessa posição é empírica, pois ele se apóia nas pesquisas sobre *embarque lexical*³⁹ de Susan Brennan e Herbert Clark:

Quando na conversa as pessoas referem repetidamente ao mesmo objeto, elas vêm a usar os mesmos termos. Esse fenômeno, chamado de *embarque lexical*, tem muitas explicações possíveis. Considerações *ahistóricas* apelam apenas à informatividade e disponibilidade dos

³⁹*Lexical entrainment*; ou apenas *embarque, entrainment*.

termos e à saliência corrente das características dos objetos. Considerações *históricas* apelam em adição à recentidade e frequência de referências passadas e às conceitualizações específicas-a-parceiro que a pessoa consegue interativamente. Evidência de três experimentos favorece uma considerações histórica e sugere que quando falantes referem um objeto, eles estão propondo uma conceitualização disso, uma proposta com a qual seus endereçados podem concordar ou não. Uma vez que eles estabeleçam uma conceitualização partilhada, um *pacto conceitual*, eles apelam a esse em referências posteriores, quando podem usar referências mais simples. Ao longo do tempo, falantes simplificam pactos conceituais e, quando necessário, os abandonam por novas conceitualizações. (Brennan e Clark 1996: 1482, itálicos dos autores)

A teoria do embarque lexical fornece a Ludlow uma base empírica em um ponto onde outros filósofos dispõem apenas de uma base apriorística, como o experimento mental sobre *gavagai* ou conjeturas sobre interpretação radical. Trata-se de uma teoria sobre as palavras que os participantes de uma conversa *escolhem e estabelecem*. A descoberta de Brennan e Clark é que pessoas que conversam sobre as mesmas coisas passam a usar as mesmas palavras para referir a essas coisas — isso é o embarque lexical.⁴⁰ Esse embarque se dá levando em conta as palavras que estão disponíveis nos repertórios dos conversantes (léxico possuído, riqueza do vocabulário do interlocutor) e o significado das palavras, mas também as pa-

⁴⁰Poderia se imaginar que não há descoberta alguma, por se tratar de uma obviedade. Mas esse não é o caso. Os exemplos de teorias segundo as quais cada falante usa sempre e apenas seu próprio idioleto abundam, sendo apenas um entre vários casos a hipótese da língua-I, segundo a qual a língua é uma propriedade interna do indivíduo. Ver Chomsky (2000), e também os comentários sobre o assunto em Ludlow (1999b).

lavras que foram usadas recentemente ou com mais frequência, e as concepções do interlocutor. O resultado desse processo é uma dinâmica na qual um falante propõe uma conceitualização do objeto referido ao outro, estando abertas ao interlocutor as possibilidades de aceitar, rejeitar ou modificar a proposta. O processo continua enquanto houver conversa, podendo os interlocutores simplesmente se apoiarem no acordo conquistado em conversas posteriores, ou rever o acordo.

A teoria do embarque lexical e o uso de formas lógicas interpretadas (FLIs) na análise de relatos de atitudes proposicionais, agrupadas no que Ludlow veio a chamar (em Ludlow 2008) de *contextualismo barato* e de teoria do *dinamismo lexical*, têm condições de resolver problemas importantes da filosofia, como o caso Paderewski, apresentado por Saul Kripke (1979). Ful conhece um político chamado “Paderewski” e um pianista com o mesmo nome, mas acredita (talvez por duvidar dos dotes musicais dos políticos) que se trata de pessoas distintas. Nisso ela se equivoca, pois é a mesma pessoa. Ela é racional, mas acredita, dessa pessoa, que ela é pianista e não é pianista. São atribuições corretas:

Ful acha que Paderewski é um pianista

Ful acha que Paderewski não é um pianista

Como isso é possível? Isso é possível se atribuímos a primeira crença em um contexto, a segunda crença em outro. Mas — e isso é crucial — não há nenhum contexto natural no qual, conhecendo a situação epistêmica de Ful, e buscando informar nosso interlocutor, relataríamos a ele uma das seguintes atribuições de crença:

Ful acha que Paderewski é um pianista e Ful acha que Paderewski não é um pianista

Ful acha que Paderewski é um pianista e que Paderewski não é um pianista

Ful acha que Paderewski é um pianista e não é um pianista

Ful acha que Paderewski é e não é um pianista

Em uma situação natural, um interlocutor que ouvisse uma atribuição dessas estaria justificado em inferir do relato do atribuinte que Ful é irracional. Caso não quisesse dar a entender isso, ou caso fosse questionado pelo interlocutor (o que seria uma negociação prévia ao embarque lexical), o atribuinte teria o cuidado de especificar com mais detalhes a palavra “Paderewski”, reportando previamente ao interlocutor seu conhecimento sobre o modo como Ful imagina o político e pianista Paderewski. *Após* tal esclarecimento, o atribuinte pode dizer ao interlocutor, com certa cumplicidade:

Ful acha que Paderewski é um pianista e Ful acha que Paderewski não é um pianista

Mas isso quer dizer que, na microlíngua negociada pelo atribuinte e pelo interlocutor, a forma verbal “Paderewski” está por duas micropalavras homófonas, pois nessa microlíngua “Paderewski” é concebido de duas maneiras:

Paderewski_{poli}: Paderewski concebido por Ful como político que não é pianista

Paderewski_{pian}: Paderewski concebido por Ful como pianista que não é político

Assim sendo, o que o atribuinte está dizendo é:

Ful acha que Paderewski_{pian} é um pianista e Ful acha que Paderewski_{poli} não é um pianista

Como se trata de duas micropalavras distintas, Kripke se engana ao tratar o caso como um quebra-cabeça sobre a atribuição de crença:

[...] há um tipo de falácia operando no quebra-cabeça de Kripke sobre a crença. A falácia envolve a conjunção de duas sentenças (Fa e $\neg Fa$) as quais, de todo jeito, vêm de línguas diferentes. A falácia, que na lógica formal é óbvia, é cometida aqui porque pensamos o [português] como um tipo de objeto externo estático que nós todos estamos falando. [...] o léxico pode ser adaptado para formar “línguas” levemente diferentes em contextos diferentes (e para diferentes participantes do discurso nesses contextos). Consequentemente, conjunções feitas através de discursos precisam ser acolhidas com ceticismo. (Ludlow 2000)

Aqui temos o sinal de uma diferença importante entre o modo como Ludlow trata da linguagem em trabalhos mais recentes e o modo como essa era tratada nos textos sobre antiindividualismo e memória. Naqueles textos, ou as diferenças lexicais eram desconsideradas, pois a individuação de estados mentais não seria feita no nível do conteúdo (Ludlow 1997), ou o léxico mais recente substituiria o léxico mais antigo (Ludlow 1995a,b, 1996, 1999a,b). Agora a diferença lexical é importante, e a tomada de duas ocorrências de uma forma verbal como ocorrências de uma mesma “palavra” ou micropalavra requer cuidado, pois há o risco do erro em tal suposição. Essa mudança na filosofia de Ludlow, a qual abre o caminho para soluções onde suas propostas anteriores falharam, se apóia em uma nova visão da linguagem:

“Linguagem” é um termo de cobertura que descreve uma estranha

coleção de habilidades cognitivas que animais têm e uma igualmente estranha coleção de atividades colaborativas nas quais animais se engajam. [...]

Com respeito à assim-chamada linguagem humana, [...] temos uma faculdade inata que usa procedimentos recursivos para emparelhar formas fonéticas com significados [...].

[...] um mito padrão diz que há palavras e que elas funcionam como moedas comuns as quais nós adquirimos e as quais nós usamos para nos comunicar com membros da nossa comunidade linguística. Mais geralmente, o mito padrão diz que a língua é um objeto que diferentes falantes podem adquirir com variados graus de sucesso.

Penso que é mais razoável supor que não há uma coisa singular que adquirimos, mas antes que construímos grandes quantidades de microlínguas em ato. Quer dizer, os significados de muitos dos termos que usamos não são “moeda comum” e tipicamente seus significados são subdeterminados. Os significados dos termos são apenas parcialmente especificados e devemos encarnar seus significados em ato quando sentamos para conversar. O léxico é sensível ao contexto e dinâmico, não estático.

Se isso está certo, então “línguas” não são coisas que aprendemos, mas antes coisas temporárias efêmeras que criamos quando encontramos pessoas e problemas. (Ludlow 2007)

Ludlow tem dois questionamentos ao que usualmente se entende por “linguagem”. Primeiro, o termo cobre muitas coisas distintas, e seria mais produtivo

focar diretamente em cada uma dessas coisas. Segundo, não há *a* língua. Isto é, *o* português, *o* inglês, *o* urdu ou outra língua comum não é algo que exista, pois o léxico só tem significado determinado quando falantes embarcam em conversas específicas, as quais não são manifestações *da* língua, mas sim de uma microlíngua fugaz, visto que os conversantes negociam os significados das micro palavras que utilizam, e está aberta a possibilidade de novas negociações em novas conversas. Claro, os conversantes usam palavras da língua comum, mas essas palavras têm uma espécie de significado básico que subdetermina seus significados quando usadas em certo contexto:

[...] quando nos juntamos a parceiros de conversa nós enriquecemos ou afiamos os significados de alguns dos termos que estamos usando — termos que comumente são massivamente subdeterminados no significado. Cada vez que convergimos em um afiamento ou tornamos as coisas suficientemente afiadas para a conversa progredir nós podemos dizer que criamos uma microlíngua. (Ludlow 2008: 114)

Quanto ao significado básico das palavras, não se trata de um núcleo ou raiz semântica, mas sim de um conjunto de indicações para a elaboração de significados nas microlínguas:

[...] a parte partilhada do léxico consiste apenas de dicas e pistas (como se encontra em verbetes de dicionário) que podem nos ajudar a desdobrar recursos cognitivos para preencher os significados das palavras, e o modo como as preenchemos variará de acordo com contextos e cenários sociais. (Ludlow 2008: 117)

Sendo essa a teoria sobre o significado das palavras, o que dizer de casos nos quais temos duas microlínguas com termos forjados a partir de uma mesma entrada do dicionário (de uma única língua)? Por exemplo, o que dizer da relação entre o significado da palavra “intuição” nos seminários proferidos na UFRGS pelo professor João Carlos Brum Torres sobre Kant e a palavra “intuição” nos seminários na mesma universidade do professor José Alexandre Durry Guerzoni sobre Kant? Nesse caso, é preciso dizer que “intuição” é homófona, mas não homóloga, no brum-torrês e no guerzonês (duas microlínguas), ainda que os participantes dos dois seminários fossem os mesmos alunos. De modo que, de certa forma, ir do seminário de Guerzoni para o seminário de Brum Torres sobre Kant é, de certa maneira, como ir da Terra para a Terra Gêmea. E, caso algum aluno quisesse empregar “intuição” (termo do guerzonês) no seminário de Brum Torres, precisaria negociar o significado da forma verbal “intuição” com Brum Torres e com os outros participantes do seminário. O mesmo seria preciso no caso inverso, caso algum aluno quisesse empregar o termo “intuição” do brum-torrês no seminário de Guerzoni.

Voltando ao nosso tema central, o que o contextualismo ludlowiano tem a nos dizer sobre o conteúdo da memória? Sim, pois se o conteúdo de uma memória é o conteúdo de uma atitude proposicional, se o conteúdo de uma atitude proposicional é o conteúdo de uma FLI, e o conteúdo de uma FLI é constituído por um item sintático e outro semântico (ver a seção 1.10), então a mudança no item sintático de uma FLI é suficiente para haver mudança de conteúdo, e há mudança de conteúdo sintático se há mudança de microlíngua. No entanto, não diremos que há mudança semântica entre as FLIs. Se o conteúdo da memória (adquirido em t_1) for $[[[s \dots C_1 \dots]]]$, sendo $[[C_1]]$ uma palavra da microlíngua L1, outro conteúdo,

com as mesmas condições de verdade (ainda que muito provavelmente em outra microlíngua), precisa figurar na narrativa da memória na microlíngua L2 em t_2 . É claro, muito provavelmente isso se dará com *outras micropalavras*, ainda que talvez homófonas.

Isso é o que diremos. Mas, é isso o que Ludlow diria? Ludlow não trata da memória em Ludlow (2008), mas seu tratamento da palavra “sabe” (“*know*”) deixa essa possibilidade aberta. Ludlow escreve, na formulação final da teoria do contextualismo barato:

De acordo com a semântica do contextualismo *barato*, o contexto de enunciação do atribuinte dita as regras (*calls the shots*), por assim dizer: *aguçamentos e assim os padrões de aplicação para a forma verbal “sabe” são ou explicitamente postos* ou são determinados pelo contexto no qual a atribuição é feita, e não pelo contexto no qual o sujeito [ao qual o termo é atribuído] aparece (a menos que aconteça do sujeito ser idêntico ao atribuinte).

[Comentando a passagem acima:] As mudanças [na formulação da teoria] são necessárias porque está aberto à disputa se estamos falando dos mesmos itens lexicais (sob diferentes aguçamentos) ou itens lexicais distintos. A fala sobre formas é uma maneira de permanecer neutro. (Ludlow 2008: 120, *itálicos do autor*)

Nesse caso, Ludlow está tendo um cuidado que não teve ao propor a premissa (AM0) do argumento da memória. Aqui estão abertas duas possibilidades muito plausíveis para micropalavras de uma microlíngua, em relação às respectivas palavras de uma mesma língua comum: ou são ocorrências semanticamente determi-

nadas de itens subdeterminados fora do uso, ou são micropalavras distintas, ainda que elaboradas a partir de dicas de uma mesma palavra da língua comum. Ora, se tais possibilidades estão abertas para micropalavras relacionadas a uma mesma língua, também estão abertas para diferentes palavras que parecem a mesma a uma vítima de um *slow switch*. Recuando para a neutralidade, a visão de Ludlow se torna mais atraente, pois menos facilmente refutável. Vejamos porquê.

O problema da crítica de Ludlow ao argumento da memória é que ele propunha a mudança do conteúdo da memória ao longo do tempo, o que é inaceitável nas bases tradicionais, embora seja aceitável a partir de uma teoria das atitudes proposicionais que as tome por objetos semelhantes-a-proposições, os quais só diferem das proposições por terem valores de verdade mutáveis ao longo do tempo, enquanto as proposições têm o mesmo valor de verdade em qualquer tempo (ver Ludlow 2001). Não há boas razões para abandonar a tradição, ou ao menos para adotar uma teoria equipada com objetos semelhantes-a-proposições, de modo que não há como aceitar a crítica de Ludlow ao argumento da memória e adotar uma visão heraclitiana da memória. É preciso encontrar um meio de fixar os significados, e o dinamismo lexical de Ludlow fornece tal meio, pois, quando tudo dá certo, cada micropalavra de cada microlíngua tem um significado determinado, ainda que tal significado seja apenas subdeterminado pelo significado da palavra da língua comum correlacionada, e talvez não sobreviva até a próxima conversa de Ful. Pode parecer, à primeira vista, que aqui estamos ainda no heraclitianismo que move a crítica de Ludlow à premissa (AM1), mas esse não é o caso: cada micropalavra tem um significado, e é potencialmente distinta de outras micropalavras homófonas. Na visão anterior de Ludlow, *a mesma* palavra tem vários significados ao longo do tempo, o que é difícil de sustentar, e torna pouco apro-

priada sua resposta ao argumento da memória. Na nova visão de Ludlow, uma micropalavra atual é um item lexical distinto de uma micropalavra anterior, ainda que haja homofonia. Assim, seguindo a nova visão de Ludlow, a premissa (AM1) do argumento da memória é aceitável, pois é verdade que se Ful lembra em t_2 da micropalavra de t_1 , então ela sabe o que sabia antes. Um antiindividualista pode admitir isso, pois cada micropalavra é constituída a partir de certas relações de Ful com um ambiente mais amplo.

Com a nova visão de Ludlow, some o problema dos conteúdos que mudam quando os organismos mudam de habitat, e vem à tona um tema bem mais apropriado ao estudo da metafísica e da epistemologia da memória: como resgatar memórias? Isto é, como lembrar da maneira apropriada? A visão anterior de Ludlow nos representava como seres passivos ante a mutação da memória, a nova visão nos coloca no lugar de seres ativos que precisam se esforçar para resgatar, cuidadosamente, micropalavras que só se deixam entender através da atenção aos seus contextos de proferimento. A nova visão de Ludlow permite que respondamos à pergunta *O que é um conceito?* à maneira de Hacking (2002), dizendo que *um conceito é uma palavra nos seus lugares*. No caso, uma micropalavra no seu lugar. Creio que a vantagem dessa nova visão de Ludlow não é pequena, pois lembrar é, antes de tudo, uma tarefa.⁴¹

⁴¹Pela discussão dos temas deste capítulo, agradeço a André Leclerc, Ernesto Perini-Santos, Jônadas Techio, Marco Ruffino e Paulo Faria.

Capítulo 5

Memória preservativa

5.1 Burge sobre a memória

Aquilo que Tulving chama de *memória declarativa* é chamado por Burge de *memória substantiva*, a qual ele subdivide, tal como Tulving, em duas variedades (ver Burge 2003c: 289; 329, n. 3):

Memória experiencial: trata-se da memória objetual ou acusativa, memória-de $[\text{x}]$, onde x é coisa, evento, instância de propriedade, experiência, estado ou ato. Ao contrário da memória episódica, não se restringe a eventos, podendo ser de vários tipos de particulares

Memória substantiva de conteúdo: memória-que, memória proposicional, memória semântica — lembrar que $[\text{p}]$, envolvendo uma crença anteriormente adquirida que $[\text{p}]$ ou uma apresentação de memória não-experiencial que $[\text{p}]$ sem crença

A diferença entre as duas é que:¹

Toda memória experiencial é *de re* e deve remeter a uma experiência prévia de um particular. (Ela deve, é claro, ainda envolver elementos gerais, categorizacionais.) A memória substantiva de conteúdo consiste ou em representações puramente gerais, não-*de re*, ou em memórias proposicionais *de re* que não remetem à percepção ou experiência de um particular. (Burge 2003c: 290)

Vejam os exemplos dos três tipos de recordação mencionados acima. A recordação [S Lembro que [o chão estava molhado]] é experiencial, pois remete à percepção prévia de um particular, no caso o chão que está sendo lembrado. A recordação [S Lembro que [cabritos são ágeis]] é uma memória substantiva de conteúdo não-*de re*, pois é uma recordação sobre cabritos em geral. A recordação [S Lembro que [Júlio César cruzou o rubicão]] é uma memória substantiva de conteúdo *de re*, pois é de um particular, no caso Júlio César, mas não se apoia em uma percepção ou experiência.

Lembrar preservativamente é se apoiar tacitamente em informação adquirida anteriormente, o que é diferente de lembrar “substantivamente”, isto é, tendo uma recordação (com a respectiva garantia epistêmica) ou de algo que foi experimentado antes, ou de algum tipo de coisa:

A memória experiencial e a memória substantiva de conteúdo introduzem novo material no pensamento corrente. Elas fornecem ou

¹Assim apresentada, a diferença é próxima da distinção de Burge (1977) entre opiniões *de re* e opiniões *de dicto*, com a diferença que memórias experienciais não são opiniões, mas sim experiências mnésicas. A analogia se mantém no que diz respeito ao tipo de conteúdo envolvido. Memórias experienciais, assim como opiniões *de re*, têm conteúdos abertos, isto é dados pelo ambiente. Já memórias substantivas de conteúdo, assim como as opiniões *de dicto*, têm conteúdos fechados, isto é cujo valor semântico é dado por elementos não-contextuais, ou conceituais.

requerem nova garantia (*warrant*). A memória puramente preservativa retém conteúdo representacional para uso posterior. Ela não introduz conteúdo ou garantia em um argumento. Quando recordo um fato geral, uso a memória substantiva de conteúdo. Quando recordo um evento, uso a memória experiencial. Quando uso um passo instanciado-anteriormente em um argumento para combiná-lo com uma regra de inferência, eu me apóio na memória puramente preservativa. (Burge 2003c: 289)

Na passagem acima, Burge distingue a memória preservativa de tudo aquilo que é considerado memória consciente, tratando-a como uso de informação anteriormente adquirida, e retenção de conteúdo ou garantia. É de se notar que lembrar preservativamente *não é* lembrar explicitamente um evento ou um fato, ainda que haja memória preservativa de conteúdo quando um organismo lembra. Isto é, a memória preservativa não é memória explícita, mas isso não quer dizer que ela é memória implícita (não-declarativa), pois as características da memória preservativa não dizem respeito a sistemas não-verbais de aquisição, retenção e evocação de informações, mas sim à epistemologia.² Lembrar preservativamente é se apoiar em informação anteriormente adquirida quando a autorização epistêmica para o organismo se apoiar na informação se mantém.

²A memória preservativa não é nenhuma das variedades de memória declarativa ou explícita, visto que não é memória substantiva (é assim que Burge chama a memória declarativa). Também não é nenhuma das variedades de memória não-declarativa ou implícita, pois não se trata de memória corporal, nem de hábito. Como veremos, o ponto é que *memória preservativa* é uma classificação puramente epistemológica, sem correlato algum com as classificações psicológicas das modalidades de recordação consciente e das habilidades motoras adquiridas e aperfeiçoadas pela repetição. É por isso que a memória preservativa não é nem memória explícita, nem memória implícita.

5.2 Preservação do conteúdo e legitimação

De acordo com Burge, a memória preservativa é a capacidade de manter um ponto de vista ao longo do tempo, e seu funcionamento é *anafórico*, pois ao lembrar preservativamente o organismo vincula o conteúdo da recordação a um conteúdo adquirido no passado, de modo que o conteúdo da recordação tem as mesmas bases epistêmicas do antecedente mental:

A memória puramente preservativa é anafórica. Ela preserva o conteúdo representacional e a força atitudinal de um estado antecedente. O conteúdo representacional de uma memória puramente preservativa é o conteúdo preservado, o qual pode ser qualquer conteúdo. (Burge 2003c: 300)

S pode em t_2 lembrar seu pensamento de t_1 , e sua memória pode vincular o conteúdo do pensamento anterior àquele do pensamento induzido-pela-memória (*memory-induced*), mediante a fixação do conteúdo induzido pela memória como aquele do pensamento lembrado. (Burge 1998a: 357)

A memória preservativa [...] consiste em vínculos (*links*) causais entre pensamentos passados e presentes que fixam conteúdo e conferem garantia (*warrant*). (Falvey 2003: 233)

A capacidade de lembrar preservativamente diz respeito a pensamentos em geral envolvendo conteúdos adquiridos no passado, incluindo raciocínios e recordações. Que a temos e a empregamos, ao longo de um raciocínio, não pode ser coerentemente rejeitado através de um raciocínio, pois o contraargumento a pressuporia, visto que argumentar leva tempo, e requer a memória preservativa dos

termos empregados no argumento (ver um exemplo de apoio de um raciocínio na memória preservativa na p. 229).³ Que a temos e a empregamos ao lembrar de um passado mais distante e em pensamentos em geral com conteúdos adquiridos no passado é justificado pelo seguinte princípio, o qual enuncia um direito epistêmico:

Legitimação para se apoiar no conteúdo preservado: um organismo está autorizado a se apoiar em um conteúdo [C] adquirido no passado e preservado no seu sistema de memória caso (i) [C] represente o que Ful toma (referencialmente ou deferencialmente) por representado (não sendo requerido que Ful saiba que há tal sucesso representacional, apenas que esse seja o caso), (ii) Ful compreenda [C] minimamente, (iii) lhe pareça que [C] é o caso e (iv) Ful não tenha nenhuma razão para duvidar disso⁴

Digamos que Ful adquiriu o conceito [C] (de artrite, p.ex.) no passado e no presente tem um estado mental que [p] ([Estou com artrite na coxa], p.ex.) contendo [C]. Se [C] representa o que Ful acha que representa (caso referencial), ou [C] representa o que os outros a quem Ful defere representa (caso deferencial), então, na ausência de razões ou motivos não caprichosos (céticos, p.ex.) para duvidar que [C] representa o que Ful tacitamente toma por representado, o estado mental que [p] de Ful está em boa ordem epistemológica, no que diz

³Este é um tema de primeira importância, mas não tenho como tratá-lo com o devido cuidado aos detalhes sem tornar esta exposição exageradamente longa. À guisa de desculpa, digo que se trata de um tema no qual a epistemologia da memória é intimamente vinculada à epistemologia do raciocínio, formando um quadro no qual se estabelece um espaço de inquestionabilidade da memória, visto que qualquer questionamento seria argumentativo, argumentos levam tempo, e exigem o exercício da memória. A discussão cuidadosa desse tema requeriria a leitura e exposição tecnicamente detalhada de clássicos como as *Regras* de Descartes (1628), os capítulos finais da monografia de Don Locke (1971) sobre a memória e “Content Preservation”, de Burge (1993).

⁴Inspirei-me em Owens (2000: 136).

respeito à ligação entre o conteúdo do estado mental presente e o conteúdo adquirido no passado, visto que a situação epistêmica *default* de um organismo é estar legitimado (*entitled*) a se apoiar no que compreende minimamente e lhe parece correto ou verdadeiro.⁵ Essa situação epistêmica só é revertida quando aparecem motivos salientes para dúvida, e isso vale para crenças, memórias, interlocuções ou percepções. Sendo esse o caso geral, a memória preservativa está abrangida. Isto é, na ausência de razões para dúvida, a legitimação epistêmica permanece, e isso vale para conteúdos adquiridos no passado e preservados na memória. O direito epistêmico específico de um organismo para se apoiar no conteúdo preservado pela memória é um caso do direito geral dos organismos de se apoiarem epistemicamente no que compreendem e não têm razão para duvidar.

Isso quanto à autorização epistêmica para se apoiar na memória. Mas, e quanto ao conhecimento?⁶ Para que Ful saiba (lembre) o que pensou, é preciso que seja o caso que ela pensou isso — não necessariamente que ela saiba que é o caso. Com isso temos a base epistemológica para o conhecimento da memória, apesar

⁵ Isso porque a confiança é o estado de espírito *default*, a dúvida só se instalando quando há razões que a sustentam. Se não fosse assim, as crianças não aprenderiam nem mesmo a falar, pois — o argumento é reidiano (ver Reid 1764) — imagine que uma criança tenha apenas 50% de propensão a confiar em cada coisa que os outros lhe dizem. Nesse caso, cada vez que alguém fala algo apontando para alguma coisa, a criança tem 50% de chance de aceitar, 50% de rejeitar ou suspender o juízo, e só com sorte ela adquiriria uma língua natural. Mas as crianças adquirem línguas o tempo todo, confiando sem questionar. Com a idade se tornam menos crédulas, mas porque encontram razões para duvidar. Essa posição é adotada por (Burge 1993), para quem uma epistemologia que requer que um sujeito tenha justificações explícitas e articuladas para cada crença não representa o modo como conhecemos, visto que boa parte do conhecimento está apoiada em garantias (*warrants*) implícitas, ou *legitimações* (*entitlements*), as quais valem enquanto não houver razões para duvidá-las. Outros externalistas sobre a garantia epistêmica levam o ponto adiante, argumentando que uma posição que exigisse garantias explícitas e articuladas para cada crença seria autorrefutativa, visto que não seria possível apresentar de maneira explícita e articulada cada justificação de cada crença que sustenta essa posição. Ver Owens (2000), para citar apenas um entre muitos outros filósofos que fazem parte de um imenso debate em andamento sobre o externismo e o internismo acerca da justificação epistêmica.

⁶ Gerken (2009) chama atenção para a diferença de um e outro caso.

do antiindividualismo.

5.3 Preservar e lembrar

Com sua distinção entre memória preservativa e memória substantiva, Burge está chamando nossa atenção para dois papéis epistêmicos muito distintos da memória.⁷ Por um lado, podemos recordar um evento particular que vivenciamos no passado, ou uma verdade geral sobre o mundo, e uma e outra memória precisariam se assentar em alguma base epistêmica aceitável, como a aquisição do conhecimento no passado pessoal. Por outro lado, podemos estar raciocinando ou percebendo alguma coisa, e nosso raciocínio ou percepção requer memória (mas não *experiência* mnésica) para estar bem embasado.⁸ Eis uma ilustração da memória como base epistêmica:

Que a maior parte do nosso conhecimento está na memória em qualquer momento particular é um dado. O que é talvez surpreendente, todavia, é o grau no qual mesmo nosso conhecimento consciente corrente tipicamente depende da memória. Por exemplo, você olha para o céu e vem a acreditar que o por-do-sol está bonito. Essa é uma nova crença formada sobre um evento que ocorre agora. No entanto, sua justificação sem dúvida depende de outras crenças que você tem.

Por exemplo, se você não acredita nem mesmo tacitamente que es-

⁷“[...] penso que a expressão ‘[Ful] sabe o que pensou’ cobre duas sortes diferentes de ‘saber o que’ (*knowing what*)” (Burge 1998a: 357).

⁸Em Boghossian (1989), a discussão sobre antiindividualismo e memória diz respeito a experiências rememorativas, a estados conscientes de memória, ou seja, à memória explícita ou declarativa. Na resposta de Burge (1998a), a discussão ainda diz respeito ao mesmo assunto, mas focando em certa função epistêmica da memória na qual temos o direito de nos apoiar, ou de pressupor: a função preservativa da memória, ou memória preservativa.

tava olhando para oeste ou que é entardecer ao invés de amanhecer, a crença não estaria justificada (suponho que a fenomenologia de nasceres e pores-do-sol é indistinguível). Ora não estou, todavia, supondo que todo conhecimento do mundo exterior é inferencial. Sua crença que o céu está vermelho pode bem ser epistemicamente básica. Nem estou insistindo que sua crença sobre o por-do-sol é psicologicamente inferencial. Minha única afirmação aqui é que muitas crenças relativamente simples que formamos sobre o mundo exterior tipicamente dependem para sua justificação de crenças de fundo; e crenças de fundo são crenças da memória. (Senor 2009)

O ponto de Thomas Senor, na passagem acima, é que mesmo uma crença sobre o que está sendo percebido, como [O por-do-sol está bonito] se apóia na memória, ainda que tacitamente. Ful está autorizada a crer nisso se uma série de outras crenças sobre o estado atual do mundo a levam a supor tacitamente que agora é entardecer ao invés de amanhecer, e tudo isso opera ao nível da memória, pois não está sendo percebido, nem está sendo inferido conscientemente, pois Ful pode nem estar pensando sobre o assunto. Aqui opera um esquema epistemológico do tipo:

$$\frac{\text{estado epistêmico de crença perceptual}}{\text{base epistêmica de memória tácita}}$$

O qual se lê *estado epistêmico de crença perceptual apoiada na base epistêmica de memória tácita*. É o que ocorre no exemplo de Senor, onde temos:

$$\frac{\text{estado epistêmico de crença que o por-do-sol está bonito}}{\text{base epistêmica de memória tácita que era dia}}$$

Digamos que Ful sofra um acidente, e acorde em um leito de hospital, vendo um belo céu vermelho pela janela. Ela não sabe se antes era dia ou noite, nem se olha para leste ou oeste. Nesse caso, mantidas invariáveis as demais condições, é natural que ela tenha dúvidas sobre a percepção, visto que pode ser tanto um nascer como um por-do-sol. Sua situação epistêmica seria:

estado epistêmico de crença que o nascer ou por-do-sol está bonito
dúvida sobre a situação imediatamente anterior

Isso mostra a memória como base epistêmica da percepção. Nessa situação, Ful é capaz de perceber por saber tacitamente como o mundo era agora mesmo, e a falta desse conhecimento tácito compromete sua percepção.

O que a memória está fazendo, nesse caso, é permitir que Ful perceba, o que requer conhecimento tácito de como as coisas eram agora mesmo. Esse conhecimento é fornecido pela memória preservativa, a qual permite que Ful perceba, quando seu cérebro funciona bem. À falta de nome melhor, chamarei essa função da memória preservativa de *preservação de como-o-mundo-era*.

Outra função da memória preservativa é a *preservação do ponto-de-vista*. A diferença fundamental entre esta função e a função anterior é que agora temos uma função voltada para a própria pessoa, ao invés de voltada para o mundo. O esquema da preservação do ponto-de-vista é:

estado epistêmico de crença que []p[]
base epistêmica de memória tácita que []p[]

Este esquema sustenta epistemicamente todas as crenças adquiridas no passado e mantidas por “inércia” epistêmica. O esquema supõe que somos epistemi-

camente conservadores, e só abandonamos uma crença se temos uma razão para abandoná-la. Como Burge diz que a memória preservativa guarda as crenças com suas respectivas garantias epistêmicas, o esquema precisa ser completado:

estado epistêmico de crença que $[p]$ garantido por q
base epistêmica de memória tácita que $[p]$ garantido por q

A ideia (burgeana) é que se a crença que $[p]$ era justificada ou legitimada por q , então o quadro se mantém, ainda que Ful não lembre de q , nem tivesse tido acesso a q no passado.

Os esquemas dessas funções precisam ser adaptados para conteúdos proposicionais e subproposicionais, singulares e gerais, pois a memória preservativa dá base epistêmica a todos eles:

A memória preservativa também não precisa ser proposicional. Ela pode reter percepções ou conjuntos de ações representacionais para uso posterior, mesmo em animais que não tenham capacidades proposicionais. A memória puramente preservativa não é distinguida pelo que ela preserva — geral ou singular, proposicional ou não-proposicional. Ela pode reter qualquer tipo de conteúdo representacional. Ela é distinguida puramente pelo seu papel — preservar conteúdo e atitude para uso posterior, enquanto não introduz novo assunto ou nova garantia na transação representacional presente. (Burge 2003c: 290)

Não apresentarei as transformações requeridas dos esquemas, apenas pressupondo que as mesmas podem ser feitas de maneira relativamente evidente.

O esquema de preservação do ponto-de-vista se aplica aos conteúdos de raciocínios. Digamos que Ful realize o seguinte raciocínio, no qual os números subscritos marcam diferentes ocorrências das mesmas palavras:

Raciocínio SÓCRATES:

Todo homem₁ é mortal₁

Sócrates₁ é homem₂

Logo, Sócrates₂ é mortal₂

Enquanto raciocina, Ful emprega duas vezes os termos *homem*, *mortal* e *Sócrates*. A segunda ocorrência de cada termo, marcada com o número 2 subscrito, é sustentada pela memória enquanto Ful raciocina, mas não é, estrito senso, objeto de uma experiência mnésica consciente do que o termo nomeia — Ful está ocupando sua consciência em raciocinar, não em rememorar Sócrates, a humanidade ou a mortalidade. Lembrar de Sócrates seria ter uma experiência mnésica, assim como lembrar da humanidade ou da mortalidade. Mas o que ocorre durante o raciocínio acima, enquanto Ful pensa a segunda premissa, [Sócrates₁ é homem₂], não é uma experiência mnésica que se classificaria como memória episódica, embora seja uma memória semântica (pois se trata de um conhecimento adquirido no passado sobre como o mundo é). No entanto, o vínculo entre o termo [homem] nessa premissa e o termo [homem] na premissa anterior é autorizado pela memória, mas não pela memória semântica, nem pela memória episódica. Tal vínculo é possibilitado não por um dos sistemas de memória declarativa (memória episódica ou memória semântica), mas sim pelo funcionamento (subpessoal) do cérebro, o qual é a base para a autorização epistêmica de Ful a tomar as duas ocorrências do termo como duas ocorrências do mesmo termo. E isso é requerido para que

Ful raciocine. Assim, o sucesso desse raciocínio requer que os termos nomeiem a mesma coisa em todas as ocorrências, e a faculdade que garante isso é a memória preservativa, ao vincular as ocorrências posteriores de cada termo aos seus respectivos antecedentes. Enquanto raciocina, Ful automaticamente mantém seu ponto de vista sobre o valor semântico dos termos, e isso lhe é proporcionado pela memória preservativa.

Durante o raciocínio, não havendo razão para duvidar que os valores semânticos dos termos mudaram, Ful está autorizada a tomá-los como os mesmos. Para Burge, tal operação da memória preservativa também ocorre quando se trata de conteúdos adquiridos em um passado distante, mesmo quando um *slow switch* acarreta uma mudança linguística, desde que Ful não tenha sido informada das alternâncias, pois a informação acarreta esquecimento (ver a seção 4.9). Ou seja, a memória preservativa também opera quando Ful recorda de algo que pensou décadas atrás, situação na qual, se ela não esqueceu nada, mantém seu ponto de vista anterior. Em tais situações, Ful recordaria de tal maneira que sua memória manteria o conteúdo que tinha antes, e seria garantida pelo que antes a garantia. Eis o argumento que estabelece a operação da memória preservativa em um caso de alternância ambiental não informada:

- Em t_1 Ful pensa $[\dots C_1 \dots]$ de F_s pela voz “pal”
- Após as alternâncias ambientais, Ful adquire o conceito gêmeo $[C_2]$ de G_s pela voz “pal”
- Ful acha que um único tipo de coisa é chamada de “pal”
- Em t_2 Ful lembra: $[\text{Pensei (em } t_1) \text{ que } \dots C_1 \dots]$

- Devemos dizer que há memória porque o $[C_1]$ foi preservado, e Ful tem a intenção de estar reiterando do que pensou em t_1 , apesar de ter adquirido deferencialmente o conceito $[C_2]$
- A base epistêmica dessa memória autobiográfica é a memória preservativa, isto é a capacidade de manter um ponto-de-vista, caso nada o impeça
- Nada impede Ful de manter seu ponto-de-vista, visto que ela dispõe de $[C_2]$ e não sabe das alternâncias ambientais

Em suma, a memória preservativa funciona como base epistêmica de crenças perceptuais, através da função de preservação de como-o-mundo-era, e funciona como base epistêmica para a continuação de uma perspectiva epistêmica através da função de preservação do ponto-de-vista. Ter memória preservativa é fruir das prerrogativas epistêmicas de um conteúdo adquirido no passado. Ao empregá-la, apenas se tem em um estado mental presente um conteúdo adquirido no passado, sendo o status epistêmico do conteúdo no presente igual ao seu status epistêmico no passado.

5.4 Preservação da memória

Na seção anterior defendi que ter memória preservativa de algum conteúdo ou atitude proposicional não é lembrar (ter uma experiência mnésica) disso, mas sim estar epistemicamente autorizado a ter uma crença perceptual (preservação de como-o-mundo-era) ou a manter uma perspectiva (preservação do ponto-de-vista). No caso de uma experiência mnésica, o apoio da memória preservativa é uma modalidade de preservação do ponto-de-vista. Eis o esquema:

estado epistêmico de memória que $\Box p$ (garantida por q)
base epistêmica de memória tácita que $\Box p$ (garantida por q)

Para ilustrar, digamos que Kane lembre de Rosebud (ele está tendo uma experiência mnésica sobre o brinquedo com o qual se divertiu na infância). Essa experiência é garantida por toda a vida pregressa de Kane com Rosebud. Na base epistêmica dessa experiência está o fato tácito (distinto da experiência, pois não faz parte da fenomenologia da rememoração) que o cérebro de Kane mantém os registros das suas experiências pregressas com Rosebud.

O esquema também funciona para memória metarrepresentativas (introspectivas). Em t_2 Ful lembra:

$\Box(\text{Em } t_1) \text{ pensei que } p$ (garantido pelo pensamento que $\Box p$ de t_1)
registro neural pensamento que $\Box p$ de t_1 (garantido pelo pensamento que $\Box p$ de t_1)

5.5 Mudança de ambiente e conteúdo

Levando em conta que há memória preservativa, isto é, que estamos autorizados a manter um ponto de vista anterior, caso não haja razão saliente para dúvida, qual o efeito de uma troca de ambiente (*slow switching*) sobre a memória? A premissa (AM3) do argumento da memória diz que, após a troca de ambiente, a pessoa não sabe o que pensou anteriormente, pois o conteúdo original foi *substituído* pelo conteúdo “gêmeo”. Burge concede que há mudança no conteúdo, mas não concede que pelo mero fato de ter ocorrido uma troca de ambiente houve *perda* e substituição do conteúdo original, pois o mesmo pode coabitar com o conteúdo “gêmeo”:

[...] suponhamos que, em t_2 , o indivíduo tem um novo conjunto de conceitos, disjunto daqueles que tinha antes que a troca de ambiente (*switching*) iniciasse. Todavia, ele não precisa ter perdido o conjunto antigo. Não concedo que o indivíduo [como diz Boghossian] “não vai saber amanhã o que está pensando agora mesmo” (isto é, em t_1), ao menos no sentido de “saber o que” que é relevante para minha concepção. Mudar-se para o outro ambiente e adquirir novos conceitos normalmente não obliterará velhos conceitos ou memórias que derivam do primeiro ambiente. Caso sempre se perdesse todos os conceitos passados pela aquisição de conceitos novos após uma troca de ambiente (*switch*), nunca seríamos capazes de lembrar ou relatar acuradamente o que dissemos ou pensamos. As velhas habilidades normalmente ainda estarão lá; e há situações, tais como a evocação (*invocation*) da memória, ou o raciocínio baseado na memória, ou retorno ao primeiro ambiente com atos de deferência às suas normas comunais, que colocam essas habilidades em jogo. (Burge 1998a: 356–57)

Sobre o que ocorre com a memória após a aquisição de conceitos “gêmeos”, o argumento apresentado nessa passagem parece ser o seguinte:

Argumento TROCA:

TROCA1. Se uma troca de ambiente (*slow switch*) *sempre* oblitera todos os velhos conceitos, então após uma troca de ambiente nunca somos capazes de lembrar ou de relatar acuradamente o que dissemos ou pensamos antes da troca de ambiente

TROCA2. Mas, *normalmente*, mudar-se para um outro ambiente e adquirir novos conceitos não oblitera velhos conceitos ou memórias que derivam do primeiro ambiente⁹

⁹Isso está sendo assumido, pois seria preciso argumento em favor da tese que meras trocas de

TROCA3. Logo, *normalmente* somos capazes de lembrar ou relatar acuradamente o que dissemos ou pensamos antes da troca de ambiente

TROCA4. Por conseguinte, normalmente, em situações tais como a evocação de memória, o raciocínio baseado na memória, ou retorno ao primeiro ambiente com atos de deferência às suas normas comunais, somos capazes de lembrar ou relatar acuradamente o que dissemos ou pensamos antes da troca de ambiente

O argumento TROCA tenta estabelecer que, normalmente, alguém que tenha passado por uma alternância ambiental e tenha adquirido novos conceitos não terá perdido seus velhos conceitos, de modo que normalmente será capaz de lembrar e relatar o que disse e pensou antes da troca de ambiente. A premissa TROCA1 apresenta um juízo condicional, o qual diz: caso sempre que alguém passasse por uma troca de ambiente esse alguém perdesse seus conceitos anteriores à troca de ambiente, então trocas de ambiente nos incapacitariam de lembrar ou relatar o que dissemos ou pensamos antes da troca de ambiente. A premissa TROCA2 é uma rejeição do antecedente do condicional de TROCA1.¹⁰ Ela diz que, normalmente, após uma troca de ambiente o indivíduo preserva seus conceitos pré-troca de ambiente. A conclusão intermediária TROCA3 extrai, como consequência de TROCA2, que normalmente somos capazes de lembrar ou relatar o que pensamos ou dissemos antes de uma troca de ambiente. O corolário TROCA4 explicita três situações nas quais normalmente lembramos ou relatamos acuradamente o que pensamos ou dissemos antes da troca de ambiente: evocações da memória, raciocínios e retornos aos ambientes originais com deferência às normas desse ambiente.

ambiente obliteram velhos conceitos ou memórias.

¹⁰Pois dizer que normalmente meras trocas de ambiente não obliteram velhos conceitos e memórias (TROCA2) é rejeitar que uma troca de ambiente sempre oblitera velhos conceitos (antecedente de TROCA1).

A premissa mais importante é TROCA2, a qual é uma rejeição do antecedente da premissa TROCA1, e uma rejeição de (AM3), visto que esta premissa é uma afirmação desse antecedente. A premissa (AM3) do argumento da memória diz que em t_2 Ful não sabe o que pensou em t_1 , apesar de não ter esquecido nada, como assegura a premissa (AM2). Burge justifica TROCA2 e a rejeição de (AM3) da seguinte maneira:

Boghossian defende [a premissa] (AM3) dizendo que “é muito claro” que ela é verdadeira. Mas não é claro. Na verdade, se Ful não esqueceu nada, não vejo razão para pensar que Ful não saberá (no sentido relevante) no tempo t_2 o que ela sabia em t_1 . [...] Meramente estar no segundo ambiente, com conceitos apropriados para esse ambiente, não o impede de reter e pensar pensamentos apropriados ao primeiro. Nem impede automaticamente sua retenção do conhecimento que ele tinha anteriormente. (Burge 1998a: 357)

De acordo com essa passagem, a razão pela qual o antecedente de TROCA1 é negado por Burge é o fato que estar em um ambiente “gêmeo” não constitui razão suficiente para se supor que os conceitos originais foram obliterados ou estão inacessíveis. Caso Boghossian queira argumentar em favor da tese que o antiindividualismo leva à obliteração dos conceitos antigos, ele precisa apresentar um argumento em favor disso que se apoie em premissas aceitas pelo antiindividualista. Mas não há tal coisa, visto que o antiindividualismo é uma tese sobre a constituição de tipos de estados e eventos mentais que não se compromete com a obliteração de conceitos antigos por troca de ambiente, e é compatível com a preservação dos mesmos após uma troca de ambiente.¹¹ Assim, estar em um ambiente “gêmeo” não é razão suficiente para supor a obliteração dos conceitos antigos, e isso permite que modifiquemos a premissa TROCA2, transformando-a na premissa TROCA2*, a qual inclui uma justificação para TROCA2:

¹¹Ver a seção 2.3.

TROCA2*. Mas, *normalmente*, mudar-se para um outro ambiente e adquirir novos conceitos não oblitera velhos conceitos ou memórias que derivam do primeiro ambiente, *pois uma mera troca de ambiente não é razão suficiente para se supor que todos os conceitos pré-troca foram obliterados ou estão inacessíveis*

Com a premissa TROCA2*, temos razão para rejeitar o antecedente da premissa TROCA1. E, por conseguinte, temos razão para rejeitar a premissa (AM3) do argumento da memória. No entanto, um crítico poderia questionar a premissa TROCA2*, perguntando pelo fundamento da mesma, visto que a tese que uma troca despercebida de ambiente não oblitera os conceitos previamente adquiridos não é autoevidente. É para apresentar tal justificação que Burge apresenta detalhes sobre o funcionamento da memória preservativa. De acordo com essa noção, uma pessoa pode se lembrar de um pensamento anterior preservativamente, ao invés de discriminativamente:

[...] a memória não precisa operar por discriminação. A memória não precisa pôr-se a caminho de identificar ou selecionar um pensamento sobre alumínio ao invés de um pensamento sobre geminalumínio, tentando encontrá-lo pela operação através dos obstáculos postos pelas alternâncias. A memória preservativa normalmente retém o conteúdo e os compromissos atitudinais de pensamentos anteriores, através de conexões causais a pensamentos passados. Essa é uma das suas funções — manter e preservar um ponto de vista ao longo do tempo. (Burge 1998a: 357)

Na visão de Burge, alguém pode ser incapaz de identificar o tipo de pensamento que pensou no passado, e ainda assim lembrá-lo. Isso se daria porque, no nível subpessoal, ou cerebral, o pensamento anterior seria ativado pela sugestão (*cue*) que faria com que a pessoa se voltasse a tal pensamento, o que seria diferente do caso no qual a pessoa como

um todo tenta se voltar para um pensamento anterior, comparando-o com pensamentos possíveis, mas de outros tipos que estão disponíveis a ela.¹² Em quais casos isso ocorreria? De acordo com uma passagem já citada, em situações como “[...] a evocação da memória, ou o raciocínio baseado na memória, ou retorno ao primeiro ambiente com atos de deferência às suas normas comunais” (Burge 1998a: 357). Nessas situações, a memória operaria preservativamente, mantendo um ponto de vista ao longo do tempo. Vejamos como.

Digamos que alguma sugestão (*cue*) no ambiente “gêmeo” de Ful a faça lembrar de algo que ela pensou no ambiente original. Por exemplo, certo dia na Terra Gêmea ela corre bastante para se exercitar, e o que sente quando entra no chuveiro para tomar um banho a faz lembrar do que pensou quando correu bastante e tomou um banho no passado distante, quando estava no ambiente original (ela não sabe que trocou de ambiente, nem que são ambientes distintos). Ela lembra: []Naquela ocasião pensei que a água estava ótima[]. Seu pensamento passado era sobre água, e a lembrança evocada no presente também, pois trocas de ambiente não obliteriam por si só as memórias, e normalmente um estímulo ambiental (perceptual) como esse traria automaticamente o pensamento anterior. Como o pensamento anterior não é obliterado por um mero *switch*, não há razão para supor que ocorreria um pensamento “gêmeo” com o conceito “gêmeo” de água-gêmea, o que seria uma falsa lembrança.

A segunda situação na qual a pessoa sabe via memória preservativa o que pensou no passado diz respeito ao raciocínio (ver um exemplo na tabela 5.1). Nesse segundo caso, o “saber o que pensou no passado” que é retido pela memória preservativa é o conhecimento não-discriminativo do que foi pensado no passo anterior do raciocínio. Raciocinar ocupa tempo, e requer a memória. Ora, o que ocorre quando um raciocínio envolve premissas

¹²Por “ativação” se entende, aqui, que se trata de eventos cerebrais detectáveis por equipamentos. No caso, por se tratar da recuperação (*retrieval*) de uma memória episódica (meta-representacional), áreas como o córtex pré-frontal, o precuneo e o hipocampo são ativadas (ver Nyberg e Cabeza 2000: 508).

que aparentemente misturam conteúdos originais e conteúdos “gêmeos”?¹³ Aparentemente, isso poderia ocorrer quando alguém introduzisse em um raciocínio uma premissa com um conceito demonstrativo da memória (da forma []aquele F[]), outra premissa com um conceito demonstrativo da percepção (da forma []este F[]), e tentasse chegar a uma conclusão, sem notar que o conceito da memória é o conceito original, e o conceito da percepção é um conceito “gêmeo”. Por exemplo, digamos que Ful raciocinasse:

Raciocínio ÁGUA:

(água1) Sinto que *esta* “água” está ótima

(água2) Lembro que pensei que *aquela* “água” estava ótima

(água3) Isso que sinto e aquilo que lembro dizem respeito a instâncias da mesma espécie

Como avaliar esse raciocínio? O problema é saber que conceito, de água ou de água-gêmea, faz parte de cada passo do raciocínio. Aparentemente, o conceito demonstrativo perceptual []esta água[] de (água1) precisa dizer respeito à água-gêmea, e envolver o conceito de água-gêmea, o qual Ful adquiriu há décadas. Mas o conceito demonstrativo

¹³Este tópico foi discutido por Boghossian (1992) e Schiffer (1992), e devo muito a tal discussão.

tempo	consciência de	memória preservativa
t ₁	1	(objetivo do cálculo)
t ₂	+2	(objetivo do cálculo e resultado parcial)
t ₃	+3	(objetivo do cálculo e resultado parcial)
t ₄	+4	(objetivo do cálculo e resultado parcial)
t ₅	+5	(objetivo do cálculo e resultado parcial)
t ₆	+6	(objetivo do cálculo e resultado parcial)
t ₇	+7	(objetivo do cálculo e resultado parcial)
t ₈	=28	(objetivo do cálculo e resultado total)

Tabela 5.1: Um raciocínio distribuído ao longo do tempo

mnésico [aquela água] de (água₂) precisaria dizer respeito à água original, pois o pensamento original era sobre água, e envolvia o conceito original de água. Se fosse assim, então o raciocínio ÁGUA não seria válido.

No entanto, aqui a memória preservativa opera de maneira diferente do primeiro caso, pois o que ela faz aqui é manter os mesmos conteúdos ao longo de um raciocínio. Como em um raciocínio como esse a intenção da pessoa é pensar sobre uma única coisa, seja essa água ou água-gêmea, a memória preservativa faz com que a segunda premissa e a conclusão herdem o conteúdo da primeira premissa, seja esse qual for, pois raciocinar é um modo privilegiado de manter um ponto de vista durante o tempo do raciocínio. Assim, no exemplo acima a memória preservativa falsificaria uma premissa, seja por aplicar o conceito de água a uma instância de água-gêmea na premissa perceptual, seja por aplicar o conceito de água-gêmea a uma instância de água na premissa mnésica. O raciocínio resultante seria válido, mas com uma premissa falsa, sendo preciso avaliar caso a caso que premissa seria falsa, e por quais razões.

O terceiro tipo de situação na qual a memória preservativa traria como resultado um pensamento com um conceito original, apesar da disponibilidade de um conceito “gêmeo”, seria quando a pessoa voltasse para o ambiente original, e deferisse a membros dessa comunidade a tarefa de explicar com detalhes a que dizem respeito os seus conceitos. Nessa situação, a pessoa que (1) pensou [Esta água está ótima] na Terra no passado, (2) foi transportada sem o saber para a Terra Gêmea, (3) adquiriu o conceito de água-gêmea, (4) foi transportada de volta para a Terra sem saber, (5) defere para as autoridades terráqueas sobre água e (6) lembra [Eu pensei que aquela água estava ótima] está tendo sucesso em lembrar, pois (baseado em TROCA^{2*}) a aquisição do conceito “gêmeo” não oblitera seu conceito original, nem a impede de utilizá-lo, e a deferência às autoridades terráqueas garante que se trata do conceito terráqueo, e não de outro. Nessas três sortes de situações, a “[...] memória preservativa normalmente retém o conteúdo e os compromi-

atos atitudinais de pensamentos anteriores, através de conexões causais com pensamentos passados”.

5.6 Reprodução, reativação e enriquecimento

O modo como Burge concebe a relação entre o pensamento ou conteúdo anterior e a memória parece problemático, pois ele diz que “[...] a memória preservativa produz uma *reprodução exata* do seu conteúdo ‘antecedente’”, e que “[...] a memória preservativa é tipicamente uma *reativação* de material anterior” (Burge 1998a: 359, n. 7, meus itálicos nos dois trechos citados). Isso poderia indicar que Burge estaria comprometido com uma visão muito comum, mas equivocada, da memória. De acordo com essa visão:

Como essa experiência subjetiva de recordar acontece? A explicação mais simples é que a sugestão (*cue*) de algum modo ativou um engrama dormente do evento, e que sua experiência subjetiva de recordar o evento, embora incompleta, é um reflexo direto que esteve mudo na sua mente: uma lâmpada que estava apagada é subitamente acesa. (Schacter 1996: 69)

Bernecker (2008: 144) chama essa visão de *modelo xerox da memória*. O problema dessa visão é que ela não explica fatos banais sobre a memória, como por exemplo a diferente carga emocional de uma recordação na qual o recordante se vê “de fora”, em “terceira pessoa”, em relação à situação originalmente vivida. Se a recordação fosse mera reativação do engrama, então seria de se esperar que tivesse a mesma carga emocional, e que a perspectiva do sujeito não se alterasse. Mas tais alterações são usuais, é assim que a memória funciona normalmente. É por isso que Schacter propõe uma alternativa ao modelo xerox, segundo a qual:

[...] a sugestão (*cue*) combina com o engrama para formar uma entidade

nova, emergente — a experiência recordativa do recordante — que difere de ambos constituintes. (Schacter 1996: 70)

Assim, recordar não é, simplesmente, “reativar” ou “reproduzir exatamente” um conteúdo passado, pois uma recordação é uma entidade que emerge do conteúdo passado (o engrama) e das dicas e sugestões do ambiente presente que trazem o engrama à tona.

No entanto, essa visão da memória não é contrária ao preservacionismo de Burge, visto que este é uma teoria sobre a epistemologia da memória, não sobre a fenomenologia, neurologia ou psicologia da memória. Burge conhece muito bem o ponto em questão, e também o livro de Schacter, o qual ele mesmo cita:

É claro, a memória experiencial e a memória substantiva de conteúdo frequentemente embelezam o que foi originalmente absorvido. Algo desse embelezamento é distorção, e não cumpre a função representacional da memória (embora possa cumprir alguma função biológica ou prática). Há, todavia, o fenômeno de ordenar, resumir, destacar inferências, de modo a estender o material da crença ou experiência original. Cf. Schacter (1996). Essa pode constituir uma função epistêmica da memória. Mantenho, contudo, que na medida em que essa é uma função epistêmica ou representacional da memória, ela deve ser um prolongamento de elementos implícitos em material já presente na memória. (Burge 2003c: 335, n. 40)

Burge reconhece que a memória é uma faculdade reconstrutiva, e admite que alguns tipos de reconstrução, aqueles que Bernecker (2008) considera bons ou sadios (ver seção 3.4), podem ser tarefas epistêmicas da memória. Mas, se o forem, serão tendo em conta a memória preservativa, não negando-a. Assim, Burge pode aceitar que, do ponto de vista fenomenológico, não há nunca reativação ou reprodução exata do conteúdo, mas ainda assim, se não houver razões salientes para dúvida, o organismo está legitimado a apoiar-se

no conteúdo lembrado (e transformado), e nesse sentido há, do ponto de vista epistêmico, mas não do ponto de vista representacional, “reprodução exata” e “reativação”, pois o organismo se apóia epistemicamente naquilo em que se apoiava antes.

Essa resposta pode ser apresentada como réplica a Bezuidenhout (1998). Ela nos diz, com razão, que lembrar é um processo cognitivo que envolve enriquecimento da informação, e pergunta: que tipo de processo mental daria sustentação a uma memória preservativa?

Bezuidenhout sugere que a visão da mente como um codificador-decodificador poderia fornecer tal sustentação. Em tal modelo, o pensamento é (1) codificado em linguagem, (2) armazenado na memória ou comunicado, (3) decodificado em pensamento pelo receptor da mensagem, seja este o próprio indivíduo (memória) ou outra pessoa (testemunho).

No modelo acima, pode ocorrer que o pensamento seja preservado de maneira a não ser contaminado por nada que exija nova justificação. Mas, o que fundamentaria tal modelo? Segundo Bezuidenhout, os modelos explicativos do processamento mental mais aceitos rejeitam a teoria da mente como um codificador-decodificador. De acordo com tais modelos, o conteúdo mental passa por algum tipo de processamento pragmático através do qual recebe algum tipo de enriquecimento semântico, não sendo puramente preservado.

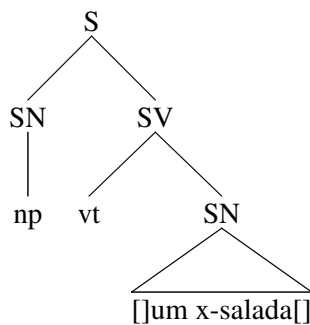
Tal como vejo, Burge pode aceitar que haja enriquecimento semântico sem abrir mão do seu preservacionismo, pois o mesmo diz respeito apenas à manutenção das bases epistêmicas ao longo do tempo, coisa que Bezuidenhout não ataca, e de fato pressupõe na sua crítica.

5.7 Memória preservativa e reconstrução

Digamos que em t_1 Ful está na lanchonete com Socr, e percebe que Socr pede um x-salada.

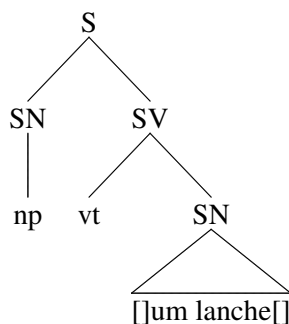
Ful pensa:

[]Socr está pedindo um x-salada[]



Esse pensamento tem o nome comum []x-salada[] no seu conteúdo. Posteriormente, ao menos em parte epistemicamente apoiada nesse pensamento, Ful lembra do episódio de maneira mais vaga e geral, sem lembrar exatamente do que Socr pediu:

[]Socr pediu um lanche[]



O conteúdo dessa lembrança é diferente do conteúdo do pensamento da época do evento, pois agora o sintagma nominal é []um lanche[], ao invés de []um x-salada[]. E digamos que agora Ful já não lembra que lanche Socr pediu. Em tal caso, há reconstrução mnésica, e o conteúdo reconstruído é sustentado pela memória preservativa, caso sua garantia seja a mesma, como parece ser o caso, visto que no presente Ful lembra que

Sicr pediu um lanche porque presenciou isso no passado, e a reconstrução de [x-salada] como [lanche] é sadia (ver seção 3.4).

Se a reprodução exata do conteúdo representado no passado fosse um requisito, não haveria memória preservativa em casos de reconstrução. No entanto, não vejo nenhum motivo para não haver memória preservativa quando há reconstrução sadia. Creio que Burge deveria aceitar tal tipo de caso, tal como aceita as modificações por dinâmica cognitiva:

Quando ativado [preservativamente, na memória preservativa], o conteúdo do pensamento pensado não estará mais associado a um estado cognitivo que está indexado ao tempo presente. [...] Assim, ao invés de *Estou neste ato (hereby) pensando que alumínio é um metal leve*, se lembraria o que pode ser aproximativamente expressado como *Eu estava naquele ato (thereby) pensando que alumínio é um metal leve*. Mas — isso é importante — o “era” e o “naquele ato” têm o caráter preservativo especial envolvido na memória preservativa. Eles se relacionam a elementos no pensamento original preservativamente ao invés de referencialmente. Não há referência independente, da perspectiva temporal da memória presente, ao tempo do pensamento passado. Nem há referência independente ao ato originalmente expresso em “por meio disto”. (Burge 1998a: 359–60)

Creio que o reconhecimento de que a memória é reconstrutiva (ver Burge 2003c: 335, n. 40), aliado à aceitação de reconstruções por dinâmica cognitiva apresentada acima, nos dão elementos para afirmar que a teoria da memória preservativa é compatível com o fato da memória ser uma faculdade reconstrutiva. E pode ser até mesmo o caso, como Burge (2003c: 335, n. 40) sugere, que as virtudes da reconstrução pressupõem a memória preservativa, ao invés de eliminá-la.

Conclusão

Vejo como o principal resultado desta tese a demonstração de que é possível haver reconstrução mnésica com preservação da memória. Isto é possível porque, ainda que haja reconstruções mnésicas que embelezam as memórias e as falsifiquem, há reconstruções que as ordenam, sem acrescentar novos elementos. Quando há reconstruções do segundo tipo, a pessoa pode estar tão legitimada a se apoiar na memória reconstruída quanto estava legitimada a se apoiar no que antes percebeu ou acreditou.

Outro importante resultado aqui apresentado é o resgate de diversas ideias e propostas fundamentais de Peter Ludlow para o tratamento da linguagem. A influência de Ludlow sobre este trabalho é enorme. Creio que quem conhece apenas o Ludlow das discussões sobre antiindividualismo e memória dos anos 1990 tem uma visão muito equivocada da sua filosofia, pois nesse debate ele apenas apresenta, de maneira peremptória, resultados que se apoiam em argumentos muito bem cuidados, os quais vem sendo apresentados nos seus trabalhos de filosofia da linguagem. As contribuições de Ludlow à filosofia, em suas obras mais técnicas e argumentadas, dizem respeito a conceitos tão fundamentais quanto os conceitos de linguagem, de proposição e de tempo. Muitas vezes seus resultados são difíceis de aceitar, mas sempre são apoiados em argumentos muito bem montados, e tecnicamente elaborados. O capítulo 2 de *Semantics, tense and time* (Ludlow 1999b) é fundamental para qualquer um que queira pensar filosoficamente sobre a linguagem a partir dos conhecimentos sólidos e fecundos da filosofia moderna. Não se trata apenas de pen-

sar a sério o que significa predicar, por oposição a referir. Trata-se de pensar a linguagem como algo fundamentalmente fundado em regras, e articulado, e tirar as consequências disso.

Assim, se vê a influência de Ludlow no primeiro capítulo, no qual apresento as ferramentas (e foi escrito sob a influência direta do capítulo 2 de *Semantics, tense and time*, e no capítulo que intitulei, pura e simplesmente, de “Ludlow”. Quanto às ferramentas, só lamento não ter feito mais justiça a algumas das propostas mais recentes de Ludlow, como as que vemos na sua fina discussão do contextualismo em filosofia da linguagem (Ludlow 2005). Mas creio ter feito justiça ao modo como Ludlow opera nesse e em outros trabalhos, nos quais ele nos mostra como o cuidado técnico resulta em clareza e acuidade conceitual.

O capítulo “Ludlow” é uma luta contra erros do mestre Ludlow acerca da memória. Essa luta envolve um esclarecimento de natureza epistemológica, sobre o que significa esquecer, e uma abordagem da linguagem proposta pelo próprio Ludlow. A visão de Ludlow sobre a memória está errada porque, caso em t_1 Ful pense com um conceito $[[C_1]]$, mas em t_2 ela se tome por ter pensado $[[C_2]]$ em t_1 , sem que haja uma reconstrução mnésica sadia, não há influência da experiência de t_1 no comportamento de Ful em t_2 , de modo que não há memória. Mas Ludlow tem muito a nos ensinar sobre a linguagem, e o antiindividualismo se torna uma teoria mais rica com tais ensinamentos, pois o contextualismo ludlowiano é mais uma das teorias que têm características fundamentais dos externismos em geral, tal como caracterizados na seção 2.1. O contextualismo de Ludlow é da mesma família de teorias à qual pertence o antiindividualismo, e o externismo em epistemologia, e a interligação de tais teorias tem mais chances de tornar o campo de pesquisas da semântica e da cognição mais consistente e fecundo do que a discussão de temas mais tradicionais, como o acesso privilegiado à própria mente. Aliás, evitei tanto quanto pude esse tema, pois me parece um equívoco conduzir a investigação antiindividualista

para tal direção, sendo que tal equívoco está na base das discussões iniciais de Burge e Boghossian sobre antiindividualismo e memória. O vício dessa discussão é partir de um problema mal situado, talvez por ser “moderno” demais, no sentido de demasiadamente vinculado a problemáticas típicas das filosofias modernas de Descartes e dos empiristas, o que estaria evidenciado pelo cartesianismo típico da teoria burgeana do autoconhecimento básico. Essa discussão vicia o debate antiindividualista sobre memória, o que me levou a iniciar tal discussão, no capítulo “Memória”, de outro ponto de partida muito diferente, a filosofia contextualista de Wittgenstein.

A base do capítulo “Memória” é Wittgenstein, embora eu não pretenda ter a palavra final sobre seus textos. Meu objetivo ao partir de Wittgenstein é iniciar a discussão da memória do ponto certo, ao invés de partir de visões que se mostram inviáveis, caso levemos em conta tudo o que aprendemos sobre a memória nas últimas décadas, e que pode ser visto de maneira clara e concisa em Izquierdo (2002, 2004). Wittgenstein é o filósofo certo para o início da discussão sobre a memória porque meio século atrás ele antecipou os debates que hoje se fazem sobre memória e contexto, talvez tendo influenciado tal debate, de maneira direta, ou indireta. Wittgenstein viu que estados neurais são fundamentais para haver memória, mas nos mostrou que seria um erro reduzir estados mentais, incluindo estados mnésicos, a estados neurais. Isso porque os estados mentais se dão ao nível ontológico da pessoa, não em algum nível ontológico subpessoal, ainda que estados e eventos subpessoais sejam requisitos para haver estados mentais e mnésicos. Assim, olhar para a memória é olhar para a pessoa, o que requer que se olhe para seu entorno. E eis que estamos, novamente, envolvidos com aquilo que é defendido pelo antiindividualismo.

O segundo grande elemento do capítulo “Memória” é a teoria da reconstrução mnésica, a qual se apoia fortemente nos trabalhos de Bernecker (2008, 2009). Tratar da memória sem considerar a reconstrução enquanto algo sadio seria não fazer justiça a Frege, quem nos alertou há bastante tempo sobre a dinâmica cognitiva. Vivemos no tempo, ras-

treando objetos, propriedades e eventos no tempo, o que requer que nossos pensamentos mudem para se manter os mesmos. Além disso, temos a capacidade de entender, o que nos leva a modificar, de maneira inteligente, nossos conceitos e nossas descrições de eventos. Ora, tudo isso leva a reconstruções mnésicas que só podem ser elogiadas, visto serem o fruto da tentativa de continuar pensamento a mesma coisa, ou de melhor entender o que antes se pensava.

A proposta do capítulo “Antiindividualismo” é discutir esta teoria, tal como ela se apresenta nas obras de Tyler Burge, com leitores que já têm alguma notícia da mesma. Ou seja, o que está nesse capítulo não serve para apresentação elementar, nem satisfaz ao leitor educado que queira saber do que se trata. Apresento a teoria de tal maneira porque a teoria é tão impactante, e a discussão é tão ampla que eu não poderia fazer uma apresentação elementar sem focar a tese toda apenas no antiindividualismo. Mas essa não é minha proposta, de modo que foquei em apresentar as bases teóricas e metodológicas do antiindividualismo, além dos seus principais resultados.

Do ponto de vista metodológico, o antiindividualismo é um desafio a todas as teorias rotuladas como “individualismos”: explique a intencionalidade sem considerar o ambiente. Do ponto de vista teórico, o antiindividualismo é a defesa da tese que um estado mental só é intencional em certo ambiente, e eis que estamos de volta a Wittgenstein, com sua visão aguda, e sua percepção da importância do contexto.

O quadro geral que emerge dos elementos apresentados nessa tese retrata a mente e a memória como capacidades fundamentalmente dependentes do ambiente ou do contexto para serem o que são, pois a intencionalidade se dá no nível da interação da pessoa com o ambiente, e algum gesto, fala, movimento ou expressão só conta como memória em certos contextos. Como somos seres fundamentalmente sociais, é na imersão na cultura que se manifesta a intencionalidade, e a memória. Repetindo um dito já apresentado como epígrafe, “Nunca devemos esquecer que os organismos herdaram seu meio ambiente assim

como herdam seus genomas” (Tomasello 1999: 109).

Bibliografia

Abath, A. J. e E. Calado (2009a, 28 de julho). Conceitos e contexto. Apresentado no *Seminário sobre Semântica e Cognição: pesquisas recentes em metafísica e epistemologia*, organizado por Rogério P. Severo, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, resumo em <http://externalismo.blogspot.com/2009/07/seminario-sobre-semantica-e-cognicao.html>.

Abath, A. J. e E. Calado (2009b, 17 de setembro). Conceitos e contexto. Rascunho em fase de correção recebido por email de André Abath.

Agostinho (ca. 397). *Confissões* (9ª ed.). Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1977. Trad. J.A. Santos e A.A. de Pina.

Ananthaswamy, A. (2010, 24 de março). Mind over matter? how your body does your thinking. *New Scientist* 2753. <http://www.newscientist.com/article/mg20527535.100-mind-over-matter-how-your-body-does-your-thinking.html>, acessado em 2010-04-22.

Anscombe, G. (2000 [1963]). *Intention* (2ª ed.). Cambridge, MA, USA e London: Harvard University Press.

Aristóteles (2004). *De Memoria et Reminiscentia Translated, with Interpretative Summa-*

- ries. In R. Sorabji (Ed.), *Aristotle on Memory*, pp. 47–60. Chicago: Chicago University Press. Do século 4 a.C., trad. Richard Sorabji.
- Aristóteles (2006). *De Anima: Apresentação, Tradução e Notas de Maria Cecília Gomes dos Reis* (1ª ed.). São Paulo: Editora 34. Do século 4 a.C.
- Armstrong, J. A. (1982). *Nations before Nationalism*. University of North Carolina Press.
- Augarde, T. (1991). *The Oxford Dictionary of Modern Quotations*. Oxford: Oxford University Press.
- Bach, K. (1997). Do belief reports report beliefs? *Pacific Philosophical Quarterly* 78(3), 215–41.
- Bartlett, F. (1932). *Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology, with a New Introduction by Walter Kintsch*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.
- Barwise, J. e J. Perry (2004 [1981]). Situations and attitudes. In S. Davis e B. S. Gillon (Eds.), *Semantics: A Reader*, Capítulo 15, pp. 305–21. New York: Oxford University Press.
- Bennett, M. e P. M. S. Hacker (2003). *Philosophical foundations of neuroscience*. Oxford: Blackwell.
- Berger, A. (2002). *Terms and Truth: Reference Direct and Anaphoric*. Cambridge, MA e London: The MIT Press.
- Bergson, H. (1896). *Matéria e Memória: Ensaio sobre a Relação do Corpo com o Espírito* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes, 1999. Trad. Paulo Neves.
- Bernecker, S. (1998). Self-knowledge and closure. Ver Ludlow e Martin (1998a), Capítulo 20, pp. 333–49.

- Bernecker, S. (2004). Memory and externalism. *Philosophical and Phenomenological Research* 69(3), 605–32.
- Bernecker, S. (2008). *The Metaphysics of Memory*. Springer.
- Bernecker, S. (2009, 29 de abril). Self-knowledge and the bounds of authenticity. *Erkenntnis*. <http://dx.doi.org/10.1007/s10670-009-9170-1>.
- Bernecker, S. (2010). *Memory: A Philosophical Study*. Oxford: Oxford University Press.
- Bezuidenhout, A. (1998, abril). Is verbal communication a purely preservative process? *The Philosophical Review* 107(2), 261–88.
- Boghossian, P. (1992). Externalism and inference. Ver Villanueva (1992), Capítulo 1, pp. 11–28.
- Boghossian, P. (1998 [1989]). Content and self-knowledge. Ver Ludlow e Martin (1998a), Capítulo 6, pp. 149–73.
- Boghossian, P. A. (1997). What the externalist can know a priori. *Proceedings of the Aristotelian Society* 97(2), 161–75.
- Borges, J. L. (1942). Funes el memorioso. In J. M. Oviedo (Ed.), *Antología Crítica del Cuento Hispanoamericano del Siglo XX*, Volume 1. Fundadores e Innovadores, pp. 263–71. Madrid: Alianza Editorial, 2003.
- Brennan, S. E. e H. H. Clark (1996). Conceptual pacts and lexical choice in conversation. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition* 22(6), 1482–93.
- Broad, C. (1999 [1925]). Mechanism and emergentism. In J. Kim e E. Sosa (Eds.), *Metaphysics: an anthology*, Capítulo 37, pp. 487–98. Malden, MA: Blackwell.

- Brown, J. (2004). *Anti-individualism and knowledge*. Cambridge, MA e London: The MIT Press.
- Brown, J. R. (2007, 25 de março). Thought experiments. In E. N. Zalta (Ed.), *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Metaphysics Research Lab, CSLI, Stanford University. <http://plato.stanford.edu/entries/thought-experiment/>, acessado em 2008-09-23.
- Brueckner, A. (1998 [1997]). Externalism and memory. Ver Ludlow e Martin (1998a), Capítulo 19, pp. 319–31.
- Burge, T. (1978). Self-reference and translation. In Guenther-Reutte e Guenther (Eds.), *Translation and Meaning*. London: Duckworth.
- Burge, T. (1979). Individualism and the mental. Ver Burge (2007a), pp. 100–50.
- Burge, T. (1982a). Other bodies. Ver Burge (2007a), pp. 82–99.
- Burge, T. (1982b, julho). Two thought experiments reviewed. *Notre Dame journal of formal logic* 23(3), 284–93.
- Burge, T. (1983). Russell's problem and intentional identity. In J. E. Tomberlin (Ed.), *Agent, Language, and the Structure of the World: Essays Presented to Hector-Neri Castañeda, with His Replies*, Capítulo 3, pp. 79–110. Indianapolis: Hackett.
- Burge, T. (1986a). Cartesian error and the objectivity of perception. Ver Burge (2007a), pp. 192–207.
- Burge, T. (1986b, janeiro). Individualism and psychology. *The Philosophical Review* XCV(1), 3–45.
- Burge, T. (1986c). Intellectual norms and foundations of mind. Ver Burge (2007a), pp. 254–74.

- Burge, T. (1992). Philosophy of mind: 1950–1990. Ver Burge (2007a), pp. 440–64. Comadendo de 2005.
- Burge, T. (1993, outubro). Content preservation. *The Philosophical Review* 102(4), 457–88.
- Burge, T. (1996 [1988]c). Our entitlement to self-knowledge. In P. Ludlow e N. Martin (Eds.), *Externalism and Self-Knowledge*, Capítulo 15, pp. 239–64. Stanford: CSLI Publications.
- Burge, T. (1997). Interlocution, perception, and memory. *Philosophical Studies* 86, 21–47.
- Burge, T. (1998a). Memory and self-knowledge. Ver Ludlow e Martin (1998a), Capítulo 21, pp. 351–70.
- Burge, T. (1998b). Reason and first person. Ver Wright et al. (1998), Capítulo 8, pp. 243–70.
- Burge, T. (1998 [1988]b). Individualism and self-knowledge. In P. Ludlow e N. Martin (Eds.), *Externalism and Self-Knowledge*, Capítulo 4, pp. 111–28. Stanford: CSLI Publications.
- Burge, T. (2003a). Davidson and forms of anti-individualism: Reply to Hahn. Ver Hahn e Ramberg (2003), Capítulo 15, pp. 347–68.
- Burge, T. (2003b). Descartes and anti-individualism: Reply to Normore. Ver Hahn e Ramberg (2003), Capítulo 13, pp. 291–334.
- Burge, T. (2003c). Memory and persons. *The Philosophical Review* 112(3), 289–337.
- Burge, T. (2003d). Perception. *The International Journal of Psychoanalysis* 84, 157–67.

- Burge, T. (2003e). Perceptual entitlement. *Philosophy and Phenomenological Research* LXVII(3), 503–48.
- Burge, T. (2003f). Psychology and the environment: Reply to Chomsky. Ver Hahn e Ramberg (2003), Capítulo 24, pp. 451–70.
- Burge, T. (2003g). Replies from Tyler Burge. Ver Frápoli e Romero (2003), Capítulo 12, pp. 243–146.
- Burge, T. (2007a). *Foundations of Mind*. Oxford e New York: Oxford University Press, 2007.
- Burge, T. (2007b). Introduction. Ver Burge (2007a), pp. 1–31.
- Burge, T. (2007 [1977]). Belief *de re*. Ver Burge (2007a), pp. 44–64.
- Burge, T. (2007 [1988]a). Authoritative self-knowledge and perceptual individualism. Ver Burge (2007a), pp. 208–20.
- Burge, T. (2007 [2006]). Postscript to “Individualism and the mental”. Ver Burge (2007a), pp. 151–81.
- Burge, T. (2009a). Five theses on *de re* states and attitudes. In J. Almog e P. Leonardi (Eds.), *The philosophy of David Kaplan*, Capítulo 15, pp. 246–316. Oxford: Oxford University Press.
- Burge, T. (2009b, setembro). Primitive agency and natural norms. *Philosophy and Phenomenological Research* 79(2), 251–78.
- Burge, T. (2009c). Primitive agency and natural norms. *Philosophy and Phenomenological Research* 79(2), 251–78.
- Burge, T. (2010). *Origins of objectivity*. Oxford: Oxford University Press.

- Calvino, I. (2007 [1972]). *As Cidades Invisíveis* (2ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras. Trad. Diogo Mainardi.
- Campbell, J. (1994). *Past, Space and Self*. Cambridge, USA e London: The MIT Press.
- Casasanto, D. e K. Dijkstra (2009, abril). Motor action and emotional memory. *Cognition* 115(1), 179–85. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cognition.2009.11.002>.
- Casey, E. S. (1987). *Remembering: A Phenomenological Study* (2ª ed.). Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 2000.
- Cavell, S. (1976 [1969]). *Must we mean what we say? A book of essays*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chastain, C. (1975). Reference and context. In H. Feigl, G. Maxwell, e K. Gunderson (Eds.), *Minnesota studies in the philosophy of science*, Volume VII: Language, Mind and Knowledge, pp. 194–269. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Chomsky, N. (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, MA e London: The MIT Press.
- Chomsky, N. (2000). *Novos Horizontes no Estudo da Linguagem e da Mente*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. Trad. Marco A. Sant’Anna.
- Cresswell, M. (2006). Formal semantics. In M. Devitt e R. Hanley (Eds.), *The Blackwell Guide to the Philosophy of Language*, Capítulo 7, pp. 131–46. Malden, MA: Blackwell Publishing.
- Davidson, D. (1987a, online 2004–09–24). Conhecer a própria mente. *Crítica*, <http://criticanarede.com/teses/propriamente.pdf>. Trad. Luís Augusto, acessado em 2005–08–07.

- Davidson, D. (1987b). Knowing one's own mind. In *Subjective, Intersubjective, Objective*, Capítulo 2, pp. 15–38. Oxford: Oxford University Press.
- Davidson, D. (2001 [1967]). Truth and meaning. In A. Martinich e D. Sosa (Eds.), *Analytic Philosophy: An Anthology*, Capítulo 6, pp. 61–71. Oxford: Blackwell Publishers.
- Davidson, D. (2001 [1968]). *On Saying That*, Capítulo 7, pp. 93–108. Oxford: Clarendon Press.
- Davies, M. (1998). Externalism, architecturalism, and epistemic warrant. In C. Wright, B. C. Smith, e C. Macdonald (Eds.), *Knowing Our Own Minds*, Capítulo 11, pp. 321–62. Oxford: Oxford University Press.
- de Souza, C. S. e S. D. J. Barbosa (2002, 21 de outubro). Inf2705: Linguística computacional interativa. *Informática PUC-Rio*. http://www.inf.puc-rio.br/~inf2705/aulas/lci10_11.pdf, acessado em 2009-10-01.
- Descartes, R. (1997 [1628]). Règles pour la direction de l'esprit. In F. Alquié (Ed.), *Œuvres philosophiques de Descartes*, Volume I, Capítulo II, pp. 67–206. Paris: Dunod. Trad. Jacques Brunschwig.
- Donnellan, K. S. (1966). Reference and definite descriptions. *The Philosophical Review* 75, 281–304.
- dos Santos, C. (2007). A suposta indexicalidade dos designadores de espécies naturais segundo Burge. *Philosophos* 12(2).
- Dretske, F. e P. Yourgrau (1983). Lost knowledge. *Journal of Philosophy* 80(6), 356–67.
- Duhem, P. (1906). *La Théorie Physique: Son Object et sa Structure*. Paris: Chevalier et Rivière, Éditeurs. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k951903>, acessado em 2008–10–25.

- Erwin, E. (2005 [1992]). Behaviourism. In J. Dancy e E. Sosa (Eds.), *A Companion to Epistemology*, pp. 44. Oxford: Blackwell.
- Evans, G. (1982). *The Varieties of Reference*. Oxford e New York: Clarendon Press e Oxford University Press.
- Evans, G. (1985 [1975]). Identity and predication. In *Collected Papers*, Capítulo 2, pp. 25–48. Oxford: Clarendon Press.
- Falvey, K. (2003). Memory and knowledge of content. Ver Nuccetelli (2003b), Capítulo 11, pp. 219–40.
- Ferreira, M. (2008, 22 de outubro). Introdução à semântica formal: Aula 2. *Marcelo Ferreira: SEVFALE*. <http://ferreira10.googlepages.com/sevfale>, acessado em 2009-10-01.
- Fischbach, G. D. e J. T. Coyle (1995). Preface. In D. L. Schacter (Ed.), *Memory Distortion: How Minds, Brains, and Societies Reconstruct the Past* (2ª ed.), pp. ix–xi. Cambridge, USA e London: Harvard University Press, 1997.
- Fitch, G. (2007, 11 de dezembro). Singular propositions. In E. N. Zalta (Ed.), *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Metaphysics Research Lab, CSLI, Stanford University. <http://plato.stanford.edu/entries/propositions-singular/>, acessado em 2009-09-16.
- Frege, G. (1999 [1918], julho). O pensamento: Uma investigação lógica. *An. Filos. São João del-Rei* 6, 283–98. Trad. Paulo Alcoforado.
- Frápoli, M. J. e E. Romero (Eds.) (2003). *Meaning, Basic Self-Knowledge, and Mind*. Stanford: CSLI Publications.

- Fukui, N. (2001). Phrase structure. In M. Baltin e C. Collins (Eds.), *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*, Capítulo 12, pp. 374–406. Malden, MA e Oxford: Blackwell.
- Gagnebin, J. M. (2006). *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34.
- Gerken, M. (2009). Conceptual equivocation and epistemic relevance. *dialectica* 63(2), 117–32.
- Ginet, C. (2004 [1975]). *Knowledge, Perception, and Memory*. Ithaca, NY: The Internet-First University Press. <http://dspace.library.cornell.edu/handle/1813/62>.
- Goldberg, S. (1997, julho). Self-ascription, self-knowledge, and the memory argument. *Analysis* 57(3), 211–19.
- Goldberg, S. (2003). What do you know when you know your own thoughts? Ver Nuccetelli (2003b), pp. 241–56.
- Goldberg, S. C. (1999). The relevance of discriminatory knowledge of content. *Pacific Philosophical Quarterly* 80(2), 136–56.
- Goldman, A. I. (1986). *Epistemology and Cognition*. Cambridge, USA e London: Harvard University Press, 1993, 4^a impr.
- Grimaltós, T. (2003). Terms and content. Ver Frápoli e Romero (2003), Capítulo 2, pp. 35–52.
- Guttenplan, S. (1996 [1994]). An essay on mind. In S. Guttenplan (Ed.), *A Companion to the Philosophy of Mind*, Blackwell Companions to Philosophy, pp. 1–110. Oxford e Cambridge, USA: Blackwell.

- Hacker, P. (2000 [1996]). *Wittgenstein: Mind and Will*, Volume 4 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations, Part I: Essays. Blackwell.
- Hacking, I. (2000 [1995]). *Múltipla Personalidade e as Ciências da Memória*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. Trad. Vera Whately.
- Hacking, I. (2007). The contingencies of ambiguity. *Analysis* 67(296), 269–77.
- Hacking, I. (2009 [2002]). *Ontologia Histórica*. São Leopoldo: Editora Unisinos. Trad. Leila Mendes.
- Hahn, M. e B. Ramberg (Eds.) (2003). *Reflections and Replies: Essays on the Philosophy of Tyler Burge*. Cambridge, MA e London: The MIT Press.
- Heal, J. (1998). Externalism and memory. *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volumes* 72, 77–109.
- Heidegger, M. (2008 [1927]). *Being and Time*. New York: Harper Perennial Modern Thought. Trad. John Macquarrie e Edward Robinson.
- Heil, J. (1988). Privileged access. Ver Ludlow e Martin (1998a), Capítulo 5, pp. 129–46.
- Heim, I. e A. Kratzer (2000 [1998]). *Semantics in Generative Grammar*. Malden, MA e Oxford: Blackwell.
- Higginbotham, J. (2009, Janeiro). The nature and structure of content. *Philosophical Books* 50(1), 29–37.
- Hobbes, T. (1839 [1655]). Elements of philosophy. the first section, concerning body. In W. Molesworth (Ed.), *The English Works of Thomas Hobbes of Malmesbury; Now First Collected and Edited by Sir William Molesworth, Bart.*, Volume I. London: John Bohn.

- Huang, Y. (2000). *Anaphora: A Cross-Linguistic Study*. Oxford e New York: Oxford University Press.
- Hume, D. (2000 [1740]). *Tratado da Natureza Humana: Uma Tentativa de Introduzir o Método Experimental de Raciocínio nos Assuntos Morais*. São Paulo: Editora UNESP e Imprensa Oficial SP. Trad. Déborah Danowski.
- Hunter, I. M. L. (1957). *Memory: Facts and fallacies*. Baltimore: Penguin Books.
- Izquierdo, I. (2002). *Memória*. Porto Alegre: Artmed.
- Izquierdo, I. (2004). *Questões sobre Memória*, Volume 19 de *Coleção Aldus*. São Leopoldo: Editora Unisinos.
- James, W. (1890). *The Principles of Psychology*. Toronto: Christopher D. Green. <http://psychclassics.yorku.ca/James/Principles/>, acessado em 2005-02-08.
- Kant, I. (1787). *Crítica da Razão Pura*. In V. Civita (Ed.), *Kant (I)* (3ª ed.), Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Trad. Valério Rohden e Udo B. Moosburger.
- Kaplan, D. (1989 [1977]). Demonstratives: An essay on the semantics, logic, metaphysics, and epistemology of demonstratives and other indexicals. In J. Almog, J. Perry, e H. Wettstein (Eds.), *Themes from Kaplan*, pp. 481–614. New York: Oxford University Press.
- Kihlstrom, J. F., J. Dorfman, e L. Park (2007). Implicit and explicit memory and learning. In M. Velmans e S. Schneider (Eds.), *The Blackwell Companion to Consciousness*, Capítulo 41, pp. 525–39. Blackwell.

- Kornblith, H. (2001). Internalism and externalism: a brief historical introduction. In H. Kornblith (Ed.), *Epistemology: Internalism and Externalism*. Malden, MA, EUA e Oxford: Blackwell.
- Korta, K. (2006, 28 de novembro). Pragmatics. In E. N. Zalta (Ed.), *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Metaphysics Research Lab, CSLI, Stanford University. <http://plato.stanford.edu/entries/pragmatics/>, acessado em 2009-08-12.
- Kripke, S. A. (1971). Identity and necessity. Ver Martinich e Sosa (2001), Capítulo 7, pp. 72–89.
- Kripke, S. A. (1977). Speaker's reference and semantic reference. *Midwest studies in philosophy II*, 255–76.
- Kripke, S. A. (1980). *Naming and Necessity* (6ª ed.). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996. Proferido originalmente em 1970.
- Kripke, S. A. (1988 [1979]). A puzzle about belief. In N. Salmon e S. Soames (Eds.), *Propositions and Attitudes*, Oxford Readings in Philosophy, Capítulo VII, pp. 102–48. New York: Oxford University Press.
- Kuhn, T. S. (1964). A function for thought experiments. In *The Essential Tension: Selected Studies in Scientific Tradition and Change*, Capítulo 10, pp. 240–65. Chicago e London: The University of Chicago Press, 1977.
- Kussmaul, A. (1881). *Die Störungen der Sprache: Versuch einer Pathologie der Sprache*. Leipzig. Apud Israel Rosenfield, *A invenção da memória*, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- Larson, R. e G. Segal (1995). *Knowledge of Meaning: An Introduction to Semantic Theory*. Cambridge, MA e London: MIT Press.

- Lau, J. e M. Deutsch (2008, 24 de julho). Externalism about mental content. In E. N. Zalta (Ed.), *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Metaphysics Research Lab, CSLI, Stanford University. <http://plato.stanford.edu/entries/thought-experiment/>, acessado em 2008-11-21.
- Levi, P. (1988 [1958]). *É Isto um Homem?* Rio de Janeiro: Rocco. Trad. Luigi Del Re.
- Levi, P. (2004 [1986]). *Os Afogados e os Sobreviventes: Os Delitos, os Castigos, as Penas, as Impunidades* (2ª ed.). São Paulo: Paz e Terra. Trad. Luiz S. Henriques.
- Lewis, D. (2004 [1970]). General semantics. In S. Davis e B. S. Gillon (Eds.), *Semantics: A Reader*, Capítulo 11, pp. 191–221. New York: Oxford University Press.
- Locke, D. (1971). *Memory*. Garden City, NY: Anchor Books.
- Loetscher, T., C. J. Bockisch, M. E. Nicholls, e P. Brugger (2010, 23 de março). Eye position predicts what number you have in mind. *Current biology* 20(6), R264–R265. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cub.2010.01.015>.
- Ludlow, P. (1995a). Externalism, self-knowledge, and the prevalence of slow switching. Ver Ludlow e Martin (1998a), Capítulo 12, pp. 225–30.
- Ludlow, P. (1995b). Social externalism, self-knowledge, and memory. Ver Ludlow e Martin (1998a), Capítulo 17, pp. 307–10.
- Ludlow, P. (1998 [1996]). Social externalism and memory: A problem? Ver Ludlow e Martin (1998a), Capítulo 18, pp. 311–18.
- Ludlow, P. (1999a). First person authority and memory. In M. de Caro (Ed.), *Interpretations and Causes: New Perspectives on Donald Davidson's Philosophy*, pp. 159–70. Dordrecht, Boston e London: Kluwer Academic Publishers.

- Ludlow, P. (1999b). *Semantics, Tense, and Time: An Essay in the Metaphysics of Natural Language*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Ludlow, P. (2000). Interpreted logical forms, belief attribution, and the dynamic lexicon. In K. Jaszczolt (Ed.), *The Pragmatics of Propositional Attitude Reports*, pp. 31–42. Oxford: Elsevier Science. Disponível em <http://individual.utoronto.ca/ludlow/ilf.rtf>, acessado em 2009-10-08.
- Ludlow, P. (2001). Metaphysical austerity and the problems of temporal and modal anaphora. *Philosophical Perspectives* 15, 211–27.
- Ludlow, P. (2004 [1997]). What was I thinking?: Social externalism, self-knowledge, and shifting memory targets. In R. Schantz (Ed.), *The Externalist Challenge*, pp. 419–26. Berlin: De Gruyter.
- Ludlow, P. (2005). Contextualism and the new linguistic turn in epistemology. In G. Preyer e G. Peter (Eds.), *Contextualism in Philosophy: Knowledge, Meaning, and Truth*, Capítulo 2, pp. 11–50. Oxford e New York: Oxford University Press.
- Ludlow, P. (2007, 2 de março). Language. In *Polimetrica*. Milano: Polimetrica Onlus. <http://www.polimetrica.eu/site/?p=47>, acessado em 2009-10-09.
- Ludlow, P. (2008). Cheap contextualism. *Philosophical Issues* 18(1), 104–29.
- Ludlow, P. e N. Martin (Eds.) (1998a). *Externalism and Self-Knowledge*. Stanford: CSLI Publications.
- Ludlow, P. e N. Martin (1998b). Introduction. Ver Ludlow e Martin (1998a), pp. 1–15.
- Luft, C. P. (2009 [2002]). *Moderna gramática brasileira: edição revista e atualizada* (2ªed.). São Paulo: Globo. Supervisão de Lya Luft, organização de Marcelo Módolo, consultoria técnica de Mário Eduardo Viaro.

- Lycan, W. G. (2007 [2003]). Filosofia da mente. In N. Bunnin e E. Tsui-James (Eds.), *Compêndio de Filosofia* (2ª ed.), pp. 181–212. São Paulo: Loyola.
- Maier, E. (2009). Proper names and indexicals trigger rigid presuppositions. *Journal of Semantics* 26, 253–315.
- Malcolm, N. (1977). *Memory and Mind*. Ithaca e London: Cornell University Press.
- Malpas, J. (2005). Não renunciar ao mundo: Davidson e os fundamentos da crença. In P. J. Smith e W. J. Silva Filho (Eds.), *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*, pp. 51–66. São Paulo: Loyola.
- Marcus, G. (2008, 13 de abril). Total recall. *The New York Times*. http://select.nytimes.com/mem/tnt.html?_r=2&emc=tnt&tntget=2008/04/13/magazine/13wwln-essay-t.html, acessado em 2009-07-18.
- Margalit, A. (2002). *The Ethics of Memory*. Harvard University Press.
- Mariconda, P. R. (Ed.) (1988). *Moritz Schlick, Rudolf Carnap: Coletânea de Textos* (3ª ed.). Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural.
- Martin, M. (2001). Out of the past: episodic recall as retained acquaintance. In C. Horl e T. McCormack (Eds.), *Time and memory: issues in philosophy and psychology*, Capítulo 10, pp. 257–84. Oxford: Oxford University Press.
- Martinich, A. P. e D. Sosa (Eds.) (2001). *Analytic Philosophy: An Anthology*. Blackwell Philosophy Anthologies. Oxford: Blackwell Publishers.
- Maslin, J. (2009, 27 de maio). Unraveling the labyrinthine life of a magical realist. *The New York Times*. http://www.nytimes.com/2009/05/28/books/28masl.html?_r=1&ref=books, acessado em 2009-05-28.

- McDonough, R. (2004). Wittgenstein, german organicism, chaos, and the center of life. *Journal of the History of Philosophy* 42(3), 297–326.
- Morton, J. (1996 [1994]). Memory. In S. Guttenplan (Ed.), *A Companion to the Philosophy of Mind*, Blackwell Companions to Philosophy, pp. 433–41. Oxford e Cambridge, MA: Blackwell.
- Moya, C. J. (2008, 22 de setembro). Reflexiones sobre antiindividualismo y autoconocimiento. Handout entregue durante o 4º Colóquio Temático de Filosofia Analítica, em Salvador, BA.
- Moyal-Sharrock, D. (2009). Wittgenstein and the memory debate. *New Ideas in Psychology* 27(2), 213–27.
- Nietzsche, F. (1887). *Genealogia da Moral: Uma Polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras. Trad., notas e posfácio de Paulo César Lima de Souza, ed. bras. de 2004, 6ª reimpressão.
- Nietzsche, F. (2003 [1874]). *Segunda Consideração Intempestiva: Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Trad. Marco A. Casanova.
- Nuccetelli, S. (2003a). Introduction. In S. Nuccetelli (Ed.), *New Essays on Semantic Externalism and Self-Knowledge*, A Bradford Book, pp. 1–22. Cambridge, USA e London: The MIT Press.
- Nuccetelli, S. (Ed.) (2003b). *New Essays on Semantic Externalism and Self-Knowledge*. A Bradford Book. Cambridge, MA e London: The MIT Press.
- Nyberg, L. e R. Cabeza (2005 [2000]). Brain imaging of memory. In E. Tulving e F. I. M.

- Craik (Eds.), *The Oxford Handbook of Memory*, Capítulo 31, pp. 501–20. New York: Oxford University Press.
- Orwell, G. (1949). *1984*. New York: Penguin, 2003.
- Orwell, G. (2003 [1943]). Looking back on the spanish war. In *The Complete Works of George Orwell*. http://www.george-orwell.org/Looking_Back_On_The_Spanish_War/0.html, acessado em 2010-01-11.
- Othero, G. d. A. (2006). *Teoria X-Barra*. São Paulo: Contexto.
- Owens, D. (2000). *Reason without Freedom: Problem of Epistemic Normativity*. London: Routledge.
- Parsons, T. (2009). Higher-order senses. In J. Almog e P. Leonardi (Eds.), *The Philosophy of David Kaplan*, Capítulo 4, pp. 45–59. New York: Oxford University Press.
- Peacocke, C. (1996 [1994]). Content. In S. Guttenplan (Ed.), *A Companion to the Philosophy of Mind*, Blackwell Companions to Philosophy, pp. 219–25. Oxford e Cambridge, USA: Blackwell.
- Pessin, A. e S. Goldberg (Eds.) (1996). *The Twin Earth Chronicles*. New York: M. E. Sharpe.
- Platão (1987). *A República* (5ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Do século 4 a.C., trad. Maria H.R. Pereira.
- Putnam, H. (1967). The nature of mental states. Ver Putnam (1979), pp. 429–40.
- Putnam, H. (1970). Is semantic possible? Ver Putnam (1979), pp. 139–52.
- Putnam, H. (1973a). Explanation and reference. Ver Putnam (1979), Capítulo 11, pp. 196–214.

- Putnam, H. (1973b). Meaning and reference. *The Journal of Philosophy* 70(19), 699–711.
- Putnam, H. (1973c). Meaning and reference. Ver Martinich e Sosa (2001), Capítulo 8, pp. 90–6.
- Putnam, H. (1975). The meaning of “meaning”. Ver Putnam (1979), pp. 215–71.
- Putnam, H. (1979). *Mind, Language and Reality*, Volume 2 de *Philosophical Papers*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1979.
- Putnam, H. (1996). Introduction. Ver Pessin e Goldberg (1996), pp. xv–xxii.
- Putnam, H. (1999). *Corda Tripla: Mente, Corpo e Mundo*. Subjetividade Contemporânea. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008. Trad. Adail Sobral.
- Quine, W. V. (1986 [1970]). *Philosophy of Logic* (2ª ed.). Harvard University Press.
- Raposo, E. P. (1983 [1979]). *Introdução à gramática generativa* (2ª ed.). Lisboa: Moraes.
- Rebello, J. (2008). Elementos para uma análise do recordar. Apresentado e discutido na reunião dos professores do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2008-09-30.
- Recanati, F. (2000). *Oratio Obliqua, Oratio Recta: An Essay on Metarepresentation*. Cambridge, USA e London: MIT Press.
- Reid, T. (1872 [1785]). Essays on the active powers of man. In W. Hamilton (Ed.), *The Works of Thomas Reid: Now Fully Collected, with Selections from His Unpublished Letters*. Edinburgh e London: MacLachlan and Stewart e Longman, Green, Longman, Roberts, and Green. Disponível em <http://archive.org>, acessado em 2008-06-23.

- Reid, T. (1983 [1764]). An inquiry into the human mind on the principles of common sense. In R. E. Beanblossom e K. Lehrer (Eds.), *Thomas Reid: Inquiry and Essays*, pp. 1–126. Indianapolis: Hackett.
- Reimer, M. (2009, 20 de maio). Reference. In E. N. Zalta (Ed.), *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Metaphysics Research Lab, CSLI, Stanford University. <http://plato.stanford.edu/entries/reference/>, acessado em 2009-08-12.
- Ricœur, P. (2007 [2000]). *A Memória, a História e o Esquecimento*. Campinas: Unicamp. Trad. Alain François e outros.
- Rosenfield, I. (1994 [1988]). *A invenção da memória: uma nova visão do cérebro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Trad. Vera Ribeiro, rev. Roberto Lent.
- Russell, B. (1976 [1921]). *A Análise da Mente*. Zahar. Trad. Antonio Cirurgião.
- Russell, B. (1978 [1905]a). Da denotação. In V. Civita (Ed.), *Os Pensadores: Russell*, pp. 3–14. São Paulo: Abril Cultural. Trad. Pablo R. Mariconda.
- Russell, B. (2005 [1905]b, Outubro). On denoting. *Mind* 456(114), 873–87. Texto de 1905 reimpresso em 2005 na comemoração do centenário, com a numeração de páginas original, a qual é usada nas citações.
- Russell, B. (2008 [1912]). *Os Problemas da Filosofia*. Lisboa: Edições 70. Trad. Desidério Murcho.
- Ryle, G. (1968 [1949]). *The Concept of Mind*. Harmondsworth, UK: Penguin.
- Sampaio, T. (1955 [1901]). *O Tupi na Geografia Nacional* (4ª ed.). Salvador: Camara Municipal de Salvador. Edição comemorativa do primeiro centenário do nascimento do autor, com introdução e notas de Frederico G. Edelweiss.

- Sarlo, B. (2007 [2005]). *Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. São Paulo e Belo Horizonte: Companhia das Letras e Editora UFMG. Trad. Rose F. d'Aguiar.
- Sartre, J.-P. (2005 [1939]). Uma idéia fundamental da fenomenologia de Husserl: a intencionalidade. In *Situações I: críticas literárias*, Capítulo 4, pp. 53–57. São Paulo: Cosac Naify. Trad. Cristina Prado.
- Schacter, D. L. (1996). *Searching for Memory: The Brain, the Mind, and the Past*. New York: Basic Books.
- Schacter, D. L. (1997 [1995]). Introduction. In D. L. Schacter (Ed.), *Memory Distortion: How Minds, Brains, and Societies Reconstruct the Past* (2ª ed.), pp. 1–43. Cambridge, USA e London: Harvard University Press.
- Schiffer, S. (1992). Boghossian on externalism and inference. Ver Villanueva (1992), Capítulo 2, pp. 29–38.
- Searle, J. R. (2002 [1983]). *Intencionalidade* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. Trad. Julio Fischer e Tomás R. Bueno.
- Searle, J. R. (2007 [2003]). Filosofia contemporânea nos Estados Unidos. In N. Bunnin e E. Tsui-James (Eds.), *Compêndio de Filosofia* (2ª ed.), pp. 1–24. São Paulo: Loyola. Trad. Luiz P. Rouanet.
- Segal, G. (1989). A preference for sense and reference. *Journal of Philosophy* 86(2), 73–89.
- Senor, T. D. (2009, 4 de setembro). Epistemological problems of memory. In E. N. Zalta (Ed.), *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Metaphysics Research

- Lab, CSLI, Stanford University. <http://plato.stanford.edu/entries/memory-episprob/>, acessado em 2009-10-09.
- Silva Filho, W. (2005). Externalismo deflacionado. In P. J. Smith e W. J. Silva Filho (Eds.), *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*, pp. 155–68. São Paulo: Loyola.
- Smith, A. F. (2003). Semantic externalism, authoritative self-knowledge, and adaptation to slow switching. *Acta Analytica* 18(30–31), 71–87.
- Sorensen, R. A. (1992). *Thought Experiments*. Oxford University Press.
- Steindl-Rast, D. (2002). *Words of common sense for mind, body, and soul*. Radnor, Pennsylvania: Templeton Foundation Press.
- Stojanovic, I. (2008). The semantics/pragmatics distinction. *Synthese* 165(3).
- Stojanovic, I. (2009, 15 de maio). Semantic content. *Institut Nicod: Archives Electroniques*. http://jeannicod.ccsd.cnrs.fr/ij_n_00384089/fr/, acessado em 2009-09-06.
- Stoneham, T. (2005). Memory in inference: Some groundwork. *Tom Stoneham: Professor of Philosophy, University of York*. <http://tom.stoneham.googlepages.com/ESPP2005.pdf>, acessado em 2009-07-16.
- Stroud, B. (2000 [1989]). Understanding human knowledge in general. In *Understanding Human Knowledge*, Capítulo 8, pp. 99–121. New York: Oxford University Press.
- Todorov, T. (2000 [1995]). *Los Abusos de la Memoria*. Barcelona: Paidós. Trad. Miguel Salazar.
- Tomasello, M. (2003 [1999]). *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes. Trad. Claudia Berliner.

- Toth, J. P. e R. R. Hunt (1999). Not one versus many, but zero versus any: structure and function in the context of the multiple memory systems debate. In J. K. Foster e M. Jelicic (Eds.), *Memory: systems, process, or function?*, pp. 232–72. New York: Oxford University Press.
- Trask, R. L. (2004). *Dicionário de Linguagem e Linguística*. São Paulo: Editora Contexto. Trad. e adapt. Rodolfo Ilari.
- Tulving, E. (2002). Episodic memory: from mind to brain. *Annual review of psychology* 53(1), 1–25.
- Tye, M. (1998). Externalism and memory. *Proceedings of the Aristotelian Society* 72(72), 77–94.
- Villanueva, E. (Ed.) (1992). *Philosophical issues*, Volume 2: Rationality in epistemology. Atascadero, CA: Ridgeview.
- Warfield, T. A. (1998 [1992]). Privileged self-knowledge and externalism are compatible. Ver Ludlow e Martin (1998a), Capítulo 11, pp. 215–22.
- Wikipedia (2009, 20 de março). Endive. <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Endive&oldid=278459348>, acessado em 2009-03-23.
- Wilkes, K. (1988). *Real People: Personal Identity without Thought Experiments*. Oxford: Clarendon Press.
- Wittgenstein, L. (1967). *Lectures and conversations on aesthetics, psychology and religious belief compiled from notes taken by Yorick Smythies, Rush Rhees and James Taylor; edited by Cyril Barrett*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Wittgenstein, L. (1989 [1953]a). Investigações filosóficas. In *Os pensadores: Wittgenstein / Moore*, pp. 3–222. São Paulo: Nova Cultural. Trad. José C. Bruni.

- Wittgenstein, L. (1990 [1948]). *Last writings on the philosophy of psychology, volume one: preliminary studies for Part 2 of Philosophical investigations*. Chicago: The University of Chicago Press e Blackwell.
- Wittgenstein, L. (1997 [1953]b). *Philosophische Untersuchungen / Philosophical Investigations* (2ª ed.). Oxford: Blackwell. Trad. G. E. M. Anscombe.
- Wittgenstein, L. (2001 [1933]). The yellow book (selected parts) 1933–34: lectures and informal discussions in the intervals between the dictation of *the blue book*. In A. Ambrose (Ed.), *Wittgenstein's lectures, Cambridge, 1932–1935: from the notes of Alice Ambrose and Margaret Macdonald*. Amherst, NY: Prometheus Books.
- Wittgenstein, L. (2008 [1946]). *Observações sobre a filosofia da psicologia*. Aparecida: Idéias & Letras. Trad. Ricardo H.P. Machado.
- Wright, C., B. C. Smith, e C. Macdonald (Eds.) (1998). *Knowing Our Own Minds*. Oxford: Clarendon Press.
- Yates, F. A. (2007 [1966]). *A Arte da Memória*. Espaços da Memória. Campinas: Editora UNICAMP. Trad. Flavia Blancher.
- Zemach, E. (1996 [1976]). Putnam's theory on the reference of substance terms. Ver Pessin e Goldberg (1996), Capítulo 2, pp. 60–8.